



Cira Arqueologia

N.º 1 JUN'12

Atas mesa redonda
De Olisipo a Ierabriga





Cirra Arqueologia

N.º **1** JUN'12

Atas mesa redonda

De Olisipo a Ierabriga



www.cm-vfxira.pt



www.museumunicipalvfxira.pt

TÍTULO: *Cira Arqueologia Online* | PROPRIEDADE: Museu Municipal Vila Franca de Xira | EDITOR: Câmara Municipal Vila Franca de Xira
COORDENAÇÃO: João Pimenta | DESIGN E PAGINAÇÃO: Patrícia Victorino | REVISÃO DE TEXTO: Fernando Madeira; Mónica Pereira e Henrique Mendes
LOCAL DE EDIÇÃO: Vila Franca de Xira DATA DE EDIÇÃO: junho de 2012 | CONTACTOS: museumunicipal@cm-vfxira.pt

Apresentação	4
--------------	---

1.º Painel **A rede viária no Vale do Tejo** 6

A estrada romana de <i>Olisipo</i> a <i>Scallabis</i>. Traçado e vestígios	7
---	---

VASCO MANTAS | Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

O troço inicial da via <i>Olisipo-Bracara</i> e o problema da localização de <i>Ierabriga</i>	24
--	----

AMÍLCAR GUERRA | Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Sobre o povoamento romano ao longo da via de <i>Olisipo</i> a <i>Scallabis</i>	41
---	----

JOÃO PIMENTA e HENRIQUE MENDES | Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Mesa Redonda – De <i>Olisipo</i> a <i>Ierabriga</i>	65
--	----

2.º Painel **Povoamento romano ao longo das Vias** 73

Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira	74
---	----

RODRIGO BANHA DA SILVA | Arqueólogo Museu da Cidade de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<i>Villa</i> Romana de Frielas	88
---------------------------------------	----

ANA RAQUEL SILVA | Câmara Municipal de Loures

A <i>Villa</i> das Almoinhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização	103
--	-----

SANDRA BRAZUNA E MANUELA COELHO | ERA Arqueologia S.A.

Apontamentos sobre a arqueologia romana em Alenquer	115
--	-----

MIGUEL COSTA | Arqueólogo

A Decoração Arquitetónica de Época Romana Aspetos de centralidade/descentralidade entre o <i>Territorium</i> <i>Olisiponense</i> e a Capital da Lusitânia	131
--	-----

LÍDIA FERNANDES | Arqueóloga Museu da Cidade de Lisboa

Os Fornos Romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer)	148
--	-----

ARMANDO SABROSA, FERNANDO ROBLES HENRIQUES, EMANUEL CARVALHO e ADRIANO GERMANO
Emérita – Empresa Portuguesa de Arqueologia, Lda.

Forno Romano da Pipa	158
-----------------------------	-----

MARIA ADELAIDE PINTO | Empresa de Arqueologia Crivarque

Mesa Redonda – Debate Final	167
------------------------------------	-----

Mesa Redonda “De Olisipo a Ierabriga”

Na sequência da descoberta de um troço significativo da via romana, entre as cidades romanas de *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa) e *Praesidium Iulium Scallabis* (Santarém), em pleno centro histórico da atual Cidade de Vila Franca de Xira, tem-se vindo a desenvolver nos últimos dois anos um projeto de estudo centrado na temática das vias na antiguidade.

A realização da mesa redonda “De Olisipo a Ierabriga” no dia 31 de Outubro de 2008 no auditório do Museu do Neo-realismo permitiu reunir em Vila Franca de Xira os maiores especialistas nacionais sobre a temática das vias de comunicação desde a época romana até ao século XVI.

Tendo por base esta investigação, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira desenvolve periodicamente o Campo Arqueológico no sítio do Monte dos Castelinhos, em colaboração com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A relevância científica e patrimonial deste projeto vem mais uma vez sublinhar a importância da investigação como pilar de sustentabilidade e construção do conhecimento sobre o nosso passado, contextualizando o nosso presente e moldando os nossos projetos de futuro.

SR. VEREADOR DA CULTURA

FERNANDO PAULO FERREIRA

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel. 263 280 350

museumunicipal@cm-vfxira.pt
sede@museumunicipalvfxira.org
www.museumunicipalvfxira.org
www.cm-vfxira.pt



1.º PAINEL

A rede viária no Vale do Tejo

In Memoriam Gonzalo Arias Bonet

A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. Traçado e vestígios

VASCO GIL MANTAS PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

➤ As viagens pelo vale do Tejo, entre Lisboa e Santarém, contam com numerosa bibliografia, da qual nos permite distinguir a narrativa romântica saída da pena de Almeida Garrett (1). A viagem descrita pelo escritor chama a atenção para algumas características das deslocamentos anteriores ao caminho de ferro, combinando trajeto fluvial e terrestre, sem esquecer a incomodidade e a insegurança de que todas, ou quase todas, se revestiam antes do triunfo da Revolução Industrial e do Estado Moderno, terminado o longo período que sucedeu ao colapso da ordem romana. Esta abundância de escritos, literários ou mais prosaicamente ligados às realidades e às necessidades do quotidiano, não é difícil de compreender, atendendo à importância do vale do Tejo neste troço que unia, já na Antiguidade, duas grandes cidades, *Olisipo* (Lisboa) e *Scallabis* (Santarém). Não foi certamente por acaso que Estrabão destacou, entre os raríssimos centros urbanos lusitanos que se dignou referir na sua obra, *Olisipo* e *Moron*, que cremos corresponder a *Scallabis*, sublinhando, no mesmo passo, a invulgar relevância do Tejo como via de comunicação (2).

O vale foi caminho privilegiado, terrestre e aquático, dos contactos com o Mediterrâneo, desde muito antes da chegada dos primeiros romanos, comerciantes e militares, aqui se desenvolveu uma vigorosa cultura orientalizante (3), precoce contributo para conferir, tanto como os fatores geográficos, características atlântico-mediterrâneas ao nosso território. Não é, pois, de estranhar que, após a conquista romana, a região tenha merecido rapidamente a atenção do novo poder, como demonstra a existência, antes do final do século I a.C., de duas cidades privilegiadas, quando elas eram ainda tão escassas nesse período, a colónia de *Scallabis* e o município de cidadãos romanos de *Olisipo*. Reconhecendo o valor do Tejo como via de comunicação entre estes dois centros urbanos, circunstância que perdurará durante séculos e de que o Cais de Santarém conservou memória na ribeira lisboeta, a administração romana não podia deixar de construir uma estrada unindo dois pontos fortes da sua estratégia de ocupação do território lusitano. É dessa estrada e das suas variantes que nos propomos falar nesta comunicação (FIG.1). Pode parecer redundante a problemática viária de uma zona razoavelmente conhecida e estudada por muitos e bons investigadores, pelo menos desde o Renascimento. Todavia, se consultarmos obras de síntese do último quartel do século passado, verificaremos, sem dificuldade, que existem progressos relevantes em vários aspetos relacionados com a estrada que ligava *Olisipo* a *Scallabis* (4).

É muito provável que a estrada romana, tal como a conhecemos, tenha sucedido, como em tantos outros casos, a caminhos proto-históricos, o que os tesouros do período republicano sugerem (5). Estes caminhos desempenhavam funções de ligação sobretudo a nível regional, ainda que, onde e quando tal se justificasse, como sucedia com a célebre estrada tartéssica entre o Tejo e o Guadiana ou com o famoso itinerário da *Via de la Plata* antes do período romano. Embora haja notícias e restos arqueológicos de pontes de madeira e de um ou outro arranjo nos acessos a alguns *oppida* da Idade do Ferro (6), não devemos considerar que os caminhos ao longo do Tejo tivessem conhecido quaisquer intervenções dignas de menção, aliás totalmente desconhecidas, tanto mais que a via fluvial supria com vantagem as inconveniências do roteiro terrestre. Coube à romanização transformar tais caminhos

em autênticas estradas, sem que, naturalmente, a via fluvial fosse abandonada. O geógrafo árabe Edrisi chamou a atenção para esta característica fundamental das comunicações entre Lisboa e Santarém, que não deixou de ser tida em conta pelos romanos quando organizaram a rede viária do vale do Tejo, prolongando-se até ao século passado: *De Lisboa, seguindo as margens do rio e dirigindo-se para oriente, até Santarém, contam-se 80 milhas. Pode chegar-se aí à vontade por terra ou por água* (7). Como veremos, a presença do Tejo pesou largamente no traçado do eixo principal da estrada e no dos seus *deverticula*.

O estuário do rio e os seus sapais levam, terra adentro, a presença do mar, constituindo parte do Ribatejo uma grande concha sedimentar abandonada pelas águas por meados da Era Terciária, mostrando grande simplicidade na paisagem de largos horizontes, pouco vulgares no País. O relevo, com raras exceções, corre sempre abaixo dos 200 metros e as margens, ao longo das quais se desenvolve a Lezíria, periodicamente inundadas pelas cheias e de grande fertilidade agrícola a aptidão pecuária, facilitavam o traçado das vias de comunicação terrestres, cujo problema maior consistia no cruzamento dos cursos de água tributários do Tejo e no cuidado a ter com o respeito pelos limites da inundaçã, mantendo o traçado das estradas, sobretudo o eixo *Olisipo – Scallabis*, a cotas convenientes. O Rio Tejo, ainda que tivesse um aspeto diferente do atual, conhecia um regime semelhante, pois o clima não seria significativamente distinto (8), com grandes diferenças entre os caudais de estiagem e de invernã, podendo este atingir 700 vezes o valor do caudal estival. Em 1798 foi possível passar o rio a vau, frente a Santarém, quando, em certas ocasiões, ali se forma um lago com 600 quilómetros quadrados, com um caudal que pode atingir 11000 metros cúbicos por segundo (9). A utilização da via fluvial não podia, como é evidente, ignorar tais condicionantes. Aliás, não temos a certeza acerca do ponto até onde, na Antiguidade, os navios podiam subir regularmente o rio, limite que pode refletir-se no percurso da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*.

As grandes cheias do Tejo verificam-se em fevereiro, período que antecede comodamente o fim oficial do *Mare Clausum*, o que limitou a sua influência negativa no movimento fluvial, atendendo a que *Olisipo* era um porto de rutura de tráfico, centro de concentração e de distribuição de cargas, com largo excedente das exportações sobre as importações (10). A estrada iniciava o seu trajeto em direção a *Ierabriga*, ao longo do Tejo, entre o rio e as colinas que o bordejavam, afastando-se depois um pouco mais para o interior, para ganhar *Scallabis*, alcandorada no rebordo do planalto e dominando o rio e o núcleo urbano que junto a ele existiu, aglomerado disjunto na época romana como o foi Santarém, com os seus importantes arrabaldes de Alfange e da Ribeira. A modificação que o traçado da estrada acusa depois de *Ierabriga* pode resultar das condições naturais existentes, inclusive a da navegabilidade do rio, tanto como à existência de um trajeto alternativo pela margem esquerda. Não podemos esquecer, embora os problemas sejam numerosos e as conclusões, ainda longe de satisfatórias, sugeriram um uso cauteloso quando referidas a regiões diferentes, que o Baixo Tejo foi também influenciado pelos fenómenos eustásticos, os quais, no litoral lusitano, deixaram indícios de uma regressão por volta do final do século I a.C., com um pico no século V, ligeiramente acima do nível atual do mar, influenciando o ponto mais a montante atingido pela maré e, eventualmente, o próprio traçado da estrada (11).

Devemos, depois desta breve referência aos fatores orográficos e hidrográficos, fundamentais em todas as questões viárias, passar ao problema da classificação da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*, normalmente considerada parte da chamada *Via XVI*, segundo uma enumeração do século XIX, inspirada apenas pela ordem em que ocorre, na edição Wesseling do *Itinerário de Antonino*, a grande estrada entre *Olisipo* e *Bracara* (12). Temos de

considerar, antes de mais, três conceitos, correspondendo a realidades diferentes, ainda que surjam usados indiscriminadamente nos escritos sobre a rede viária romana. Assim, o termo estrada (*strata*) pode ser utilizado de forma genérica, referindo uma estrutura de comunicação que satisfaça o mínimo de condições funcionais, sem considerar a sua categoria administrativa ou tipologia construtiva, esta também considerada na legislação romana, aliás mais preocupada com os aspetos jurídicos dos caminhos do que com descrições de ordem técnica (13). Dito isto devemos distinguir entre *via* e *itinerarium*. Com efeito, no sentido restrito do termo, uma via corresponde a uma estrada de construção homogénea, uma vez que a balizagem com indicação das distâncias se fazia rigorosamente em função do mesmo ponto, normalmente o local onde se iniciava o trajeto, independentemente das fronteiras territoriais atravessadas entre o ponto de partida e o ponto de chegada. Excelente exemplo de uma via é a grande estrada que unia Mérida a Salamanca, continuando depois para Astorga, na qual todos os miliários indicam a distância sempre em relação à capital da Lusitânia. Um itinerário, pelo contrário, inclui normalmente várias estradas ou troços delas, consistindo na indicação do caminho a seguir entre dois pontos, como sucede com a estrada *Olisipo – Bracara*, cujo percurso é composto por várias estradas, balizadas sempre a partir da capital da *civitas* atravessada, com a notável exceção do troço *Bracara – Cale*, que pode e deve ser considerado como uma via, no sentido restrito do termo, pois até ao Douro a referência às suas 35 milhas de extensão é, em todos os miliários sobreviventes, a cidade de Braga (14).

Esta circunstância obriga-nos a considerar a classificação da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*, uma vez que o seu traçado atravessava dois territórios, independentemente das propostas existentes quanto à fronteira entre o município olisiponense e a colónia escalabitana, que continuamos a situar na zona, de difícil travessia, da Ribeira da Ota (15). Infelizmente, as indicações dos miliários não ajudam a solucionar as dúvidas que possam existir quanto aos limites territoriais, pelo que é necessário recorrer às referências à tribo em que se encontravam inscritos os cidadãos romanos das duas cidades, a Galéria em Lisboa e a Sérgia em Santarém (16). De qualquer maneira, os indícios existentes sugerem que a balizagem se fez especificamente para cada um dos territórios. Parece impossível subordinar a balizagem no interior do *agger* colonial escalabitano a *Olisipo*, tanto mais que no território olisiponense os miliários contam as distâncias, sem lugar para dúvidas, a partir da capital municipal. Assim, a estrada que ligava Lisboa a Santarém na época romana contava com dois tramos situados em territórios diferentes, causa frequente de diferentes tipologias construtivas, poucas vezes favoráveis aos municípios (17), tramos que se encontravam por altura da única *mansio* intermédia conhecida pelas fontes, a povoação de *Ierabriga*.

Existe, todavia, outra questão, e essa parece-nos fundamental, que é a da integração do traçado entre os dois importantes centros urbanos, *Olisipo* e *Scallabis*, numa das grandes estradas de comunicação entre o município da foz do Tejo e a capital lusitana, *Emerita Augusta*, as quais contam com alguns estudos recentes (18). Com efeito, o trajeto que nos interessa corresponde aos dois tramos iniciais do itinerário *Olisipo – Emerita* (*It.*, 419, 7 – 420, 7), repetido identicamente em relação ao itinerário *Olisipo – Bracara* (*It.*, 420, 8 – 421, 2). Quanto à estrada *Olisipo – Aritium Praetorium – Emerita* (*It.*, 418, 7 – 419, 6), embora o troço inicial pelo vale do Tejo possa corresponder ao trajeto entre Lisboa e Santarém, não é de excluir um percurso diferente, privilegiando a travessia do rio a jusante de Santarém. Não consideramos esta questão resolvida, necessitando ainda desenvolver muito trabalho de campo e, sobretudo, a localização segura de *Aritium Praetorium* (19). Em resumo, a estrada *Olisipo – Scallabis* pertence, indubitavelmente, ao sistema de comunicações entre

o principal porto da Lusitânia na época imperial e a capital da província, circunstância suficiente para a colocar entre as mais importantes da Hispânia, uma grande estrada administrativa ao serviço do *Cursus Publicus*, o que desde logo implicava uma construção cuidada e operacionalidade garantida ao longo do ano (20), circunstância que deverá relacionar-se com a existência de troços alternativos.

Ao analisarmos a rede viária romana é preciso ter em conta, o que raramente acontece, a evolução que não deixou de existir ao longo do meio milénio que durou o período imperial, ou seja, a história das estradas. Alterações de ordem administrativa ou económica, mesmo sem considerar os aspetos naturais que podem ter influenciado modificações nos traçados, ainda que pontuais, contribuíram para desenhar um complexo de caminhos cuja realidade, em determinado momento, apenas pode pressentir. A estrada entre *Olisipo* e *Scallabis* não escapa a esta dificuldade, mesmo tratando-se, como referimos, de um eixo viário de primordial importância, contando, aliás, com numerosa documentação para a sua reconstituição. Outro aspeto a ter em conta é o da durabilidade das estradas, acerca da qual se têm escrito fantasias sem número.

Os miliários, quando existem, pois apenas se encontram nos grandes eixos viários, permitem traçar uma ideia quanto à duração provável de uma estrada romana, relativamente curta quando havia pouca ou nenhuma manutenção. Em muitos casos, sobretudo quando o padrão de povoamento posterior ao domínio romano não acusa alterações significativas em relação ao que prevalecia na Antiguidade, as estradas sobrevivem, aparentemente sem mudanças substanciais em grande parte da Península Ibérica, até ao final do domínio califal, preservando os traçados e, em muito menos casos, as estruturas construídas. Estamos, pois, a tratar um documento arqueológico cujo aspeto atual reflete, quase sempre, muitas intervenções, parte das quais remonta à época romana. Entre Lisboa e Santarém, o traçado da estrada romana sobreviveu, em grande parte, até tempos recentes, fixada pelo rio e pelo povoamento. Os raros miliários da estrada *Olisipo – Scallabis*, como veremos, não permitem conjecturar sobre o ritmo das obras de grande manutenção, embora sugiram, para o conjunto da estrada *Olisipo – Scallabis – Emerita* (*It.*, 419, 7 – 420, 7), alguns trabalhos importantes por iniciativa de Adriano e uma renovação geral sob o imperador

Figura 2
Miliário de Probo
achado em Santarém.



Probo (FIG.2).

De acordo com as fontes escritas que nos chegaram, as três *mansiones* da estrada situavam-se em *Olisipo*, *Ierabriga* e *Scallabis*. É evidente que, ao contrário das *mutationes*, espaçadas de forma mais regular, as *mansiones* dependiam, frequentemente, da localização de centros populacionais alheios aos ritmos que caracterizavam as deslocações terrestres da época. Em relação ao percurso que nos interessa, a localização de *Ierabriga*, que o *Itinerário de Antonino* situa a 30 milhas de *Olisipo* e a 32 milhas de *Scallabis*, pratica-

mente a meio caminho entre as duas cidades, é muito adequada, permitindo dividir a viagem em duas jornadas bastante equilibradas. Quanto às *mutationes* estamos reduzidos a calcular a sua localização a partir das distâncias e do traçado da estrada. De uma maneira geral, num percurso com as características do que nos ocupa, as *mutationes* guardariam entre si uma distância de cerca de 10 milhas, sem esquecer, naturalmente, a influência exercida por determinados fatores, viários e naturais, na sua localização.

Mais aleatória era a presença de albergues ou *tabernae* particulares ao longo da estrada, frequentemente dependências de *villae* situadas próximo da estrada, como aconselhava Varrão: *Se, num fundus próximo de uma grande estrada, existir um local apropriado para receber viajantes far-se-à bem em construir aí um albergue* (21). A tipologia construtiva das *mutationes* e dos albergues dificulta particularmente a sua identificação, ditada, antes de mais, pela imediata proximidade da estrada, à margem da qual estes estabelecimentos se levantavam. Cozinha, dormitório, balneário e, no primeiro caso, estrebaria, eram elementos obrigatórios destes estabelecimentos, muitas vezes núcleos originais de *vici* tipo aldeia-rua. Não esqueçamos, claro, a necessidade de considerar o sentido em que se efetuava a deslocação, pois as distâncias a percorrer faziam com que certas *mansiones* funcionassem também como *mutationes*, o que nunca acontecia inversamente. No caso da estrada unindo *Olisipo* a *Scallabis*, não era relevante o sentido da marcha entre as duas cidades, considerando a localização de *Ierabriga*.

O município de *Olisipo* era, com toda a probabilidade, a segunda cidade lusitana na época imperial, em grande parte devido ao valor do seu excelente porto natural flúvio-marítimo, às suas relações com um rico *hinterland* e à sua situação geográfica, no limite da navegação mediterrânea regular (22). Por razões de ordem política acerca das quais pouco sabemos, mas que podemos deduzir com alguma probabilidade de certeza, *Olisipo* ganhou rápido ascendente sobre outros centros portuários anteriores, como *Salacia*, cuja estrutura social, dominada por libertos ou seus descendentes, reflete uma situação subalterna em relação à cidade do Tejo. Deixando de lado o problema da data em que lhe foi atribuído o estatuto municipal, seguramente por ação de Augusto, limitar-nos-emos a realçar as funções de *caput viarum* que desenvolveu, surgindo no *Itinerário de Antonino* como ponto de partida de quatro grandes estradas (23). Era uma cidade relativamente vasta, com cerca de 35 hectares de superfície no Alto Império, sem que possamos localizar a *mansio* que servia o *Cursus Publicus*. A provável existência de uma unidade militar aquartelada na cidade, a exemplo do que sucedeu noutros importantes centros económicos e administrativos situados em províncias inermes, corresponde muito bem ao valor de *Olisipo* como centro de comunicações. Ao contrário do que aconteceu com numerosas cidades luso-romanas, que decaíram e, nalguns casos, desapareceram com o eclipse da ordem romana, Lisboa sobreviveu, mantendo uma posição proeminente ao longo dos séculos, em grande parte devido à importância viária e portuária. Embora conheçamos mal os arredores de *Olisipo*, devido ao crescimento da cidade ao longo dos séculos e consequentes modificações, o trajeto das principais estradas romanas ainda é perceptível na malha urbana olisiponense.

A segunda *mansio* da estrada situava-se, de acordo com o *Itinerário de Antonino*, em *Ierabriga*, povoação cujo centro continua a carecer de localização exata, mas que os numerosos vestígios reconhecidos na área de Paredes e de Sete Pedras, nos arredores de Alenquer, permitem situar nessa área bem definida (24). A distância indicada pelo roteiro corresponde, sem problemas, à mesma localização. Ainda assim, houve investigadores que situaram esta estação noutros locais, por vezes bastante afastados, como o fez Mário Saa, que colocava *Ierabriga* em Santarém (25). Considerando os dados que as fontes escritas e arqueológicas facultam, não

encontramos outra localização que com eles concorde. O problema, todavia, é complicado, pois o próprio topónimo sugere um ponto elevado e eventualmente fortificado, típico da Idade do Ferro, o que não parece corresponder ao que se conhece em Paredes e Sete Pedras. Julgamos, porém, que o problema se pode resolver facilmente admitindo a transferência da povoação, em determinado momento da época romana, de um outro local para a área onde se registaram os restos que corresponderão à *Ierabriga* romana. O próprio traçado da estrada, que a partir daqui se afasta do rio, parece apontar nesse sentido.

Trabalhos arqueológicos recentes, da responsabilidade de João Pimenta, permitem considerar a hipótese do estabelecimento primitivo se encontrar no importante sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos (26), com excelente comandamento sobre o eixo viário que atravessava a atual Vala do Carregado na zona da Ponte da Couraça. São evidentes os traços da presença romana, com uma ocupação clara entre o século I a.C. e I d.C., terminando com o que parece ter sido um abandono brusco. A estação arqueológica de Monte dos Castelinhos, cujo topónimo desde logo chama a atenção, ocupa uma área de perto de 10 hectares, o que é bastante significativo. Só a continuação dos trabalhos de escavação e de estudo dos materiais poderá decidir da tipologia da estação e da sua possível coincidência com a *Ierabriga* da Idade do Ferro. No estado atual da questão, porém, não nos custa admitir que os vestígios arqueológicos de Paredes e de Sete Pedras correspondam ao *vicus* resultante da transferência do povoado do Monte dos Castelinhos para essa nova localização, mais concordante com as realidades lusitanas que se desenvolveram ao longo do século I. A referência a um miliário na zona da Barradinha, o qual pertenceria a um dos imperadores flávios, a confirmar-se (27), constituiria um poderoso argumento a favor da transferência na segunda metade do século I.

A zona de ruínas onde situamos *Ierabriga* ocupa uma área de aproximadamente oito hectares, definidos *grosso modo* pelos sítios de Paredes (Vila Vedra, no século XVIII), Sete Pedras, Quinta do Bravo, onde se achou o miliário de Adriano (*CIL* II 4633) e Santa Catarina, como é possível verificar nas fotografias aéreas mais antigas desta zona (28), correspondendo as necrópoles de Paredes e Quinta do Bravo aos limites da povoação. Tudo leva a crer tratar-se de um *vicus* viário, não havendo nenhum indício de um estatuto urbano superior, ainda que a mancha dos vestígios romanos nesta área seja muito densa (29), classificação com a qual concorda sem problemas a superfície possível do estabelecimento quando comparado com outros semelhantes, caso, por exemplo, do *vicus* de Nossa Senhora de Aires, importante estação viária entre Évora e Beja, cuja superfície orça pelos nove hectares (30). Este fenómeno de deslocação de povoações da Idade do Ferro para locais mais convenientes, exageradamente atribuído a razões de ordem militar, deve relacionar-se, sobretudo, com o reordenamento territorial romano e seus padrões de ocupação do solo, nos quais economia e vias de comunicação, especialmente em regiões como o Baixo Tejo, exerciam forte determinante, estimulando deslocações voluntários e sinecismos, dando origem a novas povoações mantendo nomes anteriores.

Durante muito tempo desenvolveram-se discussões sobre a localização de *Scallabis*, resultantes quer das ambiguidades existentes nas fontes escritas, quer de uma relativa ausência de materiais romanos em Santarém, ou pelo menos do tipo de materiais que se esperava encontrar numa cidade de estatuto colonial. Este problema, com o qual nos debatemos em tempos, já não permanece entre as dúvidas dos arqueólogos, após confirmação da proposta, assente num raciocínio claro de geografia física, expresso por Orlando Ribeiro quando as dúvidas ainda pesavam sobre a situação da colónia (31). Porém, se os vestígios arqueológicos registados em Santarém nos últimos anos resolveram a questão principal,

restam ainda outras dificuldades em aberto, uma das quais reside nas 32 milhas que o *Itinerário de Antonino* concede à distância entre *Ierabriga* e *Scallabis*, o que parece demasiado.

Colónia cuja dedução julgamos dever atribuir ao Segundo Triunvirato, em cumprimento de uma decisão de César, como a atribuição dos seus cidadãos, onde avulta a *gens Antonia*, à tribo Sérgia sugere, *Scallabis* deve ter sucedido a um campo romano, circunstância perfeitamente compreensível considerando a posição ocupada pelo sítio, de inegável valor estratégico. Como em *Olisipo*, levanta-se a mesma dúvida quanto à relação entre o *Praesidium Iulium* e a povoação indígena, que Estrabão terá confundido com *Moron*. Embora as fontes escritas e epigráficas sejam lacónicas quanto à vida cidadina (32), inclusive no que se refere às suas atividades como capital conventual, *Scallabis* manteve a importância viária intacta durante todo o período romano, independentemente das flutuações sofridas por outras funções urbanas. Recordamos o texto de Estrabão, cuja comparação com outras descrições mais recentes de Santarém aconselhamos vivamente: *Esta ilha situa-se junto da cidade de Moron, que se ergue num monte próximo do rio, a 500 estádios de distância do mar no máximo, e está rodeada por uma região fértil* (33). Considerando a medida dos estádios na metrologia do geógrafo grego, parece ser claro que os 500 estádios equivalem a 92500 metros, ou seja 62 milhas romanas de oito estádios cada, valor da distância entre Lisboa e Santarém no *Itinerário de Antonino*. Quanto à ilha, a sua presença é ainda muito nítida na paisagem, entre a Vala de Alvisquer e o leito de estiagem do rio, como as fotografias aéreas e as imagens de satélite ilustram, estrutura cujo comprimento orça pelos 5500 metros que lhe atribuíra Estrabão (34).

Outra questão a ter em conta é a do urbanismo de *Scallabis*. Os achados arqueológicos dos últimos anos, parte dos quais aguardam conveniente divulgação, e a análise de fotografias aéreas da cidade demonstram inequivocamente a existência de dois núcleos, um no planalto e na colina da Alcáçova, e outro na Ribeira, circunstância que se manteve ao longo dos séculos até aos nossos dias (35). Assim, a colónia pode ter sido estabelecida na zona da Alcáçova, de difícil acesso a partir do vale e isolada do planalto de Marvila, acabando por se estender à zona ribeirinha por razões de ordem económica e facilidade de comunicações. Este aspeto não pode ser esquecido quando se procura reconstituir o traçado da estrada, que tinha em *Scallabis* um *traiectus* do Tejo de primordial importância, o que deve ter levado a estabelecer a *mansio* preferencialmente na zona ribeirinha da colónia.

Creemos que os vestígios de um planeamento integrado das duas áreas sobrevive ainda no eixo representado pela Rua João Afonso, eixo que se identifica também na Ribeira de Santarém e nos campos a ocidente da cidade e que corresponderá ao *Kardo* da centurição colonial (36). Os acessos à zona alta da cidade, a partir do vale, são também nítidos na malha urbana atual, apesar das transformações verificadas desde há alguns anos. Apesar dos progressos verificados, estamos contudo muito longe de obter uma imagem credível da cidade romana, ainda que a iluminura inserida no foral manuelino permita ter uma ideia da sua estrutura, com os diferentes núcleos, representando distintas funções, bem individualizadas.

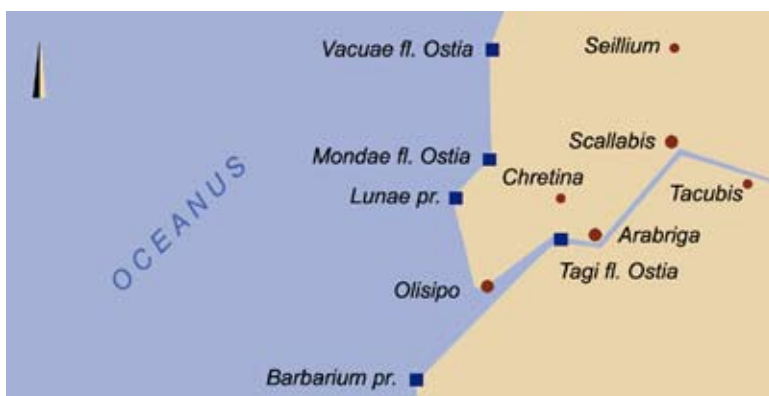
Disponemos de poucas fontes escritas para reconhecer a estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*. Descontando Estrabão e Plínio, os documentos principais que a Antiguidade nos legou, ainda que estropeados, são o já muito referido *Itinerário de Antonino*, a *Cosmografia* do Anónimo de Ravena e a *Geografia* de Ptolomeu. Os dois primeiros são roteiros viários, elaborados respetivamente no século III e, provavelmente, no século VII, a partir de fontes que permanecem obscuras (37). O *Itinerário* tem, sobre a *Cosmografia*, a vantagem de incluir as distâncias entre *mansiones* e a somatória atribuída a cada estrada, nem sempre concordante

com o total das parcelas. A *Cosmografia* limita-se a enumerar topónimos, frequentemente deturpados e de difícil interpretação. Vejamos o caso de *Ierabriga*, tal como ocorre no *Itinerário* e na *Cosmografia*. Na primeira destas fontes, consoante os manuscritos, o topónimo ocorre com variantes como *Lerabrica*, *Gerabrica* ou *Gerabricam*, onde não é difícil reconhecer a lição normalmente respeitada, *Ierabrica* ou *Ierabriga*. Já assim não acontece com a *Cosmografia*, onde uma *Terebrica* ou *Teribrica* cuja identificação com *Ierabriga* não é absolutamente segura, tanto mais que a omissão da maior parte das estações entre o Tejo e o Douro não facilita a resolução da dúvida, pois esta *Terebrica* pode bem representar a *Talabriga* do vale do Vouga (38). Para complicar mais a questão o Anónimo refere, na estrada de Mérida para o vale do Tejo, uma *Perbrigam* cuja identificação com *Ierabriga* é possível, uma vez que antecede *Aritium Praetorium*, também presente no *Itinerário* numa das estradas para Mérida (*It.*, 418, 8), imediatamente a seguir ao Tejo. É certo que a travessia deste rio tanto se podia efetuar depois de *Ierabriga*, com toda a probabilidade no Escaroupim, como em *Scallabis*, uma vez que não é possível ignorar a existência de um ramal ao longo do rio, pela margem esquerda (39). A localização exata de *Aritium Praetorium* é, pois, fundamental nesta debatida questão.

A *Geografia* de Ptolomeu, redigida em Alexandria no século II, disponibiliza grande número de topónimos acompanhados das respetivas coordenadas, sem descrever o traçado das estradas. É evidente a impossibilidade de utilizar as coordenadas ptolomaicas sem um exercício de restituição cartográfica, considerando a pouca precisão dos mapas, aliás perdidos, em que as localizações se inseriam. O recurso por parte do geógrafo alexandrino a roteiros viários e a portulanos é garantido, pelo que, com paciência e disciplina, se podem transformar as diferenças entre coordenadas, através de um sistema de triangulação, em distâncias. Tal exercício, quando aplicado a pontos conhecidos acusa diferenças pouco significativas, com valores que reproduzem geralmente distâncias medidas em linha reta, o que autoriza o mesmo método para tentar identificar, a partir de pontos conhecidos, povoações ainda não localizadas. Também é claro o desconhecimento da orientação correta de algumas estradas, como sucede, por exemplo, na estrada *Olisipo – Bracara*, que se dirige para oriente a partir de *Seillium*, apesar da distância entre esta cidade e Braga acusar uma diferença de apenas duas milhas em relação ao valor obtido do *Itinerário* (40).

Em relação a *Ierabriga* pensamos que Ptolomeu ou algum dos muitos copistas que nos foram transmitindo a obra, confundiu a *mansio* ribatejana com a *Arabriga* capital do povo que é referido na célebre inscrição da Ponte de Alcântara (*CIL* II 760). Com efeito, se tomarmos as coordenadas de *Olisipo* e as de *Scallabis* verificamos, sem grande dificuldade, que esta *Arabriga* ocupa uma posição relativa que a situa claramente no Baixo Tejo, a 34 milhas daquelas duas cidades (FIG.3). Assim, independentemente da existência na Beira Interior, dos Arabrigenses,

Figura 3
Localização de
Arabriga segundo
Ptolomeu.



cremos que Ptolomeu se refere, na verdade, a *Ierabriga* (41). Esta povoação tem sido localizada por alguns investigadores em Vila Franca de Xira, propondo Amílcar Guerra que o topónimo Xira derive do radical *Iera* (42). Embora esta hipótese seja aliciante, continuamos a considerar uma relação do elemento Xira com um vocábulo árabe derivado do Latim, para estrada ou caminho, *al-sirat*, ainda que a interpretação dos hodónimos sugira grande prudência (43).

Teríamos, neste caso, alguma coisa como Vila Franca do Caminho, topónimo que conhece muitos outros paralelos, sobretudo em itinerários de significativa importância.

Seja como for, e para além de todas as omissões e incorreções que prejudiquem estas fontes, elas constituem, sobretudo o *Itinerário*, documentos imprescindíveis para o estudo da geografia histórica da Lusitânia romana. Todos eles são importantes para a reconstituição do percurso da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*, apesar das limitações que é natural encontrar em fontes sujeitas, durante séculos, quer a interpolações, quer ao trabalho de copistas, por muito meticoloso que fosse, cada vez mais afastados dos documentos originais e das realidades da época que os produziu.

Os miliários constituem, quando os há, mesmo deslocados e sem distâncias expressas, um indicador de primeira ordem para determinar a presença de uma estrada e precisar o seu traçado. Infelizmente são poucos os que sobreviveram entre Lisboa e Santarém, representando uma amostra muito reduzida dos que existiram. O primeiro deles é o que se achou em Lisboa na Casa dos Bicos. É um miliário de Probo, imperador que governou entre 276 e 282, revelando algum cuidado na execução, a relacionar com o ambiente urbano e, seguramente, com o facto de marcar o início da estrada (44). Em Chelas registou Marinho de Azevedo outra coluna viária, entretanto perdida, de difícil interpretação, muito provavelmente de Magnêncio, governante no Ocidente entre 350 e 353, miliário que também não conservou a indicação de distância (45). O terceiro miliário é o de Alverca, também perdido, e cuja lição de Coelho Gasco suscita alguns problemas. É um marco de Constâncio Cloro (*CIL* II 4632), governante como César entre 293 e 305, indicando 23 milhas contadas a partir de Lisboa (46). Este valor, todavia, é demasiado para o percurso até Alverca, tanto por Sacavém como por Loures, razão que nos leva a propor uma correção de XXIII para XVIII, que nada tem de inusitado (FIG.4).

O miliário seguinte é o da Quinta do Bravo, Paredes, hoje no museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. É um monumento de Adriano, datado, de acordo com a titulação, do ano 135. De excelente gravação, falta-lhe a indicação da distância, referindo uma reconstrução viária sob a forma normal dos miliários deste imperador: *Refecit*. Não vemos nenhuma razão para considerar a renovação de uma ponte, cujas epígrafes comemorativas possuem normalmente um tipo de suporte diferente. Os topónimos Trajana e Triana,

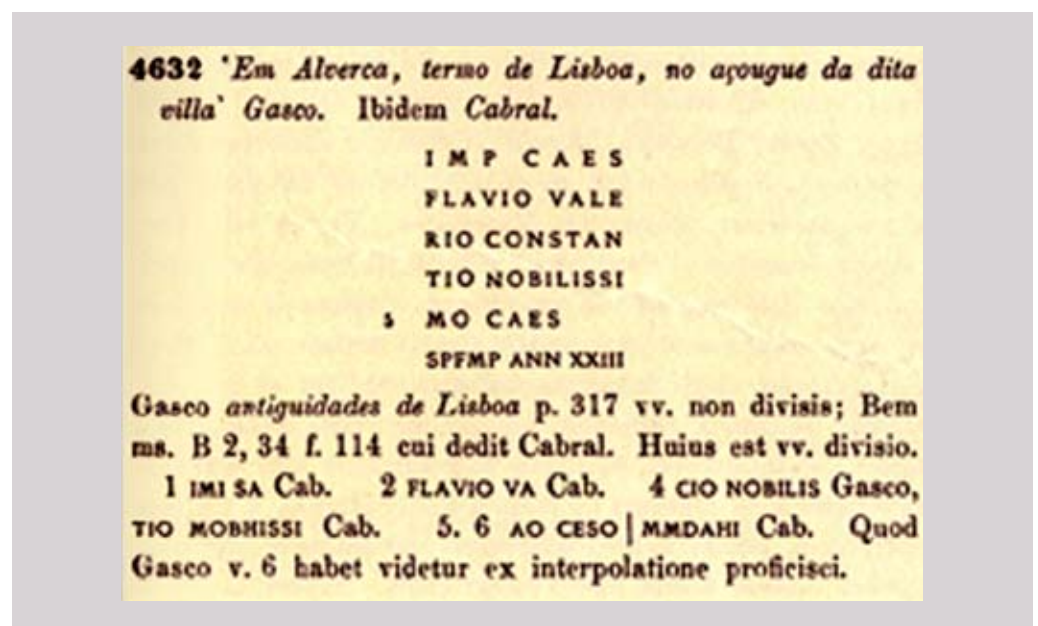


Figura 4
Miliário de Alverca
(CIL II 4632).

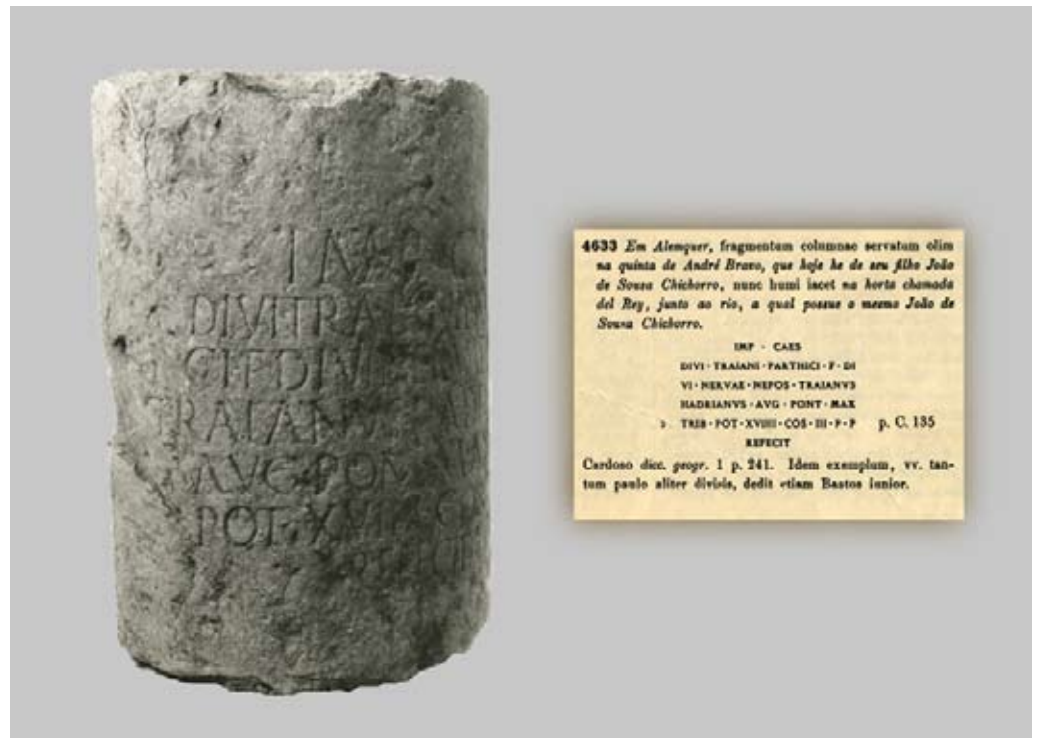


Figura 5
Miliário de Paredes
(CIL II 4633).

perto do local do achado deste miliário, podem, eventualmente, recordar trabalhos viários de *Traianus Hadrianus* neste troço da estrada (FIG.5). A colónia escalabitana conta com um miliário, novamente de Probo, achado perto das Portas do Sol, no cabouco de uma casa, hoje conservado no Museu Arqueológico de Santarém. Encontra-se em mau estado e, mais uma vez, desapareceu a indicação miliária (47). Os marcos de Probo, em Lisboa, Santarém e Ponte de Sôr, comprovam a realização de trabalhos viários importantes, precedidos por outros de Tácito, sobre este itinerário lusitano.

Durante algum tempo acreditámos que o troço da estrada por Loures e Tojal representava um simples *deverticulum*, atribuindo um tosco miliário tardio, provavelmente de Magnêncio, achado na Quinta de Santo António de Frielas, à estrada que seguia de *Olisipo* para norte, pelo litoral (48). Como o referido monumento apenas conservou uma forma laudatória usual no século IV, pouco mais havia a dizer na altura. A descoberta recente de dois miliários nas Almoínhas, junto a Loures, obriga a rever esta primeira hipótese, que havíamos entretanto abandonado (49). Um dos miliários, de Licínio, que governou como colega de Constantino entre 308 e 324, indica dez milhas a partir de Lisboa, medida correta e que coloca o miliário a uma distância conveniente do monumento de Alverca, admitindo que este indica a milha XVIII. A tanto se resumem os miliários conhecidos pertencentes à estrada *Olisipo – Scallabis*, os quais, apesar de raros, não deixam de contribuir para a definição do traçado da mesma.

A documentação medieval e moderna também faculta numerosas informações quanto à presença de vestígios da estrada. Antes de passarmos à descrição do seu trajeto entre Lisboa e Santarém, recordamos uma das referências modernas mais discutidas, a que Francisco de Holanda fez a uma ponte romana em Sacavém: *E não pudera eu crer esta coisa se quando parti de Lisboa, indo a Roma, logo em Sacavém não achara a via romana e a ponte quebrada no Rio* (50). A autenticidade da notícia de Holanda, que fez acompanhar de um desenho propondo a reconstrução da ponte (FIG.6), parece credível, tanto mais que, depois dele, Marinho de Azevedo volta a referi-la (51). A existência do miliário em Chelas também vai de encontro

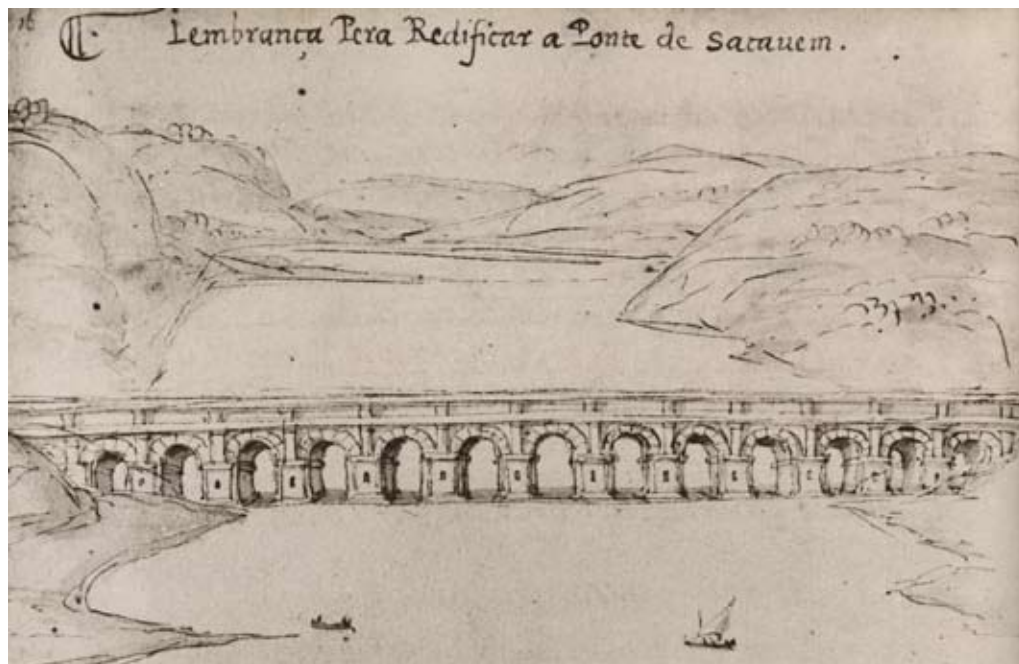


Figura 6
Proposta de Francisco de Holanda para a reconstrução da Ponte de Sacavém.

a uma travessia do Trancão em Sacavém, a menos que a estrada se desviasse em direção a Loures, para encontrar perto da Ponte de Frielas o troço que iniciava o seu percurso em Lisboa na área da antiga igreja de S. Nicolau. Este tramo seguia pela necrópole da Praça da Figueira, junto ao circo (52), procurando depois a Calçada de Carriche e, a partir daí, a zona da Ponte de Frielas e de Almoínhas.

Sacavém, onde pode ter existido um *vicus*, foi sempre o local habitual de travessia do Trancão, nem sempre fácil devido à proximidade do Tejo. As características da zona na época romana devem ter levado rapidamente a estabelecer um desvio que contornasse a área, inundável ainda hoje, do Trancão ou Rio de Loures, mesmo considerando a existência da ponte. Como os miliários conhecidos na área são todos tardios, podemos admitir que, a partir de determinado momento, a ponte deixou de garantir a passagem do rio, tornando o percurso pelo Tojal, considerado no século XVI como muito superior ao de Sacavém (53), como troço principal do início da estrada para *Scallabis*.

A reconstituição exata do traçado do itinerário entre *Olisipo* e *Scallabis* conta ainda com pontos obscuros. Na nossa tese de doutoramento abordámos essas dificuldades, que se verificam, sobretudo, no troço que se iniciava em *Ierabriga*, pois até esta estação, mesmo considerando o desvio pelo Tojal, o percurso da estrada é mais ou menos certo. Menos evidente é o traçado entre aquela *mansio* e *Scallabis*, se quisermos respeitar as 32 milhas indicadas no *Itinerário*, valor que se repete. É claro que seria possível recorrer ao códice onde se lê uma distância de 26 milhas, o que resolveria a questão (54). O recurso aos miliários, considerada a sua posição relativamente a Lisboa, também só é válido no troço até *Ierabriga*, não havendo lugar à velha tese da diferença do valor da milha, que é, seguramente, o valor normal da milha romana (55), ou seja, o equivalente a 1481 metros.

Ainda assim, se pretendermos preservar a indicação de 32 milhas para o caminho entre *Ierabriga* e *Scallabis*, equivalentes a 48 quilómetros, podemos considerar que o referido valor se deve atribuir a um trajeto pela margem esquerda do Tejo, o qual existe, correspondendo a uma prática habitual e bem documentada de itinerários duplos, nomeadamente ao longo de grandes rios (56). Esta estrada, que poderia cruzar o rio no Escaroupim, conduziria, por Muge, até um ponto frente a Santarém. Podemos considerar dois traçados possíveis, um a

partir de *Ierabriga*, pela Azambuja (Paredes Velhas), outro iniciando-se perto de Aveiras de Cima. A favor desta solução concorrem a distância indicada pelo roteiro, que assim se cumpre sem necessidade de correções, bem como a circunstância, a que pouco se tem atendido, de que a estrada se dirigia, realmente, para Mérida, pelo que não é de todo impossível que a *mansio* se situasse na margem esquerda do Tejo, o que talvez se possa deduzir das notícias sobre vestígios na zona da Torrucha. Cabe aqui recordar a teoria defendida por Gonzalo Arias sobre o significado viário dos topónimos em acusativo sem a preposição *ad* presentes no *Itinerário*, como no caso de *Scallabin* (57). Assim, o caminho principal passaria junto a Santarém, considerando a posição ocupada pela cidade e as características da estrada, cuja estação seguinte seria *Aritium Praetorium* (58). Evidentemente o facto do *Itinerário* se referir a um traçado pela margem esquerda não invalida a existência de um outro pela margem direita.

Vejamus então, em traços largos, como seria o traçado de Lisboa a Santarém pela margem norte do Tejo. O miliário da primeira milha situava-se, provavelmente, junto à Calçada da Cruz da Pedra, de onde prosseguiria para a Estrada de Chelas, tocando depois em Poço de Cortes, onde se registou uma necrópole e o que parece ser um pequeno santuário rural (59), continuando para Sacavém, talvez local de uma *mutatio*. A estrada subiria depois pela crista das elevações que dominam o Tejo e a Ribeira de Alpriate, atingindo depois Via Longa, outrora Vila Longa. Um pouco mais à frente, talvez em Alfarrobeira (60), cenário do trágico combate de 1449, terá existido uma segunda *mutatio*, perto do entroncamento com o troço vindo de Loures, cujas ruínas escavadas nas Almoínhas, onde se encontrou o miliário de Licínio, indicando a décima milha (61), possuem características que permitem, cremos, classificá-las como pertencentes a uma *mutatio* (62). Depois de Alfarrobeira o caminho seguiria mais ou menos o da estrada construída por D. Maria I em 1788, sobretudo após a travessia de Alverca.

A via aproximava-se muito do Tejo em Alhandra e em Vila Franca de Xira, onde o seu percurso, muito nítido em fotografias aéreas, foi recentemente confirmado na escavação dirigida por Henrique Mendes e João Pimenta, aquando da construção do Museu do Neo-realismo. Os restos da estrada aí identificados constituem uma das fontes de informação mais importantes para o conhecimento do tipo de estrada, cuidadosamente construída, que unia *Olisipo* a *Ierabriga* (63). Trata-se de uma estrutura pavimentada, como era normal nas estradas importantes e muito transitadas, junto de áreas húmidas, dotada de *margines* e com um tabuleiro medindo 5,20 metros de largura (FIG.7). Esta descoberta obriga a reconhecer a necessidade de um acompanhamento cuidadoso de outras obras na zona, que não deixarão de conduzir ao achado de novos troços da estrada, que seria conveniente preservar na medida do possível, uma vez que os restos viários verdadeiramente romanos são pouco frequentes. Em Vila Franca de Xira poderá ter existido um *traiectus* do rio, ponto de partida de um caminho em direção à zona de Benavente, procurando o vale do Sorraia, completando a via fluvial.

A estrada prosseguia por Povos até Castanheira do Ribatejo, de onde partia, em direção a Cadafais, um caminho secundário. Entrava em seguida numa zona de grande densidade de vestígios romanos, vencendo a atual Vala do Carregado na Ponte da Couraça, atingindo *Ierabriga* através de um traçado que passaria na Quinta Velha e Quinta das Varandas. O caminho entre Casal do Mouchão e Vila Nova da Rainha conhecido por Carril, servido pela Ponte da Marinha, já referida por Fernão Lopes, pertence, com toda a probabilidade, à medieval Estrada Coimbrã (64). Este percurso entre *Olisipo* e *Ierabriga* perfaz praticamente as 30 milhas proposta pelo *Itinerário*.

Para o traçado entre *Ierabriga* e *Scallabis*, pela margem norte do Tejo, propomos um percurso que não corresponde, como já referimos, à distância indicada pelo *Itinerário*.



Figura 7

Restos da via romana no local do Museu do Neo-realismo, Vila Franca de Xira.

A estrada seguia para nordeste, pelo sopé do Alto da Forca, contornando a zona alagadiça formada pela junção das ribeiras de Alenquer, de Alvarinho e da Ota, atravessando o extremo sul da pista da Base Aérea da Ota, onde são ainda visíveis os traços da sua passagem. Depois das pontes de S. Bartolomeu fletiria para norte, em direção a Archino e Casais de Tambor, onde se desviava para oriente, procurando Aveiras de Cima e Pontével, possível localização de uma *mutatio* (65). De um local perto de Aveiras de Cima partiria um ramal em direção ao Reguengo e ao Porto de Escaroupim, por Vale da Pedra.

Em Pontével existiu uma ponte (Ponte Velha), situada na estrada entre Santarém e Alenquer que a doação de Vila Franca a Raolino, em 1200, denomina de *Via Vetera* (66). O limite setentrional da referida doação, como já há muitos anos foi proposto por Botelho da Costa Veiga, correspondia à estrada romana, novamente afastada do rio.

A estrada continuava para os arredores de Santarém pelo Cartaxo e Vila Chã de Ourique, até Vale de Santarém. A travessia do Rio Maior fazia-se seguramente pela Ponte da Asseca, hoje muito modificada e que se encontrava em ruínas no século XVI (67). O percurso na zona da Valada é muito difícil de reconstituir, atendendo às grandes modificações sofridas pela paisagem. Julgamos que seguiria mais ou menos a atual linha férrea, passando no sopé do monte escalabitano até ao *traiectus* do Tejo. O relato tradicional sobre a descoberta do sarcófago de Santa Iria e a referência de Erich de Steblovo a uma lenda envolvendo a presença de uma calçada junto a Santarém refletem, cremos, a existência de vestígios da estrada (68).

Como é evidente, o acesso à zona da Alcáçova fazia-se através de ramais da estrada principal (FIG.8), um dos quais partia do Cartaxo por Bairro Falcão e Almoester, seguindo pela Ponte Celeiro e Calçada de S. Domingos, onde, junto da antiga praça de touros, substituída pelo edifício do Tribunal, se registou uma necrópole romana. Este *deverticulum*, uma vez mais destinado a evitar zonas inundáveis, evoca uma solução semelhante à do traçado pelo Tojal, correspondendo a um percurso invernal. Dois outros caminhos ligavam a zona urbana no topo da colina ao traçado junto ao rio, um a partir das Ónias, pela Junceira e Porta da Valada,

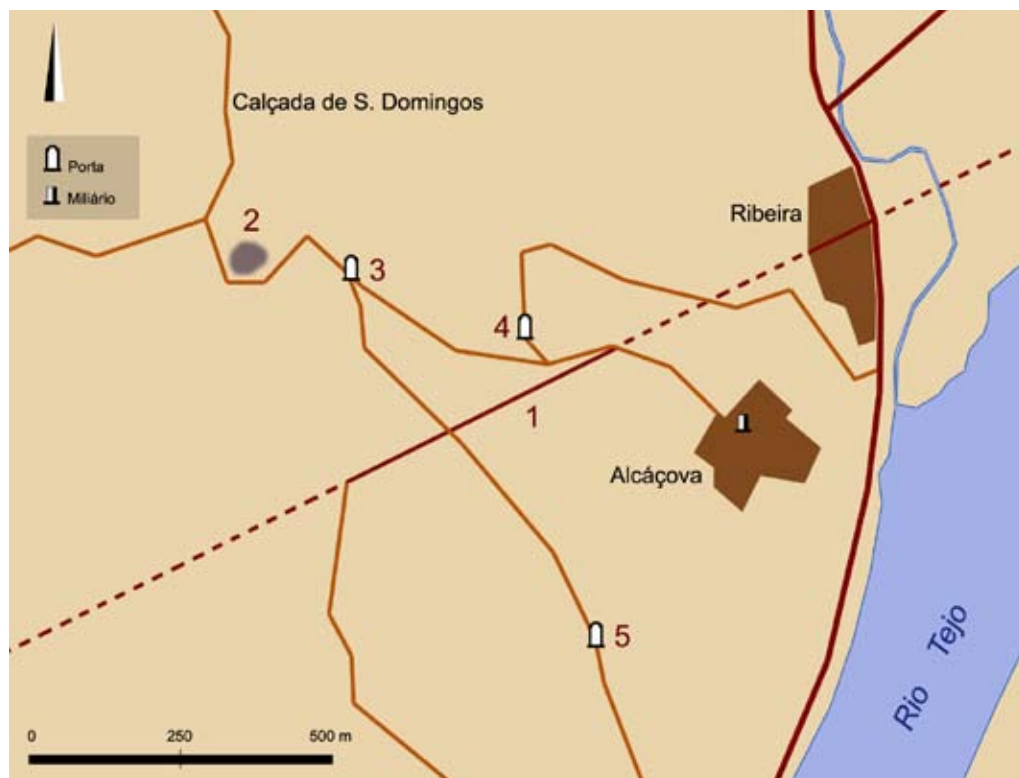


Figura 8
Esboço do sistema viário escalabitano:
1- Decumano da centuriação colonial;
2- Necrópole; 3- Porta de Leiria; 4- Porta de Atamarma; 5- Porta da Valada.

e outro pela Calçada de Atamarma. A expansão medieval não obliterou estes eixos de comunicação, mesmo que tenha provocado algumas retificações. Nenhum destes trajetos contribuiu para aproximar o percurso total dos 48 quilómetros indicados no *Itinerário*.

O estudo das vias romanas, de longa tradição na Arqueologia da Península Ibérica, reveste-se de particulares dificuldades. Essas dificuldades, atenuadas quando se investiga o traçado de estradas cuja importância antiga e atual travessia por zonas de fraca urbanização, como é o caso do *Camino de la Plata* ou da Estrada da Geira, tornam-se quase insuperáveis em situações como a da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*. Apesar disso, achados como os que se verificaram recentemente em Loures e em Vila Franca de Xira mostram que o nosso conhecimento da estrada está longe de atingir o limite possível. O estudo das estradas antigas, romanas ou não, dispõe atualmente de uma metodologia muito eficiente, quer do ponto de vista da investigação de tipo clássico, quer do ponto de vista da investigação de tipo tecnológico, razão que permite progressos decisivos se os arqueólogos tiverem acesso aos meios necessários e se a constituição de equipas pluridisciplinares se tornar uma realidade. Num tempo de crescentes dúvidas, temores e desvarios, pode parecer inconsequente o estudo do passado, sobretudo de um passado tão longínquo. Não é assim, pois se trata das raízes de uma grande civilização, aberta a muitos povos que souberam torná-la sua. A lei e as vias representam expressões privilegiadas da majestade romana, para a qual, à beira do fim, Sidónio Apolinário redigiu o mais belo epitáfio possível, inspirado pelos miliários de uma grande estrada: *Vetustis columnis nomen Caesareum viret* (69).

NOTAS

- ¹ Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*, Lisboa, 1979. Referência abreviada no texto: Emil Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869 (= *CIL* II); Arquivo Nacional da Torre do Tombo (= ANTT). Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das ilustrações deste artigo.
- ² Estrabão, III, 3, 1-4.
- ³ J. Luís Cardoso, O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio, *Conimbriga*, XXXIV, 1995, pp.193-214; Ana Arruda *et alii*, A cerâmica cinzenta da Sé de Lisboa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3, 2, 2000, pp.26-59; Raquel Vilaça / Ana Arruda, Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro, *Conimbriga*, XLIII, 2004, pp.11-45.
- ⁴ J. M. Roldán Hervás, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Valhadolid, 1975, pp.65-68; Vasco Mantas, *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, I, Coimbra, 1996, pp. 572-599, 743-776 (dissertação de doutoramento policopiada) (= Mantas, *Rede*).
- ⁵ J. Silva Ruivo, O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários, *Archivo Español de Arqueología*, 70, 1998, pp.91-100.
- ⁶ Christian Goudineau / V. Kruta, La ville antique, *Histoire de la France Urbaine* (dir. G. Duby), I, Paris, 1980, pp.202-203. É necessário ter em conta que muitos dos acessos mais elaborados poderão refletir a influência da romanização.
- ⁷ Edrisi, *Description de l’Afrique et de l’Espagne* (trad. R. Dozy / M. de Goeje), Leida, 1968², pp.225-226.
- ⁸ A história do clima oferece grandes dificuldades, agravadas pelas polémicas que atualmente envolvem o tema. Para uma ideia geral: Michel Magny, *Une histoire du climat. Des derniers mamouths au siècle de l’automobile*, Paris, 1995.
- ⁹ Orlando Ribeiro, *Geografía de España y Portugal*, Barcelona, 1954, pp.56-59.
- ¹⁰ Vasco Mantas, O porto romano de Lisboa, *Puertos Fluviales Antiguos: Ciudades, Desarrollo e Infraestructuras*, Valência, 2003, pp.13-29 (= Mantas, *Lisboa*).
- ¹¹ Vasco Mantas, As cidades marítimas da Lusitânia, *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, pp.154-156; A. Monge Soares, O teor em radiocarbono das conchas marinhas: um indicador paleo-oceanográfico, *Setúbal Arqueológica*, 11-12, 1997, pp.17-25; Nick Marriner / Christophe Mohrange, Geoscience of ancient Mediterranean harbours, *Earth-Science Reviews*, 80, 2007, pp.137-194.
- ¹² *Itinerarium Antonini Augusti* (ed. P. Wesseling), *Vetera Romanorum Itineraria*, Amesterdão, 1735 (= *It.*).
- ¹³ Grande parte da legislação viária encontra-se reunida no *Código de Teodósio* e no *Digesta bizantino: The Theodosian Code and Novels and the Sirmonian Constitution* (trad. C. Pharr), Princeton, 1952; *Digesta, (recognovit Th. Mommsen, retractavit P. Krüger)*, *Corpus Iuris Civilis*, I, Dublin – Zurique, 1973².
- ¹⁴ Vasco Mantas, *A via romana Bracara – Cale: traçado, funções e influência no povoamento regional*, *Revista de Guimarães*, 110, 2000, pp.53-87.
- ¹⁵ J. Cardim Ribeiro, Felicitas Iulia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea, Al-Madan*, 3, 1994, pp.79-81; Jorge de Alarcão, Scallabis e o seu território, *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, 2002, pp.44-46. Não identificamos *Arabriga* com *Ierabriga*, pois nos limitamos a sugerir, convictamente, um lapso de Ptolomeu, que teria atribuído à última o topónimo da primeira destas *mansiones*. As coordenadas não permitem outra interpretação.
- ¹⁶ Amílcar Guerra, A epigrafia de Scallabis, *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, 2002, pp.179-184 (= Guerra, *Scallabis*); Rainer Wiegels, *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien*, Berlim, 1985, pp.85-86.
- ¹⁷ Esta circunstância, que em certos casos se pode relacionar com as diferentes entidades a quem competia a construção e manutenção das vias, verifica-se no troço colonial da estrada *Scallabis – Seillium* e muito claramente no traçado da estrada *Ebora – Pax Iulia*, onde a via quase desaparece no território pacense: T. Pekary, *Untersuchungen zu den römischen reichsstraßen*, Bona, 1968, pp.113-115; Pierre Sillières, Deux nouvelles bornes milliaires de la voie Ebora – Pax Iulia, *Conimbriga*, XXIII, 1984, p.63.
- ¹⁸ Jorge de Alarcão, As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita, *Conimbriga*, XLV, 2006, pp.211-252; Jean-Gérard Gorges / Francisco Martín, Voies romaines, propriétés et propriétés à l’Ouest de Mérida: Problèmes d’occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous l’Haut-Empire, *Sociedad y Cultura en la Lusitania Romana*, Mérida, 2000, pp.101-153.
- ¹⁹ Considerando tratar-se de uma estação viária a sul de *Aritium*, a 28 milhas de *Abelterium* (Alter do Chão), levando a via pela ponte da Ribeira de Seda, *Aritium Praetorium* deve procurar-se não muito longe de Bemposta, em Tamazim ou Venda das Mestas. O vocábulo *praetorium* tem frequentemente, como decerto neste caso, um significado viário: Albert Grenier, *Manuel d’archéologie Gallo-Romaine*, II, *Les Routes*, Paris, 1934, pp.200, 204-208; Raymond Chevallier, *Les voies romaines*, Paris, 1972, pp.214, 217.
- ²⁰ Isidoro, *Orig.*, XV, 16, 7; Pierre Sillières, *Les voies de communication de l’Hispanie méridionale*, Paris, 1990, pp.783-790 (=Sillières, *Voies*).
- ²¹ Varrão, *Res Rust.*, I, 2, 23.
- ²² Vasco Mantas, Vias e portos na Lusitânia romana, *Mesa Redonda Internacional Sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*, Madrid, 2005, pp.434-435, 444-445.
- ²³ Segundo o estudo de Konrad Miller das vias do Anónimo de Ravena, dois dos três itinerários principais da Península Ibérica partem de Lisboa, sendo o terceiro a *Via Augusta*, com início em Cádiz: Konrad Miller, *Die Peutingerische Tafel*, Estugarda, 1962², pp.7-8.
- ²⁴ Mantas, *Rede*, I, pp.579-584.
- ²⁵ Mário Saa, *As grandes vias da Lusitânia. O itinerário de Antonino Pio*, VI, 1967, pp.47-57. Em Alenquer situar-se-ia uma inexistente *Laqueia*.
- ²⁶ Consultar, sobre esta estação arqueológica, a comunicação inserida nestas Atas: João Pimenta / Henrique Mendes, *Sobre o povoamento romano ao longo da Via de Olisipo a Scallabis*.
- ²⁷ Tivemos conhecimento do referido miliário em meados dos anos oitenta, através do então diretor do Museu Municipal de Alenquer, João Fernandes Gomes. Infelizmente, dificuldades de vária ordem, inclusive de acesso ao local, impediram-nos o seu estudo. Lembramos que Constâncio Cloro e os imperadores da dinastia constantiniana usaram também o gentílico *Flavius*.
- ²⁸ Mantas, *Rede*, I, p.581; II, p.330 (*USAF* 1958 n° 3263).
- ²⁹ Jorge de Alarcão, *Roman Portugal*, II, 2, Warminster, 1988, pp.117-118 (= Alarcão, *Portugal*).
- ³⁰ Alarcão, *Portugal*, II, 3, p.162.
- ³¹ Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à história de Portugal*, Lisboa, 1977, p.81.
- ³² Guerra, *Scallabis*, p.179.
- ³³ Estrabão, III, 3, 1-4.
- ³⁴ Mantas, *Rede*, I, pp.292-293, 592.
- ³⁵ Maria José de Almeida, O planalto de Marvila e os núcleos ribeirinhos, *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, 2002, pp.83-93.
- ³⁶ Vasco Mantas, A rede viária de Scallabis, *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, 2002, pp.111-112.
- ³⁷ Roldán Hervás, pp.19-37, 111-115.
- ³⁸ Mantas, *Rede*, I, p.579.

- ³⁹ Independentemente do ponto de partida, o traçado da estrada não é difícil de identificar, pautado por vestígios romanos significativos: Mantas, *Rede*, I, pp.771-776.
- ⁴⁰ *Claudi Ptolomaei Geographia* (ed. C. Mueller), I, Paris, 1883, p.162.
- ⁴¹ Mantas, *Rede*, I, pp.579-580. Atribuímos um valor médio de 63 milhas por grau, correspondentes a 500 estádios alexandrinos.
- ⁴² Amílcar Guerra, A respeito do nome de Vila Franca de Xira, *Cira*, 7, 1995-1997, pp.155-167.
- ⁴³ J. Vernet Ginés, Toponímia arábica, *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, I, Madrid, 1960, p.569.
- ⁴⁴ A. Luísa Duarte / Clementino Amaro, Casa dos Bicos. A cidade e a arqueologia, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, 1986, pp.151-152; Mantas, *Rede*, I, pp.276-280.
- ⁴⁵ Luís Marinho de Azevedo, *Primeira parte da Fundação, Antiguidade e Grandeza da mui insigne cidade de Lisboa*, III, Lisboa, 1652, p.281; *CIL* II 4631; Mantas, *Rede*, I, pp.281-283.
- ⁴⁶ A. Coelho Gasco, *Primeira parte das Antiguidades da mui nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princeza do Mar Oceano*, Coimbra, 1924, p.317; Mantas, *Rede*, I, pp.284-286; João Pimenta / Henrique Mendes, A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo, *Alverca. Da Terra aos Homens*, Vila Franca de Xira, 2007, pp.57, 64-65.
- ⁴⁷ Luís Cardoso, *Diccionario Geographico*, I, Lisboa, 1747, p.241; *CIL* II 4633; Mantas, *Rede*, I, pp.288-291.
- ⁴⁸ Pedro de Azevedo, *Miscelânea, O Archeologo Português*, XIII, 1908, p.20; Vasco Mantas, Vias romanas no concelho de Loures, *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*, Loures, 1998, p.22.
- ⁴⁹ A total ausência de miliários no território olisiponense a norte de Loures na estrada que seguia para norte e a evidente boa qualidade da via entre Loures e a zona de Alverca determinaram a nossa mudança de opinião.
- ⁵⁰ Francisco de Holanda, *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (introd., notas e comentários de J. da Felicidade Alves), Lisboa, 1984, p.21-23, 54.
- ⁵¹ Marinho de Azevedo, p.234.
- ⁵² Sobre o traçado da via nesta área: Mantas, *Rede*, I, pp.766-769. Consultar também a comunicação apresentada nesta Mesa-Redonda: Rodrigo Banha da Silva, *Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira*.
- ⁵³ Claude de Bronseval, *Peregrinatio Hispanica* (introd., trad. e notas de Dom Maur Cocheril), I, Paris, 1970, pp.326, 451.
- ⁵⁴ O códice *Florentinus Laurentianus* (*plut.*89, *sup. cod.*67), do século X.
- ⁵⁵ J. M. Roldan Hervás, Sobre el valor métrico de la milla romana, *Crónica del XI Congreso Nacional de Arqueología*, Saragoça, 1972, pp.533-539; Mantas, *Rede*, I, pp.429-438.
- ⁵⁶ Grenier, pp.142-143; Sillières, *Voies*, pp.326-328.
- ⁵⁷ G. Arias Bonet, El secreto de Antonino, *El Miliario Extravagante*, 2, 1963, pp.18-36; Portugal a la vista, *El Miliario Extravagante*, 10, 1965, p.228-238.
- ⁵⁸ Neste caso, contando as 38 milhas até *Aritium Praetorium* a partir de *Scallabis*, torna-se difícil interpretar a estação de *Perbrigam* do Anónimo de Ravena como *Ierabriga*, a menos que haja omissão de alguma *mansio* intermédia. no entanto, recordamos, Tamazim, um dos locais prováveis para situar *Aritium Praetorium* fica a uns 57 quilómetros do Porto de Escarou-pim.
- ⁵⁹ A. Vieira da Silva, Uma estação lusitano-romana no sítio de Poço de Côrtes, *Revista Municipal*, 20-21, 1944, pp.37-41; J. Cardim Ribeiro, Aponianicus Poliscinius: um falso teónimo, *Veieira*, 2-3, 1985-1986, pp.311-325.
- ⁶⁰ Saa, II, 1959, pp.53-54; Paulo Silva, A batalha de Alfarrobeira, *Alverca. Da Terra aos Homens*, Vila Franca de Xira, 2007, pp.111-121.
- ⁶¹ Consultar, sobre esta estação arqueológica, a comunicação inserida nestas Atas: Sandra Brazuna / Manuela Coelho, *A villa das Almoinhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização*.
- ⁶² A distância da estação de Almoinhas desde Lisboa e até Alverca, a presença de dois miliários, a importância do armazenamento de água, a presença de escórias, a dimensão dos edifícios e sua relação com a estrada, a existência de uma necrópole, tudo sugere a localização de uma *mutatio*. A ausência de vestígios de mosaicos aponta no mesmo sentido.
- ⁶³ João Pimenta / Henrique Mendes, A escavação de um troço da via romana Olisipo – Scallabis em Vila Franca de Xira, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10, 2, 2007, pp.189-228. Agradecemos cordialmente aos autores a cedência da foto da via.
- ⁶⁴ Mantas, *Rede*, I, pp.755-756; Fernão Lopes, *Primeira parte da crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória* (ed. J. Hermano Saraiva), Lisboa, 1977, p.405.
- ⁶⁵ Mantas, *Rede*, I, pp.677-678.
- ⁶⁶ Botelho da Costa Veiga, A via romana Lisboa – Alter – Mérida, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 5, 1941, pp.33-44; ANTT, *Forais Antigos*, Maço 12, nº3, fls.32: *Ad orientem vallata q. francigines fecerunt usque ad viam vetrem que venit de Santarem ad Alanquer*.
- ⁶⁷ Bronseval, I, p.324; João de Almeida, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, II, Lisboa, 1946, pp.251-252.
- ⁶⁸ Rodrigues Cavalheiro / Eduardo Dias, *Memórias de forasteiros. Aquém e Além-Mar*, I, Lisboa, 1945, p.226; Mantas, *Rede*, I, 762-765.
- ⁶⁹ Sidónio Apolinário, *Carm.*, 24.

“O troço inicial da Via *Olisipo-Bracara* e o problema da localização de *Ierabriga*”.

AMÍLCAR GUERRA¹ PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

RESUMO:

Um dos obstáculos que se coloca à análise do antigo sistema viário romano e dos seus vestígios reside na facilidade com que os estudos, tanto precedentes como atuais, atribuem a esse período os restos de viação antiga subsistentes na paisagem. Chama-se, por isso, mais uma vez a atenção para a necessidade de adotar uma metodologia de investigação mais rigorosa, que submeta os elementos em estudo a uma rigorosa crítica. Como contributo para esta imensa tarefa que se apresenta à investigação, reanalisa-se um dos troços mais conhecidos da via que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta* à luz dos dados mais recentes. Tendo em conta a recente descoberta de marcos miliários no sítio de Almoínhas (Loures), tecem-se algumas considerações sobre o percurso efetivo desse importante eixo viário, tendo em consideração as informações que dele nos transmite o *Itinerário de Antonino*. Valorizam-se igualmente os contributos fornecidos pelos marcos miliários desta região e reaprecia-se, com base no conjunto de elementos disponíveis, uma localização da estação viária de *Ierabriga* diferente daquela que a tradição mais recente consagrou.

Palavras-chave: *Ierabriga*, *Olisipo*, *Scallabis*, via romana *Olisipo-Bracara*, marcos miliários.

1.

Na perspetiva da nossa tradição historiográfica, o sistema viário constituiu um dos mais marcantes contributos que a presença romana nos legou. A posição relevante destas antigas vias tornou-se de tal modo um lugar comum na valorização dessa marca itálica que, por esse facto, se converteu num dos problemas que os arqueólogos enfrentam na sua leitura histórica das paisagens modernas. Não é fácil, por isso, no estado atual da investigação, analisar criticamente toda a informação precedente, distinguir nela o que é atribuição fiável ou mundo romano ou que constitui apenas uma conjectura pouco fundada.

Este fenómeno atinge, no essencial, duas vertentes distintas, mas ambas associadas à realidade viária. De um lado, a questão coloca-se em particular em relação aos caminhos ou, mais especificamente, às tradicionais calçadas, as quais ganham quase sistematicamente uma atribuição cronológica desse período, ainda que os seus fundamentos sejam muitas vezes discutíveis ou mesmo inconsistentes; Outra, talvez ainda mais grave, tem a ver com as pontes, condenadas quase inevitavelmente por muitos a pertencer a esse mesmo período, desde que aparentem alguma antiguidade. Por isso, a legenda que se colocava num bilhete postal, no verso de uma imagem da Ponte da Senhora do Desterro (S. Romão, Seia), “ponte romana com mais de 500 anos” e que nos faz sorrir, corresponde na realidade a uma ideia mais implantada do que julgamos, não apenas na cultura popular, o que não seria grave, mas em obras da especialidade usadas com frequência como fontes de informação, mas não suficientemente rigorosas na análise crítica da documentação.

A partir de alguns elementos de viação antiga (no essencial alguns troços de calçadas e pontes) estabeleceram-se percursos viários mais ou menos hipotéticos que passaram facilmente a seguros quando a documentação de período medieval ou moderno fornecia indicações a respeito de caminhos que coincidiam com os dessas conjeturas.

Não se nega, naturalmente, que a existência de um determinado caminho em fase anterior ao desenvolvimento das comunicações terrestres, nos sécs. XIX e XX, possa constituir um indício de uma origem anterior. Mas não deve transformar-se uma formulação deste tipo numa outra, aparentemente idêntica, mas metodologicamente bem distinta: que uma importante via atestada em fontes medievais ou modernas tenha boas possibilidades de assentar sobre um antigo traçado romano.

É muito importante ter em consideração que a Idade Média e os períodos subsequentes desenvolveram e alteraram a tradição anterior e, apesar de partirem dela, tiveram a capacidade de criar realidades novas, adaptadas as necessidades do desenvolvimento do território em cada fase.

Não negamos que, com esta metodologia se possam obter alguns pertinentes resultados. Contudo, é preciso ter em conta que entre as últimas informações das fontes latinas e as destas fases mais avançadas permeiam geralmente muitos séculos sem documentação, sendo, por isso, difícil aceitar que tudo se tenha mantido estável e inalterado ao longo de tanto tempo.

2.

A investigação histórica nesta vertente, assenta, deste modo, em dois princípios antagónicos. Por um lado, constata-se que, do ponto de vista da geografia física, as alterações são lentas e pouco profundas e, na generalidade, poder-se-ia aceitar que, excetuando as intervenções do último século, o território não se modificou substancialmente ao longo do tempo. Compreende-se, por isso, a tendência para a manutenção dos caminhos ao longo das épocas, definindo desta forma um “princípio da continuidade” que poderia subjazer aos estudos viários. Não seria difícil encontrar no Ocidente hispânico troços atuais que se sobrepõem a estruturas idênticas que remontam ao período romano. Por exemplo, o setor em análise, parte da importante via que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*, tem sido tomado como um exemplo de perduração de um traçado ao longo de muitos séculos.

Não é menos verdade, contudo, que as alterações na organização do território, no desenvolvimento das cidades e, por consequência, nas comunicações terrestres dependeram necessariamente da especificidade de cada época. Por essa razão, devemos estar precavidos, admitindo transformações na viabilidade, não apenas nas últimas centúrias, em que essa tendência se acentuou de modo substancial, mas mesmo em fases mais recuadas. Poderia, desta forma, falar de um “princípio da adequação” pelo qual os sistemas viários de adaptam aos condicionalismos históricos de cada momento. A busca de novos percursos, de variantes melhores e mais vantajosas, de novas travessias, mais fáceis e seguras, adquirem a sua plena justificação em todas as épocas e devemos considerar permanentemente essa possibilidade.

3.

As questões que se colocam a esta vertente da investigação são, portanto, complexas, até porque se dispõe de informação de natureza variada, mas nem sempre fácil de interpretar. Talvez mesmo a mais problemática continue a ser a utilização abusiva de identificação como “via romana”, muitas vezes à cronologia ou à natureza dos vestígios.

Para a sua definição e integração na época romana devem confluir, de preferência, uma conjugação dos seguintes dados²:

a) O argumento arqueológico. Corresponde a determinados vestígios documentados (tipicamente vias e pontes), geralmente estruturas observáveis à superfície ou por teledeteção. Como decorre da própria natureza da disciplina, é preciso ter a consciência que a “linguagem” da arqueologia é substancialmente mais ambígua que a dos dois domínios a seguir referidos. O indicador típico e mais sugestivo deveria ser, naturalmente, o registo material da própria via. Por tradição espera-se, nestas circunstâncias, uma calçada mais ou menos característica, embora já esteja amplamente estabelecido na literatura científica moderna que em muitas circunstâncias, mesmo eixos viários de uma certa importância não assumiam em todos em toda a sua extensão essa forma que uma determinada tradição lhe atribui.

Por outro lado, não se revela fácil superar a tendência para atribuir qualquer calçada ao período romano, muitas vezes sem fundamento. Para perceber a dimensão deste problema basta percorrer a base de dados Endovélico, onde ele se revela com frequência. Quem, a título de exemplo, compilar os elementos fornecidos pelo repertório arqueológico respeitante ao concelho de Alijó, encontrará oito entradas em que o tipo de sítio é definido como “via”. A consciência de que nem todos estes antigos caminhos serão de origem romana, levou certamente os responsáveis pelas respetivas descrições e atribuições cronológicas a manifestarem alguma precaução. Assim acontece em relação ao CNS 15208 – Calçada de S. Mamede de Ribatua e ao CNS 15205 – Calçada de Vila Verde, assinalados como de cronologia indeterminada, eventualmente romana. Das restantes, uma, a que respeita o CNS 11984 – Chã, é considerada medieval, enquanto todas as outras são dadas como romanas, por via da regra sem qualquer argumento sólido. Se tivermos em conta que neste concelho não há cidades romanas conhecidas, não temos atestado qualquer marco miliário nem muito menos subsiste qualquer fonte literária clássica que aluda a um percurso viário que por aí passasse, teríamos de admitir que os 5 troços assinalados pertenceriam a vários caminhos de uma rede secundária. Se, assumindo como válida esta interpretação, estendêssemos a todos os concelhos esta análise, daria como resultado uma tão apertada rede de comunicações que naturalmente se tornaria inverosímil.

Há, por isso, que tomar com precaução estas informações. Identificar esses vestígios como da época romana é uma decisão que deve ser muito ponderada e não um resultado de uma presunção baseada apenas numa tradição, oral ou escrita, demasiado dependente da ideia de que toda a calçada é, por sua natureza, romana. Muitos troços haveria em que os elementos definidores dos caminhos romanos seriam ténues, não correspondendo necessariamente a qualquer estrutura pétreia. Por outro lado, como se encontra já consagrado no meio arqueológico, nem todas as antigas calçadas se podem atribuir ao mundo romano e à sua proverbial capacidade de lançar novos e duráveis eixos viários.

Por essa razão é fundamental que a análise da componente arqueológica se socorra de outros elementos complementares, capazes de lhe conferir maior valor probatório. Têm sido utilizados, para além disso, outros argumentos que radicam igualmente na observação de outras realidades arqueológicas, não do foro viário, mas relacionados com as próprias estratégias de ocupação do espaço. A existência de cidades ou povoados em que uma cronologia romana se encontra bem determinada constitui naturalmente um importante indicador para o traçado dos antigos caminhos. Uma parte significativa dos lugares pelos quais as mais importantes vias romanas passavam correspondia a núcleos urbanos, razão pela qual a investigação determinou facilmente a sua localização atual. Todavia, mesmo em alguns casos de núcleos de certa dimensão e uma parte de outros estabelecimentos de

menor importância, essa circunstância não se verifica. Em todos os casos, porém, a investigação tem apontado, com solidez de argumentos que varia muito, mas na maioria dos casos as propostas de identificação são, na minha perspectiva, demasiado arrojadas.

O mesmo se tem procurado dizer a respeito das *villae* ou outros indícios de habitat de dimensões ainda menores. Todavia, se tivermos em conta o facto de os antigos percursos se apresentarem com frequência como um espaço perigoso, como assinalam algumas fontes latinas, obriga a ponderar uma eventual estratégia de disposição desses sítios sobre os eixos viários.

Mais problemático ainda será identificar um determinado percurso por outro tipo de vestígios arqueológicos. Naturalmente, a descoberta das próprias estações viárias apresentar-se-iam, nestas circunstâncias, como o mais desejável. Simplesmente a definição das características que assumem estes espaços de apoio aos viajantes e ao correio imperial apresenta-se, de uma maneira geral, como uma tarefa muito difícil. São muito raros os exemplos referidos na literatura da especialidade e nem sempre as peculiaridades destes sítios conferem segurança à sua identidade. Se estas questões se colocam a respeito das estruturas escavadas, certamente que elas se ampliarão substancialmente quando nos baseamos apenas nos vestígios existentes à superfície ou nos resultados da teledeteção.

b) Argumento literário. Implica, em primeiro lugar, a existência de uma atestação toponímica numa das fontes latinas, em especial nas de natureza viária. No caso do Ocidente hispânico as obras desta natureza são bastante circunscritas, resumindo, na prática, ao *Itinerário de Antonino*, sem dúvida a de maior relevância, a que se junta a obra tardia, conhecida como o *Anónimo de Ravena*. Esta última assume claramente um menor relevo porque se limita a uma listagem ordenada de nomes de lugar, os quais, de uma maneira geral obedecem a uma determinada disposição que em boa parte corresponde a sequências de estradas romanas, em geral conhecidas também por outras vias.

A primeira das obras referidas, no entanto, conjuga outros elementos, circunstância que faz dela provavelmente a mais sólida referência em que assenta o conhecimento da rede viária fundamental na maioria das províncias romanas. Para além da identificação da via, indicando o seu início e terminus, bem como a extensão total, enunciam-se depois as sucessivas estações viárias, com a indicação da distância que medeia entre cada uma delas. Por essa razão, outra das bases em que deve assentar a localização de cada uma destas realidades, deve, por princípio, revelar uma certa verosimilhança em relação às distâncias apontadas por estas fontes.

c) Argumento epigráfico. Corresponde, tipicamente, à existência das características manifestações inscritas em suporte durável e associadas aos caminhos romanos, designadas como marcos miliários. Estes vestígios colocam uma questão de fundo que pode limitar eventualmente o valor probatório deste tipo de monumentos. Uma vez que a maioria deles se encontra seguramente fora do seu contexto original, as garantias de que o lugar de achado corresponda à sua posição primitiva encontram-se comprometidas. A prática tem demonstrado, todavia, que a parte significativa destes restos materiais não foi substancialmente deslocada e pode funcionar como um indicador, pelo menos aproximado, de um traçado viário. Os textos que ostentam, associados por regra a uma figura imperial, possibilitam igualmente uma atribuição cronológica bastante precisa, o que constitui uma informação muito útil.

Mas o dado mais interessante no caso vertente respeita à indicação da distância que a separa do município a que um território pertence, circunstância infelizmente algo rara e nem sempre inequívoca. Para além de um indicador topográfico muito relevante, uma vez que reportável, por via da regra, a lugares conhecidos, os elementos podem ser comparáveis

com a informação plasmada na literatura especializada, em particular no *Itinerário de Antonino*. Desta forma, este tipo de documentos pode considerar-se, por regra, como um dos contributos mais fiáveis quando se trata de marcar no território determinado percurso.

d) Argumento linguístico. Assenta, por definição, numa relação etimológica entre um nome antigo, próprio ou comum e um topónimo ou micro-topónimo atual ou documentado em fontes mais recentes. Os elementos mais seguros, correspondem, nesta vertente, às designações dos centros urbanos principais ou das estações viárias intermédias, cujos nomes persistiram, de forma mais ou menos encoberta, no moderno apelativo. Como norma genérica, verifica-se que, quase sempre as designações pré-romanas e romanas se conservaram de alguma forma, o que permite pelo menos delinear o traço geral dessas vias. No entanto, nem sempre são lineares as relações entre o vestígio antigo e o atual, bastando para tal recordar o casos das duplas *Conimbriga / Coimbra* ou de *Cale / Gaia*. Estes exemplos alertam-nos para o facto de ser desejável confirmar estas aproximações onomásticas de uma análise histórica, se possível documentada com atestações de diversas épocas. Esta situação revela-se, contudo, excecional, não impedindo que, por via da regra, que não houve mobilidade geográfica significativa de topónimos romanos ao longo do tempo.

Têm sido usados, a par das componentes toponomásticas, os elementos que fazem parte do léxico comum que de alguma forma se associam a caminho antigo ou a realidades conexas. Muitos deles (como “Carril”, “Carreira”, “Canada”, “Calçada”, “Vialonga”) são de natureza vaga e não ajudam muito na determinação de uma cronologia para as realidades viárias. Mas outros, entre eles “Mesão” (Mantas, 1996a, p. 267), ou “Arrefece” (Mantas, 1993, p. 221) apontam para períodos muito concretos e têm aparentemente um valor inequívoco. No entanto, estes elementos têm valores muito díspares: enquanto alguns remontam claramente a terminologia latina associada aos caminhos, reunindo por isso boas condições para definirem percursos mais antigos, muitos pertencem ao léxico comum da língua portuguesa, pelo que o seu peso pode ser muito limitado.

Importa, enfim, corroborar a ideia de que a solidez de uma proposta se revela precisamente na acumulação dos elementos probatórios enunciados em cada um dos pontos. Cada um deles tem um determinado peso e, por isso mesmo, se pode aceitar genericamente que nenhum, por si só, possa ser decisivo, mas é a associação de vários que confere maior consistência a uma qualquer proposta.

4.

Será, pois, com base nestes pressupostos que abordaremos o trajeto romano entre as duas principais cidades do *conventus Scallabitanus*, *Olisipo* e *Scallabis*. Este trabalho, contudo, não pretende replicar a extensa e sólida dissertação que Vasco Mantas (1996a) lhe dedicou, mas tão só contribuir com algumas achegas sobre dois aspetos conexos: um relativo ao seu traçado inicial e outro à localização de *Ierabriga*.

A cidade romana de *Olisipo* adquiriu uma excecional importância no contexto da Lusitânia, em boa parte devida à sua posição estratégica, no largo estuário do mais extenso rio da Península Ibérica, circunstância que esteve na origem do seu desenvolvimento económico³. Provavelmente por esta circunstância, transformou-se num eixo viário de primeiro plano, como a própria informação “literária” o sublinha. A fonte essencial para a compreensão da rede viária básica, o *Itinerário de Antonino*, permite compreender esta relevância, ao ser considerada como *caput* de cinco percursos fundamentais, que asseguram tanto as ligações norte – sul, como os contactos entre o litoral e o interior.

Dentro destas últimas se incluem três caminhos distintos entre esta urbe e *Augusta Emerita*, uma que passa por *Ebora* e duas que seguem um traçado mais setentrional (Alarcão, 1988a, p. 98-100) todas estas com um troço aparentemente comum à medida que se aproximam do destino. Os contactos por via terrestre com o sul eram assegurados por uma via que tinha como *terminus* a cidade de *Baesuris* (Castro Marim). Por fim, apresenta igualmente ligação a *Bracara Augusta*, uma das mais conhecidas e estudadas do Ocidente hispânico, aquela que será também o objeto da nossa atenção especial neste contributo.

Para além disso, encontra-se documentada, em particular através de miliários, uma outra importante estrutura viária que, partindo do território olisiponense, seguiria para norte, por um percurso mais costeiro que a anterior, passando pelas localidades de *Eburobritium* e *Collipo*. É, por isso, um lugar comum referir que *Olisipo* se transformou, a par de *Bracara Augusta*, num nó viário fundamental da fachada atlântica da Hispânia.

Apesar disso, quando se procuram os elementos materiais que permitem sustentar o efetivo percurso de cada uma destas realidades, constata-se que a informação é reduzida e muito prejudicada atualmente pela crescente densidade urbana que afeta especialmente o território envolvente dos grandes núcleos habitacionais. É o que se verifica precisamente com o troço que será objeto de análise neste trabalho, a secção comum a diversas vias, que ligava *Olisipo* a *Scallabis*.

Resumidamente, para análise desta questão contamos especialmente com algumas referências coetâneas, constituídas pelos dados dos itinerários e pelos elementos de natureza arqueológica e epigráfica. O contributo literário corresponde essencialmente a duas obras de valor informativo distinto: o chamado “Anónimo de Ravena”, uma obra tardia cujo conteúdo se resume essencialmente a uma sequência de topónimos com uma determinada ordem; e o *Itinerário de Antonino Augusto*, que fornece indicações mais precisas e fundamentais na questão vertente. Embora se discuta a cronologia a atribuir a esta informação, aceita-se que o autor deste último “roteiro” das vias principais do império não deva ser posterior ao século III da nossa era, sendo esta a centúria que mais frequentemente se lhe atribui. A obra apresenta, na perspetiva da maioria dos estudiosos, a configuração das vias numa fase já algo tardia do domínio romano, proporcionando dados que se tomam habitualmente como bastante fiáveis.

Esta fonte essencial, para além de identificar os diferentes percursos, seu início e *terminus*, e extensão total, proporciona ainda dados sobre todas as “estações viárias” intermédias e o número de milhas que separa cada uma delas, desta forma⁴:

Iter ab Olisipone Bracaram Augustam mpm CCXLIII sic:

Ierabriga	mpm XXX
Scalabin	mpm XXXII
Sellium	mpm XXXII
Conembriga	mpm XXXIII
Eminio	mpm X
Talabriga	mpm XL
Langobriga	mpm XVIII
Calem	mpm XIII
Bracara	mpm XXXV

Neste elenco de nomes de lugar chamou-se a atenção para um aspeto menos evidente: enquanto, por via da regra, os topónimos se colocam em ablativo, em alguns regista-se o acusativo. No traçado em causa esta circunstância é relativamente abundante, uma vez que tal ocorre precisamente em três estações viárias: *Scallabin*, *Sellium* e *Calem*. A interpretação mais comum dada a esta peculiaridade teria que ver com uma diferente relação entre o percurso e o lugar: se o ablativo significava que a localidade se situava na própria via, o acusativo indicaria que a contagem se fazia até ao ponto de onde saía uma ligação a esse lugar⁵. Esta interpretação é especialmente sugestiva no caso de *Scallabis*, cidade situada numa proeminência das margens do Tejo, posição em que se justificaria que o trajeto principal se fizesse pela zona mais baixa, da qual sairia um ramal de ligação àquela que foi a capital do *conuentus iuridicus*⁶.

Esta observação tem implicações na interpretação dos dados acima referidos, uma vez que, para cumprir integralmente o caminho de *Olisipo* à sede conventual haveria que percorrer não apenas as 62 milhas que o *Itinerário* aponta, mas ainda uma distância indeterminada, correspondente ao ramal de ligação. Se tivermos em conta que uma milha romana corresponderia a cerca de 1480 m, uma viagem entre estas duas cidades implicava, na antiguidade, duas jornadas e o cumprimento de uma distância algo superior a 92 km, uma vez que não se contabiliza aqui o troço de ligação à via principal. Ora a mesma deslocação implica atualmente 78 km pelo caminho mais curto, o que não deixa de causar alguma perplexidade a quem lida com a viação romana, na qual se obtinham, por via da regra, soluções viárias mais breves⁷.

Para além disso, se analisarmos o remanescente da ligação para *Bracara Augusta*, percebe-se que as 182 milhas que distavam de *Scallabis* a esta cidade no período romano, correspondentes a cerca de 270 km, se encontravam aquém dos 294 km atuais, contabilizados pelo caminho mais curto, o que configura a uma situação normal, uma vez que as vias romanas são, como regra, mais breves. Devemos questionar-nos, por isso, sobre as razões da discrepância registada no troço de *Olisipo* e *Scallabis*, em particular sobre a circunstância claramente anómala de o antigo percurso entre estas duas cidades ser tão extenso.

Uma resposta a esta questão deve encontrar-se na informação que nos é transmitida, em particular nos marcos miliários, a qual, de uma forma geral contém dados que se compaginam com os que o *Itinerário de Antonino* fornece. Infelizmente, a densidade destes monumentos epigráficos é muito reduzida na região do Baixo Tejo, nada comparável com a que se verifica, por exemplo, no entorno bracarense. Todavia, é este último caso que configura uma situação anormalmente rica de dados, mantendo-se a área de Lisboa dentro de parâmetros considerados normais. A carência de elementos foi recentemente diminuída com um excecional achado de dois miliários, que se encontram, em boa verdade, na origem deste contributo e das suas propostas. Estes vêm juntar-se a um achado similar, proveniente da Quinta do Castanheira ou de S. António, em Frielas⁸, situando-se, portanto, a cerca de uma milha dos marcos recentemente identificados.

5.

A descoberta resultou de uma importante intervenção executada pela empresa ERA-Arqueologia⁹ no lugar de Almóinhas, Loures, onde veio a identificar-se, segundo as responsáveis pelas primeiras investigações, estas ainda sob outra responsabilidade (Oliveira, 1998; 2001), uma excecional *villa* romana. Os principais resultados destes trabalhos arqueológicos, para além de outra divulgação, foi igualmente objeto de uma comunicação

a este colóquio, põem em evidência a proximidade deste sítio de um eixo fundamental de comunicação, junto do qual se identificaram dois marcos miliários. Um deles apresenta uma leitura difícil e da análise das suas particularidades não resultaria seguro tratar-se de um vestígio classificável como tal se não acompanhasse um outro de interpretação clara.

Sobre este último se iniciou um estudo, de colaboração com Artur Ribeiro¹⁰, e se apresentou já uma palestra no Museu Nacional de Arqueologia, cujas conclusões principais aqui se retomam. Entre os aspetos mais relevantes desta epígrafe viária sublinham-se dois aspetos: um que se prende com a titulatura imperial e a cronologia do monumento; outro que corresponde provavelmente à indicação da distância. Sobre o primeiro remetemos para um trabalho a publicar em breve. Incidir-se-á apenas sobre o segundo, uma vez que só ele interessa realmente na questão vertente.

A informação relevante para o assunto em análise reside na circunstância de a inscrição registar na última linha e num caractere consideravelmente mais alto, o numeral X, em manifesta posição de destaque. Ainda que a seqüência do texto permitisse considerar também a ordem do seu poder tribunício, o destaque dado o numeral pode fundamentar a sua interpretação como contagem de milhas. Não se teria levantado esta hipótese se não se desse a circunstância de a distância que separa o local de achado da sede municipal em que território se integraria, *Olisipo*, não se adequasse com bastante rigor a esta indicação. De facto esta hipótese ganha alguma consistência, uma vez que os quase quinze quilómetros que separam o lugar de Almoínhas do primitivo núcleo romano de Lisboa correspondem bem a dez milhas, considerando um percurso direto, como é habitual na tradição viária romana.

Importa, no entanto, determinar o contexto viário em que este monumento se deve integrar. Não parecem restar muitas dúvidas, tendo em consideração o que a investigação estabeleceu como relativamente seguro, que esta estrutura deveria incluir-se no início de uma ligação bem conhecida que de *Olisipo* se dirigia a *Eburobritium* e *Collipo*, atestada de forma incontestável por alguns miliários¹¹. Há alguns anos, todavia, Vasco Mantas (1996a, p. 765-768; 1999, p. 20-23) demonstrou, com dados bastante abundantes e convincentes, que o troço inicial servia, para além do citado caminho, também os viajantes que tomavam a direção de *Scallabis* e localidades seguintes. Deste modo, pouco depois de a estrada ultrapassar a atual localidade de Loures, divergia, tomando duas direções: uma seguia em frente, na direção norte; outra descrevia uma curva e contornava todo o vale do Trancão e seus subsidiários, que se estende até Vialonga, aproximando-se do curso do rio Tejo por alturas da moderna Alverca. O mesmo autor sublinha, de resto, a circunstância de esta passagem se encontrar muito bem atestada em data posterior, uma vez que correspondia a “estrada real”.

Na sua perspectiva e seguindo uma ampla tradição, este percurso respeitava a uma variante mais longa (daí o sugestivo topónimo *Vialonga*) de uma via direta que seguia mais próxima do rio Tejo e que atravessaria o rio Trancão na zona de Sacavém, onde se teria construído, já em tempos romanos, uma ponte¹². A existência desta alternativa mais curta assentava em especial no facto de Francisco de Holanda documentar esta estrutura, da qual fornece um desenho, ao mesmo tempo que lamenta encontrar-se nesse momento arruinada, impedindo a sua utilização e obrigando a utilizar precisamente a variante a que se aludiu, com o “rodeio de ir ao Tojal” (Holanda, 1984, p. 26). Apesar de referir o seu estado de destruição, a documentação gráfica não revela os vestígios de ruína, pelo que se pode depreender que se trata mais de uma reconstituição ideal que de um desenho realista da obra referida¹³.

A sua atribuição ao período romano pode muito bem assumir, nestas circunstâncias, alguns riscos, que importaria eliminar com dados mais consistentes¹⁴. Subsistem, na minha perspectiva, sérias dúvidas a respeito da correspondência entre a interpretação moderna das informações transmitidas pelo *Itinerário de Antonino* e os dados que os marcos miliários fornecem, tema que se aborda de seguida.

6.

No que especificamente respeita ao percurso em análise, a obra referida indica que, na ligação de *Olisipo* a *Bracara*, separadas por um total de 244 milhas, as primeiras estações viárias são *Ierabriga* e *Scallabis*, definindo duas jornadas de extensão idêntica. Daqui decorre que *Ierabriga* se situa aproximadamente a meio do percurso entre *Olisipo* e a capital do *conventus iuridicus* e que a distância total entre estas duas últimas corresponderia, na antiguidade a mais de 62 milhas (92 km). De certo modo esta medida tem algo de surpreendente¹⁵. Atendendo ao facto de que, como se disse, a cidade de *Scallabis* não se encontrar no eixo da via, mas ser ligada a este por um ramal, não contabilizado nesta medida, a distância que seria necessária percorrer na antiguidade ultrapassava de forma substancial a mais curtas ligações atuais, com menos 13 km de extensão. Este dado é tanto mais inesperado quanto, no total da via, de *Olisipo* até *Bracara*, se verifica que o antigo percurso era, na sua globalidade mais breve.

Importa explicar, por isso, qual seria a razão para esta circunstância aparentemente anómala. Porque razão, sendo habitualmente os caminhos romanos mais breves que os atuais se verifica neste caso o contrário e de forma tão acentuada. Ou dito, por outras palavras, por que motivo os antigos traçados, que muitas vezes se aproximam de um percurso em linha reta, neste caso se distanciam tanto desse princípio.

7.

Esta discrepância veio juntar-se a um outro dado, bem conhecido na tradição dos estudos viários desta região, habitualmente tomado como um aspeto estranho a necessitar de explicação. O único miliário tradicionalmente registado nesta área correspondia a um monumento perdido, proveniente de Alverca, no qual se inscreveria, segundo a lição consagrada¹⁶ (CIL II, 4632), a distância de XXIII ou XXVIII milhas, contadas, naturalmente a partir de *Olisipo*. Esta medida, contudo, suscitou alguma perplexidade, uma vez que se afigurava excessiva, tendo em consideração não apenas os atuais percursos, mas também os que se estabeleceram para antiga viação, subjacente à contagem do *Itinerário de Antonino*. Na realidade, as tradicionais propostas sobre os caminhos romanos desta região pressupõem um atravessamento do Trancão na área de Sacavém (Hübner, 1871, p. 18), aceitando como fiável a atribuição da ponte aí existente ao período romano, postulada por Francisco da Holanda. Compreende-se, deste modo, que uma consequência lógica desta interpretação acarretaria uma das seguintes consequências: ou o marco miliário não provinha de Alverca, mas de uma localidade bastante mais distanciada de Lisboa; ou o numeral nele registado não teria sido corretamente lido. Esta última possibilidade foi justamente a preferida de V. Mantas, 1999, p. 20) sugerindo que aí se deveria ter gravado realmente a seqüência XVIII, retirando, deste modo, cinco milhas ao percurso.

Ponderados os dados atualmente disponíveis, penso que chegou o momento de considerarmos seriamente uma alternativa à visão consagrada por toda a investigação sobre este tema. Na minha perspectiva, os dados em que se baseia o *Itinerário de Antonino* impedem que se considere, tendo em conta as medidas por ele referidas, um percurso direto, pas-

sando pela ponte de Sacavém, mas, ao invés, sustentam a hipótese de se passar necessariamente pelo vale de Loures e de Vialonga. Isto é, a mais antiga viação de período romano corresponderia sensivelmente à “estrada real”, bem atestada em fase moderna.

Esta convicção resulta da confluência de uma série de fatores, à frente dos quais se encontra precisamente o referido miliário. Por razões de ordem metodológica, deve partir-se do princípio de que a leitura transmitida é correta, em especial se ela se compaginar com outros dados. Ora as XXIII milhas indicadas são perfeitamente compatíveis com a distância correspondente ao percurso alternativo a que se aludiu, que teria como ponto intermédio o sítio de Almoínhas (Loures), para o qual disporíamos da distância intermédia de X milhas. Quer isto dizer que desse lugar até à atual Alverca deveriam contar-se as restantes treze milhas. Se tivermos em conta que este caminho teria de contornar toda a zona baixa defronte a Loures e a Vialonga, respeitante ao vale do Trancão e seus afluentes, o número encontrado afigura-se perfeitamente viável e adequado.

Por outro lado, a recente ocorrência de um miliário de Licínio neste percurso faz todo o sentido. Ao longo do seu reinado levaram-se a cabo intervenções na ligação fundamental entre *Olisipo* e *Bracara*, no âmbito da qual foi igualmente colocado um outro monumento viário do mesmo imperador, encontrado na localidade da Trofa¹⁷. Talvez à mesma intervenção possa pertencer ainda um outro vestígio afim, dos arredores de Braga¹⁸. Ganha desta forma bastante solidez a hipótese de essas epígrafes corresponderem a um melhoramento desse eixo essencial da viação no Ocidente hispânico, levado a cabo no primeiro quartel do séc. III da nossa era, mais propriamente entre 308 e 324.

8.

Aceitar como correta a leitura que Gasco fez do marco de Alverca tem uma importância considerável na localização de *Ierabriga*. Vale a pena, desde logo, fazer esse exercício e considerar as suas implicações, avaliar as suas vantagens e identificar as dificuldades que coloca. Não deixa de ser surpreendente, contudo, que esse dado bastante claro e, além do mais, correspondente a uma medida proporcionada por uma fonte coetânea, não se tenha posto em paralelo, que eu saiba, com as indicações do *Itinerário de Antonino*, levando o confronto até à últimas consequências. Para tal deve ter contribuído sem dúvida uma ideia, já instalada há muito e fortemente arraigada na investigação, de que essa localidade se deveria situar em Alenquer ou nas suas proximidades.

É sintomático, todavia, que nos escólios de André de Resende, um dos mais antigos e simultaneamente dos mais atentos comentadores das fontes clássicas, Diogo Mendes de Vasconcelos (1593, p. 252, 254) tenha sugerido como sua correspondente moderna a localidade de Povos. Esta hipótese teve, de resto, bastantes seguidores até à primeira metade do século XX, ficando substancialmente reduzida a partir daí.

Não é a primeira vez que chamo a atenção para a necessidade de não votar ao abandono estes textos fundamentais da nossa cultura, uma vez que neles se recuperam informações muitas vezes ainda não influenciadas por tradições, nem sempre fundamentadas que acabaram por influenciar a investigação recente.

Convém, no entanto, analisar criticamente os fundamentos da consagrada identificação de *Ierabriga*, nas proximidades de Alenquer, em especial a que se atribui ao lugar de Sete Pedras, ao que se reportam de forma quase sistemática a maioria dos autores recentes. Jorge de Alarcão constitui sem dúvida uma referência, nesta como noutras questões, teve certamente um impacto considerável o que escreveu nos anos ‘70 a res-

peito desta estação viária. Embora hesite a respeito da forma toponímica (considerando em igualdade de circunstâncias *Ierabriga* e *Lerabriga*), assegura que o local “ficava por alturas de Alenquer” (Alarcão, 1973, p. 75), especificando que na área entre Paredes e Sete Pedras se tinha identificado um conjunto de vestígios de certa importância, correspondentes a uma necrópole, ruínas romanas e a “uma inscrição monumental de Adriano (CIL II 4633)”. Alguns anos mais tarde indica-se especificamente os lugares de Quinta do Bravo ou Paredes (Alarcão, 1988a, p. 89; 1988b, p. 117-118; TIR J-29, p. 90) como o topónimo a que respeitariam estes restos materiais. Esta mesma identidade seria confirmada por Vasco Mantas ao constatar que a fotografia vertical obtida pela Força Aérea Americana em 1958 permitia confirmar a existência de uma estação viária nessa mesma área (Mantas, 1990, p. 223).

Não resta a mínima dúvida sobre a existência de importantes vestígios arqueológicos nesta zona, alguns deles com evidente monumentalidade, mas tal facto não constitui um critério fiável para uma decisão sobre este assunto¹⁹. A existência de outros lugares com considerável número de restos materiais romanos no território por onde esta via deveria passar é hoje incontestável, bastando para isso recordar especialmente os casos do Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo)²⁰, do lugar de Povos e da própria Vila Franca de Xira²¹, onde uma intensa ocupação recente pode esconder um habitat romano cujos indícios vieram já esporadicamente à luz do dia.

Em boa verdade, apesar da segurança com os que muitos autores apresentaram a identidade da antiga *Ierabriga*, nem sequer no plano arqueológico, aquele em que geralmente se incidiu, os argumentos foram consistentes. Mesmo a natureza das estruturas identificadas por Vasco Mantas na cobertura aerofotográfica, não são definidas na sua forma e características, sendo apenas apontada a “presença de estações viárias”, sem qualquer outro esclarecimento suplementar²². Ao classificar-se desta forma um determinado resto arqueológico, seria importante fornecer os elementos precisos, dadas as incertezas da investigação a respeito do que pode constituir um indicador tomado como seguro em tal classificação.

Para além disso, estes elementos tiveram em conta algumas considerações de natureza geográfica, baseadas no único dado que temos de tomar, por princípio, como fiável: as distâncias apontadas pelo Itinerário de Antonino. As 30 milhas que separavam esta última estação viária de *Olisipo*, as quais equivalem aproximadamente ao 45 km que separam estes dois pontos do percurso, foram naturalmente invocadas como um argumento adicional.

9.

Não deixa de ser todavia surpreendente que se verifique uma grande discrepância nas distâncias nos dois troços deste percurso inicial da via para *Bracara*. O primeiro, de XXX milhas, equivalia a uma extensão, medida em linha reta, de cerca de 39 km, enquanto que o segundo, de XXXII milhas, respeitante ao percurso até *Scallabis* representava apenas 34 km. Esta diferença é bastante mais acentuada do que aparenta à primeira vista por duas ordens de razões: desde logo porque o segundo tinha mais duas milhas; além disso, tendo em consideração a mais consagrada interpretação do acusativo *Scallabin* e a própria lógica viária, a via em causa não passaria pela própria cidade, mas pelas proximidades, sendo o total medido até ao ponto onde se encontraria o respetivo ramal de ligação, evitando certamente a subida à elevação em que se situava a capital do *conventus*. Em termos práticos,

enquanto no primeiro caso o traçado tem uma extensão que supera em cerca de 4,5 km a linha reta, essa diferença sobe para 13,5 km num percurso sensivelmente igual.

Esta relação não deixa de ser estranha, ainda mais quando se reporta a uma realidade conhecida precisamente pelas soluções técnicas, por via da regra, obtêm percurso viários mais curtos. Havia, naturalmente, uma razão simples que explica a natureza excepcional deste troço, certamente ligada com o facto de ele acompanhar em boa parte o curso inferior do rio Tejo. Esta circunstância obrigou a que se contornassem algumas das principais baixas inundáveis correspondentes aos principais afluentes da sua margem direita (Trancão, Ota-Ribeira de Alenquer e Asseca) o que afetou genericamente todo o traçado até alturas de Santarém.

Nestas circunstâncias e tendo em consideração as ideias já expendidas a respeito do miliário de Alverca, não se deve perder de vista a indicação proporcionada por este monumento, que mais não seja para verificar as questões levantadas por esta nova perspectiva. Como procurará demonstrar-se, ela responde, do ponto de vista metodológico, a mais alguns quesitos do que qualquer outra hipótese até ao momento considerada.

A primeira consequência inevitável que decorre do pressuposto enunciado consiste na deslocação obrigatória da posição de *Ierabriga*. Se em Alverca se cumprem as XXIII milhas, inevitavelmente a referida estação viária terá de encontrar-se entre Vila Franca de Xira e Povos. A primeira apresenta como vantagem o facto de se poder relacionar, do ponto de vista etimológico, com o antigo topónimo, como creio ter demonstrado com bons argumentos, em outra ocasião (Guerra, 1995-97, esp. 160-163). Mas, em contrapartida, alguns dados aparentemente menos favoráveis a esta hipótese se poderiam enunciar. Desde logo, o facto de a distância atual contada a partir de Alverca (cerca de 8 km) ser menos adequada às 7 milhas romanas (cerca de 10,5 km). Esta questão perde todavia alguma da sua relevância ao considerar-se a hipótese, igualmente viável, de em algumas versões do manuscrito de Gasco se ler o numeral XXVIII, o que faria aproximar a distância atual das 6 milhas com que se completaria a distância para *Olisipo*.

Por outro lado, menos favorável à hipótese de Vila Franca poderia ser a circunstância de os vestígios da presença romana serem mais reduzidos, apesar de consideráveis (Parreira, 1987-88, p. 103; Pimenta; Mendes, 2006a; 2006b; 2006c; 2007; Pimenta; Henriques, 2007, p. 223-225). De qualquer modo, o lugar de Povos apresenta já restos materiais romanos de considerável dimensão a respeito dos quais se poderia mesmo considerar a possibilidade de corresponderem a aglomerado de alguma importância (Parreira, 1986; Banha, 1991-92; 1995-97; Calais, 1993-94; Dias, 1995-97; Quaresma, 1995-97; Catarino, 2000; Guerra; Quaresma; Blot, 2000, p. 38-41). Na realidade, o facto de se ter proposto a sua interpretação como *villa* romana não constitui um óbice a essa possibilidade, uma vez que essa hipótese assenta em argumentos pouco consistentes, como já foi reiteradamente admitido. Não pode esquecer-se, todavia, que as circunstâncias do desenvolvimento urbano de Vila Franca não se revela nada favorável à descoberta dos restos materiais das ocupações do lugar no passado. Em certa medida, as descobertas que aí vêm sendo feitas nos últimos anos dão consistência à ideia de aí poder existir um aglomerado romano, o que, naturalmente, reforça a possibilidade de corresponder à antiga *Ierabriga*.

No momento atual não deve, pois, afastar-se nenhuma destas duas possibilidades. Como assinali num trabalho precedente sobre a questão toponímica, a configuração do nome atual, *Vila Franca de Xira*, deixa bem clara a possibilidade de o elemento *Xira* corresponder a uma outra entidade, de que aquela poderia depender ou ser vizinha. Nesta

perspetiva, assumiria especial importância a hipótese da sua identidade com Povos, lugar que reúne também bons argumentos a seu favor, em especial de natureza arqueológica. Em primeiro lugar encontra-se aí arqueologicamente atestada a passagem da via, associada a um conjunto habitacional (Pimenta; Henriques, 2007, esp. p. 221-222). Ainda que não seja possível determinar sua natureza, trata-se de uma situação excepcional no âmbito dos estudos viários que não deve ser esquecida. Para além disso, conheciam-se já achados de relevo nessa mesma localidade, geralmente associados a uma *villa* (Parreira, 1986; Calais, 1995-1997; Pimenta; Henriques, 2007, p. 222). A este argumento arqueológico se pode associar um outro, de natureza histórica, que pode de certo modo reforçar a importância do sítio. A vila de Povos encontra-se referenciada na documentação medieval como um importante porto fluvial, daí a circunstância de se ter presumido uma idêntica função em período romano (Guerra; Quaresma; Blot, 2000, p. 34-35; 38-39). A estes elementos se adiciona, como um dado fundamental, a distância contada a partir de Alverca, correspondente a cerca de 10 km (cerca de 7 milhas romanas), o que se compagina perfeitamente com o esperado, tendo em conta a perspetiva adotada.

Não pode esquecer-se, por fim, o que se disse a respeito do processo de formação do topónimo “Vila Franca de Xira”. Vale a pena recordar que, há mais de uma década, se sugeriu (Guerra, 1995-97, esp. p. 160-161) que o elemento Xira poderia ser uma derivação da primeira das componentes que entra na formação de *Ierabriga*. Ao mesmo tempo, admitiu-se a existência de casos paralelos, isto é, em que na toponímia recente se perderam os vestígios do antigo formante *-briga*, citando-se especificamente os casos de *Laccobriga* (tradicionalmente a moderna Lagos) e *Medobriga* (de localização incerta, mas verosimilmente no atual concelho da Meda).

Uma vez que o trabalho se cingiu estritamente à análise da questão da origem onomástica do atual concelho ribeirinho do Tejo, não se passaram em revista as questões relativas à localização da estação viária referida. Aceitou-se, assim, a sua localização nas proximidades de Alenquer, identidade consagrada por uma persistente tradição e corroborada por alguns nomes autorizados da investigação arqueológica mais recente.

Nesse mesmo trabalho (Guerra, 1995-97, p. 162-165) se admitiu que a própria estrutura do topónimo, na qual figura em primeiro lugar a sequência comum “Vila Franca” poderia perfeitamente pressupor a existência autónoma, nas suas proximidades, o nome de lugar “Xira”, com que se individualizaria este lugar. Neste caso, o sítio de Povos, pela sua proximidade, seria o mais sério candidato a deter um nome que se poderia ter perdido, mas fossilizando na designação de uma realidade vizinha.

Nesta perspetiva, apresentam-se, nas atuais circunstâncias, duas possibilidades de correspondência da antiga *Ierabriga*. Apesar de lhe faltarem vestígios arqueológicos de significado inequívoco, facto que se compreende pelas condições do seu desenvolvimento urbano, Vila Franca de Xira reúne especialmente a seu favor o elemento de natureza toponímica e, sob certa perspetiva, também reúne condições nos planos arqueológico e epigráfico. Apresenta-se, por isso, como a mais provável das hipóteses atuais.

10.

As considerações sobre os diferentes aspetos aqui abordados a respeito deste setor da via *Olisipo - Bracara*, chamam a atenção algumas questões mais gerais. Desde logo para as substanciais alterações da paisagem verificadas em certas áreas, particularmente no Baixo Tejo e seus afluentes. No caso vertente, sublinham-se especialmente as características da

margem direita desse rio e das condicionantes que colocaram ao sistema viário. A forte tendência para o assoreamento que se verifica nesta área pode condicionar hoje a nossa perspectiva sobre algumas zonas, em especial nas áreas de confluência de alguns rios. Mas percebe-se facilmente, pelos fenómenos cíclicos e frequentes de inundação, que as condições do vale do Trancão e seus tributários, de Olival Basto até Vialonga, obrigaram a que o sistema viário contornasse toda essa zona.

Estes condicionalismos põe em evidência os problemas que se colocam os percursos próximos dos cursos de águas, em particular aos de grandes dimensões e permitem perceber as vantagens de procurar as linhas de festo para os percursos viários. Neste caso concreto, a importância da ligação de *Olisipo* à capital do *conventus* e a partir daí à da província justificaram, de qualquer modo, o traçado desta via, mesmo tendo de enfrentar outras situações similares a esta. Provavelmente a de maior dimensão era constituída pela área de confluência do rio Ota e da Ribeira de Alenquer, que deve ter afastado o traçado das margens do rio numa extensão considerável. Deste modo se evitaria igualmente a travessia, também ela complexa, do curso baixo do rio Asseca, junto a Santarém.

É possível que, neste contexto, possa ganhar um outro significado o topónimo Tremês, no qual V. Mantas (1990, p. 224) tinha assinalado a passagem da via de ligação entre *Scallabis* e *Collipo*. Não se trata, sublinhe-se, de excluir esta possibilidade, uma vez que podem perfeitamente ser compatíveis. Todavia, considerando a eventualidade de esse nome de lugar atual remontar ao latim *trames*, um dos termos associados ao campo semântico das vias, mas aplicado a caminhos secundários, rurais ou de montanha (André, 1950, p. 111-113), mas também com o significado de “ramal, atalho, caminho secundário transversal”²³ seria tentadora a hipótese de esse apelativo advir da circunstância de ali se iniciar o *deverticulum* que, da estrada *Olisipo - Bracara*, conduzia a *Scallabis*.

Por outro lado, do exposto resulta que os elementos proporcionados pelo *Itinerário de Antonino* se compreendem e justificam melhor. Mas acima de tudo, é sobre este caminho mais longo que as referências às milhas nessa obra latina assentam. Nesse sentido converge o miliário de Alverca, atribuído a Constâncio Cloro (293-306 d. C.) e, em boa medida, também o de Almoínhas (Loures). Os dois documentos permitem sustentar a ideia de que, pelo menos até ao 1.º quartel do século IV, este continuou a ser o trajeto principal. Embora possa parecer contraditório com a sua interpretação geral desta via, a mesma posição foi já sustentada por V. Mantas²⁴, que aduz, além disso, algumas referências que comprovam o caráter prioritário deste trajeto até épocas bastante mais tardias²⁵.

Não se sabe a partir de que momento a alternativa mais breve se instituiu, mas até ao momento o único argumento invocado tem sido a existência de uma ponte romana em Sacavém. Ora, como se viu, a atribuição deste monumento ao período romano é problemático, uma vez que essa classificação depende essencialmente de Francisco de Holanda e da sua conjetural reconstituição.

Podem, naturalmente, existir, já em período romano alternativas à via principal, mas é muito provável que as suas condições implicassem inconvenientes que a tornavam menos recomendada. Como muitas vezes acontece nem sempre a ligação mais curta é a mais rápida, a mais segura e a mais transitável. E, como se viu, não foi apenas no período romano que a única verdadeira ligação era esse percurso mais longo, passado para segundo plano pela investigação, mas efetivamente o mais importante eixo viário desta região.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. de (1973) – *Portugal romano*. Lisboa: Verbo.
- ALARCÃO, J. de (1988a) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (1988b) – *Roman Portugal. Vol. II Gazetteer*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. (1990) – O domínio romano. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., eds. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, p. 342-441.
- ALARCÃO, J. de (1994) – Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 58-63.
- ALMEIDA, F. de (1972) – Inscrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In *25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Batista. Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 151-152.
- ANDRÉ, J. (1950) – Les noms latins du chemin et de la rue. *Révue des études latines*. 28, p. 104-134.
- ARIAS, G. (1987) – *Repertorio de caminos de la Hispania romana*. La Linea.
- AZEVEDO, P. de (1908) – Miscellanea. *O Archeologo Portugues*. 13, p. 10-37 (p. 20).
- BANHA, C. M. S. (1991-1992) – As ânforas da villa romana de Povos. *Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 5, p. 50-90.
- BANHA, C. M. S. (1995-97) – As cerâmicas do Alto Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar. In: *Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 7, p. 75-109.
- CALAIS, C. (1993-94) – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira: Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo (1990). *Cira*. 6, p. 50-62.
- CATARINO, H. (2000) – O Castelo de Povos (Apontamentos sobre o período Islâmico em Vila Franca de Xira). In *Vila Franca de Xira, tempos do rio, ecos da terra*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 43-51.
- DIAS, L. F. (1995-97) – *Terra sigillata* da villa romana de Povos (Vila Franca de Xira). *Cira*. Vila Franca de Xira. 7, p. 13-24.
- FARIA, A. (2001) – *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 351-362.
- FERNANDES, L. da S. (2005) – *C. Heius Primus*, augustalis perpetuus. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*. *Máthesis*. Viseu. 14, p. 29-40.
- GASCO, A. C. (1924) – *Primeira parte das antiguidades da muy noble cidade de Lisboa, imporio do mundo, e princeza do mar oceano*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GUERRA, A. (1995-97) – A respeito do nome de Vila Franca de Xira. In: *Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 7, p. 155-165.
- GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa).
- GUERRA, A. (2006) – *Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 271-297
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) – Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In: *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção. Catálogo da Exposição*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 29-42.
- HOLANDA, F. de (1984) – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- HÜBNER, E. (1871) – *Noticias archeologicas de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- LOYANCE, M.-F. (1986) – A propos de Marcus Cassius Sempronianus *Olisiponensis, diffusor olearius*. *Révue de Études Anciennes*. Bordeaux. 88, p. 273-283
- LUCAS, M. M. (2006) – “Da fábrica que falece na cidade de Lisboa”: modelando a paisagem na pós-modernidade. In: *Teleférico: cais de embarque*. Guimarães: Laboratório das Artes. p. 21-29.
- LUCAS, M. M. (2003) – Vila Franca de Xira: história, urbanismo e identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do rio, ecos da terra*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 99-116.
- MANTAS, V. G. (1986) – Um miliário de Adriano em Alfeizerão. *Conimbriga*. Coimbra. 25, p. 213-225.
- MANTAS, V. G. (1990) – A rede viária do Convento Escalabitano. *Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, p. 219-239.
- MANTAS, V. G. (1993) – A rede viária romana do território português. In MEDINA, J., ed. - *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. II, p. 313-230.
- MANTAS, V. G. (1994) – Olisiponenses: epigrafia e sociedade na Lisboa romana. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 70-75.
- MANTAS, V. G. (1996a) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra).

- MANTAS, V. G. (1996b)** – Comércio marítimo e sociedade no portos romanos do Tejo e Sado. In: FILIPE, G.; RAPOSO, J. eds. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e Sado*. Lisboa: D. Quixote, p. 343-369.
- MANTAS, V. G. (1999)** – Vias romanas do concelho de Loures. *Da vida e da morte: os romanos em Loures*. Loures: Câmara Municipal. p. 17-28.
- MANTAS, V. G. (2000)** – A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras. In *Atas de História Medieval Turres Veteras I*. Torres Vedras: Câmara Municipal, p. 11-24.
- OLIVEIRA, A. C. (1998)** – A villa romana das Almoínhas (Loures) contexto da presença romana no concelho de Loures. *Da vida e da morte: os romanos em Loures*. Loures: Câmara Municipal. p. 29-41.
- OLIVEIRA, A. C. (2001)** – A villa das Almoínhas, Loures, Portugal: apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 19, p. 65-94
- PARREIRA, R. (1986)** – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira. Relatório dos trabalhos de campo realizados em 1985. *Cira*. Vila Franca de Xira. 2, p. 101-114.
- PARREIRA, R. (1987-88)** – Inventário do Património Arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira: notícia da parcela 390-6. In: *Boletim Cultural*. Vila Franca de Xira. 3, p. 96-105.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2006a)** – *Travessa do Mercado, Vila Franca de Xira. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Município de Vila Franca de Xira, Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2006b)** – *Museu do Neorrealismo, Vila Franca de Xira. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Município de Vila Franca de Xira, Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2006c)** – Ocupação romana no subsolo da Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. Almada. 2.ª Série. 14. Adenda eletrónica, VI, p. 1-6.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007)** – *Relatório do acompanhamento e escavação arqueológica do Vale da Ribeira de Santa Sofia (Vila Franca de Xira)*. Município de Vila Franca de Xira, Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON, J. (2008)** – O povoado tardo-republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). *Almadan*, 16, p. 26-37.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997)** – Os almofarizes romanos de Povos (Vila Franca de Xira no contexto do território atualmente português). *Cira*. Vila Franca de Xira. 7, p. 25-45.
- RIBEIRO, J. C. (1994)** – *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno ao catálogo *Lisboa Subterrânea*. *Al-Madan*. Almada. II.ª Série, 3, p. 75-95.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975)** – *Itineraria Hispana*. Salamanca: Universidad.
- ROLDAN HERVAS, J. M. (1967)** – Sobre los acusativos con «ad» en el Itinerario de Antonino. *Zephyrus*. Salamanca. 17, p. 109-119.
- SILVA, A. V. da (1944)** – *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a História da Lisboa romana)*. Lisboa: Câmara Municipal.
- TIR J-29** = *Tabula Imperii Romani: Hoja J-29, Lisboa*. Madrid: CSIC / Ministerio de Cultura / Instituto Geográfico Nacional, 1995.
- VASCONCELOS, D. M. de (1593)** – *Scholia Iacobi Menoetii Vasconcelli in quattuor libros Resendi*. In RESENDE, A. de - *De antiquitatibus Lusitaniae*. Evora: Martinus Burgensis.
- VASIC, M.; MILOSEVIC, G. (2000)** – *Mansio Idimum – Roman post station near Medvedja*. Belgrad: Institute of Archaeology and National Museum.
- WICKERT, L. (1933)** – De nonnullis miliariis Bracaraensibus. *Homenagem a Martins Sarmiento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, p. 442-448.

NOTAS

- ¹ Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, investigador da UNIRQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (amilcarguerra@fl.ul.pt).
- ² As considerações a seguir expandidas, embora mais sintéticas e de natureza algo diferente tendo em conta a perspetiva deste trabalho, acabam por retomar muitas das observações que, de uma forma exaustiva, Vasco Mantas explanou em vários capítulos da sua bem documentada e rigorosa dissertação de doutoramento (Mantas, 1996a, esp. cap. III-VI).
- ³ A bibliografia sobre a cidade romana de *Olisipo*, atestando a sua importância estratégica e económica e caracterizando as realidades política e social e o seu estatuto jurídico, é já muito

extensa. Entre alguns trabalhos de referência e depois da obra de Vieira da Silva (1944) que recompila a informação mais antiga, podem citar-se os trabalhos de V. Mantas (1990; 1994; 1996a; 1996b, p.352-362), J. de Alarcão (1994), J. Cardim Ribeiro (1994), Loyance (1986), Fernandes (2005), Faria (1999, p. 36-37; 2001, p. 353-355) e Guerra (2006).

- ⁴ Os manuscritos relativos a este troço não apresentam variantes substanciais: no que se refere aos nomes de lugar apenas o topónimo *Ierabriga* se tem discutido, uma que está bem documentada a variante *Lerabriga*. No que respeita às medidas, apenas apresenta algumas divergências um dos mss. Florentinos, pelo que se considera a lição habitualmente apresentada pela generalidade dos manuscritos.

- ⁵ Esta “teoria del acusativo”, como a designa Gonzalo Arias, desenvolveu-a este autor a partir da análise dos diferentes casos em que se encontram alguns nomes das estações viárias no *Itinerário de Antonino* (inicialmente em *Miliário Extravagante*, n. 2, de 1963, estudo reproduzido em Arias, 1987, p. 85-103, para a questão v. esp. p. 87 e 102-103). A interpretação é retomada por outros autores, em especial Roldán, 1966, p. 110, onde se considera a hipótese de com isso se marcar simultaneamente a existência de uma *mansio* e de uma via secundária que leva ao lugar; sobre a sua eventual aplicabilidade ao caso de *Scallabis* v. Mantas, 1990, p. 224.
- ⁶ Esta interpretação subjaz já a algumas considerações antigas, como as de Hübner (1871, p. 53), confirmadas por Mantas, 1990, p. 224.
- ⁷ Toma-se como base de cálculo essa equivalência correspondente a mil passos de 1,481 m e ou 5000 pés, de 29,62 cm, embora a questão tenha sido muito discutida (uma ampla análise da questão pode encontrar-se em Mantas, 1996a, p. 429-438). Esta medida tem sido, de qualquer modo, genericamente confirmada, como procurou demonstrar V. Mantas, recorrendo a exemplos retirados das vias do Ocidente hispânico. Analisando um conjunto de 8 marcos com indicação de distância, conclui que se obtêm resultados entre os 1444 e os 1500 m, o que corroboraria a mais consagrada das propostas. Anote-se, todavia, que o número mais afastado a que chega (1444 m) se reporta precisamente ao miliário de Alverca, no qual Mantas corrige, na nossa perspectiva sem justificação (v. *infra*), o número de milhas que foi lido nessa inscrição atualmente perdida.
- ⁸ A inscrição, dada a conhecer por Pedro de Azevedo (1908, p. 20), a partir de uma informação de Leite Ribeiro, corresponde a miliário de período tardo-romano (Mantas, 1999, p. 22).
- ⁹ Sublinho o excepcional empenho desta empresa no estudo destes monumentos epigráficos descobertos e na sua preservação e divulgação, bem como o espírito de colaboração que estabeleceu para levar a cabo estas tarefas.
- ¹⁰ Em breve se pretender dar conta, com este arqueólogo da empresa ERA-Arqueologia, de uma notícia circunstanciada deste monumento e do contexto em que se recolheu.
- ¹¹ Sobre esta via v. Mantas 1986, p. 221-225; 1996a, p. 853-875. Um dos contributos decisivos para a sua identificação foi dado precisamente pela descoberta do miliário de Alfeizerão (Mantas, 1986).
- ¹² Mantas, 1999, p. 19; 1996a, p. 749-753.
- ¹³ Um dos exemplos mais sugestivos a este respeito pode encontrar-se na representação que Holanda nos legou, corresponde ao desenho, mais interpretativo que realista (Ribeiro, 2002, p. 237), dos vestígios do santuário do Sol e da Lua, junto à Praia das Maças. Nele o humanista perspectiva o antigo espaço sagrado com base nos escassos vestígios que dele ainda subsistiriam. O mesmo acontece com a arruinada ponte de Sacavém, por ele conjecturalmente restituída à sua forma originária ou à sua projeção ideal. As dúvidas a respeito da fiabilidade de Holanda a este respeito chegaram mesmo ao ponto de alguns autores terem negado a sua existência (sobre a questão v. Mantas, 1996a, p. 752-753).
- ¹⁴ Hübner (1871, p. 18), sempre cauteloso, enunciando os elementos integráveis nesta via diz: “Francisco de Olanda viu em 1670 junto a Sacavem restos de uma ponte que ele suppoz romana.”
- ¹⁵ Mantas (1996a, I p. 590) sublinha esta ideia, referindo que “A distância que o Itinerário indica existir entre *Olisipo* e *Scallabis*, no total de 62 milhas, equivalentes a 92 quilómetros, parece demasiada, sobretudo para o troço entre *Ierabriga* e *Scallabis*, cujas 32 milhas ascendem a pouco mais de 47 quilómetros.”
- ¹⁶ O texto do monumento aí fixado é o seguinte: IMP CAES / FLAVIO VALE/RIO CONSTAN/TIO NOBILISSI/MO CAES /S P F M PANN XXIII. Na edição impressa do manuscrito de António Coelho Gasco (1924, p. 272) a que se atribui uma cronologia em torno a 1630 (CIL, p. 23), indica-se todavia o numeral XXIII. Com geralmente se admite, todo o texto parece autêntico e faz sentido, exceto a sequência ANN, estranha neste contexto, razão pela qual o epigrafista alemão assinala uma interpolação na última linha.
- ¹⁷ No miliário da Trofa (CIL II, 6213) regista-se o seguinte texto: *D(omino) n(ostro) imp(eratori) Caes(ari) Flavio Valerio Licinio / Licinia[no] Aug(usto)*.
- ¹⁸ A inscrição (Wickert, 1933, n. 5) diz: *Valerio Liciniano Licinio Pio Felici Invicto Aug[usto]*.
- ¹⁹ Pouco se conhece a respeito de estruturas correspondentes a estações viárias, considerando-se habitualmente que um dos vestígios mais conhecidos seria o respeitante a *Idimum*, na Méria Superior (Vasic; Milosevic, 2000).
- ²⁰ Este sítio, com uma excepcional posição estratégica, embora já conhecido na bibliografia arqueológica (Alarcão, 1988b, II, p. 118, 5/159) só recentemente foi objeto de um intervenção arqueológica programada, cujos resultados põem em evidência uma ocupação romana centrada especialmente em fase tardo republicana (Pimenta; Mendes; Norton, 2008).
- ²¹ Sobre a ocupação romana destes dois sítios v. *infra*.
- ²² Mantas (1990, p. 223) diz textualmente: “Por outro lado, a análise de fotografias evidencia a presença de estações viárias: é o caso das ruínas de *Ierabriga*, indiscutivelmente situada perto de Alenquer, entre Paredes e Sete Pedras (USAF 1858 n.º 3263)”.
- ²³ Isidor. *orig.* 15,16,10 define deste modo o termo: *Tramites sunt transversa in agris itinera, sive reta via, dicta quod transmittat.*
- ²⁴ Mantas (1996a, p. 251) afirma: “Pelas razões que consideramos, nomeadamente a indicação de distância do miliário de Alverca, infelizmente perdido e de leitura problemática exatamente no que refere a indicação milhária, a repartição dos testemunhos arqueológicos e as características do traçado, é muito provável que o tramo principal entre Lisboa e Alverca seja precisamente o de Loures, que para tal reúne todas as condições. O problema da ponte de Sacavém ganha, assim, nova acuidade. Embora admitamos a sua existência, eventualmente sem a monumentalidade que lhe atribui Francisco de Holanda, é possível que a sua construção e manutenção tivesse levantado problemas suscetíveis de determinar como percurso principal o do Tojal, aberto ao tráfico sem problemas durante todo o ano, como convinha ao *cursus publicus*, pois se trata, não o esqueçamos, de uma via de ligação com a capital provincial.” Este opinião, contudo, parece ter sido diminuída no resto da obra, ou pelo não foi levada às suas últimas consequências, uma vez que sustentou a correção do numeral do miliário de Alverca (Mantas, 1996a, n. 3, p. 284-286; Mantas, 1999, p. 20) e prefere usar a terminologia de *deverticulum* para este troço (Mantas, 1996a, p. 765-769). Na realidade, tendo em conta todos os dados aduzidos e como reconhece Mantas nesse passo, este traçado por Loures e Vialonga assumiu sempre o papel de eixo viário principal e estruturante.
- ²⁵ Mantas recorda especialmente o percurso do exército castelhano na sua marcha sobre Lisboa, segundo relato de Fernão Lopes, e o caminho quinhentista referido pelo monge gaulês Claude de Bronseval (Mantas, 1996a, p. 766), que confirmação a sua relevância e permanente praticabilidade.

Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo* a *Scallabis*.

JOÃO PIMENTA E HENRIQUE MENDES MUSEU MUNICIPAL/CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

O início do projeto. Escavação do Museu do Neo-realismo

➤ Em março de 2006, no dia em que iniciámos funções como arqueólogos do município de Vila Franca de Xira, fomos confrontados com a obra já em curso do Museu do Neo-realismo.

A localização deste espaço, em pleno centro histórico da atual cidade de Vila Franca de Xira, e nas imediações do núcleo medieval da Vila alta, deixava antever, a possibilidade da existência de vestígios patrimoniais.

A intervenção de arqueologia de emergência, aqui realizada, durante os meses de março e abril de 2006, permitiu obter uma boa leitura da ocupação humana deste espaço, revelando uma insuspeita longa diacronia de ocupação que remonta a época romana (Pimenta e Mendes, 2007; Mendes e Pimenta, 2008a).

Um dos elementos mais marcantes, e mesmo surpreendentes desta escavação, foi o de se ter detetado um troço de uma antiga via de origem romana.

Esta imponente estrutura com mais de vinte metros de extensão, atravessava transversalmente o atual Museu do Neo-realismo, no sentido sudoeste nordeste, prolongando-se sob os edifícios limítrofes (Figura 1).

A leitura em área da estratigrafia associada a este troço de via, revelou-se singularmente produtora, tendo sido possível estudar a forma como foi construída em meados do século I d.C., a sua utilização e reparação consecutiva ao longo de mais de mil e quinhentos anos, e o seu progressivo abandono em meados do século XV.

A análise das evidências exumadas no decorrer da escavação em área, permitem interpretar esta estrutura, como um troço de uma antiga estrada. Esta via apresentava a sua superfície lajeada com grandes blocos calcários, e era delimitada por muros laterais bem construídos, apresentando ainda 5.20m de largura e 20m de comprimento (Figura 2).

Este tipo de construção encontra bons paralelos em diversos troços de estradas romanas na Península Ibérica assim como um pouco por todo o Império (Mantas, 1996, Moreno Gallo, 2004).

Em relação à largura do tabuleiro da via, 5.20m, os paralelos conhecidos permitem estabelecer que esta varia segundo a importância da mesma (Adam, 1996, pág. 303), não existindo medidas estandardizadas. Um aspeto a reter face as dimensões apresentadas, é a de estar-mos claramente, perante uma via principal, autorizando face á sua largura, o cruzamento de veículos de rodados.

A secção de estrada, aqui identificada, pertencia na antiguidade clássica a um dos principais eixos de comunicação terrestre do extremo ocidente peninsular. Através das referências no Itinerário de Antonino, podemos afirmar que estamos perante um troço comum, em dois dos percursos viários mais relevantes da antiga província da Lusitânia que saíam da grande cidade portuária da foz do Tejo, *Felicitas Iulia Olisipo*. O que ligava ao noroeste peninsular à cidade de *Bracara Augusta*, e o que conduzia à capital provincial *Emerita Augusta*, passando os dois pela Colónia e capital Conventual *Scallabis* (Alarcão, 1988, Mantas, 1996).

A presença física desta ligação privilegiada, materializada no terreno, pela existência da estrada romana, dos marcos miliários e das estações de muda, fez com que desde cedo a margem direita do rio Tejo nesta área fosse intensamente ocupada.

No atual concelho de Vila Franca de Xira, ainda é visível na paisagem extremamente humanizada, a interligação entre a antiga via romana, posteriormente transformada em Estrada Real, e os principais núcleos habitacionais, que vêm a erguer-se ao longo do tempo sobre este itinerário terrestre, mas sem se esquecerem do seu contacto incontornável com o rio.



Figura 1
Planta da área intervencionada com a reconstituição do troço de estrada descoberto.



Figura 3
Fotografia de pormenor das lajes da estrada.

Figura 2
Planta final da escavação.

(PÁG. SEGUINTE) ▼





Figura 4
Planta de Vila Franca de Xira com reconstituição do trajeto de estrada romana. A laranja localização do troço intervencionado arqueologicamente.

Projeto de estudo “De Olisipo a Ierabriga”

Os resultados obtidos com esta escavação e a sua relevância para o conhecimento do território, levaram o Museu Municipal a desenvolver um projeto de estudo, centrado na dinâmica de povoamento em torno das Vias.

Este projeto alicerçou-se em cinco momentos distintos mas complementares, que conduziram à realização desta Mesa Redonda.

- 1 – A sistematização da informação patrimonial que se encontrava dispersa quer na bibliografia da especialidade, quer em relatórios entregues, ao então, Instituto Português de Arqueologia.
- 2 – Com base nesta informação e na análise da cartografia, delineou-se uma campanha intensiva de prospeção sistemática do território (Pimenta e Mendes, 2007c).
- 3 – Os resultados das prospeções e a compilação da informação, foram introduzidos numa base de dados própria adquirida para o efeito – *In Patrimonium Premium*. Todos os sítios foram georeferenciados, e introduzidos no SIG Mapa interativo municipal¹.
- 4 – Estudo de coleções antigas provenientes de estações no concelho e depositadas nas reservas do Museu Municipal e em Museus da área de Lisboa.
- 5 – Por último com base na informação recolhida, delineou-se a intenção de desenvolver escavações arqueológicas em sítios predefinidos e com um quadro de indagações prévias a solucionar.

Os dados disponíveis: Época Romana

Ao debruçarmo-nos sobre a leitura do povoamento antigo, ao longo de um território tão vasto e diversificado, como o percorrido pela via entre *Olisipo* e *Scallabis*, estávamos e estamos, conscientes das vicissitudes que um projeto desta natureza comporta.



Figura 5
Carta Militar 1:25.000
com a localização
dos sítios romanos
do concelho de Vila
Franca de Xira a azul e
a vermelho o traçado
da Via Romana.

A primeira dessas vicissitudes, que realmente não estávamos a contar, é a escassez de informação e a variabilidade da sua qualidade, entenda-se, mesmo nas áreas em que existe uma maior riqueza de sítios cartografados, estes normalmente resumem-se a materiais descontextualizados e a recolhas antigas. A ausência de investigações programadas é assustadora, em particular, para áreas com uma tão grande riqueza, como os férteis terrenos de lezíria em torno da Colónia de *Scallabis*.

Face a esta situação e por uma questão prática a nível de investigação, restringimos de momento a análise, ao estudo do povoamento romano do território do atual município de Vila Franca de Xira. Ainda que esta circunscrição administrativa, não tenha qualquer equivalente em época romana, todo este vasto território, que se espria pelas duas margens do Tejo desde o Vale do Rio Trancão até ao Vale do Rio Grande da Pipa, integrava-se em época clássica na *Civitas* de *Olisipo* (Alarcão, 1989). Correspondendo aproximadamente o limite norte do concelho, à área onde é mais consensual estabelecer a fronteira entre a *Civitas* de *Olisipo* e *Scallabis* (Alarcão, 1990).

Ao encetarmos este projeto, tivemos como ponto de partida, o excelente trabalho de inventário e primeiro esboço da carta arqueológica desenvolvida nos anos oitenta pelo Dr. Rui Parreira (1985, 1986, 1986^a, 1987-88, 1987-88a e 1990), assim como, o ponto de situação, efetuado sobre a ocupação romana na área de Vila Franca de Xira, realizado pela Dr.^a Clara Camacho, Dr.^a Cristina Calais e Dr.^a Graça Nunes (1996).

Apesar de estarmos perante um território já prospetado, e alvo de investigações programadas de qualidade, como as efetuadas pela Dr.^a Cristina Calais (Calais, 1993-94; 1995-97), os resultados dos trabalhos de prospeção intensiva, efetuados à luz do corrente projeto permitiram resultados inesperados.

Ainda que estando numa fase embrionária da investigação, e tendo que lidar com dados de recolhas de superfície, os resultados já obtidos permitem, tecer algumas breves considerações e hipóteses de trabalho.

Por uma questão de coerência e de limite de espaço, entre as duas dezenas de novas estações identificadas, apenas iremos apresentar aqui os sítios mais significativos e que se prendem de uma forma mais direta com o traçado da via. Passamos assim a apresentar os novos dados ordenando-os por uma questão de lógica interna de norte para sul, ou de *Olisipo* à estação viária de *Ierabriga*.

O vale de Vialonga – Morgado

Partindo da cidade romana de *Olisipo*, são conhecidos dois ramais viários tidos como mais relevantes. Um primeiro, sairia pela Porta medieval de São Pedro de Alfama, vindo por Xabregas e Portela, galgando o Rio Trancão em Sacavém e seguindo paralelo ao Rio Tejo pela Póvoa de Santa Iria em direção a Alverca.

Precisamente na Póvoa de Santa Iria são conhecidos diversos vestígios romanos nunca devidamente investigados, na Quinta de Santo António de Bolonha, assim como uma importante epigrafe funerária descoberta fora de contexto (Almeida, 1972). Os trabalhos de prospeção lograram identificar o sítio como uma possível *Villa*, com uma longa diacronia de ocupação desde meados do século I a V d.C.

O outro ramal viário partia pelo lado norte da cidade de *Olisipo*, seguindo pelos campos de Alvalade, descia pela Calçada de Carriche, atravessava o vale de Loures, onde como se

pode ver no corrente volume, se tem vindo a identificar uma relevante ocupação de época romana. Da zona de Loures a via contorna a bacia flandriana do rio Trancão indo pela zona de São Julião do Tojal em direção a Vialonga (Saa, 1959, p. 35-36, Mantas, 1996 e 1999).

Referências antigas apontavam para a existência de uma estação romana algures na freguesia de Vialonga (Parreira, 1985, p. 115 e 119). Existindo mesmo, uma alusão à descoberta de um mosaico, certamente de alguma relevância visto o Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, o Dr. Manuel Heleno ter sido “designado oficialmente para examinar (...)” (Machado, 1964).

Tendo presente, estas referências, partiu-se para o terreno com o objetivo de localizar esta estação. A menção à recolha de uma moeda romana do Imperador Trajano na povoação de Morgado (Parreira, 1985, p. 115), levou-nos a concentrar aí as investigações.

Ao deslocarmo-nos ao local, detetámos num terreno sobranceiro à Rua Coronel Lopo da Costa, antiga estrada real, diversos fragmentos de ânforas, *tegulae* e *imbrices* algo fragmentadas, assim como tesselas. Os trabalhos de prospeção intensiva que podemos efetuar, permitiram cartografar uma imensa dispersão de vestígios à superfície que se estende por toda a colina sobre a antiga estrada medieval, possivelmente sucessora da via romana. Esta estação ocupa uma área de mais de 8 hectares, encontrando-se delimitada a norte pela ribeira de Morgado e a sul por um vale de pendente suave em direção à ribeira de Alpriate.

A profusão de placas de mármore de revestimento, dispersas pelo terreno e reutilizadas em muros agrícolas, aliado aos numerosos indícios da existência de pavimentos musivos, leva-nos a supor estarmos perante uma *Villa* com bastante relevância. A sua implantação na paisagem e a concentração de materiais permite pressupor, que o edifício da parte urbana da *Villa* estará situado no topo da colina, desenvolvendo-se as restantes componentes pela encosta. Estaríamos assim perante um sítio com uma forte presença na paisagem, e com uma grande visibilidade para o vale de Loures e vale do rio Trancão.

A riqueza desta estação transparece igualmente na análise do espólio recolhido. As importações são abundantes e apontam uma cronologia de meados do século I a IV d.C. Resta-nos sublinhar a invulgar abundância de materiais anfóricos, nomeadamente dos contentores de produção lusitana do tipo Dressel 14 e Lusitana 3, assim como, de ânforas oleícolas da *Baetica* do tipo Dressel 20. Esta exuberância, deixa transparecer o dinamismo económico desta estação, e coloca em aberto a ligação que este sítio teria com o Rio Tejo, certamente através da navegação do Rio Trancão.

O *deverticulum* viário de Alverca

Os dois itinerários, mencionados, uniam-se nas imediações da antiga vila e sede de concelho medieval, de Alverca do Ribatejo. A passagem da via romana encontra-se aqui bem atestada, pela descoberta de um marco miliário de época tardia indicando a milha XXIII, contada a partir de Lisboa (CIL II 4632), (Mantas, 1996).

Esta importante inscrição, encontrava-se em meados do século XVII, no “açougue da dita vila (...)” (Gasco, 1924, p. 271), tendo então sido interpretado por António Coelho Gasco como um monumento ao Imperador Constante (337/350 d.C.). No âmbito da compilação do *Corpus Inscription Latinarum*, Emílio Hubner, interpreta-o corretamente como um marco miliário.

Perante a cronologia que este monumento apresenta, devemos estar perante uma reparação tardia da estrada romana, bem atestada igualmente pelos miliários descobertos em Lisboa, na escavação da Casa dos Bicos (Imperador Probo – 276/282 d.C.); no Convento de Chelas (Imperador Magnêncio – 350/353) (Mantas, 1996), e mais recentemente em Loures (Imperador Licínio – 308/324)

O morro onde se veio a erguer o antigo castelo e burgo medieval de Alverca, apresenta uma implantação estratégica sobre a antiga via, e um amplo domínio visual sobre a antiga foz do rio Crós Cós e o Rio da Silveira no seu sopé. Esta localização privilegiada, associada a condições naturais de defesa em duas das suas vertentes, fez com que este local fosse ocupado desde a Idade do Bronze Final.

Os recentes trabalhos de arqueologia em meio urbano aqui desenvolvidos pelo Museu Municipal, permitem afirmar que o morro do castelo, volta a ser ocupado em época romana republicana, mais precisamente em meados do século II a.C. no âmbito do processo de conquista e solidificação do poder de Roma no extremo poente peninsular (Pimenta, 2005).

Qual o significado desta ocupação, ainda não é claro, apesar da descoberta de diversas ânforas deste período no rio Tejo nas imediações de Alverca, nos levarem a sublinhar o seu papel enquanto ancoradouro natural (Quaresma, 2005).

A presença de cerâmica campaniense e ânforas vinárias do tipo greco-italico configura uma precoce ocupação, com fortes contactos com o mundo romano (Pimenta e Mendes, 2007d). Terá o planalto do castelo, assumido um papel de “fortim” nesta fase precoce da romanização do estuário do Tejo, tirando partido da posição de excelência deste morro, implantado sobre o ancoradouro e a via natural de penetração paralela a este?

A informação com que podemos lidar, aumenta consideravelmente a partir de Augusto, permitindo começar a antever, a presença de uma importante e extensa comunidade humana, para a qual de momento, não conseguimos definir qual a real dimensão e categoria administrativa.

Apesar dos trabalhos arqueológicos, ainda serem escassos no casco antigo, as duas intervenções realizadas na área do Castelo, verdadeira “cidadela” do povoado, levam-nos a supor a eventual existência de edifícios de alguma relevância, com pavimentos musivos e revestimentos marmoreados (Parreira, 1987/88 e Pimenta e Mendes, 2007a).

A escavação da antiga Casa da Câmara, na parte baixa do povoado, revelou a existência de vestígios de estruturas habitacionais, e atestou de uma forma clara, a contínua ocupação romana de Alverca.

O estudo do espólio exumado, permite-nos sublinhar a sua longa diacronia que atravessa todo o período romano, desde meados do século II a.C., até pelo menos ao século V d.C. (Pimenta e Mendes, 2007d).

O despontar da indústria de preparados piscícolas do vale do Tejo, em meados do século I d.C., não deixará de ter tido um papel importante no povoado de Alverca. As condições naturais do seu porto, a riqueza piscícola do Rio Tejo nesta área estuarina, e não esquecendo a sua abundância em Sal, bem atestada pelo menos em época medieval para a zona da Póvoa de D. Martinho (atual Póvoa de Santa Iria), poderá ter conduzido à existência de indústrias de salga de peixe.

Se de momento, ainda não existem evidências de estruturas correlacionadas com esta atividade, o estudo do conjunto de ânforas do Museu de Alverca, atesta a relevante presença a partir de meados do século I d.C. dos primeiros contentores de produção local destinados à sua comercialização.

Presença Romana sob a Cidade de Vila Franca de Xira

Saindo de Alverca a estrada seguia paralela ao Tejo por Alhandra², atravessando a atual cidade de Vila Franca de Xira em direção à antiga sede de concelho de Povos.

O lugar onde se vem a erguer a Vila Franca medieval, pós conquista de Lisboa e Santarém em 1147, encontra-se diretamente correlacionado com a existência desta antiga estrada e com o seu controlo e defesa.

Os primeiros indícios sobre a presença romana, na atual cidade de Vila Franca de Xira, datam de finais do século XIX, quando na área da Quinta do Borrecho foram detetadas “Ruínas de edifícios e tijolos” (Parreira, 1987-88a, p. 103). Apesar desta referência, ainda não foi possível confirmar a veracidade destes testemunhos, nem qual a sua real cronologia.

O despontar da arqueologia preventiva no núcleo histórico da cidade, permitiu trazer recentemente à coação novos elementos, atestando uma significativa ocupação de época romana a Sul da ribeira de Santa Sofia (Pimenta e Mendes, 2006 e 2007).

A área onde têm vindo a ser detetados os vestígios de época romana, corresponde a uma extensa zona aplanada, situada, entre o sopé da ampla elevação da Costa Branca, a ribeira de Santa Sofia e a estrada real. Estes terrenos estendem-se por uma área extremamente fértil e abundante em água, reunindo condições propícias à implantação humana. Do ponto de vista histórico, este espaço encontrava-se fora do primitivo casco antigo da Vila, tendo sido urbanizada apenas em inícios do século XX, no âmbito do projeto de crescimento planeado sobre uma antiga área rural, a quinta do Serrado (Lucas, 2003).

Os recentes trabalhos que temos vindo a realizar, em diversos pontos desta área da cidade, ainda que correspondam apenas a trabalhos de acompanhamento visto estarmos perante uma área muito urbanizada, permitem vislumbrar a existência de um núcleo habitacional de alguma importância.

O acompanhamento das obras de saneamento na Travessa do Mercado permitiu a observação de uma ampla área de ocupação, estendendo-se pelo menos numa área de cerca de 30 metros (Pimenta e Mendes, 2006). Posteriormente, os trabalhos desenvolvidos na Rua Luís de Camões aumentaram a informação, sendo hoje claro que estamos perante uma ocupação muito mais extensa, mais de 120 metros paralelos à antiga estrada real, sem que seja clara qual a sua real superfície.

A análise do espólio recolhido e da sequência estratigráfica detetada, atesta a presença de importações de produtos alimentares do Sul peninsular e de cerâmica fina do Norte de África, reveladoras da presença de trocas comerciais regulares e constantes ao longo dos séculos I-V d.C.

A imprevista descoberta desta nova estação, coloca algumas interrogações acerca do seu significado. Que tipo de sítio é este? Estaremos perante uma *Villa* dedicada à exploração dos férteis terrenos junto às margens do Tejo, face uma estrutura de apoio da própria via, uma *Mansio*, ou diante de algo mais³? Como sugere a nova teoria do Professor Amílcar Guerra desenvolvida neste volume.

Os novos dados recolhidos no decurso dos trabalhos de prospeção, vem acentuar a importância desta ocupação. Mais para o interior do Vale da Ribeira de Santa Sofia cartografaram-se diversos vestígios da presença romana (figura 6). Quando da construção do parque urbano de Santa Sofia, foi possível efetuar sondagens em quatro destes pontos (Pimenta e Mendes, 2007b e Mendes e Pimenta, 2008).

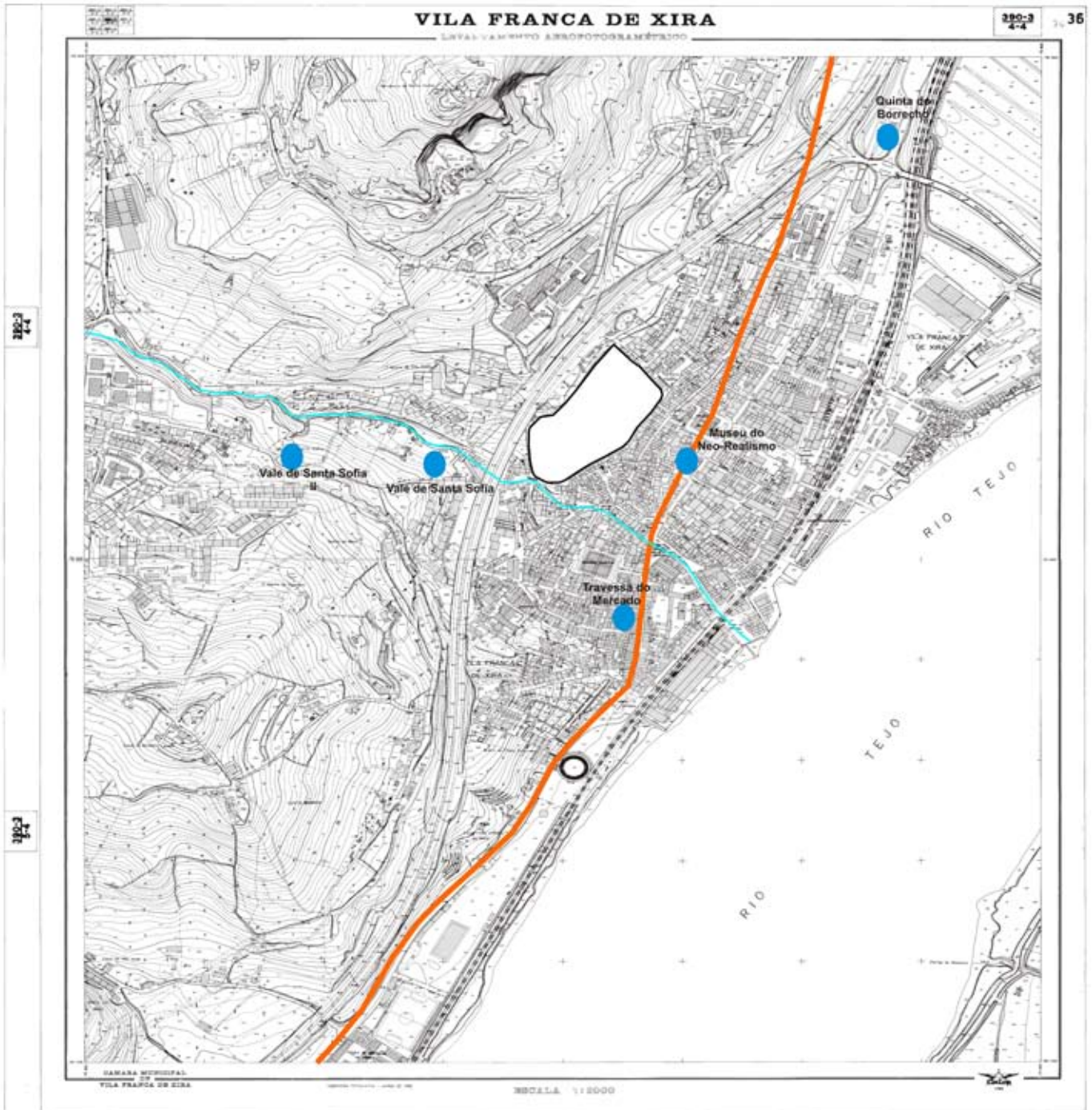


Figura 6
Planta da Cidade de Vila Franca de Xira com a localização dos sítios onde se tem vindo a identificar a presença romana. A branco o núcleo antigo da Vila Franca do século XII.

Ainda que as áreas escavadas sejam diminutas, face à opção do Museu Municipal de canalizar a investigação para o estudo do povoado Proto-histórico aí descoberto, estas permitem caracterizar e datar a ocupação.

Estamos assim, perante pequenos núcleos habitacionais, possivelmente de cariz unifamiliar, destinados à exploração agrícola e pecuária do vale ao longo do século I e II d.C. Apesar das características algo frustrantes do conjunto arquitetónico colocado a descoberto, o estudo dos materiais revela alguma opulência nos seus espólios. Essa “sumptuosidade” traduz-se na omnipresença de importações, tais como *Sigillata* Itálica, sudgálica e ânforas béticas e Lusitanas.

Ocupação romana de Povos – O sítio da escola velha. Uma *Villa*?

Na antiga povoação portuária de Povos, é conhecida uma importante ocupação de época romana, alvo de diversas campanhas de escavação no sítio da escola Velha (Parreira, 1986; Calais, 1993-94 e Guerra, Blot e Quaresma, 2000).

Face à reconhecida riqueza histórica e arqueológica do centro histórico da antiga vila de Povos, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira desenvolveu aí um projeto de estudo durante os anos oitenta, com resultados significativos que permitem conjecturar a potencialidade de informação ainda no terreno.

As escavações iniciaram-se em 1983, com a constatação da existência de ocupações antigas, na sequência da abertura de uma vala para instalação de iluminação pública (Parreira, 1986). O local foi objeto de quatro campanhas de escavação, levadas a cabo entre 1984 e 1990, tendo-se escavado seis sondagens arqueológicas num total de 70m² de área, (Calais, 1993-94).

Sob o nível de enterramentos, correlacionados com a antiga necrópole da igreja de época moderna, que aqui se ergueu outrora, identificou-se uma importante e significativa ocupação de época romana, desde meados do século I a V d.C.

Apesar da área escavada ser significativa, as estruturas colocadas a descoberto não são de todo elucidativas no que diz respeito à interpretação do tipo de sítio em questão, entenda-se, não é linear se apenas estaremos perante uma *Villa* ou face à dimensão da área ainda por escavar perante um *Vicus* portuário.

O conjunto arquitetónico mais coerente, corresponde a dois grandes compartimentos de planta retangular, possíveis armazéns, bem datados de meados do século III d.C. Sob esta construção detetou-se uma parede bem construída com uma soleira de porta, que foi interpretada como a fachada da *villa* do alto Império (Calais, 1993-94, p. 58).

O estudo dos conjuntos de artefactos aqui recolhidos, nomeadamente: as ânforas (Banha, 1991-92); a *Terra Sigillata* (Dias, 1995-97); os almofarizes (Quaresma, 1995-97); a Cerâmica de paredes finas, Lucernas, e os artefactos em osso e metal (Reis e Sepúlveda, (2003), permitem atestar o dinamismo económico do porto de Povos em época romana e acentuar a riqueza desta estação.

A esta informação, temos que adicionar os elementos proporcionados pelo trabalho em curso, de inventário sistemático do espólio arqueológico do Museu Municipal⁴. Entre as coleções ainda inéditas provenientes de Povos, destaca-se o impressionante conjunto numismático de época tardia, proveniente dos níveis de abandono da estação datados de finais do século IV inícios do V d.C.

Na antiguidade tardia o sítio parece ter sido abandonado, colocando-se a hipótese de este se ter deslocado para o sítio do Senhor da Boa Morte onde se vem a desenvolver um Castelo Islâmico, diretamente correlacionado com funções defensivas de controlo da própria estrada (Calais, 1995-97).

Castelo de Povos – O alto do Senhor da Boa Morte.

As escavações aqui desenvolvidas entre 1991 e 1995, da responsabilidade da Dr.^a Cristina Calais, permitiram caracterizar a presença Islâmica (Calais, 1995-97).

No âmbito da revisão do estudo das coleções arqueológicas, depositadas nas reservas do Museu Municipal, deparámo-nos entre o espólio de época islâmica e medieval cristã do Castelo de Povos, com a existência de materiais de cronologia mais recuada.

Ainda que estes materiais tenham sido recolhidos em contexto de deposição secundária, claramente posterior à sua cronologia, a sua presença no morro do castelo permite afirmar a existência neste espaço de uma ocupação anterior à fortificação islâmica, ocupação essa, que até à bem pouco tempo, era de todo desconhecida (Lucas, 2000).

O estudo destes materiais, permite atribuir-lhes uma cronologia romana republicana, bem balizada, entre os meados da segunda metade do século II a.C. e o I a.C.

A associação entre ânforas vinárias itálicas do tipo greco-itálico tardio, ânforas Gadi-tanas do tipo Mañá C2b, ânforas Mañá Pascual A4 tardias e fragmentos de cerâmica campaniense A, (figura 8), remetem-nos, para os contextos mais antigos da presença militar romana no vale do Tejo, com bons paralelos em Lisboa e em Chões de Alpompe (Pimenta, 2005).

A continuação da ocupação ao longo do século I a.C. encontra-se atestada por ânforas vinárias do tipo Dressel 1 de produção da costa Tirrénica da península Itálica, assim como por um fragmento de ânfora Haltern 70 de produção do vale do Guadalquivir.

Face à redescoberta e estudo destes materiais, efetuou-se uma campanha de prospeção intensiva no morro do Castelo e nas suas encostas. Estes trabalhos lograram identificar diversas plataformas com ocupação de cariz habitacional islâmica ao longo do monte, assim como, evidências estruturais da presença de outra linha defensiva, possivelmente medieval.

Da fase mais antiga agora entrevista, foi possível recolher fragmentos de ânforas e cerâmicas comuns que levam a supor uma relevante ocupação desta época.

A presença romana republicana no Castelo de Povos, numa área aparentemente desocupada até então, leva-nos a problematizar o seu significado. A sua cronologia, associada à posição de domínio sobre a área portuária e a via natural de circulação, leva-nos a conje-

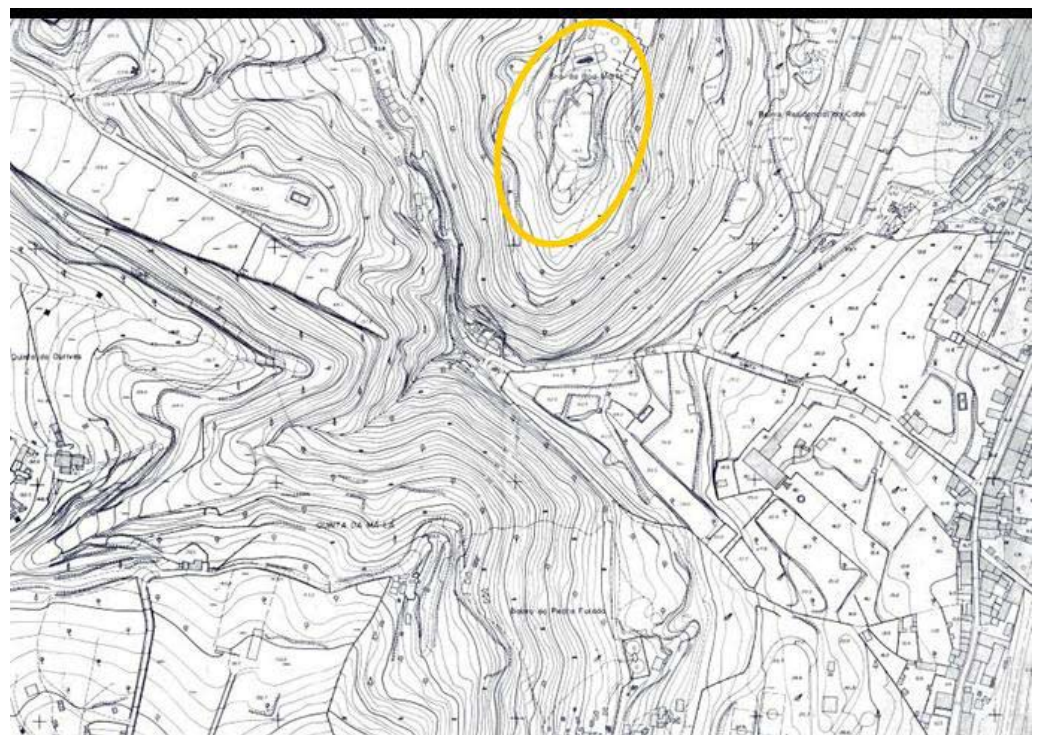


Figura 7
Planta topográfica do morro do castelo de Povos.



1



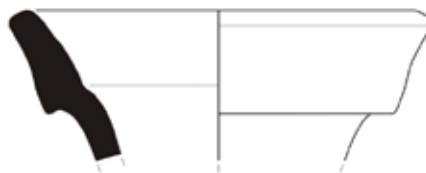
3



4



5



6



Figura 8
Materiais de época
romana republicana
do castelo de Povos

turar duas hipóteses: A) Podermos estar perante um povoado fundado nestes momentos de instabilidade, e que recebe fortes influências dos inícios da presença romana no vale do Tejo. B) Perante uma ocupação de cariz militar itálica, que aproveitaria a sua posição natural para instalar um ponto de defesa do território.

De qualquer modo este povoado fortificado, tiraria partido da defensibilidade natural do sítio, e da sua ampla visibilidade, assumindo-se como um elemento de controlo territorial bem evidenciado na paisagem Tagana.

Podíamos assim ver nesta primeira ocupação, a génese do aglomerado populacional que a partir do século I d.C. se vem a desenvolver no seu sopé.

O povoado fortificado do Monte dos Castelinhos.

De Povos a estrada seguia junto à borda de água atravessando a área onde hoje se ergue a povoação de Castanheira do Ribatejo. Nesta localidade é conhecido um importante e ímpar sarcófago romano de mármore (Souza, 1990).

Recentemente, efetuaram-se escavações na área do Bairro Gulbenkian, tendo-se confirmado a já intuída presença de uma proeminente *Villa* no local, com uma lata cronologia desde meados do século I a VI d.C. (Monteiro, Batalha e Cardoso, 2008).

A via seguia em direção ao antigo esteiro da Marinha ou Meirinha, atual Vala do Carregado onde se situa os limites administrativos do concelho de Vila Franca de Xira com Alenquer. Este curso de água, composto pela foz do Rio Grande da Pipa e pelo esteiro do rio Tejo, encontra-se hoje muito assoreado e encanado pela construção da Vala do Carregado. Porém, em época medieval, apresentava ainda uma ampla navegabilidade, o que leva a supor, que a sua travessia seria um forte obstáculo em época antiga.

Várias propostas têm vindo a ser apresentadas para a sua travessia em direção a Alenquer (*Ierabriga?*) e a *Scallabis* (Santarém) (ver Mantas, 1996). A mais consensual é a de que este curso de água seria atravessado na área onde hoje se ergue a ponte de origem medieval da Couraça (Mantas, 2000).

A proeminência de sítios arqueológicos de época romana em torno desta travessia, quer de um lado quer do outro da margem, não deixa grandes dúvidas acerca da presença de uma ponte em época romana neste ponto.

Entre estas estações, sobressaiu desde um primeiro momento na nossa análise, o sítio do Monte dos Castelinhos. Este vasto habitat fortificado com cerca de 10 hectares, desenvolve-se num extenso monte sobranceiro à antiga foz do rio Grande da Pipa, precisamente sobre a zona de travessia pela ponte da Couraça. (FIG. 9)

Sendo conhecidas desde há mais de cem anos referências à existência de ocupações antigas, estas nunca foram devidamente investigadas resumindo-se a alguns achados isolados (Gomes e Ponte, 1984 e Parreira, 1990).

Entre abril e maio de 2007, no âmbito do Projeto: «Conhecer o património de Vila Franca de Xira. Património móvel e imóvel» Inventariação, Digitalização e Divulgação do Património Arqueológico, efetuou-se um pedido de autorização ao IPA, para a realização de trabalhos de prospeção e monitorização das estações arqueológicas do concelho de Vila Franca de Xira.

Os trabalhos efetuados no povoado do Monte dos Castelinhos, permitiram revelar, dispersos pelo terreno, inúmeros vestígios das antigas ocupações humanas aqui existentes.

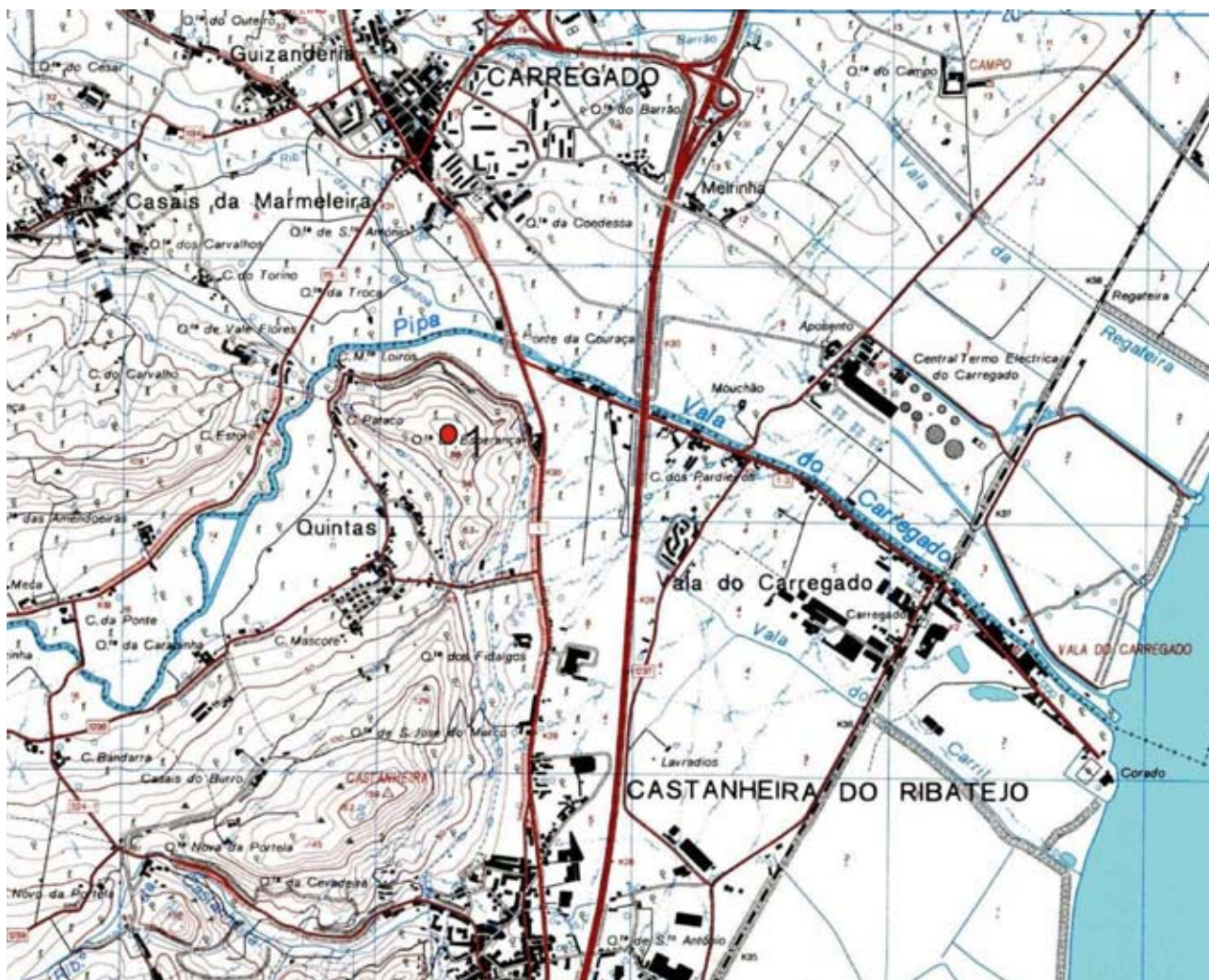


Figura 9
Localização do Monte dos Castelinhos na Carta Militar de Vila Franca de Xira, 1: 25.000.

Entre os materiais recolhidos destaca-se os fragmentos de cerâmicas finas (campanienses) e ânforas vinárias importadas da península Itálica em meados do Século II/I a.C., assim como, diverso espólio cerâmico atestando uma ocupação de época romana alto Imperial (Pimenta e Mendes, 2007c).

Perante os resultados da prospeção, ficou patente a importância que o Monte dos Castelinhos parece ter tido desde época romana republicana a meados do século I d.C. A complexidade do seu sistema defensivo, atestado pela presença de duas linhas de muralhas e taludes defensivos, a sua implantação estratégica sobre a estrada romana, assim como a sua proximidade com a localização da *Ierabriga* das fontes clássicas, levam a que este sítio se destaque enquanto estação arqueológica paradigmática para o estudo do processo de romanização do vale do Tejo (Pimenta, Mendes e Norton, 2008).

Tendo presente esta leitura, o Museu Municipal desenvolveu um projeto de estudo para o local, desenvolvido como PNTA. Em 2008 efetuou-se a primeira campanha de escavações arqueológicas que deixa pressentir as potencialidades do sítio. As quatro sondagens, efetuadas, em distintas áreas do povoado, permitiram verificar estados de conservação desiguais a nível do subsolo, fruto das diferentes utilizações agrícolas do espaço.

A análise da estratigrafia é muito coerente, sendo claro a existência de diferentes momentos na vida do sítio.

A primeira fase de ocupação do morro, detetada em escavação, corresponde à época romana republicana, em concreto a inícios da segunda metade do século I a.C. Assiste-se então, à construção de raiz e num espaço até então desabitado, de um conjunto arquitetónico regular traduzindo um urbanismo de matriz ortogonal.

O esforço para implantação deste urbanismo é assinalável, visto estarmos perante uma área de encosta com forte pendente. Para vencer este desnível, os diversos compartimentos foram construídos em socalcos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito. A nível dos arruamentos, julgamos ter detetado uma possível área de rua, calçada, organizada em patamares com degraus para vencer a íngreme encosta.

A segunda fase corresponde ao momento de abandono. O estudo do espólio exumado, nos diversos níveis de “destruição” identificados nos ambientes 1 a 5, permitem afirmar que este setor do povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo depois de ter sido edificado.

Esta aceção assenta na observação do índice de fragmentação das peças arqueológicas, que evidenciam fraturas bruscas e helicoidais, encontrando-se muitas delas quebradas em conexão.

Em consonância com este cenário de destruição, foi detetado na escavação da UE [18], no ambiente 1, um invulgar elemento de equipamento militar itálico. Trata-se de diversos elementos em ferro pertencentes a um *scutum*. A parte melhor preservada corresponde à parte central do escudo, o *umbo* com os respetivos rebites metálicos ainda preservados. A forma como esta peça foi identificada e a articulação funcional que os diversos elementos recolhidos evidenciavam no terreno, permite-nos supor que o escudo terá sido abandonado completo nos níveis de destruição deste compartimento, tendo porém, como é óbvio, apenas chegado até nós as partes metálicas e perenes do mesmo (figura 11).

O estudo das cerâmicas recolhidas nestes níveis, cerâmica campaniense, ânforas, paredes finas e cerâmica comum, leva-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais.

A associação entre as formas de Campaniense B, F. 2300 e F. 7500 (Lamb. 1 e 3) (Morel, 1981), leva a que nos pareça evidente estar perante um conjunto de produções, enquadrado *grosso modo* na primeira metade do século I a.C.

O estudo das ânforas presentes nos níveis de abandono, permitem-nos conformar esta cronologia, os contentores de produtos alimentares são maioritariamente da vizinha província da *Baetica*, nomeadamente as formas tardo-republicanas das Haltern 70, Dressel 7/11 e Classe 67, já não se encontrando presentes as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, tão características dos contextos republicanos da primeira metade do século I a.C. (Fabião, 1989).

Perante a inexistência de *Sigillata* Itálica, e face ao estudo da campaniense e das ânforas, torna-se plausível uma ocupação/abandono centrada em meados da segunda metade do século I a.C.

Estas correlações de materiais encontram bons paralelos em contextos do século I a.C. em sítios de cariz militar, como o acampamento romano da Lomba do Canho em Arganil (Fabião, 1989), a alcáçova de Santarém (*O Praesidium Iulium* de César ver Arruda e Almeida, 2000) e Povoados como a Mesa dos Castelinhos – Almodôvar (Fabião, 1998) e o Pedrão – Setúbal, (Soares e Silva, 1973).

A terceira fase está atestada em todas as leituras efetuadas, e equivale a um momento já de abandono e erosão deste setor do povoado. A presença de fragmentos de *Terra Sigillata*

itálica, ainda sem que seja possível reconstituir formalmente nenhuma peça, aponta para uma cronologia de meados do século I d.C.

Esta leitura é particularmente interessante, pois indica-nos que o povoado, pelo menos em alguns setores, terá continuado a existir durante o século I d.C. De facto, em prospeção efetuada pelos signatários, e no estudo da coleção aqui recolhida pelo colega José Norton, já tinham sido detetadas algumas *Sigillatas*, que apontavam, numa continuidade até pelo menos aos Flávios.

A construção aparentemente de raiz, *Ex nihilo*, de um sítio desta dimensão, em meados do século I a.C., e a sua brusca destruição apenas alguns anos depois levanta uma série de questões que se prendem com a interpretação da sua funcionalidade e relevância.

Aliado a este facto, a presença de muralhas, taludes defensivos e a descoberta de equipamento militar Itálico nos níveis de destruição do povoado, é tentador, tentar ver neste arqueossítio uma instalação de cariz militar correlacionada com algum dos episódios hispânicos das guerras civis ao longo século I a.C.

Tendo em conta a cronologia dos contextos de abandono do sítio, é plausível como hipótese de trabalho, tentar associar este povoado fortificado com o período de grande instabilidade que se viveu no vale do Tejo nos finais do século I a.C., em consequência dos conflitos entre César e os partidários de Pompeio.

Num raio de apenas escassos quilómetros do Monte dos Castelinhos, são conhecidos, o impressionante tesouro de Santana da Carnota, datado da época das Guerras Sertorianas (Viegas e Parreira, 1984) e o tesouro do Pinhal do Alvarinho – Alenquer (Ruivo, 2005). Infelizmente não é clara a datação deste último entesouramento, sabendo-se apenas que teriam sido encontrados cerca de 1000 denários republicanos, encontrados no interior de um vaso de prata com a inscrição SVCNIN(US) ASED I F(ILII)S. Hipólito Cabaço ainda terá visto três moedas, tendo-as atribuído a 125 a.C. nada se sabendo do resto do conjunto, a prudência aconselha a que este tesouro seja incluído entre os finais do século II a.C. e os inícios do I a.C. (Ruivo, 2005, p. 138)

Ao tentarmos compreender a lógica de um povoado desta natureza, e que face às prospeções já efetuadas parece ter cerca de 10 hectares de extensão, sobressai a sua implantação privilegiada de verdadeiro domínio sobre a estrada romana de *Olisipo a Scallabis* (Pimenta e Mendes, 2007).

Poderíamos assim, estar em época romana republicana perante um sítio de cariz militar dominando uma área portuária e de travessia, da mais importante via terrestre do extremo ocidente?

Qual a importância que este sítio vem a assumir com a reorganização política e administrativa da província da Lusitânia é algo que de momento nos escapa, porém não deixa de ser pertinente a referência do Professor Jorge de Alarcão (1990) à localização da fronteira do território Olisiponense nesta zona.

Face a esta leitura não podemos deixar de abordar uma questão mais transversal a este trabalho e que se prende com uma discussão que nos transcende, correlacionada com questões mais gerais de geografia histórica, a localização do sítio referido no Itinerário Antonino – *Ierabriga*.

Esta estação viária, hoje em dia, tida consensualmente como localizada sobre o sítio de Paredes e Sete Pedras (Mantas, 1996), encontra-se a nosso ver longe de estar categoricamente confirmada, como se viu no debate que se seguiu à mesa redonda de *Olisipo a Ierabriga*.

A continuidade, pelo menos, de alguns setores do Monte dos Castelinhos durante o século I d.C. e o seu completo abandono em inícios do período Flaviano, deixa uma série de questões em aberto sobre o que sucede a este sítio. (FIGS. 10, 11, 12, E 13)



Figura 10
Vista geral do final dos trabalhos na Sondagem 4 do Monte dos Castelinhos.



Figura 11
Pormenor dos elementos metálicos do escudo na altura da sua descoberta.



Figura 12
Pormenor do
compartimento, onde
se identificou
o escudo.



Figura 13
Grande recipiente
de armazenamento
fraturado *in situ* no
nível de destruição
do povoado.

De Monte dos Castelinhos a Paredes...

Apesar do abandono do povoado do Monte dos Castelinhos nesta fase, no seu sopé na área da Quinta da Marquesa e nos campos do Monte dos Loios, os trabalhos de prospeção lograram identificar uma significativa ocupação de época romana tardia.

O estudo dos materiais, então recolhidos, permite supor a existência de uma ocupação na área de várzea do Monte dos Loios, possivelmente correlacionada com a existência de uma *Villa* e de uma necrópole na área da Quinta da Marquesa.

Aqui assistimos a uma longa diacronia que se estende desde meados do século I d.C. ao VI d.C. com uma especial incidência de materiais de época tardia.

Será esta estação no sopé a continuação do povoado do Monte dos Castelinhos, que face à importância desta travessia se terá desenvolvido junto à estrada, possivelmente com estruturas de apoio aos viajantes?

Como elemento de ponderação para a compreensão destas problemáticas, é proveitoso a análise da viação antiga nesta zona, em particular os caminhos antigos que da ponte da Couraça conduzem a Alenquer.

Figura 14

Reconstituição do traçado da estrada romana entre o Monte dos Castelinhos e o sítio de Paredes (Alenquer) na *Carta Militar* 1: 25.000.



Hoje em dia conservam-se três caminhos mais ou menos paralelos, com o mesmo destino, fruto da evolução urbana ao longo do tempo, (Mantas, 1996). O que nos parece o mais próximo da via romana, parte da Ponte da Couraça através de campos agrícolas e atravessa o núcleo antigo da *Vila Vêtera* de Paredes (Mantas, 1996, p. 753).

De Monte dos Castelinhos a Paredes, através deste trajeto, dista pouco mais do que quatro quilómetros, ou seja, cerca de meia hora de distância a pé. Tendo-se ainda hoje a partir de Castelinhos um amplo domínio visual de todo este percurso.

Se Paredes for *Ierabriga*, estas observações associadas aos novos dados recentemente aferidos acerca do povoamento antigo desta área, permitem-nos trazer à coação uma nova teoria. Desde cedo, foi apontado em relação a esta localização, que Paredes é um sítio plano, e que *Ierabriga* tem o sufixo – *briga*, sítio alto fortificado.

Tendo por base esta questão linguística, foi mesmo sugerido que este sítio romano teria substituído o *oppidum* indígena, localizado sob o morro do Castelo de Alenquer (Mantas, 1996, p. 577). Ainda que, tanto quanto se saiba, até ao momento nada se identificou relativo a uma ocupação da Idade do Ferro no casco antigo de Alenquer.

Face aos recentes dados proporcionados pelo projeto que estamos a desenvolver no sítio do Monte dos Castelinhos, julgamos ser pertinente alvitrar que este povoado fortificado poderá corresponder à primitiva localização de *Ierabriga*.

Perante a sua implantação na paisagem e as evidências bem atestadas de estruturas defensivas, estaríamos perante uma localização adequada de um local com o sufixo *briga*.

Poderia assim, ter existido uma mudança em meados do século I d.C. da localização do antigo povoado fortificado de *Ierabriga*, para uma nova implantação na planície, na área de Paredes, onde a abundância de água facilitaria a construção dos novos equipamentos que o gosto de influência itálica requeria.

Considerações finais

Ainda que estejamos numa fase inicial deste projeto, os primeiros resultados quer da prospeção, quer do início da escavação do sítio do Monte dos Castelinhos são francamente animadores.

Uma constante na análise do povoamento antigo é a importância das vias de comunicação e da interdependência dos sítios com o rio Tejo. A Via romana entre *Olisipo* e *Scallabis* assume-se assim, desde cedo, como elemento aglutinante e estruturador de povoamento em toda a região.

Os recentes trabalhos de prospeção, efetuados pela equipa do Museu Municipal, começam a permitir entrever uma significativa ocupação destes territórios ribeirinhos desde época romana republicana.

Nesta fase, assiste-se ao abandono de alguns povoados agrícolas pré-existent⁵, e há clara opção por uma distinta implantação na paisagem, com um evidente objetivo de controlo da via terrestre e de algumas áreas de cariz portuário. Não é ainda claro qual o significado desta alteração da estratégia de povoamento, sendo tentador ver neste fenómeno o impacto do período de instabilidade política e militar que se viveu no vale do Tejo ao longo dos primeiros dois séculos de presença romana.

A inserção deste território na *Civitas* de *Olisipo* conduz através da reorganização do território e parcelamento dos férteis campos do rio Tejo a uma nova lógica de aproveita-

mento agrário. Este fenómeno encontra-se plasmado na abundância de *Villae* de grande dimensão, situadas nos vales de linhas de água subsidiárias do Tejo e que assentariam a sua economia na exploração das férteis várzeas de Vila Franca.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J. P. (1996) – *La Construcción Romana, Materiales y técnicas*. Editorial de los Oficios. Leon. Espanha.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa-América. Mem Martins.
- ALARCÃO, J. (1990) – O domínio Romano» In *Nova História de Portugal*. Dirigida por Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques. Lisboa. Editorial Presença, p. 342-441.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1971) – Incrições romanas e moeda visigótica no Museu Municipal de Vila Franca de Xira, In *25.º Aniversário da Biblioteca Museu Municipal Dr. Vidal Batista. Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira, p. 151-152.
- ARRUDA, A. M. e ALMEIDA, R. R. (2000) – Importação e consumo de vinho Bético na colónia romana de *Scallabis* (Santarém, Portugal) In *Atas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano. Vol. 2. Écija. Editorial Graficas Sol, p. 703-715.
- BANHA, C. (1991-92) – As ânforas da *Villa Romana de Povos*. In: *Boletim Cultural*. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 5, p. 50-90.
- CALAIS, C. (1993-94) – Povos (Escola-Velha) – Vila Franca de Xira. Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo (1990). In: *Boletim Cultural*, CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 6, p. 50-62.
- CALAIS, C. (1995-97) – Outeiro de Povos – Resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas. In: *Boletim Cultural*. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 47-74.
- CAMACHO, C. (1994) – A região de Vila Franca de Xira no tempo dos Descobrimentos In *Histórias do Tejo*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 25-41.
- CAMACHO, C.; CALAIS, C.; NUNES, G. (1996) – A presença romana no concelho de Vila Franca de Xira: Investigar, divulgar e animar. In *Atas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, p. 179-191.
- CATARINO, H. (2000) – O Castelo de Povos (Apontamentos sobre o período Islâmico em Vila Franca de Xira). *Vila Franca de Xira. Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-51.
- DIAS, L. F. (1995-97) – Terra Sigillata da *Villa Romana de Povos* (Vila Franca de Xira). In: *Boletim Cultural*. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 16-24.
- DIOGO, A. M. D. (1987-88) – Notícias de dois vestígios romanos do concelho de Vila Franca de Xira. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 3, p. 95-105.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação In *Figlinae Baeticae. Talleres, alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana. British Archaeological Reports International Series*. 1266, p. 379-410.
- GASCO, A. C. (1924) – *Primeira parte das antiguidades da muy noble cidade de Lisboa Império do Mundo e Princesa do Mar Oceano*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GOMES, J. J. F.; PONTE, S. (1984) – Três bronzes romanos da região de Alenquer. *Conímbriga*. XXIII, p. 97-101.
- GUERRA, A. (1995-97) – A respeito do nome de Vila Franca de Xira. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 7, p. 155-165.
- GUERRA, A.; BLOT, M. L.; QUARESMA, J. C. (2000) – Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo. In *Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 29-42.
- LUCAS, M. M. (2000) – Para uma arqueologia da paisagem – O Alto do Senhor da Boa Morte, um espaço vivido. In *Catálogo da Exposição. Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-27.
- LUCAS, M. M. (2003) – Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 99-116.

- MANTAS, V. G. (1996)** – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Policopiado.
- MANTAS, V. G. (1999)** – Vias Romanas do Concelho de Loures *In Catálogo da Exposição – Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*. Museu Municipal de Loures. Câmara Municipal de Loures, p. 17-28.
- MANTAS, V. G. (2000)** – A rede viária romana e Medieval da região de Torres Vedras. *In Atas de História Medieval Turres Veteras I*. Câmara Municipal de Torres Vedras, p. 11-24.
- MENDES, H. e PIMENTA, J. (2008)** – O Povoado do Bronze Final e Idade do Ferro do Vale de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. *In Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 145-151.
- MENDES, H. e PIMENTA, J. (2008a)** – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scallabis* em Vila Franca de Xira. *In Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 163-169.
- MONTEIRO, M., BATALHA, L. e CARDOSO, G. (2008)** – A Villa Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo. *In Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 153-161.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MORENO GALLO, I. (2004)** – *Vias romanas: ingeniería y técnica constructiva*. Madrid. Ministerio de Fomento Dirección General de Carreteras.
- PARREIRA, R. (1985)** – Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 403-8. *In Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. 1, p.107-120.
- PARREIRA, R. (1986)** – Povos (Escola Velha), Vila Franca de Xira: Relatório dos trabalhos arqueológicos de campo realizados em 1985. *In Boletim Cultural. CIRA. Vila Franca de Xira*. 2, p.101-110.
- PARREIRA, R. (1986a)** – Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 404-1. *In Boletim Cultural. CIRA. Vila Franca de Xira*. 2, p.73-81.
- PARREIRA, R. (1987-88)** – Intervenção arqueológica no centro histórico de Alverca do Ribatejo, 1986. Relatório sucinto dos trabalhos realizados. *In Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 3, p. 89-94.
- PARREIRA, R. (1987-88a)** – Inventário do Património Arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-6. *In Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 3, p. 96-105.
- PARREIRA, R. (1990)** – Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *In Boletim Cultural. CIRA. Vila Franca de Xira*. 4, p.77-91.
- PIMENTA, J. (2005)** – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos de Arqueologia. 41.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2006)** – Ocupação romana no subsolo da Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série. 14. Adenda eletrónica VI, p. 1-6.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007)** – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007a)** – Evidências de ocupação romana no morro do Castelo de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. 2.ª Série 15. Adenda eletrónica XI, p. 1-6.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007b)** – Novos dados sobre a Presença Fenícia no Vale do Tejo a escavação do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Al-madan*. II Série. N.º 15, p. 160.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007c)** – *Relatório de Prospecções Arqueológicas no Âmbito do Projeto “Conhecer o Património de Vila Franca de Xira”*. Município de Vila Franca de Xira. Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007d)** – A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). *In Catálogo da exposição Alverca da Terra às Gentes*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 53-70.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. e NORTON, J. (2008)** – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*, II Série. N.º 16, p. 26-37.
- QUARESMA, J. C. (1995-97)** – Os almofarizes romanos de Povos (Vila Franca de Xira) no contexto do território atualmente português. *Boletim Cultural. CIRA. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. N.º 7, p. 25-45.
- QUARESMA, J. C. (2005)** – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Volume 8. Número 2, p. 403-428.
- REIS, M. P. e SEPÚLVEDA, E. (2003)** – A propósito da “Villa” romana de Povos. Estruturas, materiais e problemáticas arqueológicas. *In Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 117-128.

- RUIVO, J. (2005)** – A Presença romana na região Oeste na perspetiva dos tesouros monetários. *In Atas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Museu Municipal do Bombarral, p. 135-147.
- SAA, Mário de (1959)** – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo 2.
- SAA, Mário de (1967)** – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Tomo 6. As Vias imperiais de Lisboa a Mérida. Revisão e conclusão.
- SOARES, J. E SILVA, C. T. da. (1973)** – Ocupação do período Proto-Romano do Pedrão (Setúbal). *In Atas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Volume 1, p. 245-305.
- SOUZA, V. de (1990)** – *Corpus Signorum Imperii Romani: Portugal (CSIR)*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras/ Association Internationale d'archéologie Classique.
- VIEGAS, J. R. e PARREIRA, R. (1984)** – Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.

NOTAS

- ¹ Esta informação está disponível na internet em: <http://sigcm-vfxira.pt/Viewer.aspx?serviceName=PATRIMONIOCULTURAL&host=SRVSIG01>
- ² Recentes trabalhos de prospeção permitiram recolher materiais romanos na encosta do morro do Castelo, indicando a existência de uma ocupação anterior à Atalaia Medieval aqui conhecida.
- ³ Quando nos encontrávamos a concluir este texto, detetamos num antigo quintal, de um edifício da Rua Luís de Camões dois fustes de coluna romanos em mármore.
- ⁴ Da responsabilidade do Dr. Fernando Madeira.
- ⁵ Sítios como a Quinta do Bulhaco e Bairro Gulbenkian são abandonados em meados do século II a.C.

➤ mesa redonda de *Olisipo a Ierabriga*

Carlos Fabião (moderador): É efetivamente surpreendente, o volume de novos dados obtidos nestas novas intervenções nos últimos anos no município de Vila Franca de Xira, novos dados esses, que são no fundo, a justificação deste encontro que aqui nos traz. Eu queria uma vez mais, honrar este convite que me fizeram para moderar esta mesa redonda, mas sinceramente, talvez a melhor maneira para lhe dar início, seria passar a palavra a alguma pessoa da assistência, que deste modo queira tecer algum comentário em torno das questões que ouvimos. Circunscrevendo-nos ao assunto principal que é a questão do traçado das vias e naturalmente em termos mais latos, as questões da geografia histórica, que se prendem com os Itinerários, e com a identificação de um conjunto de núcleos principais que conhecemos sobretudo das fontes literárias e epigráficas, sem esquecer naturalmente a questão que foi afluída nesta última intervenção, que é justamente, o dos limites entre as *Civitas* do baixo Tejo.

João Pimenta: Uma das questões que queria perguntar ao Professor Vasco Mantas e ao Professor Amílcar Guerra, é a da problemática em torno da epígrafe da Póvoa de Santa Iria? Esta inscrição é particularmente interessante pois o cidadão aí referido intitula-se como Olisiponense. Este facto, apesar de não ser de todo inédito, levou o Professor Cardim Ribeiro em 1994 a sugerir uma nova configuração para o território da *Civitas* de *Olisipo*, propondo que o território de *Scallabis* se estendesse pelas margens do Tejo até ao vale de Sacavém.

Mais recentemente com os mesmos fundamentos, o Professor Jorge Alarcão, no catálogo da exposição de *Scallabis* a Santarém, propõe que talvez *Ierabriga* pudesse mesmo ser uma sede de *Civitas* entre os dois territórios supra mencionados.

Outra das questões, que gostaria de colocar, é a coincidência da *Arabriga* de Ptolomeu e de Plínio com a *Ierabriga* do itinerário de Antonino. Se de facto coincidissem, Plínio fala de uma *Civitas Estipendiária* e assim, *Ierabriga* não seria um *Vicus*, mas algo mais?

Amílcar Guerra: Essas questões de *Arabriga* e *Ierabriga* são algo problemáticas. Começando pela última, os autores latinos conheciam mal a realidade do terreno. Há uma *Arabriga* que é uma cidade *estipendiária*, que nós não sabemos exatamente onde é, mas sabemos em que região se situa, na zona do Douro. Provavelmente em Ptolomeu houve uma certa confusão entre as duas coisas, e uma assumiu o nome da outra talvez de forma errada. Pelas fontes que consideramos relativamente fiáveis, *Ierabriga* poderia ser o nome daqui. Sinceramente penso que se trata de uma sobreposição de duas coisas distintas, e por isso, sem que haja nenhum dado em concreto, ficou a ideia de que *Ierabriga* poderia ser elemento de *Civitas*. O marco miliário de época tardia identificado em Alverca, retira praticamente esta possibilidade, ao indicar as vinte e três milhas medidas dali, o que o projetaria para muito longe, a não ser que o território dele fosse para depois. Há sobretudo falta de qualquer outro elemento que aponte nesse sentido, todos os dados vão em sentido contrário. Na revista dos elementos Plinianos, nós já temos mais do que o número de quarenta e cinco *Civitas*, e não há grande possibilidade de incluir mais um.

Sobre a questão da presença de indivíduos no território ou fora do território, se eu fizesse uma lista dos indivíduos, que estão dentro da sua cidade ou dentro do seu território e que indicam a sua origem, vocês ficariam espantados.

Eu sinceramente não insistiria na ideia de que ele indica a sua origem, portanto, se indica a sua origem está fora do território da cidade. Se quiserem, posso-vos indicar vinte ou trinta exemplos, alguns deles, que indicam a sua origem na própria cidade e não no seu território. E aqui importa reter, que no território é mais justificável que se indique, ou seja, estando ele propriamente não dentro da cidade mas fora do seu território, que sublinhe a sua condição de *Olisiponense*. Alguns inclusivamente estão na própria cidade, por isso, que interesse têm eles em afirmar que são daquela cidade, quando na verdade já lá estão?

Vasco Mantas: Bom, penso que acabaste de dizer o que ia mencionar, mas há um outro elemento importante, relativamente ao problema de uma *Civitas* “independente” em *Ierabriga*, em relação a *Olisipo* e *Scallabis*, que é a tribo *Galeria*, no fundo não há aqui mais nada, mas isso ainda podia ser ultrapassado porque podia haver uma *Civitas* que fosse também da tribo *Galeria* como *Lisboa*.

Em relação à questão da origem *Olisiponense*, como o meu colega Amílcar Guerra disse já, há uma série de situações idênticas. Ainda há anos, lembro-me de haver uma discussão acerca dos limites de *Pax Iulia*, porque em Serpa apareceu uma *Pacense* que se identificava como sendo *Pax Iulia* e existiu na altura uma certa discussão, talvez há uns quinze ou vinte anos, sobre os limites da Colónia de *Pax Iulia*, quando se considerou que Serpa e Moura ficavam fora dos seus limites.

Aqui passa-se precisamente o mesmo, com esta referência de uma origem *Olisiponense*, que pode ser apenas um snobismo. Como não se está em *Olisipo*, mas no seu território, de vez em quando ficaria bem mencionar a sua origem. Ainda hoje assistimos muito a essa ambiguidade, quando alguém diz, por exemplo, eu vivo em Lisboa quando na realidade vive nos arredores de Lisboa. Na época romana, não vejo razão nenhuma para que tal não pudesse funcionar também dessa forma.

Quanto ao problema da *Arabriga* ou *Ierabriga* de Ptolomeu, eu penso precisamente a mesma coisa, que é natural haver ali uma confusão de Ptolomeu entre a *Arabriga* do Tejo e a *Arabriga* do Douro, que naturalmente não tem nada a haver, porque se situa numa região completamente distinta.

As distâncias como vimos, em termos das coordenadas Ptolomaicas, não fogem muito da localização provável de *Ierabriga*, dando-nos mesmo uma margem de manobra mais confortável. Embora tradicionalmente se situe *Ierabriga* em Paredes ou Sete Pedras, a verdade é que o que lá há são só vestígios arqueológicos importantes, não temos nenhuma inscrição a dizer *Ierabriga*, pelos menos por enquanto...

Eu estou convencido que realmente esta *Arabriga* do Ptolomeu, é capaz de ser mesmo a *Ierabriga*, visto se encontrar muito bem situada entre *Olisipo* e *Scallabis*.

Isto é um quanto ou tanto complicado, mas é capaz de ser qualquer coisa parecida, com a ausência de *Scallabis* no Estrabão e a referencia a *Móron*, pois a descrição que o Estrabão faz daquele sítio, só pode ser Santarém. Talvez tivesse havido uma confusão com Almourol, porque havia também uma ilha, o facto é que não estamos a falar de edições originais, mas de coisas que andaram nas mãos dos copistas durante séculos.

A informação que Estrabão ou mesmo Ptolomeu tinham, era de coisas muito indiretas, e daí, poder ter havido com *Ierabriga* uma confusão desse género.

Eu digo sempre o mesmo, é preciso é escavar, porque sem escavações não se resolvem os problemas.

Carlos Fabião: O Dr. Virgílio Hipólito Correia está a querer colocar uma questão, e ia-lhe passar a palavra.

V.H. Correia: Eu tenho uma pergunta para o Professor José Varandas. Se do relato da batalha de Sacavém, é clara ou não, a existência da ponte em Sacavém nessa época?

José Varandas: Eu respondo, mas depois não sei se o Dr. André Leitão, que fez um trabalho sobre isso, não querera dizer mais alguma coisa.

Há a referência sobre a passagem para a outra margem, sobre uma superfície, e sobretudo a vinda de forças militares para o outro lado da margem. Se de facto a ponte é ali localizável e se de facto existiu, a crónica em si, não é muito clara. Mas também não faz parte do contexto, esse tipo de descrição.

João Pimenta: Queria colocar uma pergunta concreta aos elementos da mesa, que se prende com as propostas do traçado viário no percurso que estamos a analisar. Terá continuado a existir o percurso viário paralelo ao Tejo em direção a Ierabriga na antiguidade tardia? Ou este, por razões que não são claras, terá sido preterido em relação ao troço que evitava a ria flandriana do rio Trancão através de Santo Antão do Tojal?

Eu pessoalmente estou convencido da sua existência, em época alto imperial. De facto, os recentes trabalhos de prospeção que pude efetuar, têm indicado grande quantidade de sítios nas margens do Tejo, em direção a Alverca. Estes indicam claramente que o eixo que saía de *Olisipo* pela porta de Alfama e que viria pelo vale de Chelas onde há um miliário, Portela e Sacavém terá sido um elemento estruturante do povoamento em todo este percurso.

Existindo ou não ponte pétreia de origem romana sobre o rio Trancão em Sacavém, não invalida que aqui se atravessasse este significativo curso de água. Porque não através de uma ligação de barco. Recordemo-nos que como o Professor Vasco Mantas já referiu, existiu sempre uma complementaridade entre este troço viário com a ligação fluvial. Em muitas alturas do ano, vinha-se de barco até Vila Franca, e só depois se apanhava a estrada para cima.

Gostaria deste modo de saber a vossa opinião, se existiu ou não, esse troço viário saindo de *Olisipo* paralelo ao Tejo, sendo este complementar ao outro que iria pela calçada de Carris e São Julião do Tojal?

Amílcar Guerra: Eu tenho mesmo necessidade de falar, pois eu não esclareci totalmente a minha perspetiva. O traçado que é transmitido pela fonte do itinerário de Antonino do século III d.C., é o do Vale de Loures por Santo Antão do Tojal, sendo este provavelmente o principal.

É evidente que seria insensato da minha parte, estar a dizer que aquele era o único, pois a rede viária é muito mais complexa do que aquilo que nós podemos imaginar. Todas essas alternativas são suficientemente sólidas, e a solidez que teriam realmente na antiguidade, nós apenas vamos perceber-las mais tarde. Algumas poderiam ser inclusivamente alternativas muito consistentes, inclusivamente até, com marcos miliários a assinala-las,

nunca devendo excluirmos essas possibilidades seguramente. A minha única convicção é essa, de que aquilo que o Itinerário de Antonino reproduz, é o traçado através da calçada de Carriche e vale de Loures.

Vasco Mantas: Também em relação a isso, estou convencido que existia o caminho por Sacavém, que era muito mau como o atesta várias referências no século XVI, mas existia. O outro por cima, por Santo Antão do Tojal era melhor até ao Trancão, mas aí a passagem de barca também não era a melhor, conforme alguns relatos catastróficos da passagem do Trancão em Sacavém.

Na época romana creio que o troço principal é o que vai por Santo Antão do Tojal, o que não quer dizer que o outro traçado não existisse também. Menos importante, mais usado no verão como alternativa ou com um outro tipo de utilização.

Aliás em Santarém, havia uma coisa muito parecida com isso, porque havia um *deverticulum* que saía antes da ponta da Asseca e ia ganhar *Scallabis* pela calçada de S. Domingos, saindo numa grande necrópole que existia onde hoje se situa o Tribunal e antes a antiga Praça de Touros de Santarém, havendo aqui uma necrópole romana bastante importante. Ou seja, havia várias possibilidades de traçado, pois a via não é uma coisa tão “rígida” como nós às vezes pensamos. Não estamos a falar da utilização da mesma durante vinte ou trinta anos, mas de séculos, existindo ao longo do tempo, tal como hoje, a necessidade de proceder a algumas alterações ao seu traçado, em que por momentos se utilizava mais um percurso do que o outro.

Estou perfeitamente convencido que existia o percurso por Sacavém, com ponte ou sem ponte, pois tratando-se de um elemento forte, esta não era no entanto fundamental que existisse. No baixo-império este traçado pelo Tojal pareça realmente ser o mais importante, sem contudo excluir a existência do outro.

Amílcar Guerra: Eu não posso esquecer esta última comunicação, e as consequências daquilo que eu disse. Não devemos excluir a possibilidade de realmente o Monte dos Castelinhos ser *Ierabriga*, dado apresentar algumas condições vantajosas, que é sobretudo, a sua grande dimensão e o potencial que eventualmente terá o sítio. Inclusivamente, o próprio facto de ser uma *Briga* seria interessante.

Como objeção principal, podia ser a cronologia, isto é, ele vem referenciado em fontes que são bastante mais tardias e o sítio eventualmente podia já estar desocupado. A passagem do povoado para a zona baixa (Monte dos Loios) podia ser interessante, tal como a natureza do próprio sítio, se aí começarmos a implantar um sítio de natureza militar, também perde valor a relação com *Ierabriga*. O que eu posso dizer é o seguinte, se nós mantivermos a ideia que eu defendi, ou seja, de que genericamente a milha vinte e três está aproximadamente no sítio em que está, então é muito difícil fazer chegar *Ierabriga* ao Monte dos Castelinhos, na Castanheira do Ribatejo. Se nós admitirmos um pouco com a nossa flexibilidade de que, ele está aproximadamente no sítio, mas não no sítio certo, e pode por isso andar duas ou três milhas para a frente ou para trás, então aí com “boa” vontade chegamos e pomo-lo lá.

O que eu disse e procurei transmitir, foi a ideia de que se nós, nos prendermos um pouco a essa ideia da milha vinte e três em Alverca, vamos ficar “colados” à localização de *Ierabriga* entre Vila Franca de Xira e Povos.

Ana Raquel Silva: Só para complementar um pouco o traçado principal por Santo Antão do Tojal, gostaria de referir que recentemente os achados romanos têm-se vindo a multiplicar em Loures. Recentemente na própria zona de Santo Antão do tojal, na envolvente do traçado viário que o Professor Vasco Mantas sugeriu através da fotografia aérea, localizamos mais um sítio romano. Ele já está publicado, e irá brevemente ser alvo de uma atualização, na publicação da carta arqueológica, cujo topónimo é Quinta Velha.

Vasco Mantas: Muitas vezes ao tentarmos encontrar as estradas romanas, não damos com elas, mas sim, com vestígios de povoamento que não é obrigatório estar, precisamente por cima das estradas. Naturalmente quando se vai multiplicando o povoamento romano num determinado eixo, é sinal que havia ali qualquer coisa em termos viários. Tem que haver.

Graça Soares Nunes: Gostaria de deixar aqui mais um contributo a esta discussão, ao relembrar a questão das fontes históricas, e em particular dois autores locais do século XIX, que mencionam *Ierabriga*, são eles João Amaral e Lino de Macedo. Por outro lado gostava de referir, que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, acabou de adquirir, e se encontra a transcrever, uma nova monografia inédita do João Amaral, a qual poderá vir a ter um importante contributo para o estudo da antiga vila de Povos.

São dois autores do século XIX, são dois autores locais, são curiosos da história e que vão relatando alguns factos, mas que mencionam a localização de *Ierabriga*, em Vila Franca de Xira.

Amílcar Guerra: Na altura quando estudei a questão de *Iera* a Xira, remeti precisamente para alguns historiadores locais, mas sabe que nós universitários, temos a mania em não levar muito a sério e em consideração o legado de autores antigos.

Muitas vezes eu constato, que às vezes, nós andamos ali anos e anos a debater as coisas, e voltamos à forma original ou seja à primeira proposta de todas, às vezes a mais acertada e correta ainda que pouco fundamentada e baseada apenas numa impressão que a pessoa teve.

Graça Soares Nunes: Eu penso que deixei aqui uma pista! Depois há que cruzar este tipo de fontes com a arqueologia. O Lino de Macedo por exemplo, é Monárquico assumidamente, e apesar de ser muito apraz ler aquela monografia, temos pois, que fazer ali um “crivo” muito correto para se poder aferir alguns dados.

Amílcar Guerra: Sim mas às vezes, na realidade, eles foram tão pertinentes como foram certas propostas que os arqueólogos avançaram. Por vezes os arqueólogos também avançam baseados em palpites, ou em relações estabelecidas entre a existência de vestígios e determinada realidade concreta. Neste caso podíamos tomar por exemplo, a hipótese entre um determinado vestígio arqueológico apenas conhecido por achados casuais corresponde a uma estação viária. Sem se escavar, sem se comprovar mesmo que aquilo é uma *Mansio*, como é que às vezes nós podemos dizer isso? Deste modo, não andamos muito longe dos argumentos dos nossos antepassados.

Carlos Fabião: Eu diria provavelmente, que a parte mais interessante, será a de saber qual é a fundamentação! É aqui que reside a explicação.

Rodrigo Banha da Silva: Estou apenas a falar por mal-estar. Ouvi aqui, discutir a questão do *deverticulum* da via romana que saíria da Porta de Alfama em direção a Sacavém, e não posso deixar de informar, de alguns factos novos e de algumas reflexões velhas.

Relativamente aos factos novos, apenas para garantir que, comprovadamente essa via romana não só existe, como foi escavada em 2007 pela equipa do Museu da Cidade de Lisboa, na zona de Alfama. Ela está muito bem presente na arqueologia, na parte que diz respeito ao Município de Lisboa, nomeadamente na cartografia, onde até aos anos trinta do século passado, ela é, o eixo fundamental que atravessa a zona de Chelas e dos Olivais. Por cima dela, existe o registo de vários achados, como no campo de Santa Clara, numa zona já bastante afastada de Alfama, ou na zona do poço de Cortes, esta última bastante importante. Importante porque atualmente esta estação está soterrada debaixo da Av. Marechal Gomes da Costa, mas também porque, tem uma outra zona, que foi escavada nos anos setenta pela Dr.^a Irisalva Moita, e que nos comprova, que esse arqueossítio corresponde a uma estação bastante importante como área de necrópole, a qual estender-se-á por mais de quinhentos metros.

Do ponto de vista histórico, mesmo antes da reconquista, convinha lembrar que nos inícios do século XII, se fixou em Sacavém um Ribat, que virá mais tarde a dar origem à designação toponímica de Azóia, e é uma via importante relativamente à qual, o elemento arqueológico ou epigráfico mais forte, que é o famoso miliário de Chelas, me suscita a mim, as maiores dúvidas.

Independentemente da zona de Chelas ter um arqueossítio de cronologia romana, causa-me alguma estranheza, que por exemplo, um dos elementos epigráficos de Chelas, tenha um formulário bastante idêntico a um outro encontrado dentro da zona da cidade de Lisboa, e de um outro que o Professor Amílcar Guerra publicou há bem pouco tempo, oriundo das escavações do Castelo de São Jorge. Outro elemento dissonante é a chamada pilastra Visigótica ou Moçárabe de Chelas ser perfeitamente idêntica à exumada por Clementino Amaro na Casa do Bicos, também na zona histórica da cidade de Lisboa, e portanto, nada obsta a que, o famoso miliário de Chelas tal como ao que parece estes dois elementos, com probabilidade, se possam ter deslocado num “saltinho” de Lisboa a Chelas.

Vasco Mantas: Pois, esse é sempre o problema dos miliários! E esse ainda por cima existindo só sob a forma de uma transcrição mais ou menos literária. Seguramente havia outros miliários na zona da Casa dos Bicos, porque se é o ponto de partida da via, haveria com toda a certeza por ali espalhados, outros miliários. Mas é o tal problema, quer dizer, se nós começarmos também a deslocar as coisas de um lado para o outro, torna-se ainda mais complicada esta questão.

Em relação à pilastra Visigótica ou Moçárabe de Chelas, as escavações que existiram na antiga Igreja até ao momento, não puderam comprovar a veracidade destes achados atribuídos à zona. Não quer dizer, que não tivesse realmente existido ali uma estação relevante. Que a via romana passava por aqui, não há dúvidas.

Em relação ao miliário a interpretação é complicada, pois estamos limitados a uma informação que não podemos controlar, ainda por cima, quando não tem indicação de milhas nem nada. Resume-se a uma leitura estropiada de um miliário, muito mal tratado e que até quanto ao próprio Imperador levanta problema. Será Magnênsio? É muito complicada também aquela leitura, no entanto, por enquanto, temos que continuar a usar a hipó-

tese de que realmente houve ali um miliário algures na zona de Chelas. O que também em termos de traçado da estrada não altera grande coisa, pois admitindo que existe aquele troço como existe, não há problema nenhum se o marco miliário era dali ou não, pois a estrada passava por aí seguindo em direção a Sacavém. Se depois se passava em barca ou em ponte...isso já é outra história.

José Varandas: Não vou falar do miliário mas só queria fazer um comentário acerca da importância do espaço. Falou na saída por Alfama, e isto volta outra vez ao problema da ponte de Sacavém. Não é que esta seja um problema, não é de facto, mas é uma zona para o período que me interessa, manifestamente desprotegida ou que necessita de uma proteção adicional, quer para quem defende quer para quem ataca.

Entre 1147, mas já antes disso, são inúmeras as pequenas informações de problemas no Tejo. São problemas de pirataria, e não se pode colocar de parte, que essa pirataria seja muçulmana, provavelmente é. Na altura da conquista da cidade, sobem também um conjunto de Galés, que não sabemos se são portuguesas ou se vêm com a frota dos Cruzados, e que sobem para as proximidades do Trancão, mas não entram pelo Trancão. Haverá desta forma, algo que impede na realidade essa frota de subir para essa zona.

Há no entanto um conjunto de canoas, ou seja, navios a remos mais rápidos, que são navios de perseguição, não de navios maiores, mas provavelmente de embarcações mais pequenas, de canoas tripuladas por Alemães e que perseguem, segundo as crónicas, outras canoas que supostamente levariam mensagens de socorro para Évora e Beja. Essas mensagens não eram necessárias, pois toda a gente sabia que depois da queda de Santarém, que o próximo objetivo seria aquele.

O comentário que eu aqui quero fazer sobre o que disse, é o de que existe uma zona exposta no flanco da cidade, por onde passa uma via de saída, que provavelmente no período romano, era uma via nuclear, mas que durante uma grande parte da Idade Média, é uma via sensível do ponto de vista da proteção.

Com a saída pela calçada da Carriche e por Santo Antão do Tojal, atravessam-se muitas terras episcopais e por conseguinte, existem referências a alguns pagamentos muito curiosos, sobre determinadas mercadorias e também com algumas isenções muito singulares. Isto precisa de ser visto com mais atenção e pormenor.

O facto é que na Idade Média, a saída por Alfama, Chelas e a zona dos Olivais e toda a envolvente virada ao Trancão, é sistematicamente referida, e há também uma contenda muito feroz entre o Rei, o Bispo de Lisboa e São Vicente de Fora, exatamente sobre direitos de passagem. Sobre o miliário eu não digo nada.

João Pimenta: Gostava de deixar aqui duas questões. A primeira é em relação ao Convento de Chelas. É interessante às vezes recordar autores antigos, como é o caso de Mário de Sáa, apesar de os seus trabalhos na área da arqueologia não serem muito consensuais, a perspicácia de algumas das suas observações e do conhecimento do terreno são particularmente úteis. Este autor referia uma coisa muito interessante em relação ao convento de Chelas. Ele interpretava esta abundância de material epigráfico e decorativo, como o meu colega Rodrigo Banha referiu, com a existência de um pequeno museu de antiquálhas que teria existido algures, em época Renascentista, em torno do Convento em Chelas. Um pouco como aconteceu em torno da Igreja de São Miguel de Odrinhas, embora Chelas tenha outros problemas e uma história diferente.

É de facto possível estarmos perante uma situação similar, ainda que exista documentação sobre uma ocupação romana sob o convento. Nomeadamente uma necrópole que surgiu quando se abriu a capela-mor no século XVIII, da Igreja do Convento, tendo aparecido uma sepultura com uma inscrição associada. Uma coisa não invalida a outra visto que também em Odrinhas existe uma estação romana sob e em torno da Igreja. É só mais um apontamento, mas se estas peças tivessem sido aqui reunidas muitos destes materiais poderiam vir de Lisboa. Tendo presente esta leitura, o miliário de Chelas poderá ter vindo algures da via que passaria ali e não necessariamente no vale de Chelas, que nem sequer é muito fácil, mas um pouco mais para sul, para a zona de Xabregas.

A segunda questão que queria proferir, tem que ver já com a intervenção do Professor José Varandas, e com a ocupação Medieval da via. Nós temos isso já bem atestado, embora não esteja a ser alvo de tratamento específico por parte do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. A ocupação de época Medieval encontra-se particularmente bem atestada do ponto de vista documental ao longo da estrada romana. Desde cedo assiste-se a um cuidado particular de articulação do povoamento, que está patente nos forais e na documentação medieval de defesa, com a construção de castelos, torres e atalaias ao longo da estrada.

No território do município de Vila Franca de Xira, começando pelo sul, assistimos logo em Alverca, onde existiu um castelo e uma torre, mas da qual com certeza que a Dr.^a Graça falará melhor do que eu, sobre a documentação existente relativa a este reduto defensivo. Depois há toda uma série de documentação de Alhandra onde há referência à existência de uma torre negra, da posse do bispo de Lisboa. Em Vila Franca de Xira assistimos à referência documental sobre a existência das defesas da vila, estruturas essas que não necessariamente um castelo. Um pouco mais a norte temos o castelo de Povos, que era uma importante edificação militar, pelos vistos já com origens bastante antigas, depois temos a vila de Castanheira do Ribatejo, que também tinha defesas, e por último, o próprio Monte dos Castelinhos, que como o topónimo indica, é revelador de ocupação numa zona fulcral da estrada de controle e de atalaia com o castelo de Alenquer, o qual é visível a partir dali.

Se de facto começarmos a sistematizar a informação, há toda uma lógica de defesa da estrada Medieval, precisamente a partir de Alverca.

Carlos Fabião: Penso que se abre aqui, potencialmente uma outra via de trabalho e investigação para épocas Medievais, cruzando os dados que foram aqui comentados pelo Professor José Varandas, com os dados da arqueologia. É também uma boa ocasião, para que os historiadores e os arqueólogos, se comecem a dar melhor e a olhar com mais atenção uns para os outros.

2.º PAINEL

Povoamento romano ao longo das Vias

Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira

RODRIGO BANHA DA SILVA¹ MUSEU DA CIDADE/CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA E FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Introdução

➤ Procuraram expor-se, neste trabalho, conhecimentos obtidos sobre as estruturas viárias romanas fossilizadas no subsolo da atual Praça da Figueira, exumadas pela intervenção arqueológica urbana ali desenvolvida entre 1999 e 2001. A matéria, contudo, não fica esgotada: faltam ainda executar estudos complementares que permitam, por exemplo, caracterizar as construções do ponto de vista da composição ou, e o que é mais importante, aferir de forma mais precisa as datações de alguns dos momentos construtivos intermédios da vida das estruturas.

De um ponto de vista metodológico, procurou avançar-se com propostas de cronologia, obtidas a partir dos estudos já executados sobre as classes de artefactos que encerram maior potencial datante (moedas, *terra sigillata* e outras cerâmicas “finas”, ânforas,...) e da correlação das unidades estratigráficas (adiante u.e.) que compõem as *viae* com as que integram a restante dinâmica do local, em particular os contextos selados identificados.

Antecedentes da I.A.U. da Praça da Figueira 1999/2001

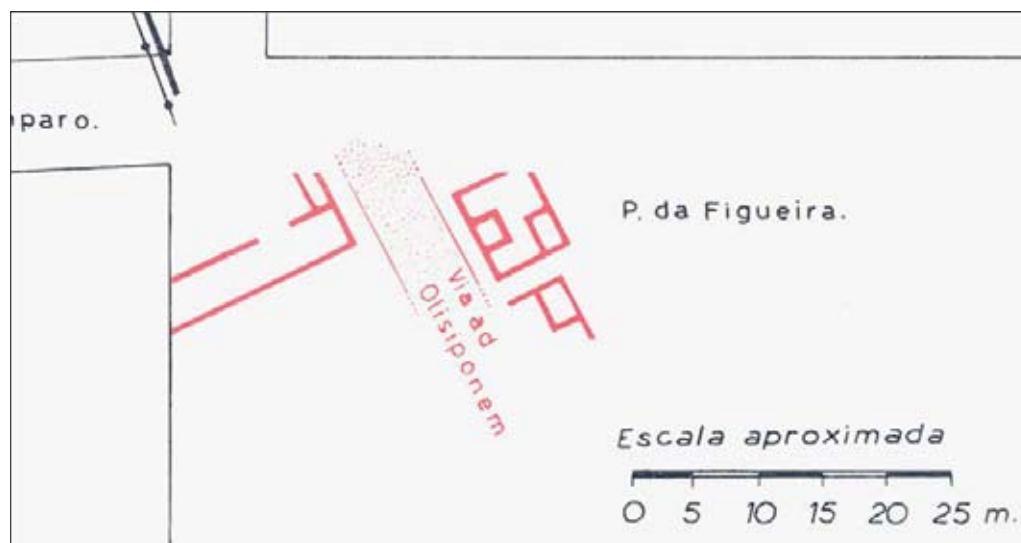
As primeiras ações arqueológicas no espaço da Praça da Figueira foram conduzidas por Irisalva Moita, que escavou, entre 22 de agosto e 24 de setembro de 1960, as ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos, dependências do Convento de São Domingos e a Ermida de N.^a Sr.^a do Amparo².

Prosseguindo o acompanhamento das obras de instalação do metropolitano na zona, a partir de abril de 1961 recolheu vários mobiliários funerários romanos e epígrafes com o mesmo carácter, exumados pelos trabalhos da obra a um nível mais profundo, tentando desencadear a escavação do local. Seria apenas em finais daquele ano que se deslocaria ao subsolo, tendo recolhido mais materiais, identificado construções e removido os elementos arquitetónicos nelas inseridos que lhe pareceram significativos, publicando uma planta de síntese dos achados que, sabemos hoje, reflete as limitações metodológicas e os condicionamentos a que a execução daquelas tarefas esteve sujeita³.

A ação de Moita teve o mérito de ter despoletado a escavação arqueológica propriamente dita dirigida por Fernando Bandeira Ferreira, debaixo dos auspícios da Junta Nacional da Educação. Iniciada em fevereiro de 1962, contou com colaboradores preparados, destacando-se a figura de Eduardo Prescott Vicente⁴, mas também de estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa como Justino Mendes de Almeida, Luís Filipe Thomás, Fernando Castelo Branco, Maria Luísa Oliveira Marques, entre outros⁵.

A escavação arqueológica nunca seria publicada⁶. Os únicos elementos disponibilizados foram alvo de uma comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa em 1962, objeto de um curto resumo, de uma publicação de Fernando Castelo Branco, dada à estampa em 1961⁷ (inexoravelmente elaborada depois, por conter a planta de síntese da escava-

Figura 1
Planta de síntese das estruturas romanas exumadas na Praça da Figueira em 1962, elaborada por Eduardo Prescott Vicente (segundo F. Castelo Branco- 1961).



ção, elaborada por Eduardo Prescott Vicente), e duas epígrafes então recolhidas, que não acompanharam o remanescente do espólio para o Museu da Cidade de Lisboa⁸.

A confrontação dos dados disponíveis no relatório manuscrito de Bandeira Ferreira permitem verificar que as áreas afetadas pela ação de Irisalva Moita coincidem com o espaço depois objeto de escavação arqueológica⁹.

Estas circunstâncias fizeram com que o troço de via romana detetado pela intervenção de 1962, ao longo da qual se dispunham as construções funerárias, não tenha sido referenciado pela investigação posterior sobre Lisboa, nem que a mesma se apercebesse da sua importância, denunciada de forma relativa pela largura de tabuleiro reconhecida (vide infra). (FIG. 1)

O espaço da Praça da Figueira seria afetado, posteriormente, por diversas intervenções urbanísticas com impacto no subsolo e nos níveis romanos. Para além da colocação do embasamento da estátua de D. João I no local original, acompanhado por Irisalva Moita em 1970, procedeu-se também à implementação de uma estrutura subterrânea da E.D.P., em data desconhecida, e de uma outra da Carris, em 1990, que saiba sem qualquer intervenção arqueológica associada. Esta última ação cerceou a informação referente à via romana, razão pela qual o tratamento dos troços escavados em 2000 e 2001 se faz em referência a dois setores distintos, como se verá abaixo, descontínuos entre si.

Enquadramento urbanístico do local em época romana imperial

As sínteses mais recentes sobre as características da cidade de *Olisipo* em época imperial romana têm empregue os preceitos clássicos sobre definição de áreas ideológico-funcionais, isto é, distinguindo o *poemierium* das áreas de *suburbia*, dado ter-se verificado serem conceitos operatórios para Lisboa¹⁰.

A área da atual Praça da Figueira corresponde, neste sentido, a uma zona suburbana e peri-urbana, utilizada no essencial como necrópole nas zonas laterais próximas à via que se desenvolve no sentido Sudoeste-Nordeste, como se viu, identificada em 1962.

A poente do local, no subsolo do Rossio, foram localizados os vestígios da *spina* e *arena* de um *circus*. Primeiro em 1961, então interpretados como cais portuário ou estrutura

viária¹¹, e depois, durante os trabalhos articulados com a expansão do metropolitano da década de '90, quando em definitivo se atribuiu corretamente o conjunto das estruturas àquele tipo de edifício¹².

A cronologia da instalação deste equipamento público de grandes dimensões é ainda alvo de controvérsia, com propostas que remetem a sua edificação para os meados do século I d.C.¹³ ou o século III d.C.¹⁴.

A questão parece, porém, não merecer controvérsia excessiva: o estudo do conjunto de *terra sigillata* recolhido na intervenção do Rossio demonstrou a presença minoritária de produções itálicas, o predomínio de fabricos da Gália do Sul e a escassez de hispânicos, conjuntamente com a ausência de claras africanas¹⁵. Estes elementos permitem descartar em definitivo as cronologias tardias avançadas pelos próprios autores do estudo.



Figura 2
Excerto da planta de Lisboa, respeitante à área próxima do Rossio, indicando as estruturas romanas detetadas pelas intervenções e achados arqueológicos (segundo R.B.Silva 2005).

Em sentido oposto, alguns dos elementos apresentados não autorizam a proposta de datação mais recuada, indicando o período entre os finais do século I d.C. e o primeiro terço como o mais provável. Ainda assim deverá ter-se presente que o que se conhece do edifício é uma área ínfima, face à sua magnitude original, advogando as maiores cautelas na extrapolação dos resultados, tanto mais que os ritmos de construção deste tipo de estruturas monumentais colocam problemáticas especiais¹⁶.

Para norte, achados ocasionais verificados antes do século XVI, em 1898 e 1900, na área de São Domingos, documentam a continuidade da via de sentido sudoeste-nordeste ladeada por usos funerários¹⁷.

Para noroeste, nas encostas do Monte de Sant’Ana, foi documentada uma *via vicinalis*, cujo carácter é denunciado pela reduzida largura de tabuleiro de circulação, também pontuada lateralmente por usos funerários, mais dispersos e contemporâneos dos documentados no subsolo da Praça da Figueira¹⁸. (FIG. 2)

A evolução em época romana do espaço intervencionado em 1999-2001 e as estruturas viárias identificadas.

O faseamento da ocupação romana do espaço do atual estacionamento subterrâneo da Praça da Figueira é constituído por cinco fases, urbanística e funcionalmente distintas. Este faseamento não espelha ainda a riqueza informativa que o local encerrava, refletindo o estado atual da investigação sobre os elementos colhidos.

Fase I – Primeiros vestígios de ocupação, datados de época republicana romana em função de dois fragmentos encontrados em contexto, formalmente não classificáveis, de produções de Campaniense de tipo A e B, acompanhados de fragmentos de parede de ânforas Dressel I (Classes 3-5).

Corresponde a um depósito (U.E. 3701), onde as cerâmicas datam maioritariamente das Idades do Bronze e Ferro, identificado no extremo NO da área intervencionada, com probabilidade correspondente à colmatação do vale de encaixe do Esteiro do Tejo, que percorria a Baixa atual mais para norte.

Muito embora não tenham sido revelados vestígios construtivos datados destas épocas, parece sugestiva a sua presença enquanto evidência da ocupação ou utilização de espaços próximos.

Fase II – Primeiros momentos de ocupação urbanística do local, correspondentes à edificação da estrutura viária de sentido SE-NO, apenas identificada no setor H-I/8-9 (vide figura 3, infra).

A estrutura viária possuía os seus limites laterais afetados pelas ações posteriores, sendo possível apenas estimar a sua largura como superior a 4,80 m.

O tabuleiro da via [8230], constituído por calcarenitos calcados, sobrepunha-se à estrutura negativa [8259], em cujo enchimento foi recolhido um dupôndio de Emerita, cunhado sob Tibério, e *terra sigillata* itálica e sud-gálica, com predomínio da primeira. O conjunto aponta para uma formação do contexto dentro do principado daquele Imperador, com maior probabilidade para momentos já avançados do mesmo.

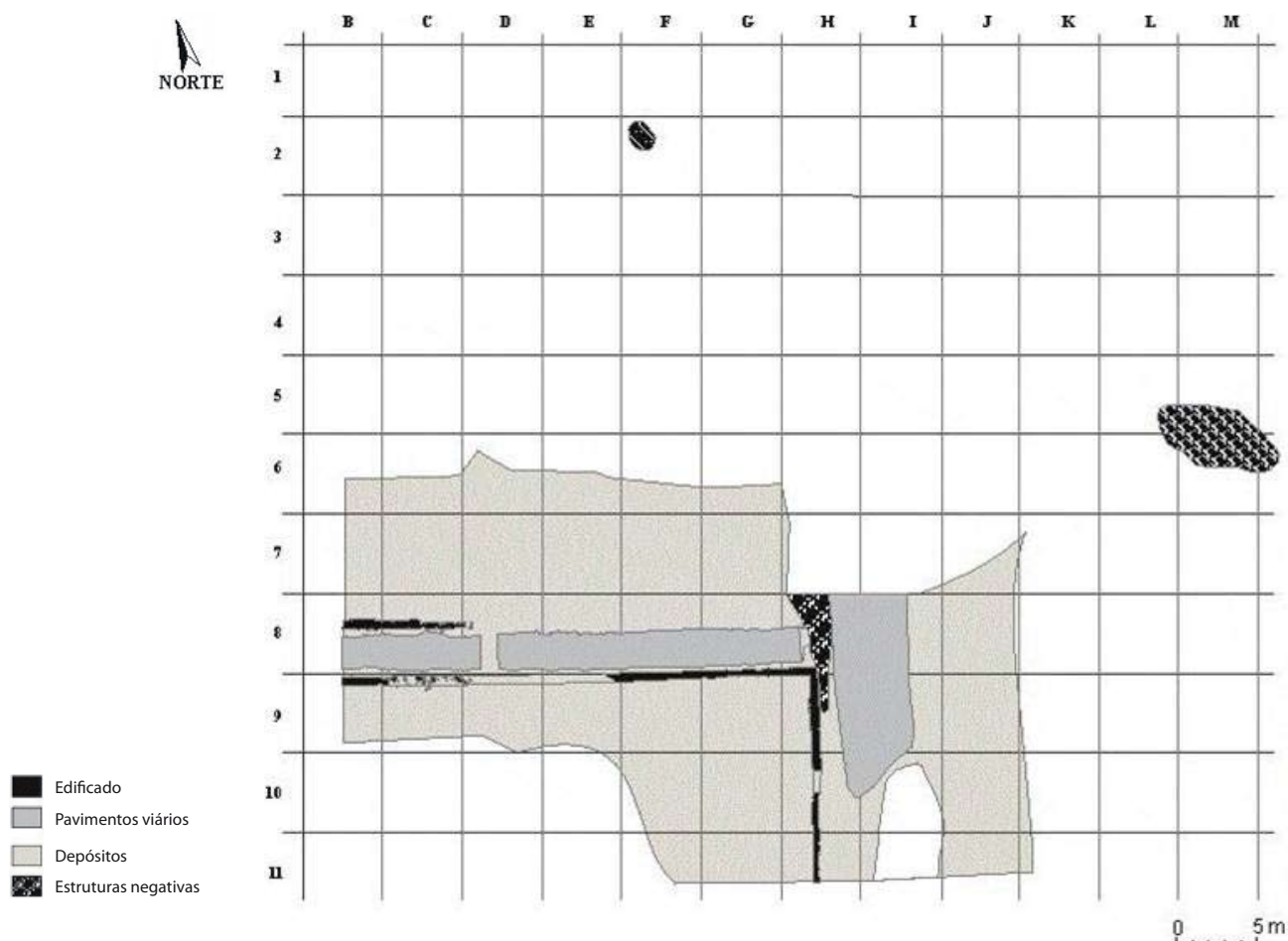


Figura 3
Plano das evidências
de ocupação romana
da Fase II.

Em data um pouco posterior, foi edificada uma outra via, de sentido “Este-Oeste” entroncando com a anterior. Dotada de um tabuleiro de constituição similar ao anterior ([8545]), era limitada num dos lados por uma fiada de pedra de pequena dimensão, estando o outro afetado por ações posteriores. A sua largura máxima conservada cifrava-se em 2,85 m, mas talvez se possa restituir a original para valores próximos aos 3,00 m. Limitando esta via, secundária em relação à anterior, foi erigido um muro de *limitatio* de ambos os lados e ao longo do lado ocidental da via “Norte”.

A orientação destas estruturas coincide com a da atual “Baixa Pombalina” e da anterior compartimentação interna do Hospital Real de Todos-Os-Santos (séc.XV-XVIII), sendo possível equacionar tratar-se de um traçado urbano com origem romana, dado, porém, não corroborado pelas estruturas medievais islâmicas escavadas no local.

Nas u.e.s de preparação para a sua construção foi recolhido um conjunto de *t.s.* maioritariamente sud-gálico, onde pontua um cálice da forma Drag.11 datado do principado de Cláudio, que indicará com probabilidade o momento da sua instalação em data próxima. (FIG. 3)

Fase III – Esta fase corresponde ao período de maior atividade registada, durante a qual a via romana “Norte” assume a configuração que vai manter até ao final da presença romana imperial. O espaço próximo da via revelou-se utilizado, sobretudo, para práticas funerárias que assumiram carácter monumentalizado (vide figura 4, infra).

O seu tabuleiro mais antigo [9907]/[8219] foi limitado de ambos os lados por uma fiada de pedra de média dimensão, ligeiramente sobrelevado em relação às faixas laterais

não edificadas. Constituído por calcarenito calcado com inertes, a sua largura estimava-se em 5,95 m, o equivalente a 30 pés romanos.

No troço identificado a norte, a via sobrepunha-se à fossa [8936], formada durante a fase II e datada de Tibério, a partir do conjunto de *t.s. itálica* onde se registou a presença de uma marca *in planta pedis*, infelizmente ilegível.

Inclusa nas u.e.s de preparação ou empregues como inertes no piso, a *terra sigillata* era exclusivamente itálica e sud-gálica, esta predominante e contando com duas marcas datadas de 45-70 d.C. Acompanhavam estes materiais cerâmicas de paredes finas com decoração em granitado arenoso, béticas (forma Mayet XXXVII), ânforas lusitanas (Lusitana 12 de Diogo e Dressel 14) e béticas (Haltern 70, Dressel 20 e, possivelmente, Dressel 7/11).

Concorrendo no mesmo sentido, e dada a contiguidade com a área escavada em 1962, a análise dos conjuntos funerários exumados no interior do edifício SE aponta para cronologias dentro do principado de Nero, embora sejam admissíveis datações até ao início dos Flávios¹⁹.

Estes elementos indicam que a configuração que os troços que a via apresentava correspondem a uma profunda edificação ocorrida seguramente em data posterior a 45 d.C., com maior probabilidade dentro da década de 60.

A via “Norte” foi alvo de uma profunda reformulação posterior, de acordo com os dados recolhidos no troço identificado no setor F-H/1-4, tendo o tabuleiro sido substituído por um outro [9905], de composição e orientação coincidente, mas a uma cota c.0,50 m superior.

O estudo dos materiais datantes recolhidos não autorizam, no momento, uma atribuição cronológica fina. Foram registadas cerâmicas remobilizadas de níveis mais antigos, mas assinala-se agora a presença de alguns exemplares de *t.s. hispânica* (formas dos tipos Drag.27 e 15/17) e, sobretudo, de *t.s. clara africana A* (formas do tipo Hayes 3a, 3b, 9b) que remetem para cronologias já dentro do século II d.C.

Neste mesmo setor foi identificada ainda uma outra repavimentação com as mesmas características da anterior, ficando a via dotada de novo tabuleiro [9903]. As únicas indicações cronológicas para esta ação correspondem: à construção no séc. III d.C. de um muro e instalação de um portão duplo, dotado de gonzos e linguetas, na ligação da via “Este-Oeste”, que certamente estabeleceria a ligação com o *circus*, pelo menos nesta época; à edificação de um conjunto de embasamentos de grandes monumentos funerários e respetivos muros de recinto no setor I-K/7-11, que obliteraram sepulturas do séc. II d.C. e inícios do seguinte com mobiliário funerário que integrava *t.s. hispânica* e *clara africana A* (formas dos tipos Hayes 9b e 17).

Seria este o piso em utilização quando se operou a campanha de “desmonumentalização” da área de necrópole, que ditou a remoção de todos os elementos de cantaria trabalhada (apenas se recolheu, em todo o espaço, um elemento), episódio que define o início da fase IV. (FIG. 4)

Fase IV – Este momento da periodização, corresponde à utilização de setores muito limitados do espaço como área de sepultamento. Regista-se escassa atividade construtiva, limitada a uma intervenção pontual que reutiliza silhares almofadados de grandes dimensões como estrutura de acesso ao recinto funerário localizado em DE/3-4. O remanescente das construções confinantes com a via ou se encontrava soterrado por depósitos de escombros ou aflorava entre estes (vide figura 5, infra).

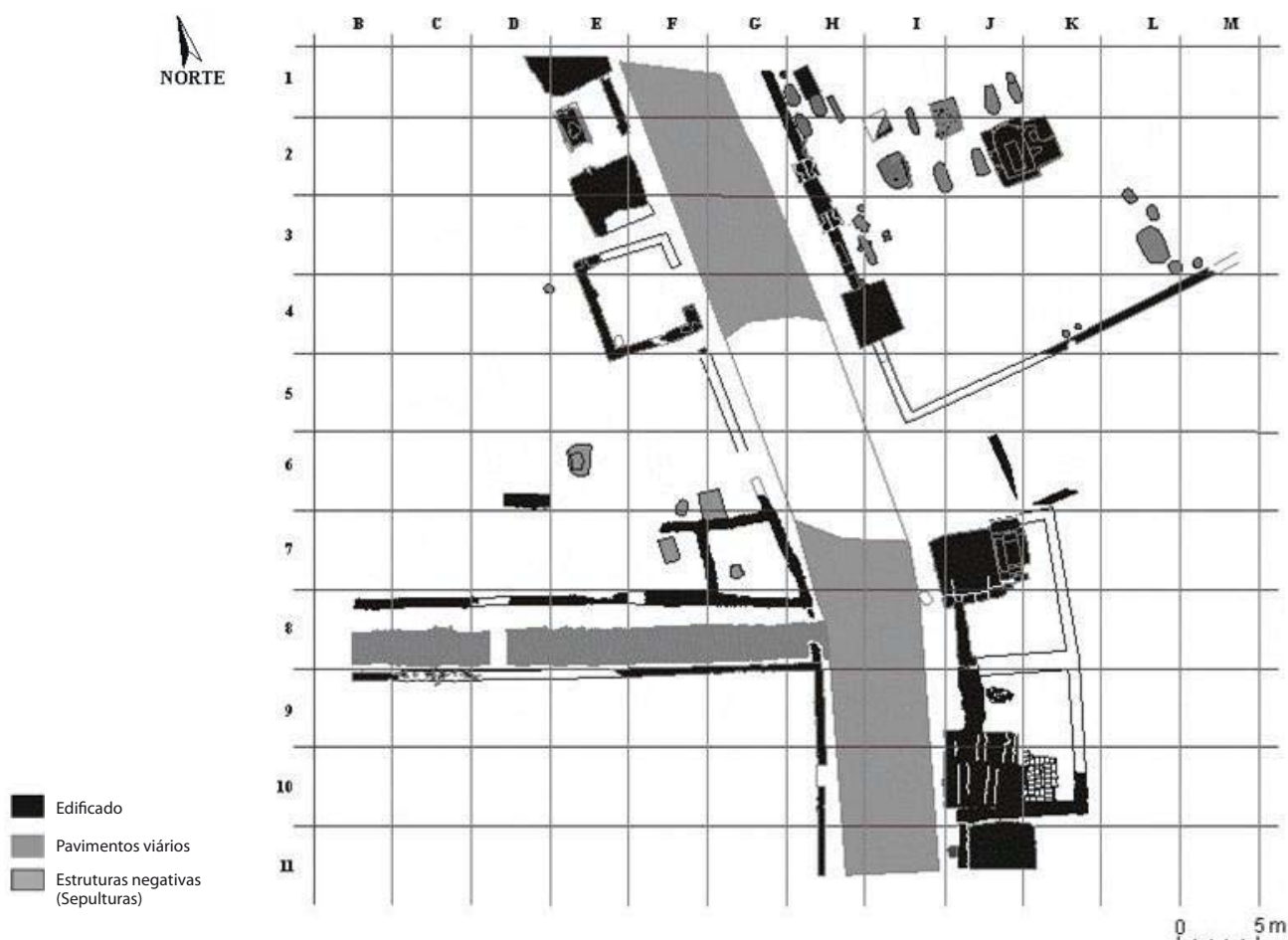


Figura 4
Plano das evidências de ocupação romana mais relevantes da Fase III.

O conjunto das sepulturas apresenta um perfil “clássico”, praticando-se a inumação, maioritária, e incineração, com espólios situáveis nos séc.III-IV d.C.

A sepultura isolada, encontrada em E-2, é a que fornece indicadores cronológicos mais úteis. Correspondente a uma inumação em ataúde de madeira onde, no seu interior, se depositou uma taça de vidro transparente do tipo Isings 42a(a que é atribuída uma datação dos Flávios aos inícios do século III d.C.²⁰, uma taça da forma Hayes 17 em *terra sigillata* clara africana A, com uma cronologia de 150-250 d.C.²¹, um prato da forma Hayes 50A, em fabrico C2 de *t.s.c.a.*, a que se atribui uma datação entre 230 e 300 d.C.²², um numisma em cobre, ilegível, uma lucerna do tipo Rio Tinto-Aljustrel, um pote em cerâmica comum (colocado no exterior do caixão, junto da zona dos pés) e fragmentos de um copo em vidro transparente, inclassificável pelo seu estado de conservação.

Parece revelador que a lucerna encontre paralelo exato em exemplares encontrados no naufrágio de Cabrera III, ocorrido cerca de 257 d.C., e que o navio transportasse igualmente vasos em *t.s.* africana clara correspondentes às formas e produções aqui presentes²³. Parece também significativo que a forma Hayes 50A em fabricos C1 e C2 tenha surgido em contextos bem datados da segunda metade do século III d.C., como o correspondente à destruição de Ampurias, de 264 d.C. ou os de meados do século III d.C., escavados na Alcudia de Elche²⁴.

Por fim, apesar das cautelas que aconselha o mau estado da moeda, o facto de o seu disco se apresentar mais largo e espesso que os dos *antoniniani*, pode indicar tratar-se já de um *follis* dos tipos cunhados sob a tetrarquia ou por Constantino I.

Estes indicadores parecem validados pelo pequeno conjunto de moeda passível de classificação e encontrada dispersa em associação às u.e.s depositadas sobre a destruição dos muros que ladeavam a via secundária e o troço da via “Norte”, a SE do entroncamento de ambas: um *antoninianus* de Galieno (265-268 d.C.) e seis *antoniniani* de consagração de Cláudio II (270 d.C. e após).

Evidenciando bem o abandono da via secundária, sobre o antigo pavimento foi edificado um pequeno murete ovalado e, a meio do antigo tabuleiro, praticado um *bustum* com deposição dos *ossilegia* (sem espólio datante) em cista de tijolo, sepultamento assinalado por um bloco reaproveitado com vestígios de estuque branco em duas das faces. Este elemento deverá ser colocado em relação com a vida do *circus* ao qual daria acesso.

O conjunto dos indicadores exposto autoriza uma cronologia para o evento que dá origem à fase IV dentro do último terço do séc.III d.C. (FIG.5)

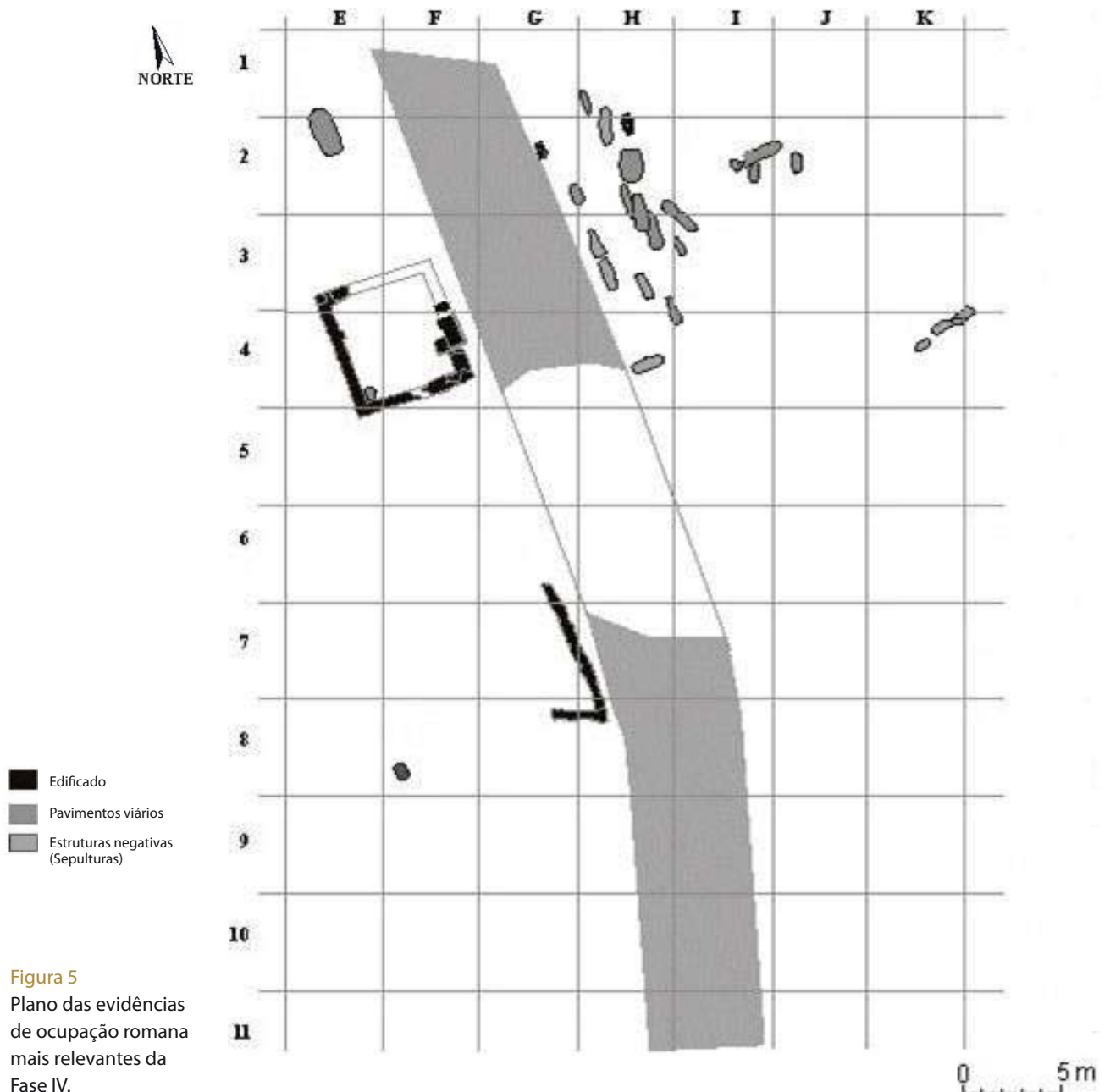
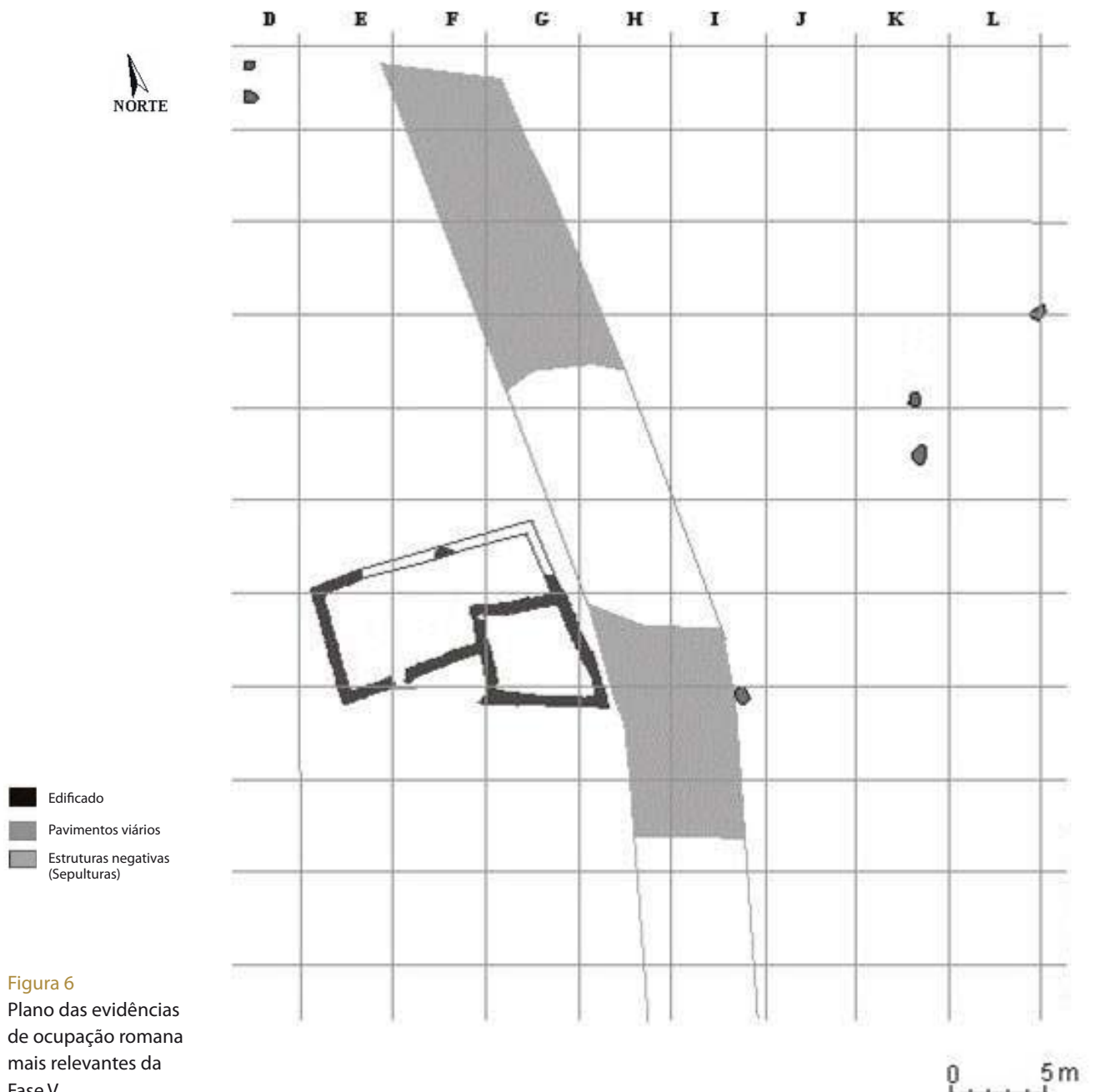


Figura 5
Plano das evidências de ocupação romana mais relevantes da Fase IV.

Fase V – A última fase de ocupação do espaço corresponde a uma nova utilização da área, de carácter estritamente periurbano, tendo-se documentado a instalação de uma área habitacional em E-G/6-8 e a prática de inumações quase exclusivamente de infantes, dispersos no espaço e em muito reduzido número (vide figura 6, infra).

A unidade habitacional reaproveita muros ainda expostos na fase anterior, adossando um grande compartimento retangular ao já existente. Dos pavimentos foram identificados vestígios em F6 de *opus signinum* com um orifício de limpeza, e terra batida no pequeno compartimento trapezoidal presente em G-H/7-8. De notar que no espaço estavam presentes apenas *imbrices*, não permitindo perceber se a totalidade da área se encontrava coberta.

Nos contextos estratigráficos interpretados como de abandono desta unidade foram recolhidos, entre outros materiais, restos de dois vasos em *t.s.* clara africana D: um prato da forma tipo Hayes 76 e uma taça/almofariz da forma do tipo Hayes 91B, a que são atri-



buídas cronologias situadas entre, respetivamente, 425-475 d.C. e 380-500 d.C.²⁵. Em função destes dados, pode-se situar a ocupação em pleno século V d.C.

Dá-se, nesta fase, a última repavimentação da via “Norte”, identificada em ambos os setores. Este trabalho que correspondeu à sobreposição simples de um novo piso e representa a campanha com menor investimento de esforço na estrutura viária ao longo da sua sequência. Afortunadamente recolheram-se, em ambos os setores, dois numismas de Arcádio, remetendo a campanha de obras para os finais do século IV d.C. ou inícios do seguinte.

Em toda a área escavada, e sobrepondo-se também às unidades antes referidas, foi revelada a u.e. [8804], muito potente, argilosa e de textura muito homogénea e fina, que, pelas suas características, parece indicar um período de deposição lento e um episódio de abandono da área. Contendo abundante espólio das fases anteriores, entre os achados contam-se um fragmento, não classificado, de *t.s.* cinzenta paleocristã e um fragmento de epígrafe que, paleograficamente, deverá datar do séc. VI d.C. (inérito). Trata-se da última evidência assimilável ao período romano, agora já tardio, revelada pelos trabalhos arqueológicos de 1999-2001. (FIG. 6)

Considerações finais

Os elementos disponíveis sobre a rede viária do território próximo da cidade de *Olisipo* indicam a presença de três itinerários principais conhecidos e referenciados pela investigação²⁶.

Um primeiro eixo viário partiria da área atual de Alfama, passando depois pelas áreas de necrópole do Campo de Santa Clara e lado norte das instalações da Gare de Santa Apolónia, afastando-se do rio Tejo no vale de Chelas²⁷ para percorrer, quase em linha reta, os antigos campos dos Olivais, e o *fanum* (?) e necrópole associada de Poço de Cortes²⁸, até atingir a travessia do rio Trancão, na zona de Sacavém. Infelizmente, a única intervenção arqueológica urbana que detetou esta via, em 2006 na Rua da Regueira (Alfama)²⁹, revelou um curto troço que aproveitou o substrato rochoso para tabuleiro, não proporcionando assim elementos cronológicos de base estratigráfica.

A oeste da cidade, nas proximidades da atual zona da Igreja da Madalena, partiria um eixo de orientação “Este-Oeste”, que atravessaria o vale da Baixa e, passando pelas antigas portas de Santa Catarina, dirigir-se-ia para os *agri* a poente, pela zona de Alcântara. Um troço deste eixo, pavimentado a laje no seu momento final, foi já objeto de escavação arqueológica, estando patente no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios³⁰.

Para além deste eixo, que tinha origem no extremo ocidental do *decumanus maximus* da cidade, um outro desenvolvia-se a partir de um mesmo ponto, ou muito próximo. Atravessando longitudinalmente o vale da Baixa em direção à Rua das Portas de Santo Antão (cujo topónimo medieval era “Corredoura”)³¹, seguia depois pela Rua de São José, Andaluz, infletindo depois para Entrecampos (antigos campos de “Alvalade”), passando nas proximidades da necrópole romana afetada pela abertura da atual Avenida da República³², para se dirigir depois à atual Calçada de Carriche, atingindo desta forma a Várzea de Loures, para flanquear o rio de Loures³³. É ao trajeto inicial desta via que pertencerão os troços escavados na Praça da Figueira, antes apresentados.

Uma outra questão que se coloca é a da hierarquia dos eixos viários que se dirigem para Norte, isto é, para a capital conventual *Scallabis*, respetivamente partindo do ocidente e

do oriente da cidade de *Olisipo*, a partir do seu *decumanus maximus*. Apesar do contributo que representa o presente trabalho, os argumentos arqueológicos e epigráficos disponíveis parecem ainda manifestamente insuficientes.

Terá que se levar em consideração que, por mais extensos que tenham sido os troços escavados na Praça da Figueira, referem-se a uma ínfima parte da extensão original do tabuleiro, o qual pode ter sofrido reparações, reformas e construção de infraestruturas (de apoio, de travessia) em momentos não documentados naquele local.

Noutro sentido, o lapso temporal ali documentado de cinco séculos pode ter assistido a flutuações da relevância de cada um dos dois trajetos em causa que só a epigrafia poderia documentar.

Mais relevante que estas questões parecem ser a demonstração de vitalidade do caminho estudado no presente trabalho, que se manifesta nas sucessivas campanhas de reforma de que foi alvo. Se seria expectável que assim fosse para os séculos I-III d. C., visto tratar-se de um troço que daria acesso à mais extensa necrópole da cidade conhecida no momento e ao *circus*, já a instalação original detetada, com Tibério, e a última documentada, sob Arcádio, concorrem para se lhe atribuir um papel de primazia no quadro da relação de Olisipo com as zonas do seu *ager*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1994)** – Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa Subterrânea*. Electa. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994. Lisboa, p. 58-63.
- ANDRADE, C.A.C.F. (2001)** – *Reconstituição do Enchimento do Esteiro da Baixa de Lisboa, Estuário do Tejo – Relatório Final*. Praxis XXI. Lisboa- Edição policopiada.
- BRANCO, Fernando Castelo (1961)** – Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole? In *Revista Municipal*. 91. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p. 61-75.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J.R. (1997)** – Contribuição para o conhecimento da ocupação Pré-Histórica de Lisboa: os Materiais da Praça da Figueira. In *Olisipo*. II Série. 5. Grupo Amigos de Lisboa. Lisboa, p. 7-12.
- CARDOSO, G. (2005)** – A presença romana em Cascais – um território da Lusitânia ocidental. Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Cascais. Lisboa.
- DIAS, M.M.A. (1984)** – Um epitáfio romano achado em Lisboa. In *Euphrosyne – Revista de Filologia Clássica*. Nova Série. Vol.12. Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, p. 235-238.
- ENCARNAÇÃO, J. ; FERNANDES, L. (1997)** – Urna cinerária romana da Praça da Figueira. In *Olisipo*. II Série. 5. Grupo Amigos de Lisboa. Lisboa, p.15-19.
- FABIÃO, C. (1994)** – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. In *Penélope-Ler e Desfazer a História*. 13. Edições Cosmos. Cooperativa Penélope. Lisboa, p. 147-162.
- FARIA, A.M. (1995)** – Plínio-O-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas Hispano-Romanas localizadas no atual território português. In *Vipasca-Arqueologia e História*. 4. Câmara Municipal de Aljustrel. Aljustrel, p. 89-99.
- FARINHA, J.S.B. (1989)** – O metropolitano e a Baixa de Lisboa – condições geo-técnicas e históricas. Metropolitano de Lisboa. Cadernos do Metropolitano. 1. Lisboa.
- FERNANDES, L. (1997)** – *Os capitéis da Lusitânia*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Edição policopiada.
- FERREIRA, F.A.R.B. (1962)** – *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*. Junta Nacional da Educação. Lisboa. Manuscrito – exemplar policopiado a partir de microfilme.

- GASPAR, A.; GOMES, A.M.; SEQUEIRA, M.J.; SILVA, R.B.S. (1997)** – Arqueologia Urbana em Lisboa. In: *Atas do III Congresso Peninsular de Arqueologia (Vila Real, 1997)*. Vol. VII. *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica*. Adecap. Porto, p. 53-74.
- GROS, P.; TORELLI, M. (1992)** – *Storia dell'urbanistica-II mondo romano*. Editori Laterza. Roma e Bari.
- HELENO, M. (1965)** – A estação lusitano-romana da Praça da Figueira. In: *Ethnos*. 4. Lisboa, p. 305-308.
- LINEROS ROMERO, R.; RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, I. (2001)** – Las vías romanas en el Mediterráneo. In: *La Via Augusta en la Bética*. Junta de Andalucía. S/L, p. 11-49.
- MANTAS, V.G. (1990)** – As cidades marítimas da Lusitânia. In: *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*. Centre National de la Recherche Scientifique. Paris, p.149-205.
- MANTAS, V.G. (1999)** – Olisipo e o Tejo. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p.15-41.
- MOITA, I. (1964-1966)** – Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de agosto a 24 de setembro 1960). In: *Revista Municipal*. 101-111. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.
- MOITA, I. (1968)** – Achados de época romana no sub-solo de Lisboa. In: *Revista Municipal*. Ano 19. 116-117. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p. 33-71.
- MOITA, I. (1993)** – As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos. In: *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*. Museu Rafael Bordalo Pinheiro. Lisboa, p. 20-22.
- RIBEIRO, J.C. (1994)** – Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea. In: *Almadan*. 2. 3. *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*. Centro de Arqueologia de Almada. Almada, p. 75-95.
- SÁNCHEZ BARRERO, P.D.; GÓMEZ NIEVES, B. (1998)** – Caminos peri-urbanos de Mérida. In: *Mérida Excavaciones Arqueológicas 1998-Memória*. Mérida: Consórcio Mérida Ciudad Monumental, p. 549-569.
- SEPÚLVEDA, E.; VALE, A.; SOUSA, V.; SANTOS, V.; GUERREIRO, N. (2002)** – A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 5. 2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 245-275.
- SILVA, A.V. (1944)** – *Epigrafia de Olisipo – subsídios para a história de Lisboa romana*. Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R.B. (1997)** – As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo In: *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*. Câmara Municipal de Almada. Divisão de Museus. Monografias Arqueologia. Almada, p. 193–205.
- SILVA, R.B. (1999)** – Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, p.43-65.
- SILVA, R.B. (2005)** – *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.-séc. II d.C)*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Edição Policopiada.
- VALE, A; FERNANDES, L. (1997)** – Intervenção arqueológica na Praça de D.Pedro IV (Rossio) em Lisboa. In: *Atas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*. Câmara Municipal de Almada. Divisão de Museus. Col. *Monografias Arqueologia*. Almada, p. 109 -121.
- VAQUERIZO, D.V., ed. (2002)** – *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano – Atas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5-9 de junio, 2001)*. Seminario de Arqueologia – Universidad de Córdoba. Córdoba.

NOTAS

- ¹ Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade. Mestre em Arqueologia Urbana.
- ² Irialva Moita, “Hospital Real de Todos-os-Santos (relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de agosto a 24 de setembro 1960)”, in *Revista Municipal*, n.ºs 101-111, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1964-1966 e idem, “As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-Os-Santos”, in *Hospital Real de Todos-Os-Santos Séculos XV-XVIII. Catálogo*, Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, pp. 20-22.
- ³ Irialva Moita, “Achados de época romana no sub-solo de Lisboa”, in *Revista Municipal*, ano 19, n.ºs 116-117, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pp. 33-71.
- ⁴ Recorde-se que foram Eduardo Precott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão a apresentar, em 1959 no I Congresso Nacional de Arqueologia, a comunicação “Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas”, *Atas I C.N.A.*, Lisboa, Ministério da Educação, 1959, em rutura clara com as práticas metodológicas de escavação correntes na época em Portugal, introduzindo o “Método Wheeler-Kenyon” e os pressupostos epistemológicos de entendimento da estratigrafia que este encerra.
- ⁵ Fernando Bandeira Ferreira, *Diário das Escavações Sistemáticas na Praça da Figueira em Lisboa*, Lisboa, Junta Nacional da Educação, 1962 (manuscrito- exemplar policopiado a partir de microfilme).
- ⁶ O tratamento do espólio que deu entrada no Museu da Cidade seria apenas executado nos primeiros anos da década de '90, por Manuela Leitão, a quem se deve, juntamente com Carlos Fabião, a recuperação do microfilme do relatório de Bandeira Ferreira referido na nota anterior.
- ⁷ Fernando Castelo Branco, “Problemas da Lisboa Romana. Vestígios de um cais ou de uma necrópole?”, in *Revista Municipal*, n.º 91, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1961, pp. 61-75.
- ⁸ Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira, “Varia Epigráfica”, in *Revista de Guimarães*, nov Série, n.º 75, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1975, pp. 82-84 (informação cotejada pela epigrafista Ana de Sá Caessa, a quem se agradece aqui publicamente) e Manuela Alves Dias, “Um epitáfio romano achado em Lisboa”, in *Euphrosyne- Revista de Filologia Clássica*, Nova Série, vol. 12, Lisboa, Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1984, pp. 235-238. A primeira tem paradeiro desconhecido. A segunda conservava-se no Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, para onde terá sido levada por um estudante, participante nas escavações.
- ⁹ Idem, nota 5. Para além das referências explícitas, foi possível constatar que a soleira em líoz rosa que integra a exposição permanente do Museu da Cidade foi retirada do monumento NE reconhecido em 1962, ou que um fragmento (inédito) de uma inscrição exumada por Bandeira Ferreira colava com metade de uma epígrafe fragmentada, publicada por Irialva Moita, integrando agora a mesma exposição. De notar, também, que a referida confrontação permite concluir que a planta de Moita é, no essencial, errônea, sendo porém possível recuperar o essencial dos dados por si proporcionados.
- ¹⁰ Rodrigo Banha da Silva, “As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo”, in *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Col. *Monografias Arqueologia*, 1997, pp. 193-205 e idem, “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.43-65. Com especial relevância, neste particular, a confirmação da existência de uma muralha fundacional para a cidade, cuja existência havia sido já preconizada por Jorge de Alarcão- “Lisboa romana e visigótica”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, 1994, pp. 58-63. Revelado pela i.a.u. da Antiga Casa Sommer, foi publicamente apresentado em Faro em 2004- Ana Maria Gomes, Alexandra Gaspar, João Pimenta, Henrique C. Mendes e António Valongo- “Intervenção Arqueológica na Antiga Casa Sommer (Lisboa), *IV Congresso Peninsular de Arqueologia (Faro, 2004)*. Adecap, Universidade do Algarve, Faro (comunicação oral).
- O projeto desta construção datará, provavelmente, do momento da promoção ao estatuto municipal. Contudo a definição do seu perímetro é, para muitas zonas, ainda, dificilmente descortinável.
- ¹¹ Irialva Moita, “Achados de época romana no sub-solo de Lisboa”, in *Revista Municipal*, ano 19, 116-117, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pp. 33-71. Foi justamente para contestar esta interpretação que Fernando Castelo Branco elaborou seu artigo referenciado na nota 7.
- ¹² Ana Vale, *Relatório da Intervenção Arqueológica da Praça D. Pedro IV (Lisboa)*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico, 2 volumes, 2000 (policopiado); Ana Vale e Lídia Fernandes “Intervenção arqueológica na Praça de D.Pedo IV (Rossio) em Lisboa”, in *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, col. *Monografias Arqueologia*, 1997, pp. 109 -121; Ana Vale e Vítor Sousa, “A Barreira do Circo de Olisipo”, in *Atas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10 a 12 de novembro de 2000)*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, ARQA, 2003, pp. 177 -186 e Eurico de Sepúlveda, Ana Vale, Vítor Sousa e Natalina Guerreiro, “A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, pp. 245-275.
- ¹³ R.B.Silva, op. cit nota 10.
- ¹⁴ Vide referências na nota 12.
- ¹⁵ Neste estudo é feita referência a um único fragmento de t.s.c.africana, inserido como inerte na estrutura da *spina/eurypos*, infelizmente não apresentado, apesar da inerente valia como indicador cronológico- Cf. Eurico de Sepúlveda, Ana Vale, Vítor Sousa e Natalina Guerreiro, “A cronologia do circo de Olisipo: a *Terra Sigillata*”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, pp. 245-275.
- ¹⁶ Cite-se, a título de exemplo, os ritmos conhecidos hoje para a edificação do *circus* da própria capital provincial, *Emerita*, cuja construção se iniciou com Augusto, parando de seguida, para ser apenas concluído já com os Flávios, sofrendo depois remodelações sucessivas com os Antoninos e, depois, pós-constantinas, em pleno século IV d.C.- Cf. Trinidad Nogaes Besarrate, *Espetáculos en Augusta Emerita*, Mérida, Ministério de Educación, Cultura e Deporte, Museo Nacional de Arte Romano, Fundación de Estudios Romanos, Col. *Monografias Emeritenses*, n.º 5, 2000.
- ¹⁷ José Leite de Vasconcelos, “Analecta Epigraphica lusitano-romana. 9. Inscrição de Olisipo”, in *O Arqueólogo Português*, 5, Lisboa, Museu Etnológico Português, 1900, pág. 173 e idem, “Antiguidades romanas de Lisboa. Últimos descobrimientos. 1. Largo de São Domingos”, in *O Arqueólogo Português*, 5, Lisboa, Museu Etnológico Português, 1900, p. 282-283.
- ¹⁸ João Muralha, Cláudia Costa e Marco Calado, “Intervenções Arqueológicas na Encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)”, in *Almadan*, 2ª Série, 11, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2002, pp. 245-246 e Rodrigo Banha da

- Silva, “As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo”, in *Atas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Col. *Monografias Arqueologia*, 1997, pp. 193 – 205.
- ¹⁹ Cf. Rodrigo Banha da Silva, *As «marcas de oleiro» em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.-séc. II d.C.) (dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2005 (policopiado- texto integral disponível em www.repositorium.um.pt).
- ²⁰ Cf. C. Isings, *Roman glass from dated finds*, Groningen e Jacarta, J.B. Walters, Col. *Archeologica Traiectina* edita ab Academiae Rheno-Traiectinae Instituto Archaeologico, 1957, pág. 58.
- ²¹ Cf. Michel Py, PY, M., dir (1993), *Dicocer- Dictionaire des Céramiques Antiques (VII ème s. av. n. è. – VII ème s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdam), Lattara*, 6, Lattes, Association pour la recherche Archéologique en Languedoc Oriental, 2003, pág. 172.
- ²² Idem, pág. 186.
- ²³ Jean-Pierre Bost, Maria Campo, Daniel Colls, Vitor Guerrero e Françoise Mayet, *L'Épave Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du III siècle après Jésus-Christ*, Paris, Centre Pierre Paris, Col. *Publications du Centre Pierre Paris*, 23, 1992, pp. 180-187.
- ²⁴ Cf. Paz Peralta, *La Cerámica Romana Importada en Tarraconense (séc. III-V d.C.)*, Saragoça, Instituto Fernando El Católico, 1991, pág. 181.
- ²⁵ Op. Cit nota 21, pp. 192 e 194.
- ²⁶ Vasco Gil Mantas, “As cidades marítimas da Lusitânia”, in *Les Villes Romaines en Lusitanie, Hiérarchies, et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988)*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1990, pp.149-205 e José Cardim Ribeiro, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.
- ²⁷ O antigo Convento de Chelas tem vindo a ser interpretado como herdeiro de um templo paleo-cristão-moçárabe e ponto de passagem da via devido ao achado de um marco miliário no local. Sem negar esta possibilidade, este entendimento merece reservas, sobretudo se se atentar à presença de materiais claramente deslocados para aí da área da cidade antiga. É o caso da epígrafe que honra Adriano, de texto e dedicantes similares a uma outra que se encontrava numa rua anterior ao terramoto que se sobrepunha às ruínas do Teatro Romano- Cf. Rodrigo Banha da Silva, “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.43-65. Ao mesmo conjunto pertenceria a dedicatória recuperada recentemente de um muro do bairro islâmico exumado por Ana Gomes e Alexandra Gaspar na Praça Nova do Castelo de São Jorge, que Amílcar Guerra publicou e onde restituiu L[IBERTAS] / AVG(usta)- Amílcar Guerra, , in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2006, pp. – . Propomos a alternativa, que julgamos mais consistente, de leitura L[IVILLA] / AVG(usta), em referência à mulher do Imperador Lucio Vero, mais coerente com o restante do conjunto.
- Também na casa dos Bicos recolheu Clementino Amaro, em 1982, uma pilastra decorada paleo-cristã/moçárabe, em tudo idêntica à que de Chelas se recolheu ao Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa).
- Estes elementos permitem colocar a hipótese de no Convento se ter recolhido, em data desconhecida, uma coleção de um antiquarista, fragilizando a hipótese de o miliário ser procedente do local ou suas imediações.
- ²⁸ Augusto Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo- subsídios para a história de Lisboa romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.
- ²⁹ Intervenção dirigida por Cristina Nozes, Pedro Miranda e o autor.
- ³⁰ Clementino Amaro, *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, 1995 e Jacinta Bugalhão, *A Indústria Romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Col. *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15, 2001.
- ³¹ Cf. José Cardim Ribeiro, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, *Especial Arqueologia na Região de Lisboa*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.; Vasco Gil Mantas, “Olisipo e o Tejo”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimientos, 2 a 4 de julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41.
- ³² Augusto Vieira da Silva, op. cit. nota 28.
- ³³ Um seu divertículo, com origem provável no Andaluz, conduziria à zona de São Domingos de Benfica, pelas faldas da Serra do Monsanto, assumindo o trajeto da estrada real de Época Moderna por Queluz-Belas, em direção à área de Sintra.

Villa romana de Frielas

ANA RAQUEL SILVA ARQUEÓLOGA – CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Introdução

➤ A *villa* romana de Frielas, assim designada em função do topónimo da localidade onde se localiza, é alvo de campanhas anuais de escavação desde 1997, decorrentes de uma investigação programada, de iniciativa municipal, estimando-se que as estruturas ocupem, no mínimo, uma área de 3 500 m².

A área atualmente em escavação corresponde à *pars urbana* da *villa*, cuja implantação data dos finais século III/inícios do século IV d.C.. Reconhecem-se, no entanto, vestígios que apontam para uma ocupação anterior enquadrável nos séculos I/II d.C.

Localização

A *villa* localiza-se na zona norte da freguesia de Frielas, no concelho de Loures, na margem direita da ribeira da Póvoa, a uma cota de 9 m. Implantada na base da encosta, esta propriedade rural beneficiou da proximidade do rio e da inerente fertilidade do solo, características próprias desta região muito rica de lezírias alimentadas pelo estuário do rio Tejo, através do rio Trancão.

Frielas integrava, à época romana, o território afeto à cidade de *Olisipo* o qual abrangia uma vasta área, desde Torres Vedras a norte, e a oriente, até às proximidades de Alenquer, coincidindo aproximadamente com o designado Termo de Lisboa em época medieval.

A villa de Frielas

As estruturas que têm vindo a ser descobertas correspondem a uma *villa* implantada no local nos finais século III/inícios do século IV d.C. reconhecendo-se, no entanto, evidências de uma ocupação anterior, de época alto-imperial. O registo arqueológico revela ainda, uma ocupação tardia desta *villa* tendo o seu abandono ocorrido nos inícios do século VII d.C. (Fig. 1).

Fase inicial (3.º quartel século I d.C. – 1.º quartel século III d.C.)

A ausência de *terra sigillata* itálica e escassez de cerâmica de paredes finas (alguns pequenos fragmentos de forma indeterminada), assim como a fraca presença de *terra sigillata* sudgálica, e a predominância da ânfora tipo Dressel 14 são fortes indicadores de que o funcionamento da *villa* de Frielas terá tido o seu início a partir do 3º quartel do século I d.C. .

Não é possível adiantar pormenores sobre a arquitetura desta primeira *villa*; os troços de parede que restam apresentam construção em pedra calcária de pequena/média dimensão ligada por terra e são claramente insuficientes para aferir da planta original (Fig. 1). Existe a probabilidade de ter tido pavimentos em mosaico uma vez que se observam, em alguns dos mosaicos da *villa* posterior, camadas de assentamento constituídas por dezenas de *tes-selae* soltas, as quais poderão ser resultado da desmontagem de pavimentos anteriores.

É sobretudo através dos materiais recolhidos, nomeadamente da *terra sigillata*¹ e material anfórico² que se tenta caracterizar esta fase inicial.

À ausência de *terra sigillata* itálica, soma-se a fraca representatividade de produções sudgálicas situação que poderá explicar-se pela concorrência que as importações hispânicas terão provocado ao longo da 2ª metade do século I d.C., sobretudo a partir de 80 d.C., impondo-se àquelas. Dos 8 fragmentos identificados (2.23% no total), destaca-se um bojo com decoração figurativa (Est. III:1) e um bojo marmoreado, ambos de forma indeterminada. Nas produções hispânicas (13.23%) predominam as taças Drag. 27 (Est. III: 2, 3) e os pratos Drag. 15/17 (Est. III: 4). Não obstante a dificuldade inerente à distinção dos centros produtores, uma primeira observação macroscópica dos vários fragmentos resultou no predomínio das importações de Andújar sobre as de *Tritium*.

A este facto não será alheia a presença de um conjunto de ânforas oleícolas, de origem bética, que atestam contactos comerciais com a região andaluza desde os inícios do século I d.C. – é o caso da Dressel 20, produzida entre os séculos I e III d. C. (Est. I:1). É sobretudo relevante o consumo de preparados piscícolas que chegariam envasados, na sua esmagadora maioria, em ânforas de origem lusitana. É o caso da Dressel 14 (Est. I: 2, 3), com uma representação de 26.50%, produzida sobretudo entre o século II d.C. e inícios do século III d.C. correspondendo assim, ao primeiro momento de produção industrial e oleira dos vales do Tejo e Sado³.

Segunda Fase (1.º quartel século III d.C. – 1.º quartel século V d.C.)

O século III d.C. parece marcar a transição para um segundo momento de ocupação desta unidade rural. A partir do último quartel do século II d.C. as primeiras importações africanas de *terra sigillata* começam a chegar a Frielas a par da diminuição das produções hispânicas.

Estão representados em Frielas os fabricos A, C e D, constituindo 57.05% do total da *terra sigillata* (25.25% do fabrico A, 28.86% do fabrico C e 45.87% do fabrico D), contrastando, nitidamente, com o total das produções anteriores, 13.58%. A totalidade das peças identificadas do fabrico A correspondem à taça Hayes 14/17 (Est. III: 5), cuja produção se enquadra entre os meados do século II d.C. e o século III d.C.. No fabrico C, verifica-se a presença dos pratos Hayes 45 (Est. III: 6) e 50, predominando este último. Com larga difusão no atual território nacional, enquadram-se entre o 2º quartel do século III d.C. e o 1º quartel do século IV d.C. .

Além de dominar as importações africanas, o fabrico D é, também, aquele que está representado por um maior número de formas, registando maior presença os exemplares produzidos entre inícios do século IV d.C. e 1ª metade do século V d.C. O prato Hayes 59 (dos inícios IV d.C. – 1º quartel V d.C.) predomina largamente sobre as restantes, destacando-se um fragmento de fundo com vestígios de decoração estampilhada (Est. III: 7, 8). Seguem-se os pratos Hayes 58 (inícios IV d.C. – 3º quartel IV d.C.) (Est. IV: 1), tigelas Hayes 67 (360-470 d.C.) (Est. IV: 2, 3) e pratos Hayes 61A (1º quartel IV d.C. – 1º quartel V d.C.) (Est. IV: 4). Ainda que sem forma atribuída, registam-se 5 fragmentos com guilhoché e decoração estampilhada, ostentando motivos geométricos e florais, que se enquadram entre a 2ª metade do século IV d.C. e 1ª metade do século V d.C. (Est. IV: 5). Forma pouco comum, o prato Hayes 60 parece estar presente em Frie-

las com um fragmento de bordo, enquadrando-se entre 320 e 380 d.C. (ALARCÃO e ETIÈNNE, 1975, 263).

Verifica-se igualmente, o aparecimento de novas formas de ânfora, em resultado de alterações ocorridas nos centros produtores, caracterizando assim, novo momento de ocupação da *villa*. À semelhança da fase anterior, dominam as produções lusitanas. É o caso das Almagro 50 (Est. I: 4), 51 a-b (Est. I: 5) e 51c (Est. II: 1, 2, 3), com uma representação de 28.89%, cuja produção se enquadra entre os séculos III d.C. e V d.C. O consumo de preparados piscícolas está, ainda, documentado por uma importação da Bética, a forma Almagro 53, com uma representatividade de 1.20%. Também se verifica a presença de ânforas para transporte de azeite, importadas da Bética, ainda que com caráter residual, como é o caso Dressel 23, cujo período de produção compreende os finais do século III d.C. e século V d.C. . Também com caráter residual (1.20%), regista-se a presença de uma produção norte africana, a forma Africana Tardia (Est. II: 4), com uma cronologia compreendida entre os finais do século III d.C. e o século IV d.C..

Em ambos os momentos de ocupação, regista-se a fraca representatividade das ânforas de azeite, facto que poderá estar relacionado com o caráter de luxo que estes produtos importados teriam no contexto económico da *villa*. Na verdade, o reduzido número de ânforas oleícolas registado poderá pressupor um consumo de azeite produzido no local ou região, transportado noutro tipo de contentor (*dollia*, por exemplo), tendo o produto importado sido reservado para consumos especiais.

Este segundo momento de ocupação da *villa* de Frielas terá obedecido a uma profunda reformulação arquitetónica donde resultou uma casa de planta em U, com um amplo peristilo de planta quadrangular, delimitado por um pórtico colunado do qual restam quatro bases de coluna áticas e um capitel jónico (2ª metade século III d.C./inícios IV d.C.) (Fig. 1). Esta nova *villa* caracteriza-se, ainda, pelos pavimentos em mosaico, revestimentos parietais pintados e em mármore.

A construção deste novo espaço habitacional terá arrasado as estruturas anteriores, mantendo-se apenas alguns troços sob os novos pavimentos.

É o período áureo desta *villa*, durante o qual se verifica intensa atividade económica comprovada pela abundante importação de terra sigillata clara D e pelo conjunto homogéneo de numismas recolhidos que aponta para uma cronologia entre os 2º e 4º quartel do século IV d.C. .

Fase de abandono (2.º quartel século v d.C. – inícios século vii d.C.)

Do século V d.C. em diante, verifica-se que, apesar da redução nas importações, Frielas mantém ainda contactos comerciais na bacia do Mediterrâneo, sobretudo ao nível da *terra sigillata*, mas também das ânforas, ainda que de forma vestigial.

É o caso de dois fragmentos de Late Roman I/Classe 35 (Est. II: 5), ânfora de azeite produzida na atual Tunísia, entre os séculos IV e VI. As produções lusitanas desaparecem do registo de Frielas, coincidindo com os dados que apontam para o encerramento das unidades industriais dos vales do Tejo e Sado na 1ª metade do século V d.C. (VIEGAS, 2003: 195).

Nas importações de *terra sigillata*, regista-se a presença da tigela Hayes 91 (Est. IV: 6), representada por dois fragmentos de bordo, um do tipo B, com uma cronologia entre os meados século IV d.C. e as 1ª décadas do século VI d.C., e o outro, de menores dimensões,

provavelmente do tipo D, cuja produção se prolongou até ao século VII d.C.. Também com cronologias do século VI d.C. – meados dos século VII d.C., registam-se um fragmento de tigela Hayes 99 e um fragmento de bordo tipo Hayes 110 (Est. IV: 7). Este último foi recolhido sobre o pavimento de mosaico que reveste o corredor de acesso ao peristilo fixando, definitivamente, o abandono da *villa* de Frielas nos inícios do século VII d.C. . Verificam-se, ainda, dois fragmentos de bordo de prato tipo Hayes 3, de fabrico focense tardio, datado dos meados século V d.C. e inícios século VI d.C.

A quebra verificada nas importações poderá traduzir um decréscimo na capacidade económica do proprietário da *villa* de Frielas. Esta hipótese poderá ser corroborada pelo remendo dos pavimentos de mosaico e pela redução do espaço funcional da casa. Para o preenchimento das lacunas nos pavimentos em mosaico, recorreu-se ao *opus signinum*, umas vezes, outras a fragmentos de *imbrice* em vez de *tesselae*. Se é verdade que um uso prolongado no tempo poderá ter danificado alguns destes pavimentos, também a determinada altura os seus proprietários poderão já não ter tido o poder económico suficiente para reparar convenientemente os pavimentos em mosaico. Quanto à redução do espaço, verifica-se que a determinada altura se construíram paredes sobre os pavimentos em mosaico, e que fecharam espaços outrora amplos como aconteceu com a ala sudoeste do peristilo. (FIG. 1)

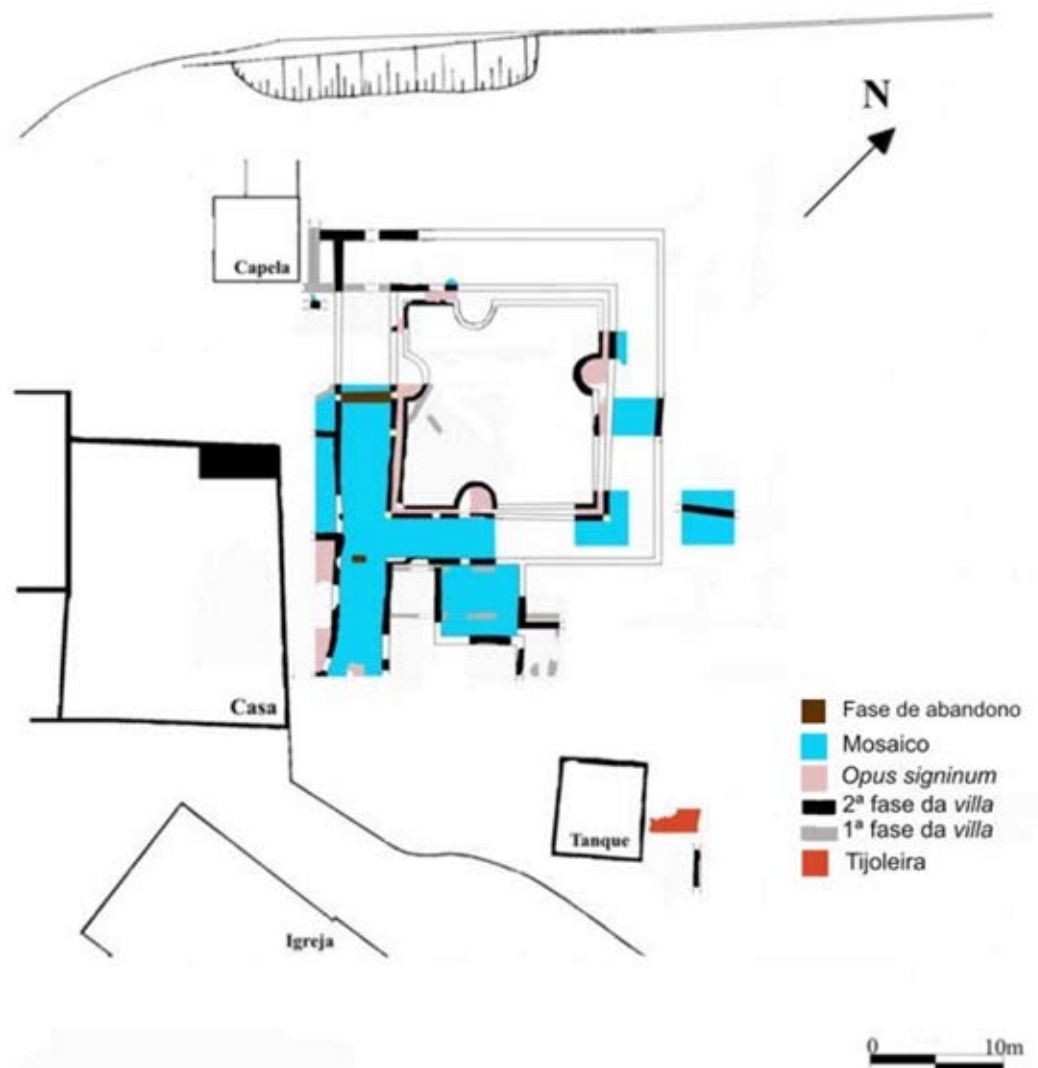


Figura 1
Planta geral da *villa*
de Frielas.

A villa de Frielas no contexto da rede viária

A *villa* de Frielas enquadra-se numa rede de unidades de produção, de carácter rural, já registadas no atual concelho de Loures, e que caracterizam a vivência deste território enquanto espaço integrante do *ager olisiponensis*. Esta rede de unidades de produção seria, necessariamente, suportada por um sistema viário terrestre (FIG. 2). Este sistema viário terrestre seria complementado pela rede hidrográfica que, à época, teria uma importância muito relevante na economia, transporte de mercadorias e mobilidade das populações.

A área correspondente ao atual concelho de Loures seria atravessada, em época romana, pelas estradas que ligavam *Olisipo* a *Emérta Augusta* e às sedes conventuais de *Scallabis* e *Bracara Augusta*. Na verdade, o troço que ligava *Olisipo* a *Scallabis* seria comum às estradas para *Emérta Augusta* e *Bracara Augusta*. Este mesmo troço apresentaria duas variantes, uma litoral, outra mais interior.

A variante pelo litoral sairia de *Olisipo* a partir da Casa dos Bicos, passando por Xabregas e entrando no atual concelho de Loures através da Portela de Sacavém. Seguiria por Sacavém onde Francisco de Holanda⁴ localizou uma ponte, de época romana, com quinze arcos e tabuleiro horizontal. A referência a uma inscrição, atualmente desaparecida, levanta a hipótese de aqui ter existido um *vicus* carecendo, no entanto, de confirmação arqueológica⁵.

Segundo Vasco Mantas (MANTAS, 1998:20), e após a travessia do rio Trancão, a estrada seguiria em direção à Quinta da Parreirinha, na Bobadela, continuando paralela ao rio Tejo, passando por São João da Talha até Santa Iria da Azóia. Em São João da Talha existem referências a achados do período romano na Quinta da Maçaroca⁶ e, em Santa Iria da Azóia, foram identificados alguns materiais de época romana nas sondagens arqueológicas realizadas no âmbito da construção da ligação do MARL ao IC2⁷, confirmando, assim, a importância destes eixos viários na estratégia de povoamento do território.

Adiante, a estrada seguiria um caminho coincidente com os limites dos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira, tomando a direção de Vialonga e Alverca, onde entroncaria com o troço que constituía a segunda variante do troço *Olisipo* a *Scallabis*.

A estrada que constituía a segunda variante aproximava-se do termo de Loures pela Calçada de Carriche, descendo pelo vale da Póvoa de Santo Adrião. A estrada continuava para a Ponte de Frielas pelo sopé da encosta, em direção a Loures. Ao troço que passava na Ponte de Frielas deveria corresponder o miliário encontrado em Frielas, atualmente desaparecido, ostentando inscrição honorífica: [...] / BONO / REIP (ublicae) NATO. Com cronologia provável de finais do século III/século IV d.C., poderá ser atribuído ao Imperador Magnêncio, que governou o Ocidente entre 350/353 d. C., por semelhança com o miliário encontrado em Chelas (MANTAS, 1998: 22). O cruzamento de vias que a Ponte de Frielas representa atualmente poderá ter tido correspondência em época romana, partindo daí um caminho secundário de acesso à *villa* de Frielas (e, eventualmente, servindo também Unhos, onde recentemente se identificou uma necrópole de incineração, enquadrável nos séculos I d.C.– II d.C., e um conjunto de tanques associados à condução de água e indústria de transformação) (SILVA, SANTOS, no prelo).

Seguindo aproximadamente o atual traçado da E.N.8, a estrada entraria na cidade de Loures passando pelo sítio das Almoínhas, provável *villa* de grandes dimensões ou *vicus*, com uma diacronia de ocupação entre os séculos II d.C. e IV d.C. Na lixeira ali identificada, foram descobertos dois miliários, um dos quais apresenta inscrição honorífica a *Valerius Licinianus Licinus* (313/324 d.C.).

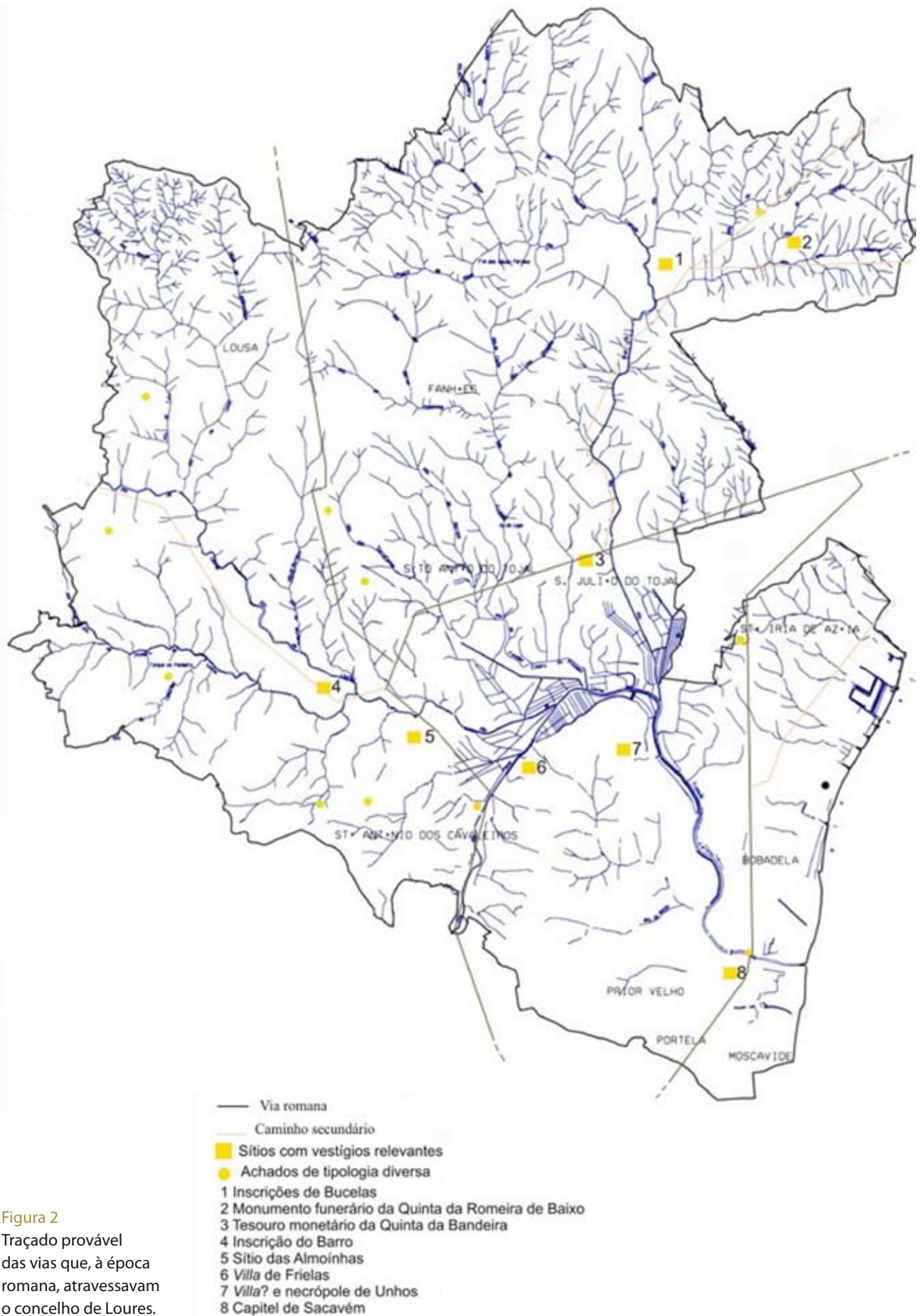


Figura 2
 Traçado provável
 das vias que, à época
 romana, atravessavam
 o concelho de Loures.

Atravessado o rio de Loures, a estrada seguiria pela Quinta do Sacouto, São Roque, Santo Antão do Tojal, a cerca de 15m de altitude, subindo para São Julião do Tojal, aí atravessando o rio Trancão e convergindo para Alverca onde, junto a Vialonga, entroncava com a variante que vinha de Sacavém. Segundo Vasco Mantas (MANTAS, 1998:21), eram identificáveis troços desta estrada, em fotografia aérea, entre Santo Antão e São Julião do Tojal. Em Santo Antão, no lugar da Quinta Velha (OLIVEIRA, 2004: 38), contíguo ao local onde Vasco Mantas identificou um desses troços, e por ocasião duma obra de construção, foram identificados vestígios materiais de ocupação romana os quais poderiam estar relacionados.

Ainda em São Julião do Tojal, o atual entroncamento para Bucelas poderá corresponder a um caminho secundário, existente à época, na direção de Bucelas. A necessidade deste caminho justifica-se facilmente pelas evidências arqueológicas registadas nesta freguesia e que atestam uma ocupação daquele território entre os séculos I d.C. e III d. C. Destaca-se o monumento funerário do tipo mausoléu, na Quinta da Romeira de Baixo, com uma primeira leitura cronológica integrável nos séculos II d.C. e III d.C. (ESTÊVÃO, 2004: 45-51).

No ponto em que esta segunda variante atravessava o rio de Loures, a estrada apresentaria uma bifurcação na direção de *Conimbriga*, passando por *Collipo*. Seguiria, então, por Sete Casas, passando junto da Quinta da Mata e subindo em direção a Malhapão onde Octávio da Veiga Ferreira fez referência a uma «(...) *villa rustica* Romana. (...)» (FERREIRA, 1973/74: 131-150).

Prosseguindo, a estrada dirigia-se para o Cabeço de Montachique. Alcançando uma cota superior a 300m, voltaria a descer para vale de São Gião, deslocando-se ao longo do ribeiro do mesmo nome. A partir daqui a estrada continuaria para norte, através do concelho de Mafra, em direção a Torres Vedras.

A par deste sistema viário terrestre, o atual concelho de Loures beneficiou, igualmente, da vasta bacia fluvial do rio Trancão, a poente, e do rio Tejo, a leste, potenciando uma via de comunicação complementar daquele território.

Desconhecem-se, até à data, evidências arqueológicas dessa circulação fluvial em época romana. A descrição que Estrabão (TAVARES, 2004: 435) fez do rio Tejo, nomeadamente dos seus esteiros que inundavam os campos de ambas as margens até 10 km da foz, comparando-os a um mar e tornando a planície navegável, deverá transmitir uma imagem muito próxima do que seria a atual várzea de Loures à época. Um facto incontornável é o da várzea de Loures ter sido navegável até Santo Antão do Tojal, até meados do século XVIII. Assim o atestam vários documentos de época moderna.

João Brandão escrevia em 1552, a propósito dos barcos que abasteciam os mercados de Lisboa: «E em Sacavém, Tojal, Santo António, a Granja, Frielas, Camarate, Unhos, a Mealhada, andam 20 batéis, que todos os dias vêm à cidade (...)» (BRANDÃO, 1990: 83).

Entre 1604 e 1625, Manuel Severim de Faria descrevia assim o rio Trancão:

He este esteiro quando desemboca no Tejo de gram fundo; tanto que nelle entrão navios de muitas tonelladas, (...) a larguesa não he muita e se passa este estreito por hua barca (...) O Rio se vai estreitando polla terra dentro para a parte do Poente sempre em altura que navegaõ barcas, e de hua parte e de outra da ribeira esta cerquada de quintas fresquíssimas, e de muitas marinhas (...) (SERRÃO, 1974: 75).

João Bautista de Castro referiu-se aos «(...) vistosos portos de Unhos, Frielas, Mealhada, Granja, Marnotas, Santo António do Tojal (...)»⁸, na sua obra de 1762, confirmando, deste modo, a navegabilidade do rio Trancão ainda na 2.ª metade do século XVIII.

A via fluvial seria utilizada, sobretudo, e por comparação com épocas históricas mais recentes, para o transporte de mercadorias com destino a *Olisipo*, uma vez que os custos seriam substancialmente mais reduzidos do que o transporte terrestre.

E que mercadorias seriam estas?

A natureza fértil dos terrenos da várzea e a exploração dos recursos naturais terão fornecido, decerto, um conjunto de bens que permitiam manter um abastecimento regular à cidade de *Olisipo*. Mais uma vez, recorre-se a fontes de época mais recente que ilustram algumas atividades económicas em época medieval, sobretudo relacionadas com a horticultura, o cultivo de vinha, olival, figueira e cereal (BARBOSA, VICENTE, 1999: 23-4).

O recurso à pesca poderia constituir, igualmente, uma atividade importante – o acompanhamento de uma obra na várzea de Loures resultou na recolha de algum espólio de época romana, do qual se destaca um provável peso de rede (OLIVEIRA, 2004: 37-8) – assim como a recolha de moluscos. Foram detetados, na *villa* de Frielas, já em contextos pós-romanos, conjuntos de moluscos que evidenciam o seu consumo no local mas, cuja recolha poderia ter constituído uma atividade económica rentável.

No entanto, a mercadoria mais relevante deveria ser o sal.

O rio Trancão e seus afluentes eram influenciados, através do rio Tejo, pelas marés e correntes de água salgada que viabilizaram a importante atividade de extração de sal, bem documentada em época medieval (BARBOSA, VICENTE, 1999: 24, 30). Na ausência, mais uma vez, de vestígios de cariz arqueológico, é por comparação que se coloca a hipótese de, em época romana, a atividade salineira ter assumido um papel importante na economia local. A importância do sal, sobretudo na conservação dos alimentos, torná-lo-ia um bem precioso. É tentador, pois, ver no sal a mercadoria mais importante com destino ao mercado da metrópole.

Considerações finais

Face aos dados atualmente disponíveis, é possível constatar que o território de Loures acusa uma forte ocupação em época romana, nomeadamente em época Imperial (aparentemente, com especial incidência a partir do século II d.C.). A este dado, não será alheio o facto da cidade de *Olisipo* ter sido elevada à categoria de Município entre os anos de 31 e 27 a.C., data a partir da qual se poderá ter verificado a proliferação dos casais, *villae* e *vicus* no *ager olisiponensis*. Não obstante alguma controvérsia sobre a data exata da elevação de *Olisipo* a *municipium civium Romanorum* (FARIA, 1999, 36-7), optámos por referir aquela que normalmente é indicada, pelo facto do presente artigo não tratar, diretamente, esta questão.

A *villa* de Frielas enquadra-se neste panorama cronológico revelando, inclusivamente, uma permanência mais dilatada no tempo. Da análise do material anfórico e da *terra sigillata* resulta uma continuidade nos padrões de consumo desta *villa*, desde o 3º quartel do século I d.C. até inícios do século V d.C., momento a partir do qual assumem relevância um conjunto de indícios que apontam para o abandono gradual da *villa*, até aos inícios do século VII d.C. .

Dentro do amplo período de ocupação efetiva da *villa* distinguem-se duas fases construtivas (Fig. 1).

A primeira fase, da qual restam muito poucos vestígios físicos, apenas identificada por alguns troços de parede que se mantiveram sob as estruturas da fase seguinte e pelos mate-

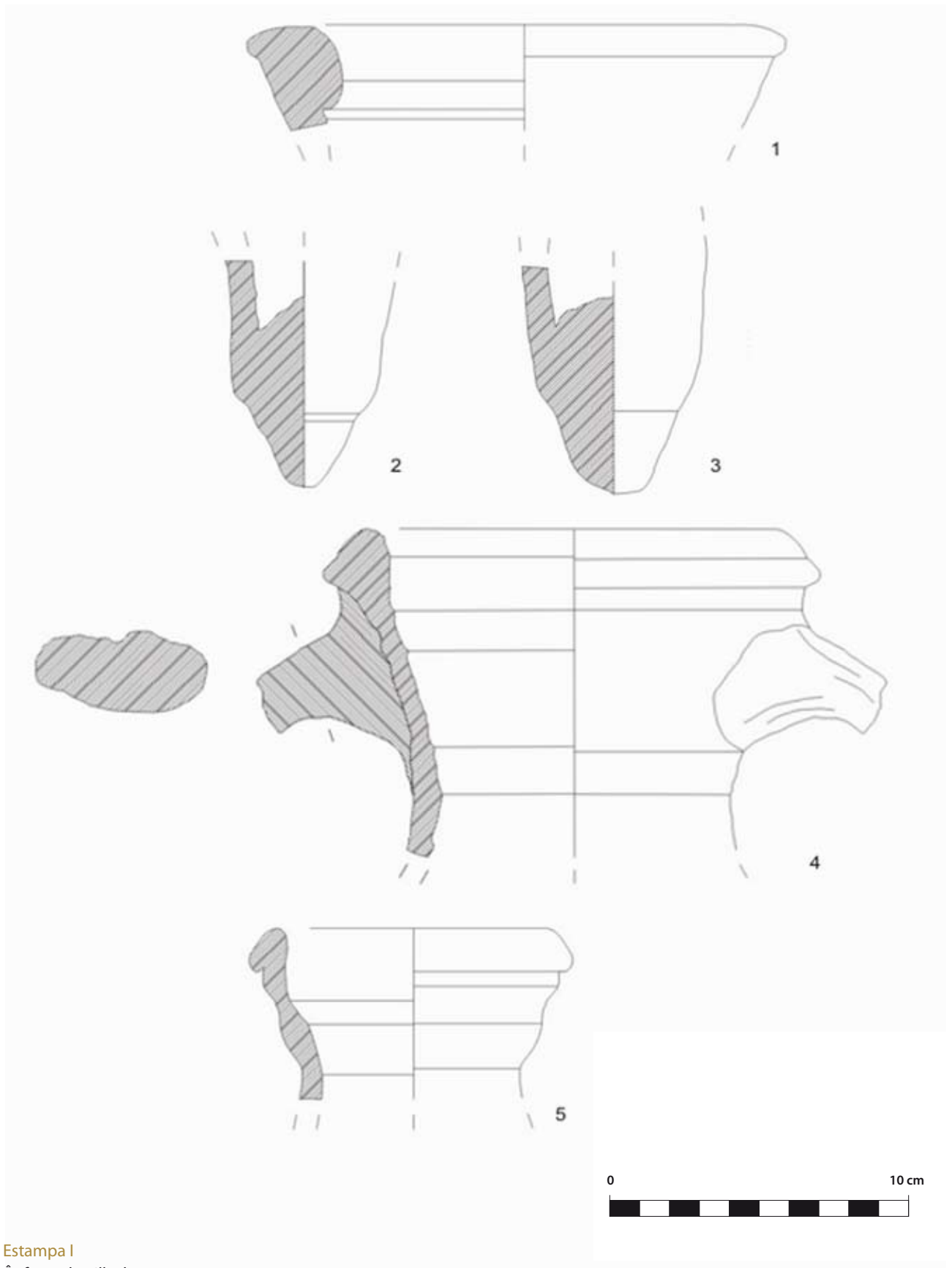
riais arqueológicos. Com início muito provável no 3º quartel do século I d.C., ter-se-á prolongado até meados do século III d.C., período em que terá tido lugar uma reestruturação de toda a *villa* – ou pelo menos da *pars urbana* que é a única área para já em escavação. A concorrer para esta cronologia estão os motivos decorativos dos mosaicos que apontam para os finais do século III d.C. ou inícios do IV d.C. . Também os elementos arquitetónicos ali identificados remetem para os meados/finais do século III d.C. .

Desconhecem-se as razões que terão levado à construção de uma nova *villa* sobre a anterior. É notória, no entanto, a opulência demonstrada nesta nova fase que se estende até meados do século V d. C., quer através das trocas comerciais que se mantêm intensas, quer no programa decorativo adotado. Ainda que demonstrando alguma contenção económica, tanto os mosaicos como os elementos arquitetónicos parecem de acordo com os modelos então seguidos nesta zona do Império, embora com menor qualidade (FERNANDES, 2004:28).

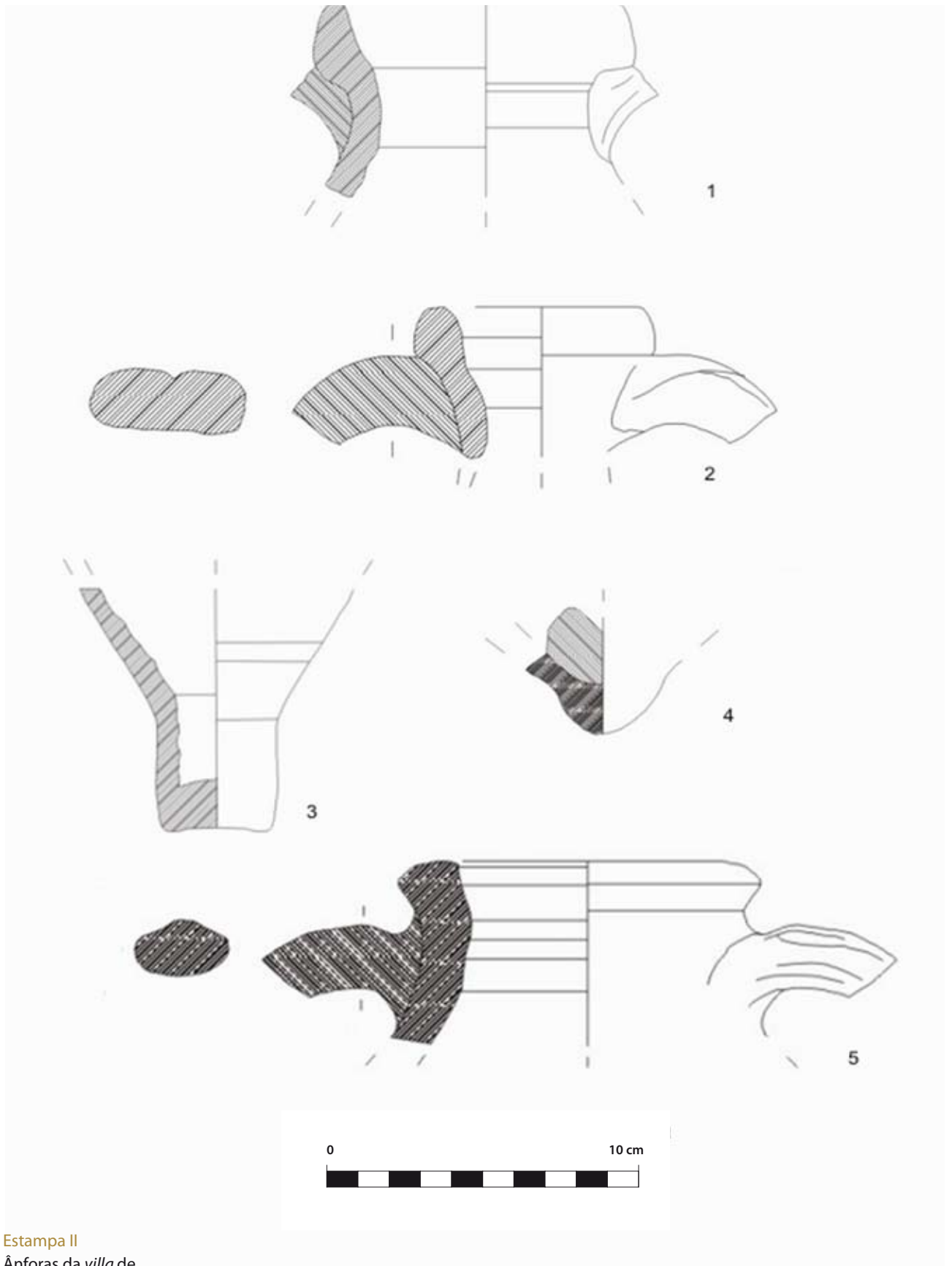
Parece, igualmente, bastante provável relacionar a dinâmica desta 2ª fase de ocupação da *villa* de Frielas com a passagem, na Ponte de Frielas, do troço de estrada que ligava *Olisipo* a *Scallabis*. Se nos detivermos na cronologia dos marcos miliários conhecidos nesta estrada, como é o caso dos de Chelas, Frielas, Almoínhas e Alverca, todos apontam para os meados do século IV d.C. o que pode subentender um maior investimento nesta via durante o Baixo-império, que potenciou novas formas de ocupação daquele território.

Ao facto desta estrada estar associada à passagem do *cursus publicus* não será alheia a recolha de uma caixa de selo, em liga de cobre, na *villa* de Frielas.

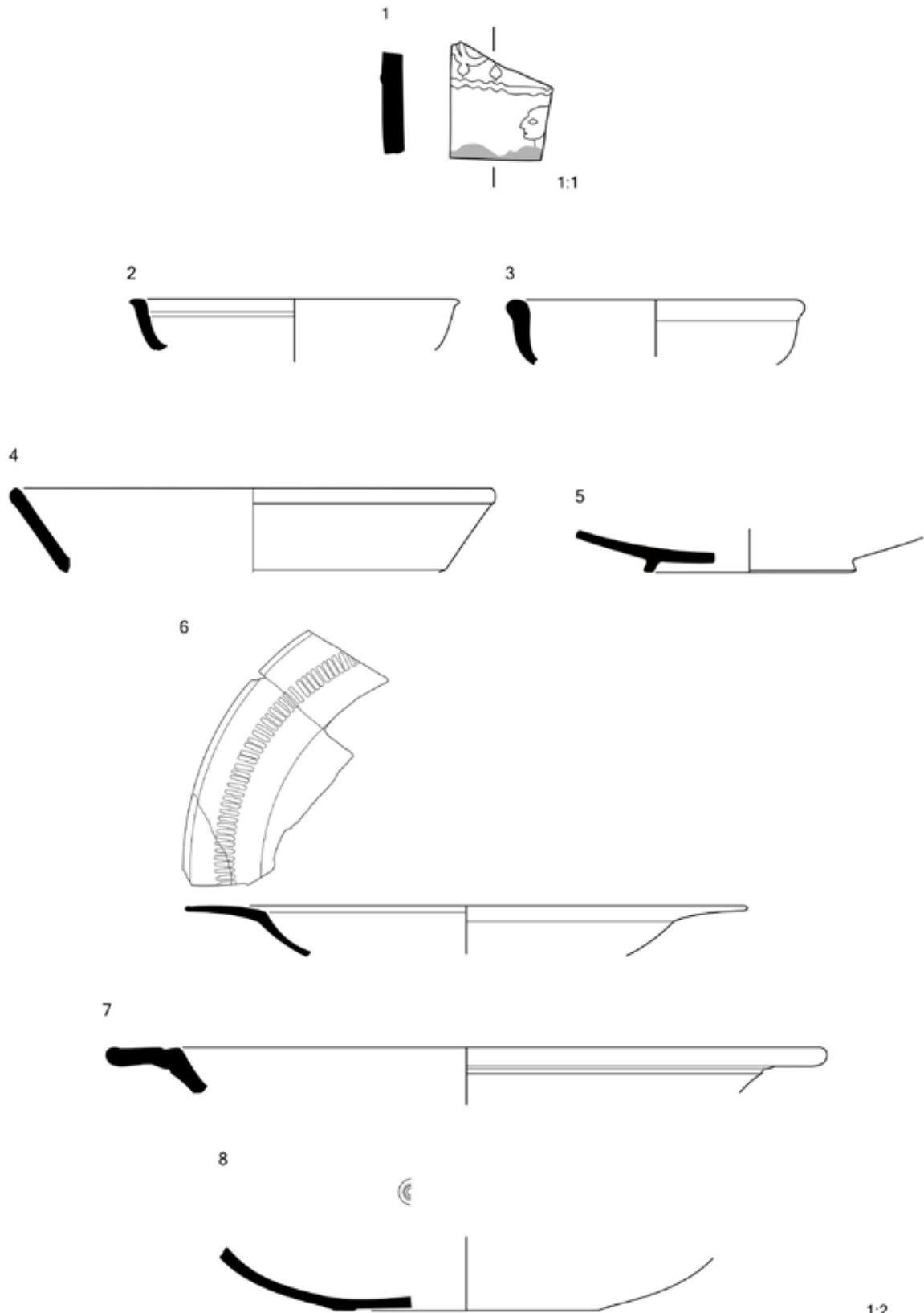
A partir dos meados do século V d.C., a *villa* entra em decadência, vindo a ser abandonada nos inícios do século VII d.C.



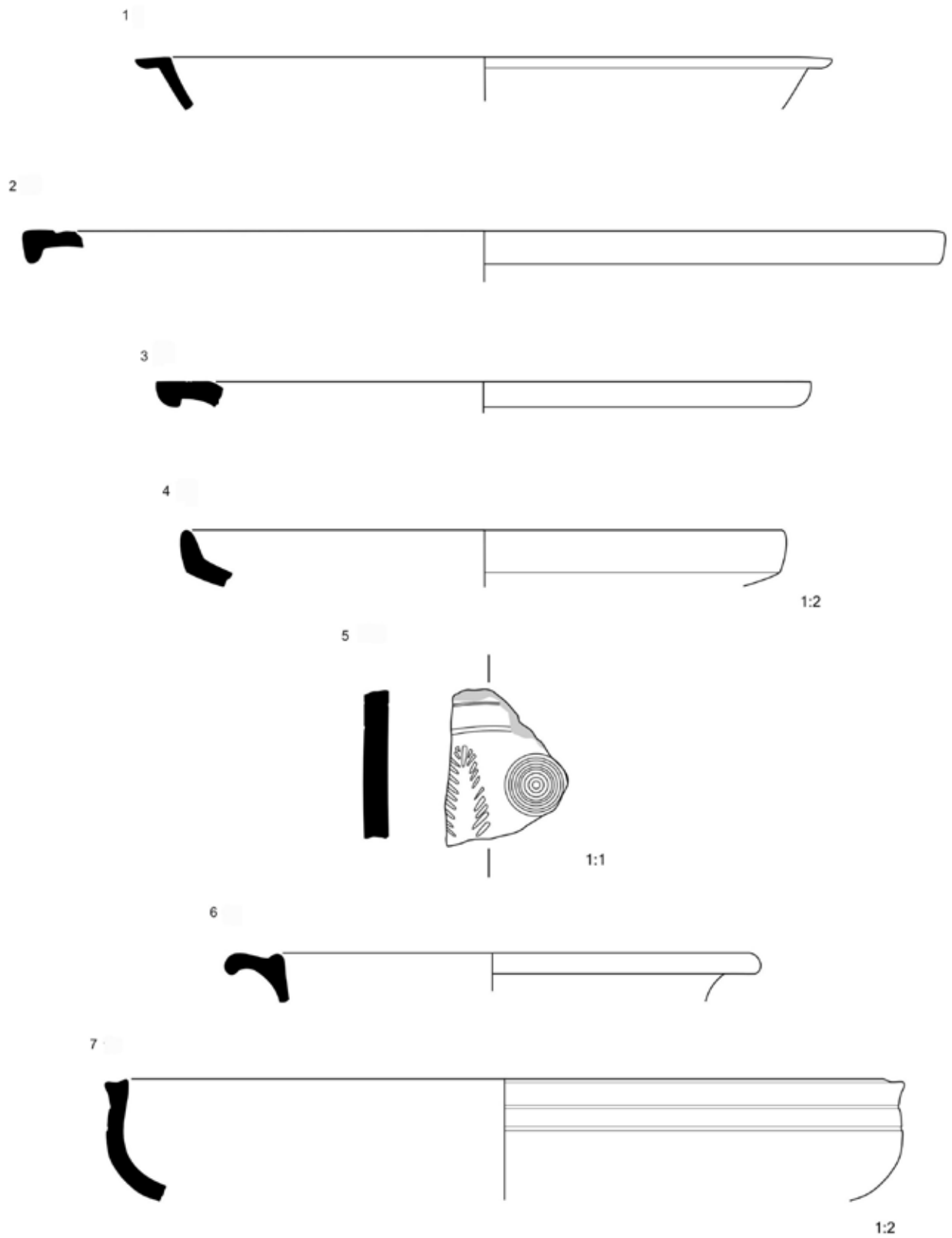
Estampa I
Ânforas da *villa* de
Frielas (desenhos de
Ana Raquel Policarpo).



Estampa II
Ânforas da *villa* de
Frielas (desenhos de
Ana Raquel Policarpo)



Estampa III
Terra sigillata da villa
 de Frielas (desenhos
 de Luís Carlos Reis).



Estampa IV
 Terra sigillata da villa
 de Frielas (desenhos
 de Luís Carlos Reis).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de ; ETIENNE, R. (1975)** – *Fouilles de Conimbriga. IV. Les Sigillées*, Mission Archéologique Française au Portugal. Musée Monographique de Conimbriga. Paris.
- ALMEIDA, M. J. de, CARVALHO, A. (2004)** – Vias e circulação de produtos no SW do *conventus emeritensis*: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal) In: GORGES, Jean-Gerard, CERRILLO, Enrique, NOGALES BASARRATE, Trinidad (eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana: las comunicaciones*. Cáceres, 7 – 9 de novembro de 2002, p. 369-389.
- BARBOSA, P. G., VICENTE, A. B. (1999)** – Frielas Medieval. In: *Medieval e Moderno em Loures. Viagens pelo Património* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Museu Municipal de Loures, p.21-35.
- BRANDÃO (de BUARCOS), João, Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552**. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Livros Horizonte. Lisboa, p. 83.
- ESTÊVÃO, F. (2004)** – Notícia sobre a Estrutura Arquitetónica da Quinta da Romeira de Baixo (Bucelas) – Mausoléu Familiar associado ao ritual de incineração. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.45-51.
- FARIA, A. M. (1999)** – Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 2. Número 2. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 29-50.
- FERNANDES, L. (2004)** – Decoração Arquitetónica da *villa* Romana de Frielas. Capitéis e Bases. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.21-36.
- FERNANDES, Luís, (1998)** – Inscrições romanas do Termo de Loures. In: *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p. 75-92.
- FERREIRA, O. da V. (1973.74)** – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objetos isolados inéditos ou pouco conhecidos – 2ª parte. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. 79-80, p. 131-150.
- MANTAS, V. G. (1998)** – Vias Romanas do Concelho de Loures. In: *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*, [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p. 17-28.
- NOLEN, J. U. S. (1988)** – *A villa romana do Alto da Cidreira (Cascais) – os materiais*. Separata do volume XXVII da revista *Conimbriga*. Associação Cultural de Cascais, p. 61-140.
- OLIVEIRA, A. C. (1998)** – A *villa* Romana das Almoínhas (Loures). O contexto da presença romana no concelho de Loures In: *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*, [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p. 29-41.
- OLIVEIRA, A. C. (2004)** – Notícia sobre Novos Achados Arqueológicos em Loures. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.37-43.
- POLICARPO, A. R. (No Prelo)** – As ânforas da *villa* romana de Frielas. In: *Atas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em território português*, 3 – 6 de abril de 2008, Museu de Cerâmica de Sacavém.
- QUARESMA, J. C. (2003)** – *Terra Sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)*. Trabalhos de Arqueologia. 30. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.
- SERRÃO, J. V. (1974)** – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria. 1604.1609.1625*. Lisboa, p.75.
- SILVA, A. R. (2003)** – A *villa* romana de Frielas. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. 18. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, p. 71-84.
- SILVA, A. R. (2004)** – A *villa* romana de Frielas: tempo, Espaço e Funcionalidade. In: *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, p.11-19.
- SILVA, A. R. ; SANTOS, S. P. dos (No Prelo)** – Acompanhamento de obra revela eventual *villa* e assentamento pré-histórico (Via T5 – Unhos a Sacavém) Loures In: *Atas das Jornadas de Arqueologia o Vale do Tejo em Território Português*, realizadas entre 3 e 6 de abril de 2008, no Museu de Cerâmica de Sacavém.
- TAVARES, A. A. (2004)** – A costa portuguesa há dois mil anos. In: TAVARES, António Augusto, TAVARES, Maria José Ferro e CARDOSO, João Luís (eds.), *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*. Atas do Colóquio. Lisboa. Universidade Aberta, p.435.
- VIEGAS, Catarina (2003)** – *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*. In: *Trabalhos de Arqueologia*. 26. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

NOTAS

- ¹ São considerados para o presente estudo a totalidade dos fragmentos recolhidos entre as campanhas de 1997 e 2006.
- ² POLICARPO, Ana Raquel, Contributo para o Estudo dos Contentores Anfóricos no Ager Olisiponense: As Villae de Frielas e das Almoínhas, Relatório Final, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, 2005/2006, policopiado.
- ³ Na ausência de um estudo arqueométrico do material anfórico da villa de Frielas, não é possível identificar, ainda, a origem produtora desses mesmos contentores.
- ⁴ OLANDA, F. de, 1571, “Da fábrica que falece à cidade de Lisboa” in *Archivo Español de Arte y Arqueología*, nº 15, Madrid, 1929.
- ⁵ SILVA, A.R., 2004, “Alguns apontamentos sobre a freguesia de Sacavém” in *Arqueologia como Documento, Catálogo da Exposição de Arqueologia, Câmara Municipal de Loures, Divisão do Património Cultural, Rede Municipal de Museus – Museu Municipal de Loures*, pp. 53-4.
- ⁶ A.A.V.V., 2004, São João da Talha. In: *História e Fé*, 1ª edição, São João da Talha, pp. 117-8.
- ⁷ BARRADAS, E., “Notícia de sítio arqueológico em Santa Iria da Azóia” in *Museus, Revista da Rede Museus de Loures*, nº 03 (no prelo).
- ⁸ CASTRO, João Bautista de, 1762, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2ª ed., tomo I, partes I e II, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, p. 34. Este autor refere, ainda, os portos de Massaroca, Santa Iria e Póvoa.

A Villa das Almoinhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização.

SANDRA BRAZUNA E MANUELA COELHO¹ ARQUEÓLOGAS EMPRESA_ERA ARQUEOLOGIA S.A.

Introdução

➤ A intervenção arqueológica realizada no sítio das Almoinhas, pela Era Arqueologia S.A., enquadrou-se numa perspetiva preventiva de diagnóstico e minimização de impactes em área sujeita a loteamento e construção de um empreendimento comercial por parte da LIDL & Companhia.

Numa primeira fase de avaliação, procedeu-se a trabalhos de diagnóstico que resultaram na identificação de contextos arqueológicos preservados, seguindo-se uma intervenção de minimização que consistiu na escavação manual, integral, destes mesmos contextos em área sujeita a afetação. Os objetivos deste trabalho consistiam na avaliação do potencial científico e patrimonial, na análise e caracterização dos contextos arqueológicos preservados e minimização da afetação, procurando a cada momento averiguar acerca de estratégias e decisões a tomar face ao projeto de obra e às necessidades de preservar o património arqueológico presente no local.

Este sítio foi identificado a partir de prospeções e recolha de materiais à superfície realizadas nos anos 90 por parte de arqueólogos da Câmara Municipal de Loures, assim como pelo facto de terem sido postos a descoberto, de forma acidental, vestígios romanos, aquando da realização de uma obra numa quinta próxima do local. A partir de 1995, a CML realizou intervenções arqueológicas de emergência na área, daí resultando a identificação de vários vestígios de cronologia romana, colocando-se a hipótese de estes corresponderem a uma ocupação tipo *villa*.

Enquadramento

O espaço

O sítio arqueológico das Almoinhas localiza-se administrativamente na freguesia e concelho de Loures, distrito de Lisboa. **FIG. 1**

Encontra-se numa área entre a povoação de Mealhada e a cidade de Loures, na encosta Este da serra de Montemor, prolongando-se até ao sopé desta elevação, próximo de uma várzea que é também o primeiro contacto visual a partir do sítio arqueológico. Isto resulta numa variação de cota entre os 35 metros na zona mais alta e o nível do mar.

Esta é uma região de algumas elevações e linhas de água que fazem parte da bacia hidrográfica do Tejo, de onde se destaca o rio de Loures como o curso de água principal das proximidades. Em tempos recuados, até época pós-medieval, teria existido aqui um enorme braço de água salgada que permitiria a navegação e, por tal, a existência de um porto na cidade (Oliveira, 2001).

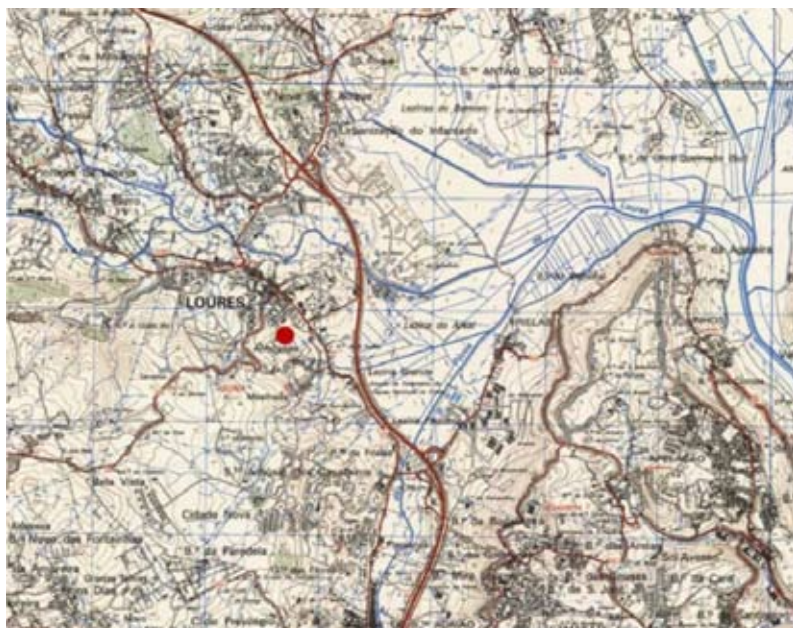


Figura 1
Localização do sítio das Almoinhas na Carta Militar de Portugal nº 417

Relativamente à geologia, o sítio encontra-se em área de formação de conglomerados, arenitos e argilas da calçada de Carriche, confrontando, a sul, com os terrenos do “Complexo basáltico de Lisboa” constituído por uma sucessão de derrames lávicos. “A partir de Loures circundam a bacia aluvial de Loures, situada na margem direita do Tejo, a qual apresenta uma das maiores extensões de formações sedimentares de tipo aluvião no conjunto dos vales afluentes do Tejo (Zbyszewski, 1964)” (Oliveira, 2001: 70).

Enquadramento histórico

Este sítio faria parte do *municipium olisiponense*, com forte relação com a cidade de *Olisipo* pela proximidade que teria com esta. Também próxi-

mos, estariam o rio Tejo e a bacia fluvial do rio Trancão, criando áreas de penetração natural que ladeavam este espaço, criando condições para a prática de atividades piscícolas e saliníferas, a par com a atividade hortícola que beneficiaria de solos férteis e permitiria a plantação de árvores de fruto e oliveiras no local (Oliveira, 2001).

Para além das vias fluviais, não muito distantes, poderiam encontrar-se importantes vias terrestres romanas. Segundo os autores, nesta área passavam as vias *Olisipo-Bracara Augusta* e a via *Olisipo-Scallabis*, com possíveis variantes de traçado controverso. Isto significa que as Almoinhas se localizariam nas proximidades destas importantes vias, podendo levantar-se a hipótese de, junto a estas, se encontrarem outras vias de cariz secundário que a elas acederiam e que seriam também de extrema importância para a acessibilidade do local (Oliveira, 2001).

Nesta região foram identificados alguns achados diversos que poderão ser o testemunho de outros locais de ocupação do período romano, quer casais agrícolas quer *villae*. Um facto curioso referido por Ana Oliveira será a posição em que se encontram as ocupações de Frielas e Almoinhas, em lados opostos de uma extensa várzea mas que, caso fossem contemporâneas, se poderiam avistar mutuamente (Oliveira, 2001).

O sítio arqueológico

A intervenção arqueológica realizada confirmou a existência de uma ocupação enquadrável no período Romano, tendo sido possível verificar que os limites espaciais do sítio arqueológico eram mais abrangentes do que até então conhecidos. Pôde também registar-se a existência de áreas ocupacionais mais amplas, novas áreas funcionais e novas informações relativamente à dispersão espacial dos contextos, bem como ao nível das diacronias de ocupação, onde se testemunharam reformulações de espaços e novas utilizações e funcionalidades destes ao longo da ocupação, evidenciando grande dinamismo humano.

Assim, foi identificado um núcleo de produção, com um conjunto de três estruturas tipo forno; uma área de necrópole e um núcleo de cariz habitacional. **FIG. 2**



Figura 2
Planta geral
das estruturas
identificadas no sítio
das Almoinhas

Figura 3
Planta dos fornos 1 e 2

Núcleo de produção

O núcleo de produção é constituído por três estruturas circulares tipo forno que estariam relacionadas com a produção cerâmica, sem que tenha sido possível apontar se serviriam para produção de cerâmica de construção, se para produção de cerâmica comum, ou se para ambas as produções em alturas diferentes.

Ainda que provavelmente contemporâneos e muito próximos entre si, ao nível da técnica construtiva e das suas dimensões, estes fornos apresentavam-se muito diferentes, conquanto possam eventualmente ter sido utilizados para o mesmo fim, ou seja, para a produção cerâmica. **FIG. 3**

O forno 1, uma construção em alvenaria com revestimento em argila, apresentava uma câmara com cerca de 2 metros de diâmetro e corredor estreito, realçando-se no interior a identificação de um depósito de enchimento com materiais cerâmicos mal cozidos, indiciando a sua reutilização como zona detritica. Num nível inferior, foi igualmente identificado um depósito de carvões que poderá corresponder à última cozedura aí efetuada, ou seja, a última utilização da fornalha.

O forno 2, próximo do primeiro, apresentava uma câmara com cerca de 3 metros de diâmetro e corredor estreito. No seu interior foram identificados depósitos de derrube da abóbada. A câmara apresentava parede construída com tijolo, ao passo que no corredor se verificava uma construção pétrea em alvenaria. É de referir o facto de, neste forno, se ter identificado um pilar central na área da câmara e uma série de encaixes ao longo da parede, talvez utilizados para apoio aquando da construção da abóbada, ou como forma de sustentar a grelha de divisão de distintas áreas no interior da estrutura.

No forno 3, também circular e um pouco distante dos dois primeiros, foi identificado um nível de derrube da abóbada e, sob este, um depósito argiloso e regular que poderá corresponder aos vestígios da grelha destruída. Também aqui verificou-se um nível de cinzas que sugere tratar-se de vestígios da última fornada. De referir a identificação de uma área anexa e contígua, em estrutura tipo fossa, que deverá tratar-se de uma zona resultante dos episódios de limpeza da estrutura. Este forno era construído com parede pétrea e 4 pilares ou *suspensurae* em tijolo.

Para os fornos identificados nas Almoinhas existe alguma dificuldade em apontar cronologias pois a cultura material apresenta-se com forte tónica no conjunto das cerâmicas comuns de longa diacronia.

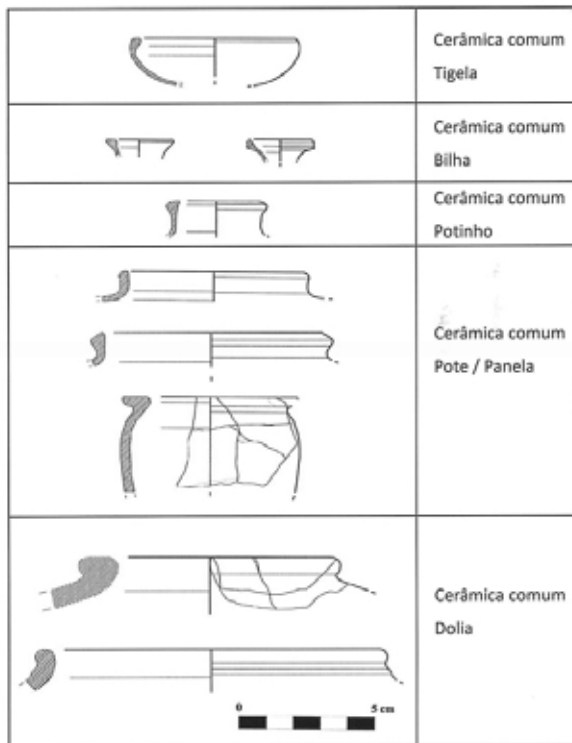


Figura 4
Formas cerâmicas predominantes no Forno 3 (Silva, 2007)

suspensura caracterizada por muretes ou pilares para apoio de uma grelha em peça única conforme se observou no forno 3, no forno 1 evidenciou-se a ausência de qualquer forma de *suspensura* e no forno 2 a distinção entre as duas câmaras partiria de um pilar central.

Necrópole

Esta intervenção permitiu o alargamento dos limites da área de necrópole, bem definida e com testemunhos de diferentes rituais funerários.

Num momento posterior ao abandono do Forno 3 a área foi reutilizada como espaço funerário, tendo sido identificada uma sepultura de incineração (Sepultura 1) a meio do corredor desta estrutura entretanto desativada. Apesar da grande afetação observada, conservavam-se as tijoleiras que revestiam a base e parte da parede NE de uma sepultura tipo caixa, de orientação NE-SW, uma orientação condicionada ao reaproveitamento da área de corredor do forno. Aqui, num depósito que extravasava os limites da base da caixa sepulcral, foi possível recuperar um numeroso e significativo conjunto material, bem como alguns restos osteológicos humanos com vestígios de incineração.

Relativamente ao espólio, este era constituído por um unguentário em vidro e fragmentos de um outro, uma pequena tigela também em vidro, outras duas em prata, uma *lingula* também em prata, um anel em ouro com a inscrição D. I. M., e um conjunto de contas de material, por agora, indeterminado.

Próxima desta área, foi identificada uma outra sepultura tipo caixa (Sepultura 2) construída em tijoleira, de forma retangular e orientação SE-NO. A base da sepultura não se apresentava revestida e, relativamente à cobertura, esta era constituída por tijoleiras. No interior não foram identificados quaisquer vestígios osteológicos, no entanto, recolheram-se fragmentos de cerâmica comum, um conjunto de rebites de metal e três recipientes inteiros (um prato e dois potinhos). FIG. 5



Figura 5
Vista geral do topo da Sepultura 2

Os paralelos cronológicos estabelecidos para a cerâmica comum proveniente das estruturas 1 e 2 apresentam uma longa duração inscrevendo-se, maioritariamente, entre o 2º terço do século II e meados do século IV. Por outro lado, os restantes materiais arqueológicos passíveis de fornecer informação cronológica são escassos resumindo-se a dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica, dois fragmentos de ânfora e uma fíbula característica do Alto Império.

No forno 3 (alvo de um estudo de materiais mais desenvolvido por parte de Bruno Silva (Silva, 2007), confirmou-se a existência de materiais arqueológicos com predomínio de cerâmica comum, enquadráveis nos séculos I a V d.C., em que se apurou para o período de laboração do forno uma cronologia entre os séculos I e III d.C. Verificou-se ainda neste estudo uma presença dominante das formas pote/panela, seguindo-se os potinhos e bilhas, (Silva, 2007). FIG. 4

Ao nível dos dados arquitetónicos, ainda que se apresentem de planta circular, evidencia-se nos fornos 1 e 2 uma técnica ausente nos fornos conhecidos para o estuário do Tejo. Enquanto estes apresentam por norma um tipo de



Figura 6
Espólio votivo
identificado na
Sepultura 3

Posteriormente identificaram-se mais duas sepulturas. A primeira, Sepultura 3, com orientação SE-NO, conservava parcialmente as paredes laterais, estruturadas por fiadas de blocos irregulares de basalto e calcário e fragmentos de tijoleira. Da cobertura da estrutura, foram apenas identificados alguns fragmentos de tijoleira.

Ao nível do espólio foram recolhidas várias cavilhas de ferro, uma taça em cerâmica comum, uma lucerna em mau estado de conservação e duas moedas sem leitura possível. Não se registaram quaisquer vestígios de restos osteológicos ou cinzas, contudo, é provável que esta se tratasse de uma sepultura de inumação, facto que a presença das cavilhas parece corroborar. **FIG. 6**

A cerca de 1 metro da estrutura anterior, detetou-se a presença de uma segunda sepultura, Sepultura 4, apresentando a mesma orientação SE-NO. Ao contrário da primeira, esta não se encontrava estruturada, consistindo numa vala de paredes retas e forma sub-retangular, aberta no depósito de formação natural.

No seu interior identificou-se uma dezena de cavilhas de ferro (dispersas por toda a área) e um conjunto de objetos semelhante ao espólio identificado na sepultura 1: uma lucerna, com vestígios de utilização, uma taça e um potinho em cerâmica comum. Não foram detetados elementos osteológicos ou cinzas, parecendo, também neste caso, poder tratar-se de uma sepultura de inumação.

Foram, assim, escavadas 4 sepulturas (uma de incineração e, aparentemente, três de inumação), alargando a área de necrópole já conhecida. Importa referir que a necrópole foi identificada nos trabalhos realizados pela CML, em que foram escavadas 3 sepulturas de inumação em caixa e uma outra de incineração com presença de abundante componente artefactual e algum material osteológico. Nestas intervenções da CML, foi ainda identificada uma estrutura negativa tipo fossa que poderá ter sido utilizada como sepultura.

Nesta última intervenção, realizada pela Era Arqueologia, verificou-se que o espólio recolhido nas diferentes sepulturas é testemunho de uma longa diacronia de utilização deste espaço, podendo, genericamente, enquadrar-se entre os sécs. II e III/IV.

Para além da área de necrópole, salienta-se ainda o registo de um enterramento infantil numa ânfora depositada na área da lixeira, sem que tenha sido identificado qualquer vestígio de sepultura aberta no local ou espólio votivo associado ao enterramento e dois enterramentos infantis e um adulto na área do núcleo habitacional. Estes últimos enterramentos não apresentavam qualquer espólio associado ou vestígio de estrutura de sepultura.

Núcleo de cariz habitacional

A intervenção arqueológica realizada no núcleo de cariz habitacional permitiu verificar a densidade, dimensão e diversidade/complexidade dos contextos arqueológicos presentes, podendo agora lançar-se novas hipóteses interpretativas para o tipo de ocupação no local.

Estes contextos foram identificados em quatro plataformas, distribuídas ao longo da encosta onde estava programada a construção do arruamento – designado Rua H-, corres-

Figura 7

Foto geral da Área 1



pondendo a uma intervenção em área de cerca de 3156 m². As plataformas foram denominadas de Área 1 a 4, salientando-se que a Área 2 revelou uma forte perturbação antrópica dos vestígios preservados, tendo sido apenas identificado um alinhamento pétreo de difícil caracterização.

No geral, a intervenção resultou na identificação de estruturas de difícil interpretação, destacando-se os equipamentos relacionados com o transporte e armazenamento de água, enterramentos humanos isolados em alguns contextos de derrube (já referidos) e uma lixeira.

Na Área 1 foram consideradas 3 grandes fases construtivas. **FIG. 7**

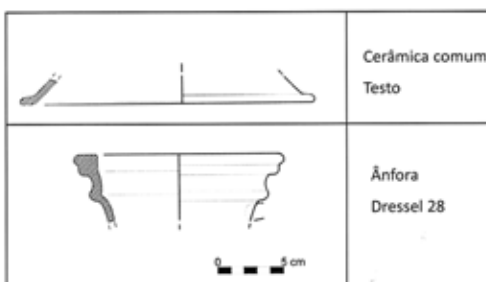
A Fase I é a fase de construção mais antiga. Corresponde a uma utilização do espaço em que as áreas compartimentadas apresentam reduzidas dimensões, surgindo algumas estruturas negativas tipo fossa, em maior número que nas fases subsequentes, indiciando uma utilização de caráter doméstico.

Pela análise dos materiais arqueológicos relativos a esta Fase verificou-se que as produções de cerâmica comum caracterizavam a maioria do espólio, enquanto as ânforas e a *terra sigillata* apresentavam números muito modestos. Na análise de um nível de aterro relativo a esta Fase (Fernandes, 2007) constatou-se uma tipologia com presença de tampas, tigelas, talhas, panelas, ânforas, bilhas, potinhos, potes e, por último (apenas com 1% da amostra), de cadinhos de fundição, jarros-bilhas, terrinas e alguidares. Concluiu-se, neste estudo,

que o predomínio correspondia a louça de serviço de mesa, seguindo-se os recipientes de transporte e armazenamento e, por fim, a louça de cozinha. Pela amostra de cerâmica comum estudada, a cronologia deste contexto enquadrar-se-á entre o século I e o século VII d.C. No entanto, com o cruzamento de materiais de cronologia mais fina, como uma tigela em *terra sigillata* da forma Draggendorf 27 c (entre 80 a 120 d.C.) e uma ânfora Dressel 28 (entre 20 a.C. e 150 d.C.) esta Fase I poderá corresponder a um período de ocupação entre meados de I e II d.C. (Fernandes, 2007). **FIG. 8**

Figura 8

Formas cerâmicas da Fase I (Fernandes, 2007)



A Fase II corresponde a um período de remodelações arquitetónicas resultantes de alterações de conceção do espaço, em que se abandonou uma construção de áreas compartimentadas de reduzida dimensão para uma construção de compartimentos maiores e, arqueologicamente, com uma leitura que indicia uma conceção alargada, onde os espaços se complementam e se organizam com um objetivo global e organizado, estabelecendo condições para as construções da Fase III.

Na fase mais recente (Fase III) observa-se uma grande complexidade, na medida em que esta engloba um conjunto de momentos construtivos e de remodelação de vários espaços, e a reutilização de estruturas preexistentes (de fases construtivas anteriores), com ou sem alteração das suas características arquitetónicas. Genericamente, pode aqui inserir-se um conjunto de compartimentos de grandes dimensões com reaproveitamentos de estruturas tipo muros e alicerces anteriores. Estes espaços, ainda que de difícil interpretação relativamente à sua funcionalidade, evidenciaram, pontualmente, a existência de estruturas de carácter doméstico, nomeadamente lareiras e zonas de armazenagem. Associado a estas estruturas pôde também identificar-se um conjunto de estruturas de armazenamento de água, quer tanques, quer uma possível cisterna e canalizações, ou seja, infraestruturas de transporte e escoamento/drenagem de águas, ainda que de difícil especificação.

Na Área 3, foram identificados dois núcleos distintos de concentração de vestígios arqueológicos preservados, designados respetivamente por Núcleos Norte e Sul. **FIG. 9**

No Núcleo Norte foram consideradas 3 fases construtivas. A fase mais antiga (Fase I) corresponde a uma área sub quadrangular/retangular compartimentada, sublinhando-se o facto de apresentar uma orientação distinta, quer das estruturas identificadas na Área 1 acima referida, quer das identificadas no Núcleo Sul da mesma Área 3. Nos cantos Oeste e Norte deste complexo, destaca-se a existência de dois compartimentos que, paralelos entre si e extravasando o limite da área compartimentada dentro do complexo sub quadrangular, se encontram avançados face à área maior. Num outro tipo de contextos, estas estruturas poderiam corresponder a uma função defensiva, como torreões, no entanto, ainda que de difícil interpretação, esta hipótese não parece ser válida para este sítio arqueológico, visto que foram identificados,

essencialmente, testemunhos de uma utilização de carácter doméstico. Um destes compartimentos revelou uma área que serviria de fornalha. Funcionando na mesma lógica do *hipocaustum* das instalações termiais, este setor, não se tratando deste tipo de complexo, poderia antes servir para aquecimento no âmbito das atividades domésticas do quotidiano.

À fase II correspondem pequenas remodelações do espaço, com tendência a uma maior compartimentação e à consolidação da planta já existente, havendo um reforço de alguns muros construídos na fase anterior.

Figura 9
Foto geral da Área 3



Na fase mais recente registaram-se realidades muito parcelares, com episódios de reformulação e de continuidade da utilização de um espaço previamente construído, mantendo-se as características gerais do traçado arquitetónico e dos contextos edificados em fases anteriores. Genericamente, pode aqui inserir-se um conjunto de compartimentos de difícil interpretação relativamente à sua funcionalidade, mas que evidenciaram, pontualmente, a existência de estruturas de carácter doméstico, como lareiras e espaços de armazenagem, e estruturas relacionadas com o armazenamento de água.

Na análise dos materiais arqueológicos provenientes de um depósito detrítico desta Fase (Silva, 2007) verificou-se o predomínio das panelas/potes, seguindo-se as tigelas e ânforas, assim como a quase paridade entre a cerâmica de cozinha e a cerâmica de mesa, com ligeira superioridade da primeira categoria funcional. Pelas peças datantes, como as ânforas, observou-se a presença predominante de Almagro 51C, apontando para uma cronologia do século IV d.C. Por outro lado, a análise dos fragmentos de *terra sigillata* revelou a presença de fragmentos de *sigillata* Clara D e de *sigillata* Late Roman C, ou seja, também estas produções tardias (Silva, 2007).

Ao Núcleo Sul, com 4 fases construtivas identificadas, corresponde uma área sub retangular constituída por vários compartimentos que, na última fase de construção, foram alvo de algumas reformulações. Desta forma, a primeira fase de construção no Núcleo Sul (Fase I), caracteriza-se pela construção de um compartimento de forma retangular parcialmente destruído. À Fase II e à fase precedente corresponde grande parte das construções que deram origem à edificação deste núcleo que originalmente deveria ser de maiores dimensões mas que se encontra em parte já destruído. Neste período é efetuado o alargamento para Sul e para Oeste da área edificada, construindo-se muros delimitadores com o exterior e criando novas áreas compartimentadas, anulando a planta de menores dimensões preexistente, ainda que com alguns reaproveitamentos das estruturas da Fase I.

Na Fase III observa-se o reaproveitamento de grande parte da área compartimentada construída na fase anterior, sendo, no entanto, construídos novos muros de compartimentação, criando-se novas áreas de interior. Ainda que mantendo a planta da fase anterior e as respetivas estruturas edificadas previamente, na última fase de construção verifica-se a transformação de um compartimento de maiores dimensões preexistente em dois novos compartimentos, anulando, algumas estruturas e respetivas funcionalidades dos espaços da época anterior.

Os trabalhos arqueológicos realizados na Área 4 centraram-se, principalmente, na zona da lixeira, um contexto já identificado e intervencionado pela equipa da Câmara Municipal de Loures, no espaço do atual parque de estacionamento do Tribunal de Loures, e que se revelou aqui com continuidade. FIG. 10

Esta lixeira caracterizava-se por uma série de estruturas negativas de grande dimensão e de forma ovoide que, ao longo do tempo, terão sido abertas diacronicamente mas sobre-

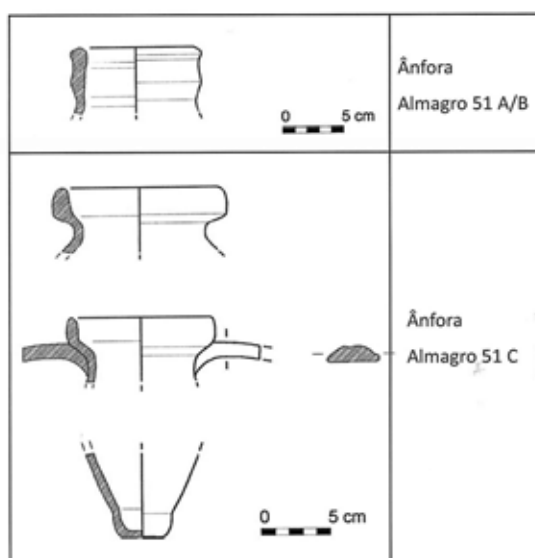
Figura 10
Foto geral da Área 4



postas umas às outras, assim como os respetivos enchimentos que se encontravam a preencher estas valas. Neste depósito de entulho/lixreira foram identificados dois marcos miliários epigrafados. Importa salientar que estes achados se encontravam no depósito de entulho no interior da lixeira, ou seja, aquando da sua deposição neste local já se encontravam desprovidos do significado sinalizador e delimitador de uma possível via romana. No entanto, a sua presença neste local vai de encontro ao facto de nas proximidades se encontrar o traçado viário de período romano. A descoberta destes marcos, ainda que descontextualizados e afastados da sua localização original, não deixa de ser um dado importante também enquanto contribuição para o conhecimento das vias romanas no atual território português.

Foi realizado o estudo da componente artefactual proveniente de dois dos depósitos de enchimento destas valas (Pais, 2007). Através desta análise verificou-se o predomínio da cerâmica comum sobre os restantes tipos de materiais arqueológicos. As formas tipológicas mais abundantes correspondiam a taças, panelas, jarros/bilhas, potinhos e panelas/potes. No conjunto, a grande maioria correspondia a cerâmica de mesa, seguindo-se a cerâmica de cozinha e, por último, os recipientes de armazenamento. No que se refere a materiais de cronologia mais estrita, salienta-se, maioritariamente, a presença de fragmentos de ânfora do tipo Dressel 20, Lusitana 9, Almagro 51 A-B e Almagro 51 C, com clara supremacia das últimas (60%).

Figura 11
Formas anfóricas recolhidas na lixeira da Área 4 (Pais, 2007)



No que respeita aos fragmentos de *terra sigillata*, foram identificados fragmentos do tipo Clara A, Clara C e Clara D, com predomínio da primeira. Assim sendo, pela análise do espólio, pode concluir-se uma cronologia entre o século I d.C. e o século V, embora no caso das ânforas Almagro 51 C, a datação possa avançar até ao século VII. Com o cruzamento de informação relativa aos marcos miliários aqui identificados, pode no entanto, apontar-se uma cronologia de meados do século IV, prolongando-se para o século V, de formação destes depósitos e de uso destas estruturas. **FIG. 11**

Por último, na Área 4, foi identificado um compartimento cujas estruturas se encontravam em mau estado de preservação. Não foram identificados contextos arqueológicos relacionados com a sua utilização, no entanto, foi importante constatar a anterioridade das estruturas face à área de lixeira.

Considerações finais

O sítio das Almoinhas revelou uma série de contextos que importa salientar, nomeadamente, o conjunto de três estruturas tipo forno que estariam relacionadas com atividades de produção cerâmica. Pela análise do conjunto de cerâmica comum recolhido, e apenas no campo das hipóteses, com a identificação destes fornos, pode o conjunto cerâmico ter uma proveniência local, com fabrico no próprio sítio arqueológico.

Para além da produção de cerâmica, poucos são os vestígios reveladores de atividades económicas neste estabelecimento. Foram identificados indícios da prática da tecelagem como seja a presença de pesos de tear em alguns contextos. Para além disso, ainda que os conjuntos artefactuais sejam abundantes, não são indicadores de outro tipo de atividades que não aquelas relacionadas com uso doméstico, com grande quantidade de cerâmica

comum e percentagem reduzida de cerâmicas finas de mesa, denotando-se a escassez de recipientes em vidro/paredes finas, de *terra sigillata*, almofarizes ou lucernas. Salienta-se a presença pontual de registos de escória e de alguns artefactos metálicos, remetendo para o seu uso nas atividades agrícolas (como alfaias) e em contextos domésticos (como elementos de recipientes cerâmicos e de indumentária pessoal). Assim, a partir do conjunto de informação recolhida neste sítio, aponta-se uma cronologia de ocupação enquadrável entre o século I/II e meados do século V d.C.

Quanto a uma leitura do tipo de estruturas e contextos identificados, salienta-se a existência da área de necrópole onde foram identificados testemunhos de diferentes rituais funerários, quer seja pelo tipo de sepultura em caixa ou em fossa, quer pelo facto de se terem identificado enterramentos de inumação mas também de incineração.

Nas áreas compartimentadas poucos indícios foram identificados que possam caracterizar o tipo de atividades/funcionalidades do espaço ocupado. Genericamente, salienta-se a presença de estruturas para transporte e armazenamento de água que, dada a ausência de outros indicadores que os pudessem reportar para atividades como a tinturaria ou a salga/preparados de peixe, aqui aponta-se uma relação com o armazenamento de água para utilização doméstica. Na mesma categoria enquadra-se a estrutura que poderá corresponder a uma cisterna, ainda que, devido ao facto de não ter sido intervencionada não pode ser confirmada como tal. De funcionalidade específica destaca-se a estrutura compartimentada tipo *hipocaustum*.

Estas são estruturas e contextos que poderiam existir num amplo leque de tipos de ocupação, não sendo possível apontar características específicas para a funcionalidade do sítio e quais as atividades económicas e contextos com elas relacionadas.

Numa leitura geral da planta algumas conclusões podem ser adiantadas. Uma contribuição para esta leitura é o facto de se saber que as dimensões do sítio extravasam a área intervencionada na medida em que foram feitas prospeções geofísicas, nos anos 90, que indicam o prolongamento de estruturas na área Oeste que não foi intervencionada, na zona da encosta.

Pelo que foi identificado, podem colocar-se duas hipóteses plausíveis para a interpretação das Almoínhas, ou seja, esta poderá corresponder a uma ocupação tipo *villa*, ou, por outro lado, estarmos perante um aglomerado tipo *vicus*.

Os contextos em análise poderão corresponder à *pars rustica*, sem que tenham sido identificados quaisquer vestígios relativos à casa senhorial, pois não se verificou a presença de estruturas arquitetónicas de monumentalidade e materiais arqueológicos geralmente encontrados nesta parte das *villae*. A casa senhorial, a existir, poderá encontrar-se na quinta ao lado da área intervencionada, onde foram identificadas inadvertidamente algumas estruturas e, ao nível dos materiais arqueológicos foi identificado um capitel, uma base de coluna e um tesouro de moedas de bronze do Baixo Império em recipiente tipo ânfora.

Salienta-se que, no caso das Almoínhas, as condições para o desenvolvimento das atividades económicas se encontravam favoráveis. Aqui insere-se a aptidão e produtividade dos solos, a proximidade de linhas de água de grande relevância e a proximidade dos centros urbanos ou vias, dando grande rentabilidade à exploração.

Outra hipótese que se pode colocar é esta ocupação poder corresponder a um *vicus*, um povoado aberto implantado sobre os eixos de comunicação terrestre e fluvial dada a posição geográfica favorável em que se encontraria. Este tipo de aglomerados teria, prin-

principalmente, funções aglutinadoras e distribuidoras, ainda que os vestígios de um contacto com o exterior não sejam abundantes no que toca à componente artefactual (à exceção da abundância de recipientes tipo ânfora), apresentando, a este nível, características muito modestas. Também ao nível do traçado urbanístico, salienta-se o facto de não se terem identificado quaisquer vestígios de arruamentos nas Almoinhas.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, (1996)** – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. In Atas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado. FILIPE, Graça e RAPOSO, Jorge M. C. (coord.). Lisboa. Câmara Municipal do Seixal. Publicações Dom Quixote.
- AAVV, (1998)** – *Da Vida e da Morte – Os Romanos em Loures*. Catálogo de Exposição de Arqueologia. Loures. Museu Municipal de Loures. Câmara Municipal de Loures.
- ADAM, J. P. (1994)** – *Roman Building, Materials & Techniques*. London. Batsford.
- ALARCÃO, J de (1988)** – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins. Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J de (1990)** – *As villae*. In *Nova História de Portugal*. SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). Lisboa. Editorial Presença, p. 482-489.
- ALARCÃO, J de (1990a)** – A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto. *Les Villes de Lusitane Romaine. Hiérarchies et territoires*. Paris. Éditions du CNRS.
- ALARCÃO, J de (1998)** – Três níveis de aglomerados populacionais romanos. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 16, p. 175-186.
- ALMEIDA, A. J. de (1986)** – Forno cerâmico de Eixo. In: *Boletim Municipal de Aveiro*. N.º 7, p. 25-26.
- ALMEIDA, C. A. B. de ; LEAL, A. J. da C. (1988)** – O forno cerâmico da Quinta do Paço. *Facha*. Ponte de Lima, p. 9-28.
- ALMEIDA, D. F. de e FERREIRA, O. da V. (1968)** – Uma “fornax” lusitano-romana na Egitânia. In: *O Arqueólogo Português*. Série III. vol. II. Lisboa, p. 61-70.
- ALMEIDA, D. F. de; ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. da V. (1971)** – Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal). In: *O Arqueólogo Português*. Série III. Vol. V. Lisboa, p. 155-157.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990)** – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza. Livros Pòrtico.
- BLOT, M. L. P. (2003)** – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. In: *Trabalhos de Arqueologia* 28. Instituto Português de Arqueologia.
- CARVALHO, R. (1991)** – O forno cerâmico da estação romana da barragem da Marateca – Castelo Branco. In: *Atas das IV jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, p. 343-351.
- CASTRO, L. de A. ; CORDEIRO, M. L. (1962)** – Um “fornax” luso-romano”, Sep. “*Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Vol. XVI. Fasc. 1-2, p. 5-16.
- COELHO, M. D. (2006)** – *Intervenção Arqueológica de Diagnóstico e Minimização – Área de proteção da Villa das Almoinhas (Loures) – Relatório final dos trabalhos arqueológicos*. Lisboa. ERA Arqueologia S.A. Texto policopiado.
- FABIÃO, C. (1999-2000)** – Estudar o mundo rural na Antiguidade. *A Cidade* – In: *Revista Cultural de Portalegre*. Número 13-14, p. 7-12.
- FERNANDES, A I. (2007)** – *O arqueossítio romano das Almoinhas (Loures). O aterro da Área 1 – cerâmicas da primeira fase de ocupação. Contribuições para a compreensão das dinâmicas de ocupação do espaço rural de Olisipo*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- GORGES, J. G. (1979)** – *Les villas Hispano-Romaines. Inventaire et problematique archéologique*. Vol. 4. Diffusion de Boccard. Publications du Centre Pierre Paris.
- GORGES, J. G. (1990)** – Villes et villas de Lusitane (Interactions – échanges – autonomies). *Les Villes de Lusitane Romaine. Hiérarchies et territoire*. Paris. Éditions du CNRS, p. 91-113.
- LOPES, L. S. (1995-97)** – Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolomeu. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 13/15, p. 313-346.
- MANTAS, V. G. (1990)** – As Cidades Marítimas da Lusitânia. *Les Villes de Lusitane Romaine*. Paris, p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (2004)** – A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *Conímbriga*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Volume XLIII, p. 63-83.

- OLIVEIRA, A. C. (2000)** – *Villa das Almoínhas* (Loures, Portugal). Destaque para um conjunto de estruturas desta estação. Separata das *Atas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Arqueologia da antiguidade na Península Ibérica*. Volume VI. Porto. ADECAP, p. 469-474.
- OLIVEIRA, A. C. (2001)** – A *villa* das Almoínhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996. Separata de *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 19, pp. 65-94.
- OLIVEIRA, A. C. e SILVA, A. R. (2000)** – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Câmara Municipal de Loures.
- PAIS, L. F. B. (2007)** – *O espólio cerâmico associado aos marcos miliários das Almoínhas (Loures)*. *Contribuição para o estudo da estrutura viária olisiponense*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- PÉREZ CENTENO, M. del R. (1995-97)** – Evolución urbana en el *Conventus Scallabitanus* durante el siglo III d. C. In: *O Arqueólogo Português*. Série IV, volume 13/15, p. 299-312.
- PÉREZ LOSADA, F. (2002)** – Entre a cidade e a aldeã – estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos em Galicia. *Brigantium*. Volume 13. Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón a Coruña.
- PINTO, Inês Vaz (2003)** – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa. Coleção TESES – Universidade Lusíada Editora.
- SILVA, A. C. F. da; LOPES, A. B.; LOBATO, M. J. F. (1984)** – O forno cerâmico de Canelas (Vila Nova de Gaia). *Gaia – Atas das Jornadas de História Local e Regional de Vila Nova de Gaia*. Volume II. Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, p. 59-66.
- SILVA, A. C. F. da; LOPES, A. B.; TUNA, M. (1981-82)** – O forno romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião). *PORTUGALIA*. Nova série. Volume II/III. Instituto de Arqueologia da FLUP, p. 149-153.
- SILVA, F. A. P. da (1995)** – Recuperação e valorização do forno romano de Eixo – Memória descritiva. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, p. 78-80.
- SILVA, B. M. O. (2007)** – *A implantação Romana nas Almoínhas (Loures)*. *Forno 3: Contribuições para a compreensão da produção oleira romana*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- SILVA, P. A. (2007)** – *Estudo do espólio cerâmico do depósito da Área 3 do sítio arqueológico das Almoínhas (Loures)*. *Contribuições para o estudo da última fase do povoamento rural romano*. Relatório Final da Licenciatura de História – Variante Arqueologia, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado.
- SWAN, V. G. (1984)** – *The pottery kilns of roman Britain*. Royal Commission on Historical Monuments. London.

Documentação

“Carta Militar de Portugal”, Instituto Cartográfico do Exército, Folha 417, escala 1:25 000.

“Carta Geológica de Portugal”, Instituto Geográfico e Mineiro, Folha 34-B, escala 1:50 000.

NOTAS

1 Manuela Dias Coelho (Doutoranda do curso de Pré-História e Arqueologia da FLUL – manueladiascoelho@gmail.com)

Sandra Brazuna (Mestranda do curso de Arqueologia da FLUL, Era Arqueologia S.A. – sandrabrazuna@era-arqueologia.pt)

Apontamentos sobre a presença romana no Concelho de Alenquer

MIGUEL COSTA¹ ARQUEÓLOGO

Este texto surge na sequência da comunicação apresentada na “Mesa redonda de “*Olisipo a Ierabriga*” A rede viária romana no Vale do Tejo”. As investigações que tenho efetuado na região de Alenquer, não puderam ser apresentadas de forma desenvolvida nesta comunicação, devido às óbvias limitações do tempo disponível; assim sendo, neste texto, que não está sujeito ao mesmo tipo de limitações, optou-se por expor o tema de uma forma mais desenvolvida.

Esta investigação não pretende inferir acerca da localização de *Ierabriga*, questão já discutida desde a época moderna. Este texto pretende afirmar que a ocupação humana em período romano, no atual território do Concelho de Alenquer², foi muito intensa em época romana. Que houve uma grande ocupação na zona de Paredes-Alenquer; onde são visíveis muitas estruturas, algumas de grande dimensão, que sugerem a existência de um aglomerado urbano bastante importante. Importa referir a excelente localização de Paredes, a cerca de seis quilómetros do Rio Tejo, e com uma ligação fluvial a este rio através do Rio de Alenquer³, e a excelente feracidade dos solos que a rodeiam, que na sua maior parte são fertilizados pelas cíclicas inundações do Tejo. Mas não só em Alenquer e na sua cercania os achados romanos são abundantes, sendo de referir a grande quantidade de achados no restante território do concelho.

A investigação histórica

Os autores Clássicos narram a existência de vários topónimos com uma fonética semelhante. Plínio-o-velho, na sua *História Natural* refere-se a um local de nome *Arabrica*. Por sua vez, na *Geografia* de Ptolomeu aparece o topónimo: *Arabriga*. No *Itinerário* de Antonino é referida a existência de *Jerabrica* ou de *Hierabrica*, local por onde passaria a via XV⁴ – de *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara* (Braga), e a via XVI⁵ – de *Olisipo* a *Emerita Augusta* (Mérida), que divergia da via anterior a partir de *Scallabis* (Santarém). Neste itinerário *Ierabriga* situava-se a XXX milhas de *Olisipo* e a XXXII milhas de *Scallabis*, sendo de notar, que as milhas utilizadas em período romano, tinham uma metrologia diferente das milhas utilizadas atualmente. São vários os topónimos referidos por estes autores, provavelmente os nomes apresentados não se refeririam ao mesmo local. De qualquer forma, o povoado romano que ficaria situado na atual Estremadura deveria chamar-se: *Ierabriga* ou *Lerabriga*. É esta a opinião maioritária entre os investigadores. A possibilidade de *Arabriga* ser uma derivação fonética de *Ierabriga* parece estar fora de questão, porque este local – referido na inscrição da ponte de Alcântara – dever-se-ia situar na região do Douro (ALARCÃO, 1988: 44). Por uma questão de comodidade vou referir-me a este local como *Ierabriga*, apesar de haver um estudo recente de Leonard Churchin (CHURCIN, 2007), publicado na revista *Conimbriga* do ano de 2007, que propõe que *Lerabriga* seja o nome correto deste assentamento. Tenho de referir, que o conhecimento dos locais na antiguidade, e a elaboração de cartas, eram efetuados com base em conhecimentos corográficos não presenciais, isto é, as informações eram prestadas por terceiros, assim sendo a sua precisão não seria a mais conveniente para as inferências que atualmente pretendemos fazer. As cartas antigas também refletem a ana-

morfose deste período, as distâncias são corretas (se as informações forem corretas), mas as orientações são ignoradas ou distorcidas. Constatando estes factos, temos que ser muito prudentes ao utilizarmos este tipo de informações nas nossas investigações atuais.

Diversos autores têm proposto a localização deste núcleo urbano de período romano em Povos, a Norte da atual cidade de Vila Franca de Xira; as primeiras investigações acerca deste local, aí o situavam. Foram André de Resende e Frei Bernardo de Brito os primeiros a propor esta localização. Mais recentemente Jorge de Alarcão e Vasco Mantas⁶, entre outros, propuseram a localização de *Ierabriga* em Paredes – Alenquer, ou mais pormenorizadamente entre: Paredes, Quinta do Bravo e Quinta das Sete Pedras.

Jorge de Alarcão propõe a localização de *Ierabriga* nas imediações de Alenquer (Quinta do Bravo ou Paredes), para este investigador, este importante aglomerado urbano ficaria nos limites Norte da *civitas* de *Olisipo* e no limite Sul da *civitas* de *Scallabis* (ALARCÃO, 1988).

Vasco Mantas (que visualizou este local através da fotografia aérea) identificou um aglomerado urbano com cerca de oito hectares, provavelmente um *vicus*, entre Paredes e a Quinta do Bravo; também admite a “existência de algumas estruturas de assinaláveis dimensões, dificilmente detetáveis no terreno e de acesso não menos complicado” (MANTAS, 1996). Para este investigador, haverá junto a Alenquer: “a importante necrópole de Paredes, parcialmente escavada por Hipólito Cabaço em 1934, e o da Quinta do Bravo, onde se achou o miliário de Adriano (CIL II 4633), sítios que poderão indicar, devido à presença de necrópoles, os limites aproximados da povoação” (MANTAS, 1996a: 581). Na sua opinião existem duas necrópoles (a de Paredes e a da Quinta do Bravo). Hipótese que investiguei, mas que penso não se confirmar. Não são visíveis os vestígios de duas necrópoles, as fontes orais só referem a necrópole da Quinta do Bravo. E Maria Amélia Horta Pereira, que fez um estudo aprofundado do espólio exumado da necrópole das Paredes, refere-se à sua localização da seguinte forma: “entre Paredes e Sete Pedras” (PEREIRA, 1970: 45); que é precisamente a localização da Quinta do Bravo. Possivelmente, e apesar de surgirem os topónimos: Paredes e Quinta do Bravo, a indicar a presença de necrópoles, estamos a referir-nos ao mesmo local. Há outra epígrafe funerária na Vila de Alenquer, esta apareceu na Igreja de Triana, também aqui poderia haver uma necrópole de período romano, ou então, esta epígrafe ter sido transportada a partir de outro local.

A Este da atual povoação de Paredes, e contígua a esta, situa-se a Quinta do Bravo; local de importância capital para o estudo do povoamento romano na região, havendo vários vestígios arqueológicos exumados a assinalar; de entre eles:

Árula votiva com a seguinte inscrição⁷ epigráfica:

C·L·T·P
V·S

que segundo Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira tem uma cronologia da segunda metade do Século I d.C. (ALMEIDA, FERREIRA: 1966).

Coluna honorífica encontrada na Horta de El Rey, mas que anteriormente deveria estar na Quinta do Bravo (FIGUEIREDO, 1895), com uma inscrição em honra do imperador Adriano:

IMP·CAES·
DIVI·TRAIANI·PARTHI
CIF·NERVAE·NEPOS·TRA

**IANUS·HADRIANUS·AUG·
PONTIF·MAX·TRIB·POT·
XVIII·COS·III·PP·REFECIT·**

Que terá sido feita provavelmente em 135 d.C. (ALMEIDA, 1968).

Pavimento no edifício que estava a servir de adega (FIGUEIREDO, 1895; ALMEIDA, 1968), que seria um mosaico (AZEVEDO, 1896).

Epígrafe funerária com a seguinte inscrição:

**G·IVLIVS·CAPITO·H·S·
MAELA·LONGINIE·H·S·
RVFVS·SILONIS·F·H·S·**

Provavelmente do século I d.C. (CABAÇO e JALHAY, 1934; PEREIRA, 1934).

Epígrafe funerária com a seguinte inscrição:

**Q·V
TERENTIA
CIA·MATER
SIT·TIBI·TERRA·LEVIS**

Provavelmente do século I d.C. (PEREIRA, 1970).

Outra epígrafe funerária com a inscrição:

**D·M
LABERIA·M·F·A
MOEN·AN·XXXII
H·S·E·Q·I·NERVA·M
ARITUS·F·C**

Provavelmente terá uma datação do século I d.C., a letra representada é deste século (PEREIRA, 1970).

Espólio diverso: restos de ossos calcinados, cinzas, lucernas, campainha de bronze, moedas, vaso em forma de *dolium*, vaso e prato de *terra sigillata*, vasos ou taças de vidro, taça de barro com figuras mitológicas, unguentários, fíbulas, fivelas, fragmentos de objetos de bronze, etc. (CABAÇO e JALHAY, 1934; PEREIRA, 1970). Este imenso espólio, descoberto na Quinta do Bravo, faz-nos crer que este local é de uma importância capital para o estudo da ocupação romana em toda a região. Seria uma importante necrópole, com abundantes vestígios do século I d. C.; outros vestígios encontrados nesta quinta, nomeadamente o mosaico referido anteriormente, indicia que este espaço poderia fazer parte do antigo núcleo habitacional.

É de lamentar, que o grande número de construções efetuadas na Quinta do Bravo, já em pleno século XX⁸ após as descobertas iniciais no ocaso do século XIX, não tenham sido precedidas de verdadeiras investigações científicas, que nos elucidassem sobre a verdadeira dimensão cultural deste importante assentamento arqueológico.

A ocupação romana do espaço concelhio pode ser dividida em dois períodos estruturantes, parece haver uma nítida diferença de estratégia na ocupação do espaço do período republicano para o período imperial. Os vestígios de período republicano que conhecemos

atualmente têm uma dispersão lata, não aparecendo na zona da atual vila de Alenquer e de Paredes. Os poucos que conhecemos, deste período, são de um sítio de altura com ocupação de longa diacronia: o castro de Ota, de onde foram exumados alguns denários de período republicano; e também noutros topónimos de fácil identificação mas não localizados: Pancas, onde foi achado importante tesouro de moedas de prata; e Pinhal do Alvarinho (freguesia de Triana), onde foi encontrado um tesouro, no princípio do século XX; este tesouro estaria na margem esquerda da estrada da Boa Viagem (“estrada da mala-posta⁹”), “quando três rapazes arrancavam um cepo de pinheiro, encontraram duas grandes taças de prata, parece que artisticamente cinzeladas, cheias de denários romanos, uns 12 a 14 litros pouco mais ou menos. Os rapazes destruíram as taças com os alviões e encheram os barretes com moedas, a que chamavam botões. A Marquesa de Castelo Melhor, proprietária do terreno, conseguiu obter parte das moedas mas a maior parte foi vendida em Alenquer a um ourives ambulante. Vi só três destas moedas. Eram da República e de 125 a.C.” (HIPÓLITO, 1960-61). Também Mário de Saa se refere a este achado dizendo que Hipólito Cabaço teria ficado com alguns destes denários do tempo da República (SAA, 1960).

Por sua vez, a ocupação do espaço durante o império romano, concentra-se essencialmente na zona de Paredes, de Alenquer, e nas suas imediações. Os vestígios romanos encontrados ao redor de Paredes são abundantes, como também são os encontrados no restante território do concelho, que se dispersam de uma forma muito mais intensa que no período anterior. É de notar que a presença temporal romana durante a república foi inferior à do império, e que neste último período o número de achados multiplica-se. Ao redor de Alenquer e Paredes os vestígios encontrados são os seguintes: Quinta da Barradinha (*villa?*) (ROGEIRO, 2005); Quinta de Santa Teresa (indeterminado) (ROGEIRO, 2005); igreja de Triana, epígrafe funerária (FIGUEIREDO, 1895); Vila Alta em Alenquer descoberta de moedas dos imperadores Trajano, Adriano e Antonino Pio, assim como vários vestígios na Torre de São Priscos e na Ermida da Sr.^a do Carmo (HENRIQUES, 1902). Outros locais, mais longínquos, com vestígios romanos de período imperial são: Casal do Amaral (local de habitat? Necrópole?); Aldeia Gavinha duas epígrafes funerárias: Quinta do Caracol e Colos (MANTAS, 1982); também na Quinta da Margem da Arada em Olhalvo, uma epígrafe funerária (TEIXEIRA, SOUSA, 1927-28); Casal do Tufo (habitat?) (João Pereira, CNS – 1592)¹⁰, na igreja de Cadafais duas epígrafes funerárias (AZEVEDO, 1896); Aposento (*Villa?*) (Armando Sabrosa, Francisco Henriques, Guilherme Pereira, João Caninas; CNS – 2336); Quinta da Condessa, um possível local de habitat (ALARCÃO, 1988); Quinta de Santo António, um forno (Armando Sabrosa e Fernando Henriques, CNS 22963); Mouchão, uma ponte, referenciada por Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1988). Também há referências de vestígios de período indeterminado em Villa Vedra (Paredes), nas memórias paroquiais de 1758 pode-se ler: “(...)no sítio chamado antigamente Vila Vedra, e hoje Paredes há umas grossas muralhas antiquíssimas, que havia por tradição serem princípio de povoação (...) desentulhando-se há poucos anos as ditas muralhas se viu que dentro delas ia uma “caicha” ou cano com uma adufa, no fim tudo de cantaria bem lavrada, que notoriamente mostrava ser conduta de águas que parece daí se encaminharia para o edifício que hoje é a quinta de Santo André, vulgarmente Bravo” (Padre Pedro da Silveira, 1758 *in* AZEVEDO, 1896); sobre este local também temos uma informação de Guilherme Henriques que escreveu o seguinte: “Nas escrituras antigas figura como “lugar de Vila Vedra” pela tradição de ter aqui havido uma povoação romana, tradição que teve origem de umas paredes antiquíssimas que os antigos julgavam ruínas de um castelo, mas que hoje são conhecidas como vestígios de

um aqueduto que levava água à quinta do Bravo” (HENRIQUES, 1873a); também Luciano Ribeiro se refere a Paredes: “teve já Cavaleiro de Sousa conhecimento de um depósito de águas existente no lugar denominado Paredes” (Augusto Cavaleiro de Sousa *in* RIBEIRO, 1999: 30). As informações que se podem retirar destes textos são bastante importantes, não sabemos se os dados referidos pelos autores foram observados diretamente, ou, se a partir do texto do Padre Pedro da Silveira foram inferidos dados pelos autores mas, importa realçar, a inferência destes sobre a existência de uma estrutura hidráulica; é de referir que estas “murallas antiquíssimas” não estão georreferenciadas, nem são visíveis no terreno nenhuma estruturas que possam ser identificadas como aqueduto ou depósito de água.

Importa referir que, a maior parte da epigrafia existente no território é do século I a. C. em diante (DIAS, MOTA, GASPAR, 2001), o que nos leva a inferir, que foi a partir deste período que se intensificou a romanização. As epígrafes de cidadãos pertencentes à tribo Galéria, que era a tribo dos cidadãos de *Olisipo*, podem-nos indicar que este local poderia pertencer à *civitas* de *Olisipo*. Uma observação espacial permite localizar algumas manchas de ocupação bastante intensas. A primeira é na zona da atual Alenquer e de Paredes, onde os vestígios são abundantes mais a Sul, ao longo da planície fértil em direção ao rio Tejo, também se observa uma grande mancha de ocupação, com dispersão entre Alenquer, Carregado e Cadafais e há alguns vestígios mais dispersos no território, como são o caso de Casal do Amaral, Aldeia Gavinha e Olhalvo.

Investigações recentes

Nos últimos anos tenho efetuado algumas investigações em Paredes e ao seu redor, no tempo livre e motivado por razões afetivas, porque na prática tenho desenvolvido a minha atividade profissional noutras regiões.

Estas investigações têm recorrido: à observação do terreno, de forma limitada, até porque a urbanização da área e a vedação de algumas propriedades não permitem que se obtenha dados satisfatórios; às fontes documentais, que também não são abundantes; aos testemunhos orais, porque ainda existem pessoas vivas do tempo da escavação da necrópole da Quinta do Bravo; à observação por fotografia aérea e imagens por satélite, hoje em dia de acesso bastante facilitado.

As imagens de altitude permitem-nos através da fotointerpretação prospetar formas arqueológicas já soterradas (formas fósseis), estas formas concentram junto a si quantidades de humidade, mais elevada do que a que se encontra ao seu redor, provocando uma coloração diferente da terra que a sobrepõe, ficando a terra como uma espécie de “negativo” da forma da materialidade arqueológica, tornando-a visível em tonalidades diferentes. Também nos apoia-mos em métodos utilizados pela arqueogeografia¹¹, uma disciplina que estuda o espaço geográfico e as formas arqueológicas nele existentes, recorrendo à fotointerpretação e ao cruzamento de dados com outras disciplinas científicas, para perceber a ocupação do espaço pelo Homem, ao longo dos tempos. Como resultado, têm sido revelados alguns vestígios arqueológicos, uns de período romano, outros que não serão, mas todos ilustram a forma como tenho tentado perceber a ocupação do espaço neste território. São várias as estruturas encontradas, e algumas não sabemos interpretar, mas é urgente divulgá-las, porque, efetivamente, devido ao desconhecimento sobre a sua existência, são as que mais riscos correm de destruição.

1 – Via antiga, situada perto de Casal Vale de Reis, freguesia de Santana da Carnota (com as seguintes coordenadas U.T.M. 29SMD927220, altitude 230 metros. C.M.P. Escala 1/25 000, folha 375, S.C.E. 1992). Nesta via são visíveis vários troços de lajeado, numa distância de perto de um quilómetro de comprimento. Também se verifica a existência de margens em pedra em vários troços da sua extensão. As margens são visíveis dos dois lados da via, mas não há nenhum local onde sejam visíveis simultaneamente dos dois lados, isto é, paralelamente. Onde isto se poderá verificar, a terra cobre as margens, como tal, uma medição exata da largura desta via é impossível de efetuar neste momento. Numa medição que efetuei no dia 06/06/2008, e que sofreu das condicionantes referidas anteriormente, foi possível verificar que a via pode ter uma largura de cerca de 4,73 metros, uma medida que seria muito aproximada aos 16 pés romanos. Pelo descrito anteriormente podemos estar na presença de uma via de período romano. Há que referir que, no acervo do Museu Municipal de Alenquer – Hipólito Cabaço, existem fichas de fotografias pertencentes ao espólio deste arqueólogo, e numa delas pode-se observar a via descrita. Esta, que se desenvolve no sentido SW – NE, está atualmente incluída num percurso entre os Casais da Cruz do Vento e a Pipa. Esta pertenceria sem dúvida a um trajeto mais extenso, talvez se dirija pela sua orientação para o litoral Sul da Estremadura. É possível que derivasse da via entre *Olisipo* e *Conimbriga* próximo do litoral, esta via teria passagens nas proximidades de Frielas, Loures, Dois Portos, Torres Vedras e Óbidos (MANTAS, 1987; MANTAS, 2002). Uma via secundária que partia da via *Olisipo-Conimbriga*, possivelmente nas proximidades de Dois Portos, e que faria a ligação entre esta via principal e a atual Alenquer. É de referir que a boa construção (ou reconstrução) que aparenta (o seu estado de conservação atual é bastante razoável), indica-nos que terá tido alguma importância estratégica, em algum momento da sua utilização.

2 – Grande estrutura, antiga e ainda visível, situada na Rua das Fontes e na Travessa da Torre em Paredes, freguesia de Santo Estêvão (com as seguintes coordenadas U.T.M. 29SMD998221, altitude 60 metros. C.M.P. Escala 1/25 000, folha 376 S. C. E. 1992). É construída em silharia ligada por *opus caementicium*, tem 10 pés romanos de largura – 3 no parapeito exterior, 2 no parapeito interior, e 5 pés entre os dois parapeitos. Apresenta várias pedras almofadadas no seu exterior, no interior é visível o arranque de uma estrutura já destruída (possivelmente um arco). É atravessada no seu interior por uma espécie de aqueduto, ou canalização de uma linha de água, junto a este aqueduto é visível uma parte do muro revestido a *opus signinum*. Podemos estar na presença da estrutura identificada pelo padre Pedro da Silveira nas *memórias paroquiais* de 1758 (AZEVEDO, 1896: 180). Importa referir que pela sua metrologia e materiais de construção utilizados, estamos indubitavelmente na presença de uma estrutura de período romano, possivelmente o paredão de uma pequena barragem, e que esta se encontra em razoável estado de conservação. Pelas suas características e raridade pensamos que seria urgente classificar esta estrutura, de forma a ficar convenientemente protegida, no meio do caos urbanístico que a rodeia.

3 – Uma rosácea hexapétala, esta pedra decorada, que apareceu quando se procediam a obras de restauro numa casa localizada na Calçada Francisco Carmo (na “Vila Alta de Alenquer”), atualmente encontra-se na fachada da mesma habitação, tendo sido aí colocada pelo proprietário desta, aquando do referido restauro. Apresenta poucas semelhanças decorativas com a rosácea existente na pedra tumular encontrada na Quinta do Caracol (MANTAS, 1982: 79), sendo a sua decoração bastante tosca em relação a essa. As seme-

lhanças entre as duas reduzem-se ao elemento decorativo, e não podemos atribuir uma cronologia semelhante entre as duas. As rosáceas são normalmente interpretadas como símbolos solares. São elementos decorativos vulgares na arte indígena peninsular. E aparecem bastante representados na iconografia funerária do setor céltico ou celtizado da população hispânica. Também são elementos decorativos habituais nos mosaicos do Alto Império, nomeadamente nos mosaicos herodianos da Palestina, assim como, na decoração funerária hebraica do século I (MANTAS, 1982: 82). A grande difusão geográfica e cronológica destes elementos decorativos, não nos permitem atribuir-lhes uma origem e significado culturais precisos. Se não podemos confirmar, também não podemos descartar a sua possível origem romana.

4 – Travessa das termas romanas, junto à igreja de Triana em Alenquer. Este topónimo é bastante antigo¹², e neste local existe uma fonte de abastecimento público. Nos anos 90 do século XX, foi construído na Rua de Triana – junto deste local – um prédio sem que houvesse acompanhamento arqueológico, como tal, nenhuma informação arqueológica foi obtida com esta obra. Anteriormente, nos anos 60 do mesmo século, no local de uma antiga adega, foi construído um edifício pertença do comerciante Augusto Lopes, o seu filho o Sr. José Eduardo Lopes¹³, que ainda se lembra do momento da construção, informou-me que haveria neste local e até a cota de afetação da obra, três unidades estratigráficas perfeitamente diferenciadas, sendo uma delas composta por uma “calçada em pedra preta”. E não se observou nesse momento qualquer vestígio romano¹⁴. Tenho de realçar a proximidade deste local à Igreja de Triana e à epígrafe aí encontrada; a escavação efetuada pode não ter atingido uma profundidade suficiente para afetar as possíveis estruturas, que de qualquer forma – a haver – estariam soterradas pelas frequentes cheias do Rio de Alenquer.

5 – Na zona de aluviões do Tejo, mais especificamente na zona entre Paredes e a estrada real, construída no reinado de D. Maria I, podemos observar algumas formas fósseis que são estruturas desaparecidas, enterradas e, que reaparecem, devido a algumas condições particulares do terreno e à ação dos arqueólogos, por exemplo: a fotointerpretação¹⁵, ou a prospeção no terreno. Este tipo de estruturas não são facilmente observadas por prospeção no campo, mas revelam-se a partir de alterações na coloração dos solos, visíveis a partir das fotografias¹⁶ de altitude. É a concentração de humidade junto a estas, que proporciona uma cor diferente da terra, que, algumas vezes permite, em determinadas condições de visibilidade obtidas nas fotografias, que estas estruturas sejam visíveis em planta de uma forma bastante nítida.

5.1. – A primeira estrutura que vou descrever, está soterrada pelos cíclicos aluviões provenientes do Rio Tejo, que fizeram subir a cota dos terrenos em alguns metros, e a terão coberto em determinado período (só apreensível com sondagens arqueológicas), não se sabendo a que profundidade se encontra. Esta é observável perto do Casal do Reguengo, tem cerca de 38 metros de largura e um comprimento de cerca de 211 metros (localiza-se nas seguintes coordenadas U.T.M. 29SND009225, altitude 13 metros. C.M.P. Escala 1/25000, folha 376, S.C.E. 1992). A sua planta é bastante semelhante a um circo romano, é observável um traço oblíquo onde poderiam ser as boxes ou cárceres (local de partida dos carros), e também uma estrutura central no comprimento desta, e que mede aproximadamente 132 metros, que poderá ser a *spina* (estrutura estreita e elevada, construída em pedra¹⁷, com marcos nas suas extremidades, e a partir da qual se organizava o circuito das corridas); estas estruturas normalmente tinham bancadas (*cavea*) porque o espetáculo e as instalações eram concebidas para o espectador, normalmente seriam cons-

truídas próximas dos aglomerados urbanos. As suas dimensões são semelhantes a alguns hipódromos do mundo romano, locais de lazer onde as corridas de cavalos – bastante apreciadas neste período – eram efetuadas. Também nesta região do império as corridas deveriam ter muitos adeptos: as éguas da Lusitânia eram muito apreciadas pela sua velocidade, e “muitos Hispânicos devem ter brilhado neste desporto; não será por acaso que a inscrição mais longa e mais explícita que possuímos da carreira de um corredor, é de *C. Appuleius Dioclés* (de nação *Hispanus Lusitanus*), datada da primeira metade do século II d.C. Nas províncias Hispânicas, diversos indícios testemunham não só o hábito dos *ludi circenses* (atividades praticadas nos circos) mas também o esforço pelas comunidades urbanas de se dotarem de circos monumentais” (GROS, 1996).

5.2. – Na Quinta dos Quartos também é visível uma grande estrutura fósil (localiza-se nas seguintes coordenadas U.T.M. 29SND023225, altitude 10 metros. C.M.P. Escala 1/25000, folha 376, S.C.E. 1992). Esta Quinta fica contígua à Quinta da Barradinha, para Norte desta, separa-as menos de 200 metros e um ribeiro – a Vala Nova. Escreveu Bento Pereira do Carmo sobre a quinta da Barradinha: “Pela parte superior desta quinta encontram-se espalhadas muitas pedras, quando o sítio não as dá, alguns lanços de parede subterrâneos, e grandíssima quantidade de telhas e tijolos de tamanho descomunal, alguns menos quebrados têm sido postos de reserva, como raridade; os entulhos (que assim lhe podemos chamar) continuam na mesma direção até ao Casal da Telhada.” (Bento Pereira do Carmo *in* ROGEIRO, 2005) Não sabemos de que períodos serão os chamados “entulhos”, mas é possível observar em fotografia¹⁸ antiga anexa, uma quantidade apreciável de elementos arquitetónicos, os quais não nos podem induzir uma datação. A dispersão dos materiais pode ser grande, da “parte superior desta quinta”¹⁹ até ao “Casal da Telhada” (Bento Pereira do Carmo *in* ROGEIRO, 2005), topónimo situado a cerca de 1100 metros para Sudeste da Quinta da Barradinha. Pelos vestígios descritos poderemos estar na presença de uma grande estrutura na Barradinha, mas a forma fósil observada por fotografia aérea situa-se na Quinta dos Quartos, a 200 metros a Norte desta. Poderemos estar na presença de duas grandes estruturas, ou a estrutura romana estar situada na Quinta dos Quartos, e os seus elementos arquitetónicos terem sido transportados para a Quinta da Barradinha, que se situava logo ao lado e os materiais de construção desta estrutura – e também de outras que se poderiam situar nas proximidades – se dispersarem até ao Casal da Telhada.

Na Quinta dos Quartos pode-se observar uma grande estrutura de forma retangular com aproximadamente 130 metros de comprimento e 40 metros de largura, que parece ocupar um lugar central nesta miríade de formas – que presumo de cronologias diferentes. A Sul, mas contígua a esta, podemos observar uma forma fósil em abside, com uma planta semelhante a alguns balneários romanos de *villae* já escavadas no território português. Entre estas duas estruturas corre um pequeno ribeiro, neste local a falta de água não seria um elemento a obstar a construção de um balneário. A grande estrutura central pode corresponder à *pars urbana*, e algumas das estruturas visíveis ao seu redor à *pars rústica*. Parece ser visível nesta estrutura uma espécie de pátio central, poderemos estar na presença de uma grande *villa* com peristilo. A presença de uma estrutura deste tipo, possivelmente ligada à exploração agrícola, não causa estranheza, é bem evidente a riqueza dos solos desta zona aluvionar.

5.3. – A terceira forma fósil que também é observada por fotografia aérea, localiza-se a cerca de 200 metros para Sul da Quinta do Lagar Novo, nas coordenadas U.T.M. 29SND014225, a uma altitude de 12 metros (Carta Militar de Portugal, escala 1:25000,

folha 376 – Alenquer, 1992, Serviço Cartográfico do Exército). A forma observada tem uma morfologia de círculo incompleto com um perímetro de cerca de 250° – interrompido a Norte, e mede cerca de 48 metros de diâmetro, situa-se a cerca de 285 metros para Este de outra forma fósil a que já fiz referência – no casal do Reguengo (COSTA, 2008), e a cerca de 900 metros para Oeste da Quinta dos Quartos. Ainda não temos uma interpretação para esta forma fósil, mas pensamos que com algumas sondagens arqueológicas poderíamos determinar a sua função e cronologia.

Seria sem dúvida de todo o interesse que se pudessem efetuar escavações arqueológicas cientificamente conduzidas nestas estruturas, de forma a podermos datá-las, e a aproveitar o seu potencial científico, pedagógico, turístico, etc. Porque se as estruturas mencionadas pertencerem ao período romano, estamos na presença de um aglomerado populacional importante. E como escreveu Jorge de Alarcão, que: “apesar de a densidade de achados na região de Alenquer sugerir um núcleo urbano importante, nada, até agora, nos permite supor aqui uma cidade capital” (ALARCÃO, 1988: 48). No caso de estarmos na presença de um *Vicus*, temos de mudar a nossa perspetiva, de que só em cidades se construiriam estas grandes estruturas de lazer, porque estas também poderiam surgir em aglomerações urbanas secundárias. Se chegar-mos à conclusão que estas grandes estruturas só existiriam em cidades então em Alenquer não existiu um *Vicus* romano, mas sim uma cidade romana.

Se Ierabriga seria em Paredes – Alenquer, em Povos, ou noutra local, não o sabemos, e provavelmente nunca iremos encontrar uma epígrafe com este nome gravado, de forma a não termos dúvidas sobre a localização deste local de ocupação romana. E, enquanto o poder político alenquerense continuar a ignorar o seu património, também não avançaremos no caminho de preservar e divulgar este importante legado cultural: a uns – os muitos que habitam na região, e aos outros – os poucos que atualmente a visitam. Mas o avançar do conhecimento sobre a história e sobre o património cultural e natural, é sem dúvida o caminho a seguir, só desta forma o poderemos preservar e divulgar. É este o caminho a seguir, numa sociedade que se pretende desenvolvida de forma sustentável, e que é urgente desenvolver.



Fotografia 1
Via antiga próxima
do Casal Vale de Reis.



Fotografia 2
Idem, pormenor
das margens.

Fotografia 3
Estrutura da Rua das
Fontes pormenor
do *opus signinum*.



Fotografia 4
Estrutura da Rua das
Fontes, vista geral.

Fotografia 5
Rosácea hexapétala.



Fotografia 6
Estrutura do Casal
do Reguengo.

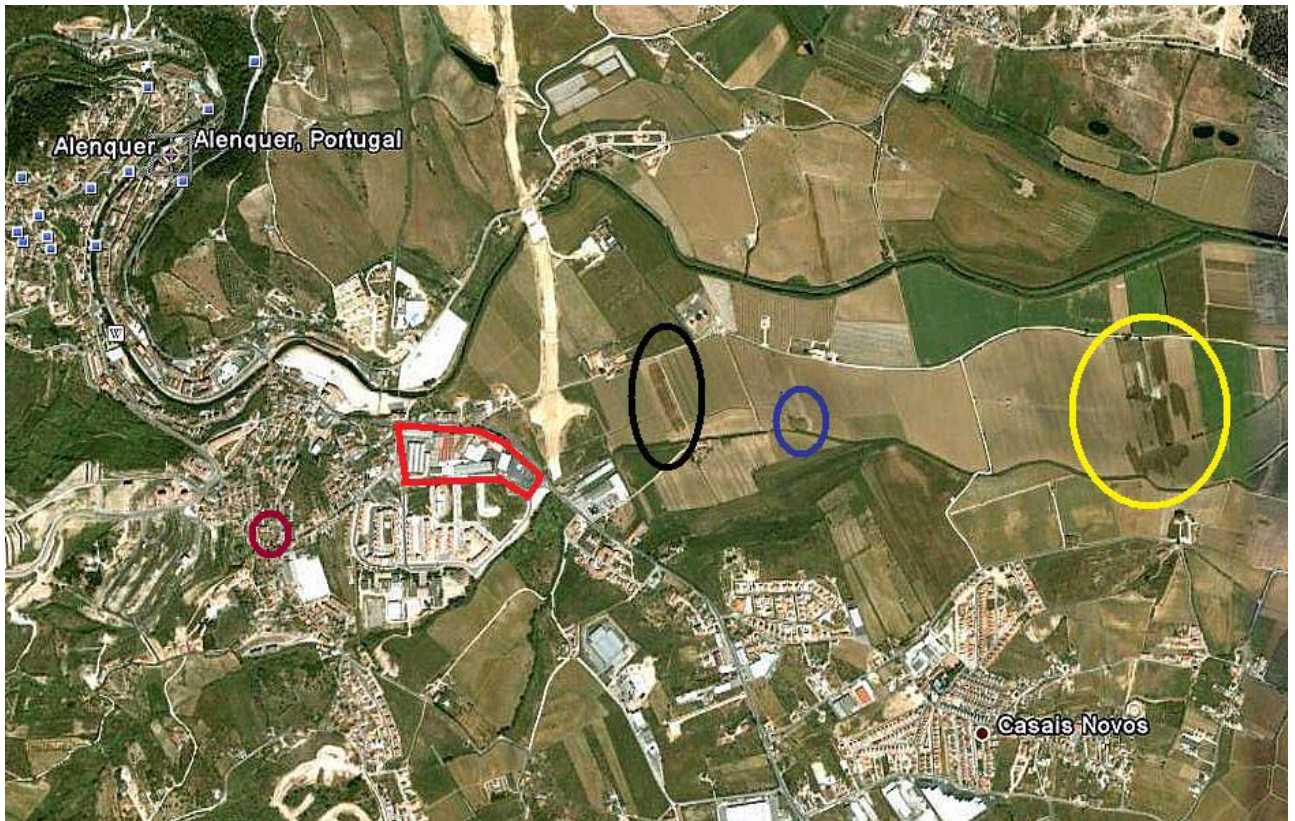
Fotografia 7
Estrutura da Quinta
dos Quartos.



Fotografia 8
Fotografia antiga da
Quinta da Barradinha.



Fotografia 9
Estrutura da Quinta
do Lagar Novo.



Fotografia 10

Vista geral de Paredes e arredores. A vermelho: Quinta do Bravo, a castanho: estrutura da Rua das Fontes, a preto: estrutura do Casal do Reguengo, a azul: estrutura da Quinta do Lagar Novo, e a amarelo: estrutura da Quinta dos Quartos.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988)** – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins. Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. de (2004)** – *Introdução ao estudo da Tecnologia Romana*. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, J. de (2005)** – Notas de arqueologia epigrafia e toponímia – III. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 8. Número 2. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia, pp. 293-312.
- ALARCÃO, J. de (2006)** – As vias romanas de *Olisipo a Augusta Emérta*. *Conimbriga*. Volume XLV. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 211-251.
- ALMEIDA, J. M. de (1968)** – Antiguidades várias. *O Archeólogo Português*, Série III. Volume II. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, pp. 107-108.
- ALMEIDA, J. M. e FERREIRA, F. B. (1966)** – Varia ephigraphica (Nova Série) – VIII Uma Árula de Alenquer. *Revista de Guimarães*. Volume LXXVI. Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães, pp. 25-26.
- ANDRADE, M. (1963)** – Secção de Arqueologia. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 81.ª, n.ºs 7-9 e 10 e 12, julho – setembro e outubro – dezembro. Lisboa. Sociedade de Geografia de Lisboa, p.36.
- ANDRADE, M. (1973)** – Atividades da Sociedade de Geografia de Lisboa. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 91.ª, n.ºs 1-3 e 4-6, janeiro – março e abril – junho. Lisboa. Sociedade de Geografia de Lisboa, p. 10.
- AZEVEDO, P. (1986)** – Extratos archeologicos das “Memorias Parochiaes de 1758. *O Archeólogo Português*. Volume II. Lisboa. Imprensa Nacional, pp. 179-180.
- CABAÇO, H. e JALHAY, E. (1934)** – Estela Funerária de Alenquer. *Revista de Arqueologia*. T. II. Fasc. IV. Lisboa, pp. 110-113.
- CHOUQUER, G. (2000)** – *L'étude des Paysages. Essai sur leurs formes et leur histoire*. Paris. Éditions Errance.
- CHOUQUER, G. (2007)** – *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Coimbra e Porto. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- CHOUQUER, G., e FAVORY, F. (1991)** – *Les paysages de l'antiquité – Terres et cadastres de l'Occident romain (IV s. avant J.-C. / III s. après J.-C.)*. Paris. Editions Errance.
- COSTA, M. (2007)** – Ainda haverá uma muralha do período Romano “nas Paredes? *Nova Verdade*. N.º 755. Alenquer. 15 de outubro de 2007, p. 7.
- COSTA, M. (2008)** – Há 2000 anos já se faziam corridas de carros em Alenquer. *Nova Verdade*. N.º 761. Alenquer. 15 de janeiro de 2008, p. 10.
- CHURCHIN, L. (2007)** – Toponyms of Lusitania: A reassessment of their origins. *Conimbriga*. Volume XLVI. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 129-160.
- DIAS, M. M. e GASPAR, C. (2001)** – *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)* [Epigrafia do Território Português I]. Lisboa. Centro de Estudos Clássicos / Faculdade de Letras de Lisboa.
- FIGUEIREDO, A. M. (1895)** – Informações archeologicas colhidas no “Diccionario Geographico” de Cardoso. *O Archeólogo Português*. Volume I. Lisboa. Imprensa Nacional, pp. 157-158.
- FREITAS, C. e ANDRADE, C. (1998)** – Evolução do litoral português nos últimos 5000 anos. In: *al-madam*. II Série. N.º 7. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, pp. 64-70.
- GOMES, J. e PONTE, S. da (1984)** – Três bronzes Romanos da região de Alenquer. *Conimbriga*. Volume XXIII. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 99-101.
- GROS, P. (1996-2000)** – *L'architecture romaine: du début du III siècle av. J.-C. À la fin du Haut-Empire*. Paris. Éditions Picard.
- HENRIQUES, G. (1873a)** – *Alenquer e seu Concelho*. Arruda Editora. Fac-símile da edição de 1873.
- HENRIQUES, G. (1873b)** – *AVila de Alenquer*. Arruda editora. Fac-símile da edição de 1873.
- HIPÓLITO, M. de C. (1960-61)** – Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*. 2-3. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 1-166.
- MANTAS, V. G. (1982)** – Inscrições Romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. XXI. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 5-99.
- MANTAS, V. G. (1996a)** – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. 2 Vol. Coimbra. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MANTAS, V. G. (1996b)** – In: memoria Felix Alves Pereira Arqueologia e teledeteção. In *al-madan*. IIª série. N.º 5. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, p. 62-69.

- MANTAS, V. G. (1999)** – Cidades e história económica na área de influência da estrada *Olisipo-Bracara*. *Anexos Aespa*. XX. Madrid. Centro de Estudios Históricos, p. 279-298.
- MANTAS, V. G. (2002)** – A população da Região de Torres Vedras na Época Romana. *Turres Veteras IV: Atas de Pré-História e História Antiga*. Torres Vedras. Câmara Municipal de Torres Vedras, p. 129-141.
- MELO, A. O.; GUAPO, A. R.; MARTINS, J. E. (1987)** – *O Concelho de Alenquer – Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*. 4 Volumes. Alenquer. Comissão Municipal da Feira da Ascensão de Alenquer/ Associação para o estudo e defesa do património de Alenquer.
- MULLER, W. e VOGEL, G. (1984-85)** – *Atlas de arquitetura 1. Generalidades. De Mesopotamia a Bizancio*. Madrid. Alianza Editorial.
- PEREIRA, F. A.** – Excursão a Alenquer. *Revista de Arqueologia*. Tomo II. Lisboa, p. 129-135.
- PEREIRA, M. A. H. (1970a)** – Hipólito Cabaço. *Revista de Arqueologia*. 9ª Série. Vol. II. Lisboa, p. 7-26.
- PEREIRA, M. A. H. (1970b)** – O dolium cinerário, com skyphos vidrado a verde, da necrópole de Pardes – Alenquer. *Conímbriga*. IX. Coimbra. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, L. (1999)** – *Alenquer – subsídios para a sua história*. Alenquer. Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer. Texto em fac-símile da edição de 1936.
- ROGEIRO, F. S. (2005)** – *Alenquer: Presépio de Portugal*. Mem-Martins. Ferraz & Azevedo.
- RUA, H. (2007)** – Detecção Automática de *Villae* em Meio Rural no Portugal Romano. In *al-madam*. IIª Série. N.º 15. Almada. Centro de Arqueologia de Almada, p. 21-27.
- SAA, M. (1960)** – *As grandes vias da Lusitânia*. Tomo III. Lisboa.
- TEIXEIRA, F. G e SOUSA, J. C. de** – Inscrições Romanas do Museu do Carmo. *Arqueologia e História*. Volume VI. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 18.

NOTAS

- ¹ Arqueólogo, mestrando em arqueologia e território na Universidade de Coimbra – cipriano1969@hotmail.com
- ² Entendido como território administrativo de época contemporânea, sem nenhuma correspondência com a ocupação do espaço em período romano.
- ³ Desconhecemos a possibilidade deste rio ser navegável, neste trajeto, em período romano.
- ⁴ Ordem pela qual a via aparece no referido itinerário.
- ⁵ *Idem*.
- ⁶ Investigadores da Universidade de Coimbra.
- ⁷ Na apresentação das epígrafes, optou-se por apresentar a leitura efetuada pelos autores que as estudaram.
- ⁸ A última efetuada no ano de 2008, que só teve acompanhamento arqueológico depois da escavação efetuada, e após denúncia.
- ⁹ Nome pela qual é conhecida atualmente na região, a antiga estrada real.
- ¹⁰ Referência da base de dados do Instituto Português de Arqueologia – Endovélico, disponível em: www.ipa.min-cultura.pt.
- ¹¹ Sobre arqueogeografia consultar a bibliografia citada de Gérard Chouquer.
- ¹² Seria interessante investigar a origem deste topónimo.
- ¹³ A que agradecemos a informação gentilmente prestada.
- ¹⁴ Apesar da excelente memória do Sr. José Eduardo Lopes, há que referir que não é um especialista em estratigrafia nem em arqueologia, como tal, a informação que gentilmente disponibilizou pode estar deturpada.
- ¹⁵ A fotointerpretação é uma forma de prospeção que se baseia na análise de fotografias aéreas.
- ¹⁶ Agradeço à Câmara Municipal de Alenquer a cedência de fotografias aéreas que permitiram a elaboração deste trabalho.
- ¹⁷ Em África eram frequentemente construídas em terra.
- ¹⁸ Gentilmente cedida pelo Dr. Filipe Rogeiro, a quem agradeço.
- ¹⁹ Bento Pereira do Carmo deve estar a referir-se à Quinta da Barradinha.

A decoração arquitetónica de época Romana -aspectos de centralidade/descentralidade entre o *Territorium Olisiponense* e a capital da Lusitânia

LÍDIA FERNANDES¹ ARQUEÓLOGA, MUSEU DA CIDADE DE LISBOA.

Introdução

➤ Se as relações económicas e administrativas constituem aspetos comprovados da influência que qualquer capital exerce sobre o território que administra, importa saber até que ponto essa mesma influência se manifestou em aspetos distintos que se prendem essencialmente com o valor estético, com a moda e com o gosto. Tentaremos abordar esta questão partindo de um capitel corintizante que atualmente se encontra junto à Igreja Matriz de Cadafais (Alenquer)². Este, pela decoração e especificidades técnicas e estilísticas que ostenta, permitirá delinear um quadro mais alargado sobre as possíveis influências que a cidade de *Emerita Augusta*, capital da província da Lusitânia, terá exercido na província sob a sua jurisdição.

Se bem que seja este o ponto de partida, se nos propusermos obter ideias mais abrangentes sobre o tema em questão, o capitel em apreço não bastará por si. Assim, será somente a análise de um pertinente conjunto de capitéis na área geográfica delimitada pelas principais vias de comunicação entre *Olisipo* e *Emerita Augusta*, que possibilitará o estabelecimento de ideias mais precisas quanto a este complexo campo das influências culturais e respetiva materialização.

O facto deste exemplar se integrar tipologicamente no que se designa por “capitel corintizante”, impele-nos a analisar este tipo decorativo que, apesar de não tão popular quanto o capitel coríntio que lhe dá origem, constitui um dos tipos predominantes na decoração arquitetónica no Império Romano. Este fenómeno deve-se certamente a uma intensa e extensa divulgação dos cartões decorativos, assim como à liberdade decorativa que estas peças possibilitavam. Mas olhemos esta peça também como um objeto com valências próprias que nos remete para um campo intrincado de influências decorativas, de normas rígidas e liberdades de artista que o transformam num exemplar singular. A junção de motivos decorativos, aliada a uma liberdade temática relativamente invulgar, leva-nos a considerar este exemplar como uma peça que merece, sem qualquer dúvida, um olhar mais demorado.

Análise descritiva

O capitel que nos ocupa³ integra-se no estilo corintizante o qual, como teremos ocasião de explicitar mais pormenorizadamente, provém do capitel da ordem coríntia. Esta peça apresenta o *kalathos*, ou corpo do capitel, decorado com dois níveis de folhas do tipo corintizante⁴ (Fig. 1).

O primeiro nível, ou *imma folia*, é composto por folhas que ocupam perimetralmente todo o corpo do capitel, com uma altura de 15 cm, apresentando-se aderentes ao *kalathos*, apenas dele se distanciando na sua parte superior através da respetiva curvatura. As folhas possuem seis lóbulos de cada lado, com terminação arredondada. A separação dos lóbulos

é feita por um pequeno ponto de trépano. A parte central é ocupada por três nervuras, paralelas entre si, apenas divergindo mais acentuadamente na parte superior, de forma a acompanhar a curva da folha para o exterior. São acentuadamente largas, ainda que a maior parte da sua superfície seja ocupada pelas nervuras centrais e não pelas divisões lobulares. A definição dos lóbulos laterais é pouco acentuada, com recorte pouco abrangente e de traço um pouco superficial, aspetos que conferem a estes elementos uma aparência pouco orgânica e de grande rigidez visual.

Da parte superior desta primeira coroa de folhas, arrancam quatro elementos foliáceos que se elevam até aos ângulos do ábaco e que nos capitéis corintizantes vêm substituir a tradicional *summa folia* ou coroa superior de folhas. Com catorze lóbulos, sete de cada lado, a morfologia destas folhas é idêntica à observada nos elementos anteriores. A parte central, ou seja o espaço entre a folha angular e o corpo do capitel, é vazada, o que confere um vincado efeito de claro-escuro. A curvatura superior destes elementos é acentuada, de forma a acompanhar a total dimensão do ábaco. Este é alto, com 10 cm de altura, apresentando duas pequenas molduras a decorá-lo e um sulco na sua ligação ao *kalathos*. Infelizmente não se conserva a flor, a qual deveria ter estado presente no centro de cada uma das suas quatro faces. Não obstante, o arranque conservado desse motivo permite-nos afirmar que ocuparia a quase totalidade da altura do ábaco⁵. Importa ainda sublinhar que as faces do ábaco são reentrantes, o que obriga a uma projeção acentuada dos respetivos ângulos.

O aspeto mais importante deste exemplar prende-se com a decoração que ostenta nas quatro faces centrais do *kalathos*. Com efeito, se bem que nos surjam aqui decorações tidas como vulgares dentro do léxico decorativo do capitel corintizante, é a associação de três tipos de ornamentos distintos que consideramos invulgar.

Em duas das faces, contíguas entre si, observa-se uma palmeta (Fig. 2). Este elemento encontra-se extremamente bem delineado, apresentando oito lóbulos, quatro de cada lado, cujas hastes saem de um meio círculo (ligeiramente assimétrico) que se posiciona no eixo da face do *kalathos*, que é, simultaneamente, o eixo da folha central do primeiro nível de folhas. A terminação dos lóbulos da palmeta é curiosa pois adota a forma de uma borla. Estes lóbulos são largos e têm uma altura de 15 cm, abrangendo superiormente parte da molduração inferior do ábaco⁶. O motivo abrange a quase totalidade desta face livre do corpo do capitel.

A outra face é ornamentada pelo motivo das hastes apostas (Fig. 3). Partindo da parte superior da folha da primeira coroa, as duas hastes convergem entre si no centro do *kalathos* divergindo na parte superior, enquadrando a flor do ábaco. As hastes possuem seis lóbulos de cada lado. Estes lóbulos somente se encontram demarcados no seu contorno exterior, sendo morfologicamente similares aos da *imma folia*, ainda que as respetivas terminações se encontrem melhor delineadas e apresentem uma morfologia mais apontada. De cada uma das faces exteriores das hastes, observa-se uma flor quadripétala com botão central relevado.

A face restante do capitel é decorada por uma flor de grandes dimensões que originalmente teria seis pétalas mas que apenas conserva cinco (Fig. 4). As pétalas são de morfologia amendoada, de terminação pontiaguda mas de corpo largo. Esta flor não possui botão central, ao invés das rosetas que descrevemos na face anterior, afastando-se da tipologia habitual das flores que vemos talhadas neste tipo de peças. A excelente definição deste motivo contrasta com a sua simplicidade orgânica, sendo o único exemplar que conhecemos que o emprega, distanciando-se assim, do léxico ornamental mais habitual nos capitéis corintizantes.

Análise comparativa

Encontramos alguns paralelos para os motivos liriforme e palmeta do capitel de Cadafais, em exemplares de quase todo o Império Romano uma vez que se trata, como já referimos, de um léxico bastante padronizado. No entanto, serão alguns capitéis em território atualmente nacional que nos oferecem semelhanças mais evidentes.

No território que agora nos ocupa – ou seja, na área compreendida entre as vias romanas que, a Sul e a Norte, ligavam a capital de província da *Lusitânia*, *Emerita Augusta*, à cidade de *Olisipo*⁷ – sabemos da existência de peças corintizantes em vários locais (Quadro 1): um pequeníssimo fragmento do qual apenas se conserva uma palmeta da *imma folia* provém de Estremoz e encontra-se depositado nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia (FERNANDES, 1997, n° 104); também depositados no mesmo local existem um capitel e um fragmento de outro, dos quais não existe qualquer informação sobre a respetiva proveniência, os quais também integramos na definição de corintizantes, (FERNANDES, 1997, n°s 111 e 105); uma outra peça – depositada no mesmo museu e possuindo a indicação museográfica “arredores de Lisboa” – é em nossa opinião, também uma peça deste tipo (FERNANDES, 1997, n° 112), ainda que, se possa colocar a hipótese de ser um capitel de folhas lisas com decoração vegetalista do *kalathos*⁸; de Évora temos conhecimento de dois exemplares (FERNANDES, 1997, n°s 103 e 110) e de Alcácer do Sal existe um outro (Fig. 5) (G. BEHEMERID, 1992, n° 834; FERNANDES, 1997, n° 106); de S. Miguel de Odrinhas provém duas peças, depositadas no Museu Nacional de Arqueologia (FERNANDES, 1997, n°s 107, 108 e 109)⁹; em Cascais, concretamente na *villa* romana de Freiria foi encontrado outro exemplar (CARDOSO, 1991, p. 76; FERNANDES, 1997, n° 102); da intervenção arqueológica levada a cabo na Casa dos Bicos, em Lisboa, provém um capitel corintizante, com a particularidade de se destinar, tal como o anterior, a uma pilastra de adossamento (atualmente em exposição no Museu da Cidade) (FERNANDES, 1997, n° 101; FERNANDES, 1998, p. 113-135) (Fig. 6); de Constância, mais precisamente da Herdade do Carvalhal, temos conhecimento de um outro espécime, ainda que fragmentado (FERNANDES, 1997, n° 97) e finalmente, em Santarém, na Igreja de Stª Maria do Castelo, existem três exemplares reaproveitados no interior da Igreja (FERNANDES, 1997, vol. II, n° 98, 99 e 100; FERNANDES, 2003, p. 65-80) (Fig. 7).

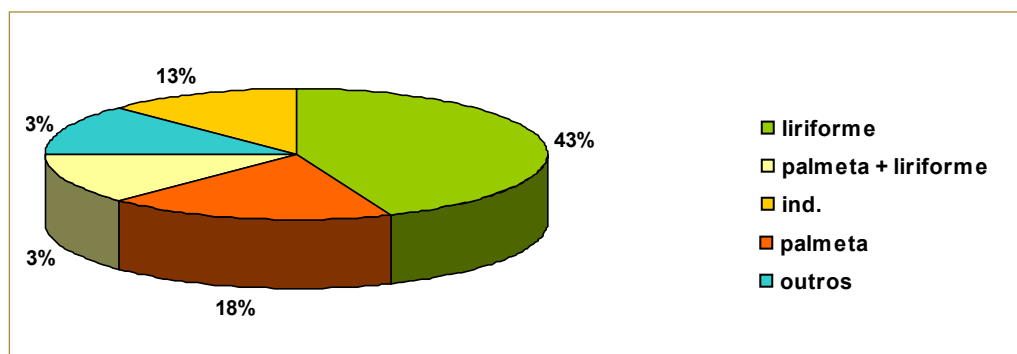
Recentemente tivemos a informação da existência de um outro capitel corintizante em Lisboa¹⁰ o qual, apesar de não termos tido oportunidade de o observar pessoalmente, nos parece ser uma peça tardia, talvez do século III.

QUADRO 1

PROVENIÊNCIA	MOTIVOS ORNAMENTAIS	OBSERVAÇÕES	CRONOLOGIA
Évora	liriforme	faces iguais	séc. II
Évora	liriforme	faces iguais	2ª met. séc. II / séc. III
Alcácer do Sal	liriforme + palmeta	faces iguais duas a duas	meados / 2ª met. séc. II
Reservas M.N.A.	dois tipos de liriforme + palmeta	2 faces iguais	2ª met. séc. II ou séc. III
Reservas M.N.A.	motivo vegetalista	faces iguais	séc. IV
Reservas M.N.A.	?	fragmento	séc. II ?
S. Miguel Odrinhas	liriforme	faces iguais	meados / 2ª met. séc. II
S. Miguel Odrinhas	liriforme	faces iguais	meados / 2ª met. séc. II
Cascais (Freiria)	palmeta	pilastra de adossamento	1ª met. / meados séc. II

PROVENIÊNCIA	MOTIVOS ORNAMENTAIS	OBSERVAÇÕES	CRONOLOGIA
Lisboa (Casa dos Bicos)	palmeta	pilastra de adossamento	1ªmet. / meados séc. II
Lisboa (Alfama)	liriforme		Séc. III ?
Santarém	palmeta	faces iguais (?)	1ªmet. séc. II
Santarém	liriforme	faces iguais	1ªmet. séc. II
Santarém	liriforme	faces iguais	1ªmet. séc. II
Herdade do Carvalhal	vegetalista	fragmento	inícios séc. II

GRÁFICO 1



Em todas estas peças encontramos motivos similares que se enquadram nos *ornamenta* típicos do capitel corintizante. Em quinze destes dezasseis exemplares conserva-se parte do corpo da peça sendo possível, deste modo, saber qual o tipo de decoração que as respectivas faces ostentavam (Quadro 1). Os motivos predominantes são o liriforme e a palmeta, como se pode claramente observar no Gráfico 1, surgindo o primeiro numa percentagem nitidamente superior (42%). Se compararmos com dados disponíveis para outras regiões do Império, poderemos concluir que estas considerações também se aplicam, constituindo-se o motivo liriforme como o mais frequente¹¹.

No capitel de Cadafais o motivo liriforme é semelhante a muitos outros, ainda que seja possível observar algumas diferenças. Com efeito, as hastes vegetalistas que se tocam a meio do *kalathos*, para depois se afastarem novamente direcionando-se para os ângulos do mesmo, parecem mais pequenas do que na verdade são. O principal papel é desempenhado pelas duas rosetas, sendo os caules demasiado estilizados. Outra diferença verifica-se na junção das hastes. A quase totalidade das peças que empregam este motivo, como é evidente num capitel corintizante de Alcácer do Sal, possui um elemento a unir as hastes, quer seja uma moldura simples ou compósita, correspondendo a uma materialização da união dos caules, o que aqui não se verifica.

No caso do motivo da palmeta, são também inúmeros os capitéis que o ostentam. No entanto, a grande particularidade deste ornamento refere-se à terminação em “borla” dos diversos lóbulos, aspeto sobre o qual adiante nos debruçaremos.

Se para três das quatro faces do capitel de Cadafais é fácil encontrar paralelos, em contrapartida desconhecemos outro exemplar que possua um motivo semelhante à estrela de seis pontas que visualizamos na outra face (Fig. 4). Quer nas peças acima mencionadas, quer em outras registadas por todo o império romano, não temos informação da existência de ornamentos similares. Este ornamento constitui, assim, um elemento curioso e algo insólito, contrabalançado no entanto, pela sua singeleza e simplicidade.

O Capitel corintizante

Vitrúvio na sua obra não menciona este tipo de capitel, integrando-o, a par de outros, num mesmo conjunto caracterizado por apresentar decorações variadas¹². Do coríntio reemprega a mesma morfologia, o ábaco decorado e alguns dos elementos vegetalistas. No entanto, as volutas são agora substituídas por folhas alongadas que se posicionam nos quatro ângulos do corpo e as faces centrais são decoradas por tipos de ornamentos variados, sempre vegetais. Esta “vegetalização das volutas”, segundo a expressão de Patrício Pensabene, é um processo que se observa a partir dos séculos. I e II e que se traduz essencialmente pela recuperação de alguns ornamentos helenísticos (PENSABENE, 1973, p. 218). Será precisamente esta característica da vegetalização dos vários elementos do capitel que levou à sua individualização, realizada pela primeira vez por Ronczewsky na análise feita sobre capitéis romanos com decoração variada (1923).

O motivo liriforme, tal como os restantes, engloba múltiplos subtipos e pequenas variantes os quais, dada a sua multiplicidade, dificilmente possibilitam uma integração tipológica. Os principais grupos decorativos deste capitel foram definidos por Ronczewsky (1923, p. 123) e, a par do motivo liriforme, os outros dois grandes conjuntos são o do cálice central e o do duplo S. Outras variantes, com menor percentagem de ocorrências, foram definidas e individualizadas em 1973 por P. Pensabene (p. 230-250): “cálice central com volutas nascendo dos caulículos”; “hélices e volutas sem cálice”; “com influências do capitel compósito”; “com volutas entrelaçadas” e “motivos vários”. Pensamos ser desnecessária esta multiplicação de grupos uma vez que é a singularidade decorativa dos capitéis corintizantes que exatamente os define, constituindo a deteção de novos motivos um facto bastante curioso mas, claramente, não inesperado.

As duas coroas de folhas que tradicionalmente encontramos no capitel coríntio (a *imma* e a *summa folia*), apresentam-se agora, na maior parte dos casos, reduzidas a uma, ainda que por vezes se observe o esquema tradicional. Localizam-se junto à base do capitel e abrangem todo o perímetro. Outra grande diferença em relação ao capitel coríntio consiste na nova decoração das faces do *kalathos*. Se, naquele, estas eram preenchidas pela *summa folia*, caulículos, hélices e arranques das volutas, essa decoração é agora abandonada, optando-se por esquemas decorativos livres que não seguem um padrão tão rígido. Será precisamente esta liberdade ornamental que imputará uma tão grande popularidade a este tipo de capitel.

As folhas, inferiores e angulares, correspondem a uma espécie de matriz que se mantém em praticamente todos os exemplares. São agora empregues folhas acantizantes/corintizantes estilizadas que se afastam, morfológica e conceptualmente, das do mundo natural. Serão geralmente empregues em combinação com um novo tipo de folhas, as palmetas, que constituem, definitivamente, o elemento foliáceo favorito, sobretudo durante a época de Augusto.

Não se pode precisar uma data para a introdução deste tipo de capitel na linguagem plástica de época romana. Um dos primeiros locais onde se observa a sua intensa aplicação é na cidade de Pompeia onde, para além dos espécimes que nos chegaram, se encontra bem atestada a sua presença através dos frescos que decoravam o interior das habitações e de restantes edifícios. Quanto a este aspeto, importa igualmente sublinhar, que este tipo de peças se encontra associado sobretudo a edifícios privados. Refere-nos G. Behemerid, a propósito dos capitéis corintizantes da Hispânia que “...En líneas generales, los capiteles

corintizantes no fueron utilizados en grandes edificios públicos sino que a menudo formaron parte de pequeñas construcciones, de casas privadas, peristilos o de decoración de interiores ...” (1990, p. 183 e 184).

A grande difusão que este tipo de capitel teve em todo o Império certamente se deverá quer a uma intensa e extensa divulgação dos cartões decorativos quer, essencialmente, à liberdade decorativa que estas peças possibilitavam. Com efeito, as matrizes preestabelecidas não excluem motivos indígenas, apropriações locais, modismos pontuais. O emprego dos ornamentos padronizados é, com efeito, o mais corrente ainda que não seja inusitado o aparecimento de decorações para as quais se desconhecem paralelos (FERNANDES, 1997, vol. I, p. 426). Será precisamente este o caso do capitel de Cadafais. Ainda que dois dos motivos empregues nas faces da peça sejam típicos do capitel corintizante: a palmeta e o liriforme, a flor de pétalas pontiagudas que observamos na outra face, é um ornamento verdadeiramente original.

Embora o aparecimento do capitel corintizante esteja plenamente registado durante a época de Augusto, este tipo de peças irá perdurar até aos finais do domínio romano. Para este facto terá concorrido, em grande medida, a liberdade decorativa que este tipo de peças possibilitava, longe dos preceitos mais rígidos dos capitéis tradicionais, como acima referimos. O facto de ser um dos tipos de capitel mais empregue em ambientes domésticos, o que se prende com as razões acima enunciadas, permitiu e concorreu, simultaneamente, para o sublinhar dessa liberdade decorativa.

Curiosamente será este tipo de capitel que vemos empregue no templo da *Colonia Libertinorum Carteia*, fundada em 171 a.C. e que constitui a primeira colónia latina fundada fora do território de Itália. A técnica empregue é o calcário local revestido a estuque mas, ao invés de ser utilizada a ordem canónica coríntia ou jónica, os capitéis são decorados com o motivo liriforme das hastes afrontadas.

Mas será durante a época flávia que este tipo de exemplares atrairá mais as atenções de uma população de classe média, recentemente enriquecida. Os acentuados efeitos de claro-escuro que então eram procurados, já que mais fáceis de agradar, levaram a um afastamento do carácter mais naturalista que caracterizou a produção de elementos arquitectónicos decorativos durante o principado de Augusto, evidenciado essencialmente nos capitéis coríntios e nos jónicos. Mas será, definitivamente, durante a época de Adriano que este capitel gozará das maiores preferências. O enaltecimento da época de Augusto, a importância dada à estética e ao belo, o classicismo que recupera como modelo os motivos ornamentais da época de Augusto, são razões que levaram a uma reabilitação e incremento do capitel corintizante.

O capitel de Cadafais que analisamos insere-se neste novo contexto. Os *ornamenta* empregues têm como fonte a enorme panóplia de motivos criados na época grega e helenística – como seja o caso das palmetas ou das hastes vegetalistas – mas a sua morfologia é, nitidamente, uma reelaboração posterior, que alia um esquematismo dos motivos a uma rigidez plástica, o que dificilmente se poderá aproximar ao observado quer nos originais quer, inclusivamente, durante o período de Augusto.

Pensamos que a peça de Cadafais se enquadra exemplarmente nesta nova linguagem flaviana, enquadrando-se cronologicamente no século II, talvez meados desta centúria e apresentando *ornamenta* perfeitamente vulgares e próximos de capitéis hispanos e de peças do centro do Império.

O Capitel corintizante em território nacional

Se observarmos a dispersão do capitel corintizante em território nacional verificamos uma concentração na zona centro e Sul do país (Fig. 8).

Em Beja conhecem-se sete exemplares, decorados todos eles com o motivo liriforme e apontando para cronologias que se situam entre o século II e o século IV, concretamente, quatro peças da segunda centúria, uma dos finais da primeira, um capitel do século III e outro do século IV (RIBEIRO, 1999, n.ºs 13-19). Um destes exemplares provém, no entanto, do Castro da Cola (peça n.º 14) ainda que esteja depositado na Igreja de S. Sebastião, em Beja. Um outro exemplar¹³ encontra-se na Capela de N.ª Senhora da Guia, também em Beja, e é datado do século IV (TORRES, 1993, p. 39, n.º 9), apresentando-se decorado com motivo liriforme composto por uma só haste que se eleva e que enrola, superiormente, uma roseta.

Também de Beja surge outra peça extremamente curiosa. Trata-se possivelmente de um busto encontrado em Garvão (Ourique) e encontra-se atualmente no Museu Regional de Beja (SOUZA, 1990, p. 14, n.º 13) (Fig. 9). Esta peça conserva, talhado no tardo, alguns pormenores do que poderá ter sido um capitel corintizante. Infelizmente não nos foi possível visualizar o exemplar, baseando-se o presente comentário na simples observação das imagens publicadas na bibliografia disponível sobre a peça. Desconhecemos, assim, se é possível o atual busto ter sido talhado sobre um capitel¹⁴ ainda que, independentemente desta interpretação, o facto de esse lado da peça apresentar um motivo liriforme do tipo “duplo S”, leva-nos a aproximá-lo dos capitéis corintizantes que temos vindo a analisar. Este motivo liriforme é composto por duas hastes vegetalistas que se elevam verticalmente da base e que se enrolam na parte superior enquadrando duas rosetas. Estas parecem ter sete pétalas, de terminação circular e com botão central liso relevado. Outra haste enrola-se para o exterior, talvez acompanhando o alongamento do canto do ábaco, caso se tratasse originalmente de um capitel. No meio do *kalathos* três palmetas sobre-põem-se, ainda que a primeira se integre nas da *imma folia*. O busto é datado por Vasco de Souza da época de Cláudio (SOUZA, 1985, p. 97; 1990, p. 14, n.º 13), apontando semelhanças estilísticas com um busto de Agripina Menor proveniente de Milreu. Parece-nos, no entanto, que tendo o busto sido talhado aproveitando o bloco do capitel, aquele será posterior a este. Datamos este exemplar corintizante do século II, ou de finais do século I, ainda que não consigamos precisar mais esta datação dado o desgaste da superfície e a inerente dificuldade em analisar os pormenores decorativos. Deste modo, o busto será posterior ou coevo dos finais do século I ou da segunda centúria, independentemente de se tratar ou não de um capitel reaproveitado, uma vez que a decoração que se observa se aproxima decorativamente daquele tipo de peças.

De Sines surgem-nos duas peças (ALMEIDA, 1986, p. 51). A estas peças tivemos oportunidade de nos referir em trabalho antigo, reiterando agora as considerações então expostas (FERNANDES, 1997, vol. I, p. 434- 436). Na verdade são dois capitéis corintizantes, decorados com motivo liriforme de hastes vegetais que enrolam superiormente duas rosetas, ou seja, o ornamento mais habitual deste tipo de peças. Têm a particularidade de possuírem ambos folhas lisas¹⁵, aspeto que também concorre para a sua rigidez ornamental. Atribuímos estes exemplares ao século III ou, inclusivamente, a época um pouco posterior.

Na cidade romana de Miróbriga (centro interpretativo de Santiago do Cacém) existe

um capitel de pilastra, também com decoração liriforme que se encontra datado da 2ª metade do século I. Em Mértola, no núcleo museológico da Câmara Municipal, encontra-se um capitel extremamente bem conservado, igualmente decorado com motivo liriforme (LOPES, 2003, p. 45).

Por fim, temos um capitel de Conímbriga datado de finais do século I com decoração central com o motivo do “duplo S” (ALARCÃO; ETIÉNNE; 1977, Vol. I*, p. 91; vol. I**, Planche XCVIII -1; GUTIERREZ BEHEMERID, 1992, p. 201, n° 887). Sobre este capitel, é-nos simplesmente referido que se encontrava incorporado num prolongamento de um muro do criptopórtico realizado em época visigótica (ALARCÃO; ETIÉNNE; 1977, Vol. I*, p. 168)¹⁶.

Não podemos deixar de sublinhar o carácter parcial que realizamos do capitel corintizante no atual território nacional uma vez que não foi feito até ao momento qualquer levantamento exaustivo de capitéis (QUADRO 2). Os dados que apresentamos baseiam-se apenas nas informações até agora disponíveis e de observações pontuais que se encontram longe de assumir um carácter sistemático. Este panorama é, no entanto, totalmente distinto para a região agora em apreço, delimitada pelas vias terrestres que ligavam *Olisipo* a *Emerita Augusta*, na qual levámos a cabo um levantamento sistemático deste tipo de peças (FERNANDES, 1997).

Sabemos da existência para esta área – espaço delimitado entre as vias terrestres que ligavam *Olisipo* a *Emerita Augusta* – de dezasseis capitéis corintizantes, número apreciável se compararmos com o total de capitéis romanos que se conhecem para esta parte do território atualmente nacional e que se integram nas restantes ordens arquitetónicas e suas derivações¹⁷ (Fig. 10). Uma das observações mais curiosas que será pertinente realizar é o facto dos capitéis corintizantes se espalharem ao longo das duas vias terrestres que ligavam *Emerita* a *Olisipo*. Este dado permite-nos concluir que os novos modelos, ao invés de serem imediatamente adotados por aqueles dois locais e depois divulgados a partir destes pólos para as respetivas áreas de influência, seriam divulgados quase simultaneamente ao longo do território. Este facto impele-nos a considerar a existência de *ateliers* itinerantes que, vindos da capital de província, iriam estacionando ao longo das vias terrestres, em locais que solicitassem os seus serviços.

QUADRO 2 – CAPITÉIS CORINTIZANTES EM TERRITÓRIO NACIONAL

PROVENIÊNCIA	OBSERVAÇÕES	DECORAÇÃO	CRONOLOGIA
Beja ?	Encontra-se na Igreja de S. Sebastião	Motivo liriforme	Séc. II
Beja ?	Encontra-se no Museu Regional de Beja	Motivo liriforme	Séc. II
Beja ?	Encontra-se no Museu Regional de Beja	Motivo liriforme	Séc. II
Torre da Cardeira (Beja)	Encontra-se na Igreja de S. Sebastião	Motivo liriforme	Finais séc. I
Beja	Provém e encontra-se no Largo do Tribunal	Motivo liriforme. Tipo folhas lisas	Finais séc. III
Beja ?	Encontra-se na Igreja de S. Sebastião	Motivo liriforme. Tipo folhas lisas	Séc. IV
Castro da Cola (Ourique)	Encontra-se na Igreja de S. Sebastião	Motivo liriforme	Séc. II
Garvão (Ourique)	Encontra-se no Museu Regional de Beja. Capitel gravado no tardo de um busto	Motivo liriforme	Finais séc. I / II (?)

PROVENIÊNCIA	OBSERVAÇÕES	DECORAÇÃO	CRONOLOGIA
Beja	Igreja de N ^a Senhora da Guia	Motivo liriforme	Séc. IV
Mértola	Museu de Mértola – casa romana	Motivo liriforme	Finais séc. II (?)
Sines	Museu de Sines	Motivo liriforme	Séc. III (?)
Sines	Museu de Sines	Motivo liriforme	Séc. III (?)
Santiago do Cacém	Cidade romana de Miróbriga (centro interpretativo)	Motivo liriforme	Finais séc. I
Conímbriga	Templo Flávio	Motivo vegetalista: “duplo S”	Finais séc. I

É também interessante sublinhar o facto de que, se para o atual território nacional sabemos da existência de catorze exemplares, como se pode ver no quadro anexo (Quadro 2), a sua dispersão concentra-se na região do atual Baixo Alentejo, incluindo a área costeira, facto que vem confirmar a ideia defendida por Gutierrez Behemerid de que “... la difusión del capitel corintizante afete a unas zonas muy concretas de la Península y en especial al tercio Sul de la misma” (1992, p. 215). A investigadora chega a esta conclusão pelo levantamento integral que faz da Península Ibérica, o que leva a concluir por um conhecimento deficiente da realidade da região Sul do atual território português. Pensamos, deste modo, que esta generalização terá que ser relativizada. Com efeito assinalámos em Conímbriga uma peça, bem como três exemplares em Santarém e outra na Herdade do Carvalhal (Constância), locais que se afastam geograficamente da definida por G. Behemerid. Assim, pensamos que as conclusões que a autora apresenta deverão ser relativizadas, já que justifica essa concentração de capitéis corintizantes na região Sul por ser essa, simultaneamente, a zona mais romanizada. Esta explicação parece-nos deficiente na apropriação das verdadeiras razões subjacentes à difusão deste tipo de capitel. Se para o atual território nacional contabilizamos até ao momento 31 exemplares – catorze peças na área entre as duas vias e o capitel agora em análise e dezasseis peças no restante território nacional – esse número é bastante superior ao apresentado por aquela investigadora em relação a Portugal, onde apenas cita dois exemplares: um em Conímbriga e outro em Alcácer do Sal (G. BEHEMERID, 1992, n^os 887 e 834). Pensamos, assim, que esta ideia é demasiada generalista, encerrando uma deficiente informação. As razões subjacentes, por exemplo, à grande concentração na área compreendida entre as duas vias terrestres que ligavam *Emerita* a *Olisipo* prendem-se, a nosso ver, precisamente com o facto dessas artérias funcionarem como vias difusoras.

Pensamos que os *ateliers* itinerantes terão desempenhado um papel predominante na divulgação deste tipo de peças, sendo a sua instalação em locais próximos das duas vias o motivo mais pertinente para a explicação da relevância numérica nesta área geográfica. Este dado é-nos confirmado pela existência de modelos cartonados que se verificam nesses mesmos exemplares.

Com efeito, o motivo da palmeta e, em particular, das terminações em borla dos lóbulos é uma morfologia tão distinta que somos obrigados a contemplar o emprego de cartões, os designados “skizzen” ou “musterbücher” (Gros, 1976, p. 63)¹⁸. A divulgação de modelos cartonados no império romano era uma prática corrente, sendo esta a única

explicitação para a sua repetição nos seguintes exemplares: na peça de Cadafais (Figs. 1 e 2), no capitel de Alcácer do Sal (Fig. 5), no capitel da Casa dos Bicos (Fig.6) e no de Santarém (Fig. 7).

Se procurarmos outros capitéis com idêntico pormenor, que poderíamos designar como estilo ou “tique de atelier”, encontramos uma peça em Itálica (G. BEHEMERID, 1992, n.º 835)¹⁹, que mostra semelhanças evidentes quanto ao pormenor das terminações lobulares da palmeta central mas, também, uma similitude marcante sobretudo em relação ao capitel de Alcácer do Sal. Estranho é que a autora que o publica date aquele do século III e a peça de Alcácer da centúria anterior, apesar de evidente proximidade morfológica e estilística que as duas peças evidenciam.

Considerações Finais

Pensamos ser evidente a importância desempenhada pelas vias de comunicação na divulgação de modelos e estilos decorativos. Se em outros capitéis esta ideia é menos evidente, no caso dos capitéis corintizantes ela é flagrante. O capitel corintizante desempenhou um papel importante na decoração dos edifícios de época romana. Ainda que não seja o tipo de capitel mais empregue – cabendo à ordem arquitetónica coríntia, como seria de esperar, essa predominância – a sua posição em percentagem de ocorrências não se encontra muito distante, como se pode observar no Gráfico 2. Não podemos, neste contexto, deixar de sublinhar, uma vez mais, o favoritismo que este tipo de capitel teve em contextos privados, nos quais se incluem os funerários. Apesar de desconhecermos o contexto em que este exemplar se integraria, pensamos que o mais provável será, com efeito, o do contexto funerário.

A datação que indicamos para este exemplar, o século II, integra-o nas cronologias mais habituais deste tipo de capitel, denunciando uma atividade intensa que diz respeito à produção deste tipo de peças e à divulgação dos cartões e modelos então em uso. Cada-fais, à época, seria assim uma região perfeitamente integrada nos circuitos dos *ateliers* de produção deste tipo de peças, a par do que era habitual por toda a província da *Lusitânia* e da *Baetica* e, afinal, por todo o Império Romano.

GRÁFICO 2

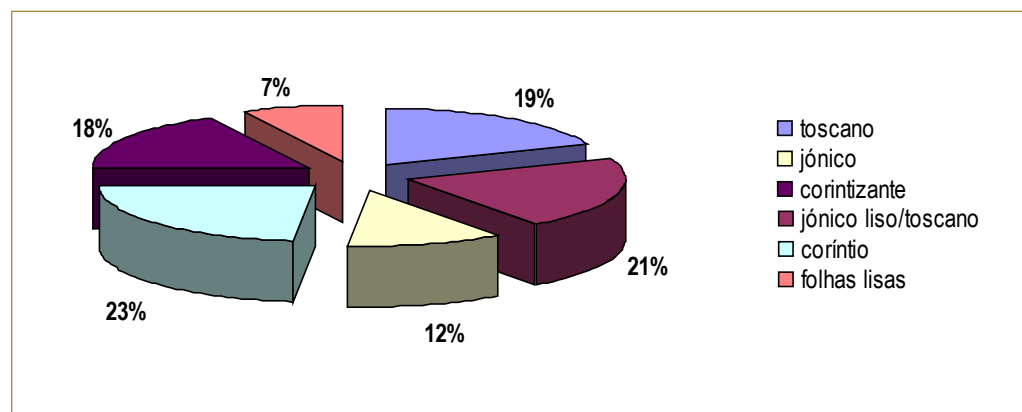


Figura 1

Perspetiva frontal do capitel corintizante que se encontra junto à Igreja Matriz de Cadafais.



Figura 2

Uma das faces frontais do capitel de Cadafais, decorado com o motivo da palmeta.





Figura 3
Uma das faces frontais do capitel de Cadafais, decorado com um motivo liriforme: hastes vegetalistas afrontadas.



Figura 4
Outras das faces frontais do capitel de Cadafais, decorado com uma estrela.



Figura 5
Capitel corintizante
de Alcácer do Sal com
uma das faces frontais
decorada com o
motivo da palmeta.



Figura 6
Capitel corintizante
de pilasta proveniente
da Casa dos Bicos
e decorado com o
motivo da palmeta.

Figura 7
Capitel corintizante
de Santarém decorado
com o motivo da
palmeta numa das
suas faces frontais.



Figura 8
Locais onde existem capitéis corintizantes (Portugal Continental; mapa adaptado de: MATTOSO, (coord.) *História de Portugal*, vol. I, ed. Estampa, 1993, p. 258).

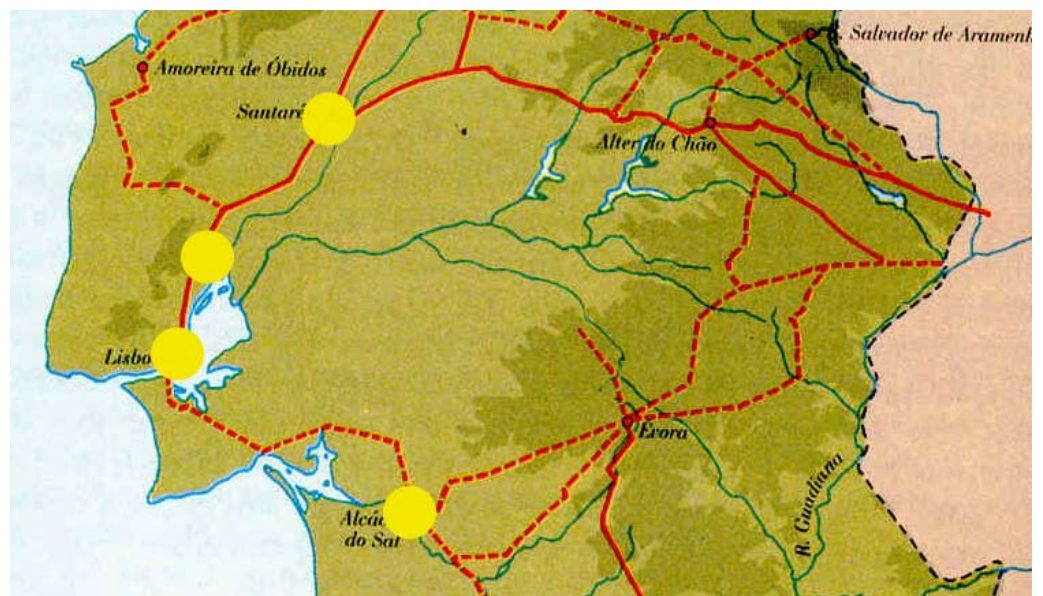
Figura 9

Busto feminino que se encontra no Museu de Beja e tardoz da mesma estátua com decoração vegetalista (SOUZA, 1990, fig. 13).



Figura 10

Sinalização dos locais onde existem capitéis corintizantes decorados com o motivo da palmetas com terminação em borla dos respectivos lóbulos. Área compreendida entre as duas vias que ligavam Emerita a Olisipo. (Portugal Continental; mapa adaptado de: MATTOSO, (coord.) *História de Portugal*, vol. I, ed. Estampa, 1993, p. 258).



BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. (1977)** – *Fouilles de Conimbriga. VI. L'Architecture*. I*; I** Paris: Diff. E. de Boccard.
- ALMEIDA, C. A. F. de (1986)** – *História da Arte em Portugal*. Vol. 2. Publ. Alfa. Lisboa.
- CARDOSO, G. (1991)** – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Ed. Câmara Municipal de Cascais.
- CARLOS M. (1993)** – *Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia*. Publicaciones del Monte de Piedad. Caja de Ahorros de Cordoba. Córdoba.
- CARLOS M. (1998)** – *La Decoración Arquitectónica de Colonia Patricia- una aproximación a la arquitetura y urbanismo de la Córdoba romana*. Publicaciones de la Universidad de Cordoba. Obra Social y Cultural Cajasur. Córdoba.
- CARLOS M. (2002)** – La ornamentación arquitectónica en ámbito funerario de *Colonia Patricia*. *Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*. D. Vaquerizo. Córdoba.
- FERNANDES, L. (1997)** – *Capitéis Romanos da Lusitânia Ocidental*. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 4 volumes.
- FERNANDES, L. (1998)** – Elementos Arquitectónicos de Época romana da Casa dos Bicos – Lisboa. *Conimbriga*. IIª Série. N.º 38. Coimbra, p. 113-135.
- FERNANDES, L. (1998)** – Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures. *Da Vida e da Morte – os Romanos em Loures (Arqueologia)*. Museu Municipal de Loures. Quinta do Conventinho. Loures, p. 93-106
- FERNANDES, L. (2003)** – Capitéis romanos da Igreja de Stª Maria da Alcáçova em Santarém. *Revista Portuguesa*. Nova Série. Vol. XXIV. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 65-80.
- GRANGER, F. (1995)** – *Vituvius on Architecture*. Books I-V. Loeb Classical Library. Harvard University Press. London.
- GROS, P. (2001)** – *L'Architecture Romaine 2. Maisons, Palais, Villas et Tombaux*. Paris.
- GUTIERREZ-BEHEMERID, M. A. (1992)** – Capiteles Romanos de la Península Ibérica. *Studia Archaeologica*. Valladolid. 81.
- LOPEZ, V. (2003)** – *Mértola na Antiguidade Tardia – a topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*. Ed. Campo Arqueológico de Mértola.
- MANTAS, V. G. (1993)** – A rede viária romana do território português. *História de Portugal* (dir. João Medina). Ediclube. Vol. II, p. 313-330.
- MATTOSO, J. , (1993)** – *História de Portugal*. Vol. I. Ed. Estampa.
- PENSABEBE, P. (1973)** – *Scavi di Ostia – I Capitelli*. Istituto Poligrafico dello Stato. Vol. VII. Roma.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2007)** – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scallabis*, em Vila Franca de Xira. In: *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspetivas de Gestão de Bens Culturais*, Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Ed. C.M.V.F.X, p. 163-169.
- RIBEIRO, M. A. B. (1990)** – *Capitéis Romanos de Beja*. Ed. Câmara Municipal de Beja. Beja.
- RONCZEWSKY, K. (1923)** – Variantes Libres de chapiteaux romains. *Ata Universitatis Latvianensis*. VIII. Roma.
- SAURON, G. (1979)** – Les modèles funéraires classiques de l'art décoratif néo-attique. *Mélanges de l'école Française de Rome. Antiquité*. 91. Paris, p. 193-236.
- SOUZA, V. de (1985)** – Vier Singuläre Römische Skulpturen aus Portugal. *Conimbriga*. XXIV. Coimbra, p. 97-104.
- SOUZA, V. de (1990)** – *Corpus Signorum Imperii Romani Corpus der Skulpturen der Römischen Welt – Portugal*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra.
- TORRES, C. (1993)** – *Núcleo Visigótico – Museu Regional de Beja*. (Catálogo de Exposição). Ed. Museu Regional de Beja / Assembleia Municipal de Beja.

NOTAS

- 1 Arqueóloga da Divisão de Museus e Palácios da Câmara Municipal de Lisboa. Responsável científica da intervenção arqueológica do Teatro Romano de Lisboa. Mestre em História de Arte.
- 2 Gostaríamos de agradecer a amável informação do Dr. João Pimenta e do Dr. Henrique Mendes que nos deram a conhecer esta peça. É nossa intenção, de igual modo, sublinhar a enorme disponibilidade destes dois investigadores e o convite que nos endereçaram para participar na *Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*.
- 3 Capitel corintizante de coluna; dimensões (cm): altura total – 41; altura ábaco – 10; dimensões ábaco – 51 X 51 (?); diâmetro da base: 39; altura da 1ª coroa de folhas – 15.
- 4 Assim designado por se afastarem da morfologia canónica das folhas coríntias.
- 5 O arranque deste ornamento apresenta, aproximadamente, uma altura de 9 e uma largura de 10 cm.
- 6 Uma das palmetas apresenta a superfície lascada, não se conservando um dos lóbulos superiores.
- 7 Sobre o traçado destas vias não nos debruçaremos, seguindo as ideias expressas sobre o assunto em MANTAS, 1993, p. 313-320; PIMENTA, MENDES, 2007, p. 163-169.
- 8 As classificações destes capitéis, que se integram em tipos arquitetónicos muito menos tipificados que os canónicos deparam-se, por vezes, de complexa definição.
- 9 Neste caso temos três fragmentos de capitéis: dois correspondem a duas metades inferiores de capitéis corintizantes (FERNANDES, 1997, n.ºs 107 e 108) e o restante (*idem*, n.º 109) corresponde a uma metade superior que encaixaria numa das outras partes. Deste modo, e para efeitos estatísticos, contaremos apenas como sendo duas peças e não como três.
- 10 Agradecemos a informação ao Dr. Clementino Amaro que nos mostrou imagens desta peça.
- 11 Para o território atualmente espanhol temos, seguindo o levantamento publicado em 1992 (GUTIÉRREZ BEHEMERID), um total de cento e vinte e um capitéis corintizantes, sendo que 49 peças possuem motivos liriformes, ou derivações deste motivo, a decorar a face livre do *kalathos*; dezassete enquadram-se no motivo do “cálice central”; vinte possuem um “motivo em duplo S”; cinco peças apresentam as volutas e as hélices a nascer dos caulículos e não apresentam cálices; quatro têm as “volutas entrelaçadas”; um exemplar tem influências da ordem compósita e, por fim, quinze peças apresentam motivos diversos no *kalathos*.
- 12 “Sunt autem, quae idem columnis imponuntur, capitolorum genera variis vocabulis nominata” (GRANGER, 1995, p. 210).
- 13 Peça não contemplada no levantamento dos capitéis de Beja realizado por Antonieta Ribeiro em 1999.
- 14 Não sabemos qual a largura da peça e por esse motivo é-nos impossível saber se de facto seria possível talhar o busto aproveitando um bloco onde, anteriormente se havia talhado um capitel. Vasco de Souza diz em relação a esta decoração vegetal do busto feminino sem cabeça que “O apoio com decoração vegetal parece indicar tratar-se de um retrato de mulher falecida” (1985, p. 97).
- 15 Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que publicou estas peças, atribuiu-as ao séc. VII e considerou-as como visigóticas (1986, p. 51).
- 16 Não podemos deixar de mencionar uma outra peça de Conímbriga que é atribuída à época visigótica (ALARCÃO; ETIÉNNE; 1977, vol. I**, Planche LIV-2) e sobre a qual pensamos tratar-se de um exemplar corintizante decorado apenas com folhas angulares, como acontece em peças de Barcelona, Itálica, ou Tarragona (GUTIÉRREZ BEHEMERID, 1992, respetivamente n.ºs 667, 863 e 908) todos eles do séc. II ou em capitéis de Óstia (PENSABENE, 1973, n.ºs 653 e 654 do séc. III ou as peças, 658 e 660 da seguinte centúria). Apesar de não incluímos este exemplar nas presentes considerações, uma vez que não visualizámos a peça, uma análise mais detalhada poderá concluir por uma cronologia anterior ao da época visigótica.
- 17 Até ao momento sabemos da existência de mais de 120 peças para esta região demarcada.
- 18 Sobre este tema dos modelos cartonados, cf. Sauron, 1979, p. 204 e ss. e P. Pensabene, 1973, p. 189.
- 19 Em 1997 tivemos oportunidade de analisar detalhadamente esta questão (FERNANDES, 1997, vol. IV, p. 264-273).

Os fornos romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer)

ARMANDO SABROSA (†)¹ | FERNANDO ROBLES HENRIQUES² | EMANUEL CARVALHO³ | ADRIANO GERMANO⁴

➤ O desenvolvimento da fase de construção do sublanço da A10 compreendido entre Arruda dos Vinhos e o IC11 interceitou, no setor correspondente ao Km 3 + 940, uma estrutura camuflada pelo tempo e pelas transformações morfológicas da topografia. A erupção artificial de argilas queimadas e tijolos provocada pela profunda ação artificial da maquinaria e a consequente perceção e imediata identificação do arqueólogo responsável pelo acompanhamento integral da obra, Carlos Oliveira, motivaram a pronta interrupção do processo e a intervenção do anterior *Instituto Português de Arqueologia*. A posterior avaliação da ocorrência definiu, como medida de minimização, a realização de uma escavação integral de emergência desta estrutura.

O Forno Romano da Quinta da Granja localizava-se na Freguesia de Cachoeiras, Concelho de Vila Franca de Xira (Fig. 1). O sítio em questão vinha sendo alvo de referências desde a década de sessenta do século XX. A estrutura de combustão integrava-se em terrenos pertencentes a um antigo complexo agrícola, denominado *Quinta da Granja*, na altura aparentemente abandonado ou em fase de moderação de atividade. Era utilizado, de forma parcial, como estaleiro de obra. Estava implantado, primitivamente, na base de uma encosta pronunciada, sobranceira ao *Rio Grande da Pipa*, entretanto eliminada do relevo pelo avanço viário. Os trabalhos em curso na zona envolvente, responsáveis pela sua identificação, provocaram a destruição parcial da parede Oeste da câmara de cozedura. (FIG.1)

A área intervencionada integra um extenso maciço datado do Jurássico Superior e constituído por distintas camadas litológicas. Estas foram depositadas na apelidada Bacia Lusitânica durante a fase de rift que culminou com a abertura do Atlântico Norte. No caso particular do território específico, encontra-se implantada nas denominadas Camadas de Abadia, identificadas na cartografia geológica com as siglas J³c (Carta Geológica n.º 30-D Alenquer – escala 1:50.000, produzida pela Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos Portugueses). As camadas de abadia foram descritas por Paul Choffat como sendo camadas constituídas por argilas e margas cinzentas ou azuladas, tornando-se amarelas por alteração.

O extenso maciço acima referido encontra-se confinado, de Este a Sul, pela planície de inundação do Rio Tejo. Culmina a Norte com a imponente unidade estrutural denominada Serra de Montejunto e, por último, contacta a Oeste com o Diapiro de Matacães e com a Bacia de afundamento de Runa. Para além dos afloramentos de génese sedimentar existentes por todo o maciço são ainda frequentes as intrusões vulcânicas, sob a forma de filões e chaminés.

Os trabalhos decorreram em maio de 2005. Em campo, distinguia-se um evidente e amorfo aglomerado de tijolos, em concomitância com sedimento que revelava continuada sujeição a elevadas temperaturas e margas de revolvimento provocada pela ação da maquinaria pesada. A análise sumária da situação resultou no apuramento de fortes indicações de presença de uma estrutura de combustão, conduzindo, inclusivamente, ao levantamento de hipóteses que consideravam a preexistência de um forno no local.

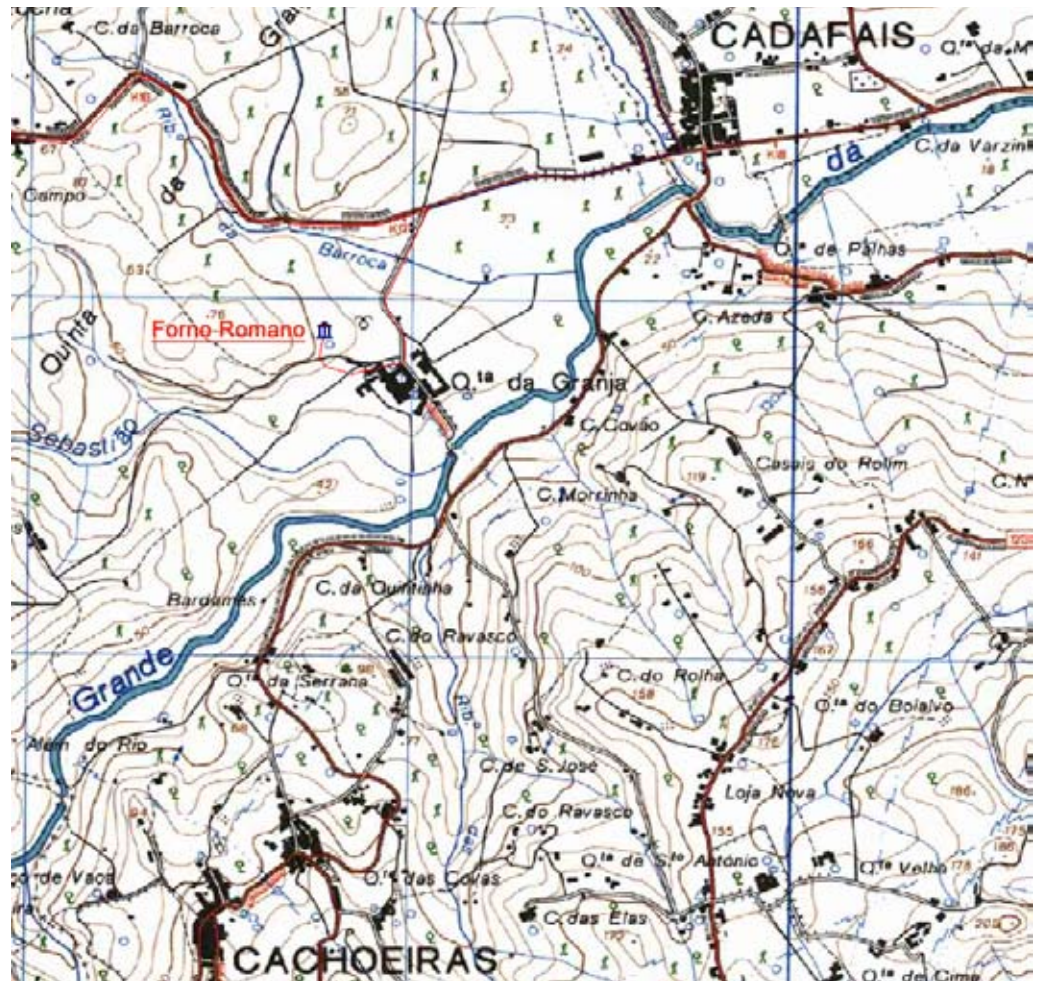


Figura 1
Localização do Forno
da Quinta da Granja.

Tornara-se facilmente perceptível a descaracterização da paisagem envolvente, alterada no decorrer do avanço da obra. O corte efetuado no terreno destruiu parcialmente a construção, originando um talude de inclinação razoável que, apesar de tudo, permitia compreender coerentemente a implantação da estrutura. Optou-se pela marcação de uma área de sondagem com 49 m² (7m x 7m metros), aproveitando o declive artificial. No decurso dos trabalhos, foi necessário alargar a sondagem a um total final de 74 m². A progressiva variação de dimensão foi sendo decidida ao longo da intervenção, atendendo às necessidades estratégicas do momento e ao próprio desenvolvimento planimétrico e arquitetural da construção.

Após extração total do primeiro nível de sedimentação ao longo do setor arqueológico, orientaram-se os esforços para o perímetro mais circunscrito pela influência direta do forno, procurando-se delimitar objetivamente a mancha de tijolos e argila queimada, embora fosse impossível de determinar, ainda que minimamente, a extensão da ocorrência e dos danos praticados.

No interior da câmara de cozedura, uma amálgama de terra queimada e elementos de construção constituía derrube em hipotética organização. A queda interna dos materiais revelava tijolos e lajes de cerâmica em posição quase vertical e, pormenor que se manteria até à conclusão, escasso espólio. Nas raras ocasiões em que foi possível a recolha de material, este era proveniente de contextos confusos e/ou de mistura. As manchas de sobreaquecimento acompanharam, sempre, o corpo do forno.

O espólio recolhido revelou-se parco, para além do material de construção, fator que alicerça e fortalece a teoria de que se estaria em presença de uma (re) utilização como forno de cal, reforçada pelos vestígios de produção que se mantinham, ao estilo de revestimento interno, encostado e, em simultâneo, acompanhando o desenvolvimento das paredes. De entre os (poucos) artefactos exumados, destaca-se um anel em bronze e exemplares cerâmicos fragmentados de *terra sigillata*, fundo de ânfora e peso de tear. A estrutura era constituída por três partes distintas, correlacionadas entre si: átrio de entrada, corredor de acesso à câmara de combustão e câmara de cozedura.

No desenvolvimento e conseqüente epílogo dos trabalhos de campo, foi possível observar a técnica de edificação adotada, comportando uma primeira fase com afeiçoamento da rocha-base (margas azuis), tornando-a compatível com a planta geral do forno, finda a qual teve início a construção efetiva, adocada posteriormente à argila. Nas suas diversas partes constituintes identificou-se o recurso a materiais distintos que se adaptam à funcionalidade prevista. Assim, no átrio de entrada que funcionava como *antepara*, protegendo o fogo dos ventos dominantes de Norte, os dois muros paralelos eram levantados em pedra seca, com utilização de blocos de calcário de média e pequena dimensão. O pavimento apresentava uma ligeira camada de cal sobre a marga de base. Ostentava uma planta retangular, com um comprimento mínimo de 2.75m e 1.60m de largura. Na área melhor conservada, o muro exibia 0.65m de espessura e 0.40 m de altura mínima. O corredor de acesso à câmara de cozedura, por se tratar de um espaço abobadado, era o elemento arquitetónico que apresentava preocupações de construção mais elaborada. Predomina o recurso a *lateres*. A argila local foi aproveitada na construção como matéria-prima de agregação. Observou-se, de igual modo, o uso de fragmentos de *imbrices* como cunhas auxiliares na estruturação da abóbada. O comprimento total do corredor era de 1.50m por 0.65m de largura e a altura conservada era de 0.40m.

O piso, constituído pela marga de implantação, apresentava, devido à ação do calor, uma textura *cerâmica*. No centro do corredor, uma concavidade ovalada serviria provavelmente para deposição da lenha, a exemplo do que sucede com os fornos vocacionados para produção oleira. A câmara de cozedura, de planta semioval, foi construída com placas cerâmicas adossadas à marga. As faces externas destas apresentam-se vitrificadas, sinal evidente das altas temperaturas a que foram sujeitas. A base plana aproveita o sedimento geológico existente. Assume uma cor aproximadamente negra e textura cerâmica devido à fonte de calor a que esteve exposta. O comprimento desta câmara registou cerca de 2.90m e 2.55m de largura. A altura máxima conservada era de 0.50m. Em torno da câmara de cozedura e parte do corredor, um anel de argila rubefacta com cerca de 0.20m atestava, convenientemente, as altas temperaturas atingidas.

Os trabalhos arqueológicos revelaram escassez notória no que concerne à exumação de espólio. Maioritariamente composto por objetos cerâmicos, o conjunto revela um contexto cronológico atribuível a período romano. Este reduzido *leque* de informação condiciona o rigoroso balizamento temporal dos achados.

O Forno da Quinta da Granja apresenta características gerais de arquitetura e planimetria que o integrariam, sem hesitação, no conjunto de estruturas de produção cerâmica que laborariam em período de influência romana, com paralelos evidentes em vários pontos do território próximo, embora não exclusivamente circunscrito ou limitado ao âmbito regional específico (Fig. 2). Não obstante, o escasso espólio cerâmico recolhido prejudica e dificulta a aferição rigorosa do contexto que seria lógico

atribuir-se-lhe. As incidências apreendidas no decurso dos trabalhos indiciam um possível aproveitamento e consequente reutilização posterior do monumento de combustão, após limpeza geral do terreno de implantação (o que explicaria a raridade dos materiais periféricos). Conduziria ao levantamento da hipótese que sustenta e defende uma modificação da utilização original, em época cronologicamente indeterminada, remetida para a transformação de cal, elemento com múltiplas aplicações na arte de edificação. O corredor de acesso à câmara de cozedura, regularizado com vários níveis de cal e carvão, exibia piso ovalado destinado, normalmente e à semelhança de idênticos exemplos romanos, à deposição de lenha que, em última fase, parece ter sido colocada e ardido no interior da câmara, em ambiente promíscuo, conjuntamente com a matéria-prima calcária (carga ainda presente no perímetro interno do forno). Estar-se-ia, assim, perante um forno de cerâmica romano transformado em unidade fabril de vocação completamente diferente durante uma época de datação imprecisa. Análises posteriores das várias amostras retiradas (carvões, argilas, cal e elementos constituintes do forno) poderão definir com mais facilidade e certeza toda a evolução de ocupação do espaço. (FIG. 2)

Figura 2
Fase Final dos
Trabalhos
Arqueológicos
Executados no Forno
da Quinta da Granja.

Os trabalhos de Arqueologia executados no âmbito da escavação do Forno Romano da Quinta de Santo António (Fig. 3), situado na Freguesia do Carregado, Concelho de Alenquer, decorreram entre os dias 30 de janeiro e 14 de fevereiro de 2006. O desenvolvimento da fase de construção do sublanço da A10 compreendido entre Arruda dos Vinhos e o IC11 intercetou, no setor intermédio correspondente aos km 4 + 125 e 4 + 250, uma estrutura ocultada pelo tempo e pelas alterações morfológicas da topografia.



A área abrangida pela cartografia geológica onde se insere a estrutura intervencionada divide-se em três zonas morfológicas distintas:

- Um extenso maciço datado do Jurássico Superior que abrange cerca de 60% da área da carta.
- A zona terciária, na parte oriental do mapa, entre Ota, Alenquer, Carregado e Vila Franca de Xira.
- A planície aluvial do Tejo, situada entre Vila Nova da Rainha, Castanheira e Vila Franca de Xira

No extenso maciço Jurássico implantava-se o Forno Romano da Quinta da Granja, situado a cerca de três quilómetros para Sudoeste. Contudo, é na terceira unidade morfológica supra citada (Planície Aluvial do Tejo) que se localiza o Forno da Quinta de Santo António, construído em depósitos de antigos terraços fluviais, mais precisamente nos depósitos da Ribeira de Cadafais, um dos muitos tributários do rio do Tejo. Estes terraços fluviais datados do Plio-Plistocénico estão identificados pela sigla Q na Cartografia Geológica (Carta Geológica n.º 30-D Alenquer – escala 1:50.000), produzida pela Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos Portugueses. Na nota explicativa que a acompanha, vem ainda referido que “ao contrário dos terraços da margem esquerda do Tejo, os da margem direita são pouco desenvolvidos e geralmente muito recortados pela erosão (...) Nas imediações do Carregado os terraços apresentam, na parte superior, um conglomerado com elementos calcários, coberto por argilas de aspeto siltoso”. Na área escavada e espaços contíguos só afloram argilas, de um modo geral com aspeto siltoso e de cor acastanhada, variando zonalmente de textura e coloração. (FIG. 3)

O sítio é referenciado no *Plano Diretor Municipal de Alenquer* como local de dispersão superficial de cerâmica, contextualizável em período romano, embora não se encontrasse qualquer menção a esse respeito na base de dados do *Instituto Português de Arqueologia*. Integra-se, no entanto, num eixo de intensa distribuição de testemunhos de ocupação em



Figura 3
Localização do Forno da Quinta de Santo António (estrato da CMP 390, 1:25.000)

situação relativamente próxima, enquadráveis em época temporalmente similar. Vários pontos foram assinalados durante estudos de impacto e/ou prospeções sistemáticas.

O afloramento de argilas rubefactas e materiais de construção, consequência resultante da ação artificial da maquinaria, aliado à distribuição superficial visível nos terrenos circundantes, permitiu a identificação do forno pelo responsável do acompanhamento de obra, afeto à empresa de Arqueologia *Archeocelis*. A ocorrência motivou a suspensão das movimentações de obra em curso no local e a intervenção do então *Instituto Português de Arqueologia*. Cronologia e tipologia foram imediatamente sugeridas através da associação com o espólio disponível no local. A posterior avaliação da situação definiu, como medida de minimização, a realização de uma escavação de emergência no local.

A estrutura de combustão integrava-se em terrenos pertencentes a um complexo rural em manutenção de atividade, denominado Quinta de Santo António, parcialmente dividido pelo avanço da construção. A intervenção decorreu em lote de terreno expropriado, de vocação agrícola, anteriormente dedicado ao cultivo de vinha, cultura que ainda se observava na envolvente, em parcelas próximas dos edifícios rurais da propriedade e nalguns setores mais afastados, em associação direta com pomar.

Em toda a extensão preservada do terreno, registava-se a dispersão superficial de material cerâmico (de uso comum, de construção, *terra sigillata*, ânfora, etc.). A topografia do terreno, apesar de alterada ao longo dos anos de atividade rural, denuncia a implantação original do forno no topo de pendente sobranceira ao Rio Grande da Pipa, mais propriamente na margem esquerda da linha de água, com entrada confrontando a inclinação natural da vertente. A área de intervenção foi estabelecida com a implantação de uma quadrícula de seis metros de lado (36 m²). O solo encontrava-se nivelado, preparado para a concretização do futuro plano viário.

Apesar das alterações topográficas do terreno provocadas pelas manobras da maquinaria, o revolvimento de sedimentos permitia reconhecer o alinhamento da parede do corredor que concedia acesso ao interior da câmara. No muro Oeste era perceptível a utilização de argamassa como elemento de aglomeração entre tijoleiras/*lateres*. Posterior à extração e limpeza de um primeiro nível de remeximento, orientaram-se esforços para o perímetro mais afetado pela influência direta do forno. Os contornos do monumento ficaram, então, definidos. Perfeitamente reconhecíveis, os muretes da antecâmara assumiam uma orientação aproximadamente Nordeste. À entrada, na parte exterior, amontoado confuso de material cerâmico de construção (tijoleira, tijolo, *tegulae*, outros) e de uso comum (fragmentos de ânfora, *dolium*, *terra sigillata*, jarros trilobados, outros). Primava pela distribuição anárquica e desordenada. Mancha de argila sujeita a temperaturas elevadas confirmava a presença e assinalava o contorno circular da câmara de combustão, ainda sem características arquitetónicas definidas. A primeira conclusão sugeria que o conjunto poderia ter sido escavado na argila de base, à qual terá sido encostada ao corredor formado por paredes de lajes de tijoleira. Este acesso, estreito entre muros argamassados, encontrava-se em aparente bom estado de conservação.

A exumação de sedimentos executada no seu interior, numa primeira fase cingida apenas à sua metade Noroeste, após divisão intencional, permitiu recolher alguma cerâmica, muito fragmentada no primeiro estrato. A argila sobreaquecida acumulava-se sobretudo junto às paredes. No centro, não se vislumbravam sinais evidentes de fogo, sugerindo derrube estrutural lateral, de alcance limitado, sem projeção suficiente para atingir o centro da fornalha. Escasso material foi resgatado (*terra sigillata*, fragmentos de *dolium*,

ânfora, vidro). Rapidamente se alcançou o fundo do recinto. Apresentava perfil côncavo, com alguns aglomerados de argila cozida distribuídos em pequenas concentrações (restos de abóbada, *suspensurae* ou grelha?).

A prossecução dos trabalhos confirmou o contorno circular da planta. Distinguiu-se piso em argila queimada, de tendência retangular, com orientação compatível com a entrada e fornalha (Nordeste). Lateralmente, era visível, como referência, a marcação de estrutura de suporte, atualmente ausente, também em argila, exibindo as mesmas características de sobreaquecimento e provavelmente relacionada com o sistema de suspensuras e grelha.

Iniciou-se, então, a remoção do enchimento da fornalha, opção que permitiu a recolha de elevado volume de espólio, essencialmente anfórico, de armazenamento (*dolium*) e de uso comum. Reconheceram-se indícios de assentamento de lajes exteriores, adossadas às paredes da boca (presença de argamassa e contramoldes de tijoleiras). Parecia tratar-se de um acrescento avançado ou emenda planimétrica e estrutural, hipotética alteração no estreitamento da saída como forma de proteção efetiva aos ventos dominantes.

A ação do fogo e as altas temperaturas alcançadas encontram-se preservadas nas faces das tijoleiras que compunham a entrada da estrutura. O piso encontrava-se endurecido e escurecido pelo sobreaquecimento e pelas cinzas. As paredes assumiam orientação notoriamente assimétrica, em clara tentativa de redução de abertura. A emenda seria posterior à construção original ou, então, uma alteração subsequente ao projeto inicial. Este pormenor é visível através da leitura do perfil deixado pelo corte da rocha, posteriormente preenchido por argamassa e fragmentos de cerâmica de construção (retificações, acrescentos, retalhos?..).

A concentração de material cerâmico encontrava-se limitada ao interior de uma *bolsa*, claramente visível no contacto com o corte do talude Norte, circunscrita por coloração atribuível a alta intensidade térmica. Os sinais de queimadura foram evidentes durante o processo de desmontagem. Estendia-se no sentido do desenvolvimento da boca do forno (sensivelmente Nordeste). Para tal facto, não será indiferente a constante limpeza da zona durante o processo de fabricação. Todas as sobras e vestígios de carvões e cinzas seriam encostados lateralmente, ainda semi-incandescentes, como forma de libertação da entrada. Facilitou, assim, o processo de acumulação de materiais e testemunhos remanescentes de laboração. A recolha de fragmentos de ânforas de tipologia reconhecível possibilitou avançar a proposta de cronologia que centrava o abandono da atividade fabril em inícios do século III d. C.. Identificou-se, ainda, elevado número de *dolium*, *terra sigillata* e cerâmica de uso comum diversa, em concomitância com blocos de argamassa e espólio de construção. O contexto de intervenção caracterizava-se como núcleo de constituição confusa e desordenada, limitado por marcas de queimadura na argila de base, escavada para implantação da estrutura de combustão. Verificou-se um possível e intencional rampeamento e colmatação propositada no acesso à entrada da fornalha. Alguns dos materiais encontravam-se em posicionamento vertical, aparentemente premeditado. Ressalva-se a presença de grandes blocos de calcário, alguns talhados e ainda com argamassa. À medida que se decrescia o nível da escavação, tornava-se ainda mais perceptível o corte efetuado antropicamente. Reconheceu-se, com facilidade, o contorno da vala onde compassadamente foi depositado todo o espólio.

A evidência era notória no corte Norte da sondagem. Com o decorrer dos trabalhos e atendendo à extensão e orientação que exibia, foi necessário prolongar os limites da quadrícula para que pudesse ser acompanhada e estabelecido o momento preciso em que se extinguia definitivamente. O alargamento atingiu uma dimensão de 2,5m x 2,5 m. Os contornos de transição estratigráfica encontravam-se bem marcados. O setor necessitava, no

entanto, de uma limpeza mais cuidadosa. Foram recolhidos os primeiros materiais romanos, semelhantes aos identificados anteriormente (fragmentos de *dolium*, ânfora, *terra sigillata*...). Posteriormente, efetuou-se nova subdivisão, deixando-se, a Norte, uma banqueta com um metro de largura, visto a mancha de ocupação não se prolongar na divisória artificial. Não se verificavam alterações às características de espólio e conjuntura de recolha.

Após reunião final entre representantes do dono-da-obra (BRISA SA), Instituto Português de Arqueologia e da equipa presente no campo, os trabalhos foram dados por concluídos e procedeu-se ao desmonte científico e controlado da construção, tendo-se recolhido amostras de carvões, argilas e elementos constituintes do forno. A estrutura intervencionada apresentava elevado grau de degradação, resultado não apenas da sua antiguidade, mas também do tipo de matéria utilizada na sua edificação. Ostentava técnica construtiva bastante simples, quase elementar, recorrendo, em parte, aos recursos naturais que a região próxima oferece. Os indícios revelados apontam para a produção de cerâmica como função básica.

A desmontagem a que foi sujeito no final dos trabalhos permitiu observar com maior rigor todo o processo arquitetónico adotado. Assim, foi possível apurar que, num primeiro momento, se procedeu à escavação da rocha-base (margas azuis), conferindo-lhe, desde logo, a planta pretendida. Posteriormente, efetuou-se a obra propriamente dita. Na área ocupada pela fornalha, uma camada com cerca de 35 cm de argila esverdeada *ferrava* as paredes. O corredor de acesso ao interior ostenta duas paredes paralelas, levantadas com recurso a fiadas sobrepostas de *lateres* argamassados. O espaço sobrance entre as tijoleiras e o primeiro corte planimétrico no estrato argiloso foi colmatado com recurso a fragmentos de *imbrices*, *tegulae* e *dolium*. No prolongamento do corredor, o canal aberto diretamente nas margas azuis serve de “átrio” e, em simultâneo, de antepara aos ventos dominantes. A análise aprofundada da arquitetura funcional do forno permite subdividir a estrutura em quatro espaços diferenciados: fornalha; câmara de cozedura; corredor de acesso à fornalha; átrio do corredor de acesso à fornalha.

O Forno Romano da Quinta de Santo António apresenta características gerais de arquitetura que o tornam passível de inclusão no conjunto de estruturas de produção cerâmica que laborariam em época de domínio de Roma (Fig. 4). Comparativamente ao forno da Quinta da Granja, cuja planta é semelhante, há a registar algumas diferenças, essencialmente centradas no tipo de construção minimalista observada. A antepara (*átrio*) assumiria dupla função; não apenas como acesso rampeado intencionalmente, mas também de proteção da entrada da fornalha, levantada com recurso a pedra. Pode-se procurar explicação na localização e, mais importante, na orientação dos fornos. O exemplar da Granja apresentava o corredor direcionado, em consonância com a encosta, estando deste modo à mercê dos ventos dominantes. Como tal, foi necessário erguer paredes de resguardo mais consistentes. A estrutura localizada na Quinta de Santo António, em situação de confronto ao relevo, assegurava amparo natural, o que não impediu, no entanto, algum reforço, ainda que aparentemente incipiente. (FIG. 4)

A fornalha do primeiro forno escavado encontrava-se fortalecida por tijolos. Conferiam maior robustez ao monumento que, apesar de tudo, sofreu danos de maior porte durante a sua descoberta e identificação. A do segundo foi apenas trabalhada no solo de base e forrada por argila local.

Em relação à funcionalidade, o estabelecido no local da Granja foi utilizado em duas funções distintas. A primeira, motivadora de edificação inicial, não foi possível apurar de



Figura 4
Perspetiva Geral do
Forno da Quinta de
Santo António.

forma consistente, devido à escassez de informação, embora se possa adiantar a hipótese plausível de que, em princípio, se devesse ter vocacionado como pequena unidade de produção de cerâmica. Numa segunda fase de aproveitamento, estaria relacionado com transformação de cal. Neste processo estaria sujeito a fogo direto no interior da câmara, afirmação sustentada pela vitrificação patente nas paredes interiores. O anel de 35cm de largura de argila rubefacta, sobreaquecida, que circunda a estrutura atesta as altas temperaturas atingidas. Este fenómeno não se verifica no paralelo da herdade vizinha.

O Forno Romano da Quinta de Santo António, face aos dados recolhidos, foi construído com a função primordial de fabricação de peças de olaria. A escassa quantidade de indícios revelados no decurso dos trabalhos, não permite uma identificação do tipo de cerâmica produzida nesta estrutura de combustão. No entanto, em virtude da presença significativa de fragmentos pertencentes a *dolium* não é de excluir a possibilidade deste tipo de contentor fazer parte da produção que ali teve lugar.

A presença de cerâmica anfórica é suscetível de relacionamento e integração com as malhas de comércio instituído, uma vez que parte das formas identificadas são atestadamente de origem Bética. O número significativo de fragmentos de *terra sigillata* recolhido, é igualmente prova de saudáveis e intensas trocas comerciais no interior do Império Romano. Estes exemplares de cerâmica considerada *fina* e definidora de *estatuto*, apesar de não constituírem coleção em número assinalável para um normal assentamento deste período, podem ser consideradas relevantes, nomeadamente na sua associação com uma estrutura de combustão que, em condições normais, se estabeleceria algo afastada do núcleo habitacional.

O elevado índice de presença de *dolium*, cerâmica de armazenamento, elevando-se sobre todos os restantes vestígios, ainda mais se comparado com o modesto rol de recolha de testemunhos de loiça de prestígio, comprova o cariz agrícola do sítio.

Apesar da intervenção se ter circunscrito a um setor diminuto e específico, é legítimo relacionar o aproveitamento fabril com um foco de ocupação mais amplo, inserido em âmbito de vivência rural e habitacional autónoma e, de certa forma, independente, próprio de qualquer *villa* romana. Assim, partindo de uma base de observação estritamente analítica, não corroborada até ao momento por provas físicas consistentes, poder-se-ia adiantar a hipotética localização do núcleo habitacional principal no lugar atualmente ocupado pelos edifícios da Quinta de Santo António. Através dos dados arqueológicos disponibilizados, é visível a grande importância que o Rio Grande da Pipa terá desempenhado como caminho de penetração para o interior da região. A cronologia, com base na análise das cerâmicas exumadas, em especial de ânforas e *sigillatas*, aponta para o início do século III como provável fase de abandono.

As intervenções arqueológicas de emergência foram executadas por EMERITA – Empresa Portuguesa de Arqueologia, contratada para o efeito pelo dono-da-obra, BRISA, SA.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988)** – *O Domínio Romano em Portugal*. 2ª Ed.. Pub. Europa-América. Lisboa.
- ALARCÃO, J. de (1988)** – *Roman Portugal*. Vol. II. Fasc. 1 (Porto, Bragança & Viseu). Aris & Phillips LTD. Warminster. England.
- CHOFFAT, P. (1901)** – *Notice Préliminaire sur la Limite entre le Jurassique et le Crétacique en Portugal*. Bull. Soc. Belge Geol. Pal. Hydrol., T. XV, p. 111-140.
- CHOFFAT, P. (1951)** – *Planches et Coupes Géologiques de la Région Éruptive au Nord du Tage*. Coordenado e apresentado postumamente por A. de Castello Branco. Mem. Serv. Geol. Portugal.
- FILIPPE, Graça e RAPOSO, Jorge (coord.) (1996)** – *Ocupação Romana nos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal. Publicações D. Quixote. Lisboa.
- MANTAS, V. G. (1986)** – Incrições Romanas do Museu Municipal de Torres Vedras. *Conimbriga*. Vol 21, p. 5-100.
- MELO, A., GUAPO, A., MARTINS, J. E. (1989)** – *Freguesia de Cadafais. O Concelho de Alenquer. Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*.
- PARREIRA, R. (1986)** – *Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira – Notícia da Parcela 404-1*. In: Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 2. Vila Franca de Xira, p. 73-81.
- PARREIRA, R. (1988)** – *Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira – Notícia da Parcela 390-6*. In: Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 3. Vila Franca de Xira, p. 95-106.
- RAPOSO, J. (1990)** – *Porto dos Cacôs: uma oficina de produção de ânforas romana no Vale do Tejo. Ânforas Lusitanas: Tipologia, Produção, Comércio*. Atas das Jornadas de Estudo. Coimbra, Museu Monográfico de Conimbriga e Mission Archéologique Française au Portugal, p. 117-151.
- ZBYSZESKI, G., TORRE de A. (1965)** – *Carta geológica de Portugal* na escala de 1/50.000. Notícia Explicativa da folha 30-D – Alenquer. Serv. Geol. Portugal, Lisboa.

NOTAS

- 1 Arqueólogo. Falecido.
- 2 Arqueólogo (fjroblesh@hotmail.com)
- 3 Assistente de Arqueólogo (emanuelscarvalho@gmail.com)
- 4 Engenheiro Geólogo (geoadri@gmail.com)

O forno Romano da Pipa (Arruda dos Vinhos)

MARIA ADELAIDE PINTO¹ ARQUEÓLOGA

Introdução

➤ No âmbito do acompanhamento arqueológico do projeto (2005) “A10-Auto Estrada Bucelas/Carregado (A1) A13 (IC3) – Sublanço Arruda dos Vinhos/IC11, Viaduto sobre a Ribeira da Laje e Rio Grande da Pipa” foram identificados num pilar do referido viaduto, alguns fragmentos de tijolos e telhas espessas, embalados em terras enrubescidas, apontando para a existência no local de um forno.

O viaduto que atravessa o Rio Grande da Pipa e o seu pequeno afluente, a Ribeira da Laje, possui cerca de 1300 metros sendo composto por 15 pilares. A identificação da estrutura ocorreu no Pilar 12E aquando da fundação de uma das suas 8 estacas.

Foram desta forma programados trabalhos de escavação arqueológica que procuraram avaliar o valor patrimonial e científico do possível arqueosítio, bem como a sua salvaguarda pelo registo. Os referidos trabalhos foram adjudicados à empresa CRIVARQUE, Lda, tendo sido executados por uma equipa de arqueólogos e técnicos de arqueologia entre os dias 25 de maio e 1 de junho 2005.

Enquadramento geográfico e geomorfológico

O sítio arqueológico do “Forno da Pipa” localiza-se na freguesia e concelho de Arruda dos Vinhos, distrito de Lisboa. Insere-se na carta militar de Portugal folha n.º 390 e apresenta as seguintes coordenadas geográficas:

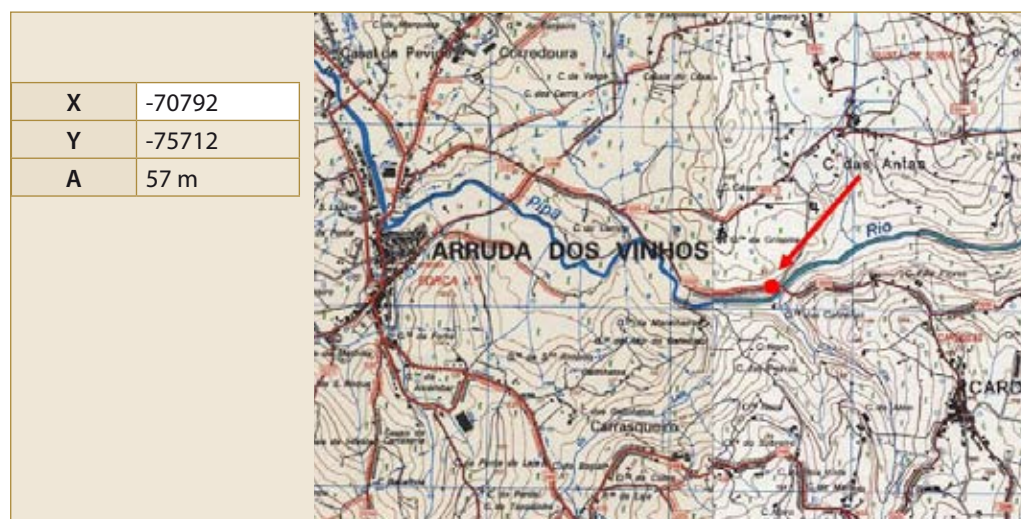


Figura 1
Localização geográfica.

A estrutura encontrava-se localizada muito próximo do Rio Grande Pipa, mais concretamente na sua margem esquerda. A proximidade com a linha de água coloca-a em formações aluviais, que chegam a atingir espessuras na ordem dos 60 metros, sendo os primeiros 2,50 metros constituídos por terra vegetal lodosa.

Metodologia e estratégias de intervenção

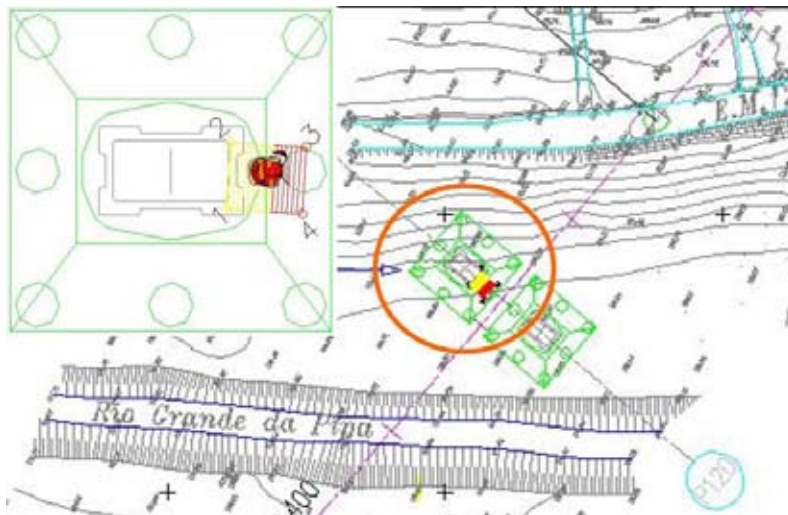
A escavação arqueológica foi realizada segundo o princípio da estratigrafia de Harris, ou seja, de acordo com o método de escavação e registo por unidades estratigráficas (escavação de camadas, interfaces arqueológicas e estruturas, seguindo uma lógica inversa ao seu processo de formação) (HARRIS, 1991).

A área de intervenção localizou-se na sapata de um pilar do já referido viaduto, junto de uma das oito estacas de fundação, que cortou a boca do forno. Este pilar (12 –E) encontra-se na margem esquerda do Rio Grande da Pipa, a poucos metros da E.M. 1223, numa área de encosta que cai sobre o rio. Para a colocação do pilar neste local, foi, assim necessário proceder à escavação de cerca de 3 metros de sedimentos, tendo a ocorrência sido identificada a esta cota.

A implantação da área de escavação teve em conta a dispersão de materiais existentes à superfície do terreno, numa zona já delimitada pela equipa de acompanhamento. Os trabalhos foram realizados em duas fases distintas, perfazendo um total de 7,5m² de área de escavação. Numa 1.ª fase foi aberta uma sondagem de 2x3m, que revelou a presença de um forno de pequenas dimensões, destruído até ao nível da grelha. Permitiu igualmente verificar a destruição da sua boca, pela construção de uma das estacas constituintes do pilar. Face aos resultados obtidos com a abertura da sondagem inicialmente prevista e com o objetivo de maximizar toda a informação possível acerca da estrutura, optou-se por alargar a escavação até à referida estaca. Seguiu-se assim um alargamento da sondagem de cerca de 50 cm para SE, correspondente à 2.ª fase de trabalhos. (FIG. 2 E 3)

Figura 2
Vista geral da área de implantação da sondagem.

Figura 3
Implantação da área de escavação no terreno e na infraestrutura a construir.



Descrição e interpretação estratigráfica

A camada superficial [u.e.1] que cobre toda a área de escavação apresenta, fortes sinais de remeximento, imediatamente por baixo foi identificado um sedimento uniforme, argiloso e compacto muito próximo do substrato geológico [u.e.2], sendo que, no canto NE da sondagem e inserido nesse sedimento se registou uma mancha de barro de forma circular que se revelou pertencer a um forno [u.e.3]. A escavação assumiu assim um carácter distinto, optando-se por intervir o interior da estrutura, definida por uma parede de barro cozida [u.e.5]. (FIG. 4)



Figura 4
Definição da estrutura
após a limpeza
superficial.

Inicialmente foram retiradas duas unidades, com fortes indícios de remeximento, uma relacionada com a afetação por parte da obra [u.e.4/u.e.18] e uma outra [u.e.6] correspondente a um nível de derrube de material de construção, envolvido em sedimento argiloso, com matéria orgânica. As características desta camada correspondem certamente ao nível de destruição da câmara de cozedura e parte da grelha do forno.

As realidades acima descritas indicam-nos o desmantelamento da parte superior do forno, por determinados condicionalismos, provavelmente relacionados com as cheias do Rio Grande da Pipa, sendo os materiais de derrube arrastados para longe da estrutura. Num momento seguinte toda esta área parece ter sido coberta por uma camada de sedimentos espessa, assim permanecendo até hoje. Esta situação terá preservado a parte inferior do forno que corresponde à sua câmara de aquecimento.

A remoção da [u.e.6] deixou a descoberto vários elementos construtivos da câmara de aquecimento, todos eles envolvidos num sedimento argiloso, escuro semicompato e estéril do ponto de vista arqueológico [u.e.10/ u.e. 30].

Assim foi possível observar o nível da grelha, da qual restou uma placa [u.e.8] de dimensões e espessura considerável, correspondente a uma coluna com função simultânea de suportar a grelha e um dos arcos [u.e.7]. As restantes placas da grelha estariam suportadas por outros arcos e colunas, que abateram num determinado período. Será ainda de referir o aparecimento de calços cravados entre as várias estruturas do interior do forno, que ajudariam a suportar a grelha.

Ao mesmo nível das estruturas atrás descritas identificou-se um segundo nível de derrube [u.e.13 e u.e.14], constituído por telhas, tijolos e barro amalgamado, correspondente ao abatimento de um segundo arco que preenche, até à base, a câmara de aquecimento. Deste segundo arco, chegou até nós, para além do abatimento, os seus arranques [u.e. 12 e u.e.11], que se encontram ligados à parede do forno [u.e.17] através da fusão do barro, pelas altas temperaturas.

Já numa segunda fase dos trabalhos identificou-se uma área de derrube [u.e.19], que começa a definir o *praefurnium*, logo seguido de um outro nível de derrube [u.e.21] correspondente ao abatimento de um 3.º arco, envolvidos na já descrita unidade 30. Deste 3.º arco, sobreviveram novamente os seus arranques [u.e.23 e 24], esta estrutura localizar-se-ia numa área de transição entre a câmara de aquecimento e o *praefurnium*, encontrando-se em fusão com as paredes internas do forno.

De um modo geral, verificou-se que a quase totalidade da câmara de aquecimento e parte inicial do *praefurnium* se encontram preenchidos por níveis de derrube, até à base, onde foi possível verificar a existência de um nível de cinzas [u.e.16/u.e.27] correspondente à última utilização do forno.

Os dados obtidos para a caracterização do *praefurnium* são diminutos, tendo-se apenas identificado dois tijolos de grandes dimensões e espessura [u.e. 26 e 25] em posição vertical, paralelos entre si, que constituem a sua parte inicial. Tal como já foi referido a estaca de betão [u.e.31] corta esta realidade, sendo visíveis no seu exterior restos de tijolos perpendiculares aos anteriormente referidos, que parecem fazer parte da cobertura [u.e.28], já abatida deste compartimento.

Uma vez que a estaca impossibilitou a continuação dos trabalhos de escavação, a intervenção foi dada por concluída. (FIG. 5 E 6)



Figura 5
Vista geral do Forno da Pipa.



Figura 6
Vista geral do Forno da Pipa.

Características do forno

O forno da Pipa apresenta as seguintes características:

Câmara de Cozedura

- Inexistência de câmara de cozedura conservada, supondo-se, pela ligeira curvatura do arranque das paredes, uma provável abóbada;
- A grelha encontra-se também, quase na totalidade destruída, a conservação de uma placa, permite-nos supor a sua constituição através de grandes placas de barro, não encostadas umas as outras, permitindo a passagem do calor através de frinchas.

Área de Aquecimento

- Câmara de aquecimento enterrada no solo, com paredes interiores encostas ao solo natural, este procedimento conferia solidez à estrutura e permitia a conservação do calor;

- Câmara de aquecimento de planta elíptica e paredes internas de barro, cujo grau de fusão indica a forte intensidade do calor;
- O espaço interior da câmara de aquecimento é dividido por três arcos, dos quais só um se encontra completo, em grande parte por se encontrar suportado por um pilar, estes arcos teriam como principal função suportar a grelha e proceder a uma melhor distribuição do colar;
- Pouco é possível adiantar sobre o *praefurnium*, uma vez que este se encontrava destruído pela estaca de betão, sabemos apenas que deveria ser constituído por grandes tijolos de barros.

Características construtivas

Após a conclusão dos trabalhos de escavação, e tendo em conta a afetação direta provocada pela obra, procedeu-se ao desmonte controlado do forno, com o objetivo de obter o máximo de informação sobre a forma construtiva, os materiais utilizados e características particulares.

O desmonte manual iniciou-se junto do *praefurnium* prosseguindo-se de forma gradual, afim de preservar um corte transversal da estrutura. (FIG. 7)

Este corte permitiu obter uma visão mais precisa da forma de construção da câmara de aquecimento do forno, cujas paredes internas encostam diretamente no solo natural e são constituídas por barro/argamassa, formando um nível de cerca de 10 cm de espessura. Salienta-se que cerca de 4 cm correspondem a barro calcinado e completamente escurecido.

O desmonte do único arco completo permitiu verificar a sua constituição por várias aduelas de tijolo sobrepostas. Tendo em conta a fusão dos materiais não foi possível contabilizar o número de aduelas utilizadas, calculando-se, no entanto, um número entre as 17/20 aduelas. Verificou-se também que os espaços vazios existentes foram preenchidos por frag-

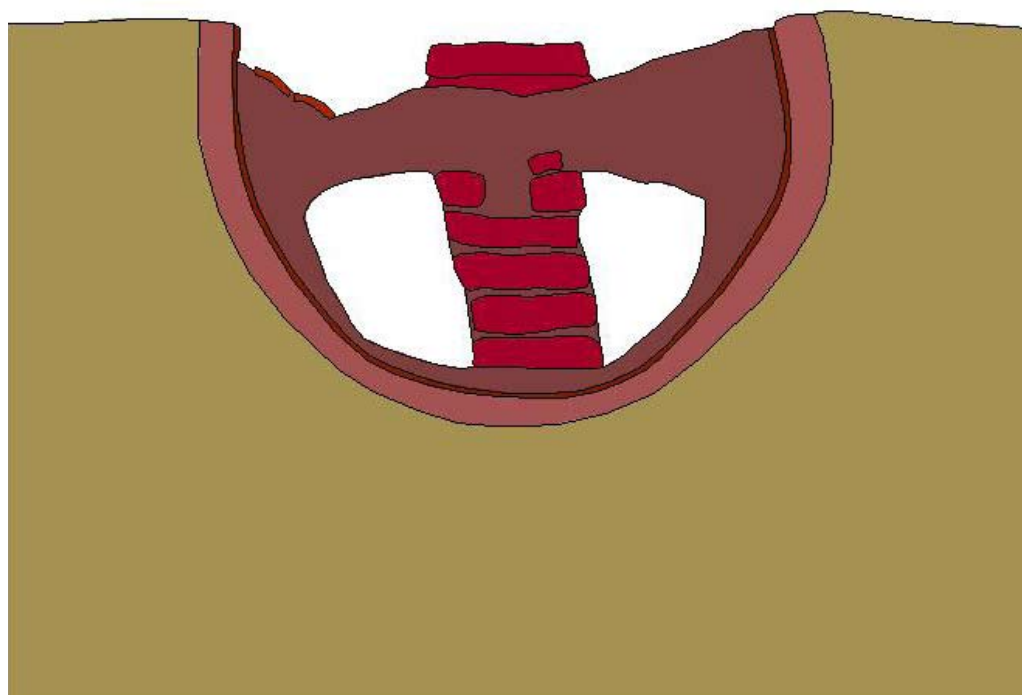


Figura 7
Corte transversal
da estrutura.

mentos de outros materiais de construção e argamassa. Não foi possível identificar a forma dos tijolos, uma vez que o seu elevado grau de fusão condicionou a sua separação. Podemos, no entanto, adiantar que estes tijolos possuem cerca de 4cm de espessura e 30cm de lado.

Sem confirmação arqueológica, dado o seu grau de destruição, extrapolamos estas características para os restantes arcos da câmara de aquecimento do forno.

Convém ainda referir que o arco conservado se encontra apoiado ao centro num pilar, igualmente constituído por tijolos e argamassa. Esta situação não se verifica nos restantes arcos, parecendo-nos ser uma situação adaptativa para o suporte da grelha.

O referido pilar, constituído por oito espessos tijolos possui forma retangular e encontra-se fundido com a parede interior da câmara de aquecimento. Os tijolos apresentam as seguintes dimensões: 7/8cm de espessura, 30/35 cm de largura e cerca de 60 cm de comprimento.

Em relação à boca do forno, o desmonte manual da estrutura pouco mais acrescentou, foi no entanto possível obter medições mais precisas sobre as dimensões dos tijolos, que compõem as paredes do compartimento: 7 cm de espessura e 45 cm de altura. O comprimento não foi possível aferir uma vez que a estrutura se encontra cortada pela estaca da fundação.

Por último convém referir a inclinação que a estrutura apresenta, bem visível no pilar e arco da câmara de aquecimento. Esta inclinação de cerca de 10° SW encontra-se relacionada com a pressão dos sedimentos de vertente, que se foram desprendendo ao longo dos tempos, em direção ao rio.

Espólio

O espólio proveniente da intervenção arqueológica no forno da Pipa é bastante escasso, facto que aliado à inexistência de níveis arqueológicos na envolvente da estrutura, dificultou a sua datação.

Os tijolos que compõem o forno apresentam características dos materiais romanos, no entanto nem sempre foi possível distinguir com clareza os materiais constituintes da estrutura. Este facto, encontra-se relacionado com o mau estado de conservação da câmara de aquecimento, onde as altas temperaturas atingidas requeimaram/calcinaram os materiais.

A partir do século I d.C. os tijolos tornam-se preponderantes na arquitetura romana, assistindo-se à sua normalização e produção em grande escala, tendo como base a medida romana *pés* (BRODRIBB-1987).

A análise dos materiais recolhidos permitiu-nos concluir que os tijolos que constituem o único pilar da câmara de aquecimento do forno em análise, correspondem a 2 *pés* – *bipedalis*, cortado a meio.

Podemos igualmente concluir que os arcos que sustentam a grelha são constituídos por aduelas com a dimensão de 1 *pés* (*pedalis*).

Ao contrário dos tijolos, a forma e tamanho dos ímbrex não obedeceu a um esforço de normalização ou uniformização, variando de região para região, no entanto os ímbrex recolhidos quer pela morfologia quer pelas dimensões apontam para uma cronologia romana. Não foi possível recolher nenhum exemplar inteiro, nem observar nenhuma marca, fenómeno muito frequente no mundo clássico. Os exemplares observados possuem forma semicircular, enquadrando-se assim no ímbrex laconiano (ADAM, 1984)

Da cerâmica comum recolhida foi possível distinguir um bordo e dois fragmentos de morfologia indeterminada.

Salienta-se igualmente o aparecimento de um fragmento de cerâmica de importação, que parece corresponder a um fragmento de ânfora Bética. Este fragmento indica uma cronologia que nos coloca na época Imperial a partir de Augusto.

Este espólio foi registado nas camadas de superfície, não sendo possível relacioná-los diretamente com a época de produção do forno.

Alguns fragmentos de ímbrex com indícios de terem sido colocados no interior da câmara de aquecimento crus, parece-nos indicar que no forno da Pipa se fabricava material de construção. No entanto trata-se apenas de uma hipótese, não existindo qualquer garantia para que possamos relacionar este tipo de materiais com o da sua produção.

Resultados

A intervenção arqueológica no forno da Pipa, permitiu caracterizar de forma parcial a estrutura, uma vez que apenas a câmara de aquecimento se conservou intacta. Da câmara de cozedura com a sua grelha e abóbada, pouco ou nada restou, sendo esta destruição atribuída a uma fase recuada no tempo. Do *praeurnium*, foi possível intervir na parte final do corredor de acesso ou boca, uma vez que a restante área foi afetada pela construção de uma fundação do pilar.

À semelhança do que acontece nas construções deste tipo, a câmara de aquecimento está enterrada no substrato argiloso, num suave declive, na margem esquerda do Rio Grande da Pipa.

De planta elíptica, a estrutura é constituída por dois níveis, que correspondem a duas áreas funcionais, segundo a classificação morfológica de Pascal Duhamel:

- Área de Aquecimento (nível inferior) constituída pelo *praeurnium*, do qual foi possível identificar alguns tijolos da parte final do corredor de acesso e câmara de aquecimento ou combustão. Esta, de forma elíptica com dimensões de 1,50cm x 1,40cm, apresenta-se revestida a barro formando uma parede com cerca de 10cm de espessura. O seu espaço interior é dividido por três arcos, de volta perfeita, dos quais apenas um se encontra completo, estando os restantes praticamente limitados aos arranques. Estes arcos teriam como função suportar a grelha e permitir uma melhor distribuição do calor.
- Câmara de cozedura ou *laboratorium* (nível superior) constituída pela grelha, da qual resta conservada uma pequena parte e por uma provável abóbada. O não aparecimento de qualquer fragmento de argila com orifícios e a existência de uma placa de barro semissustentada por um arco, permite supor que a grelha fosse composta por placas de barro, não encostadas umas às outras, o que permitia a passagem do calor através das frestas. (FIG. 8)

Do espólio recolhido destaca-se a recolha de um fragmento de ânfora possivelmente Bética, em muito mau estado de conservação, o que nos coloca na época Imperial.

Os materiais de construção constituintes da estrutura baseiam-se essencialmente nos tijolos cerâmicos de várias dimensões e formas e no barro cozido. Foram ainda identificados no interior da câmara de aquecimento alguns fragmentos de ímbrex, com sinais de deformação, o que permite colocar a hipótese de terem sido colocados ainda crus no seu interior. (FIG. 9)

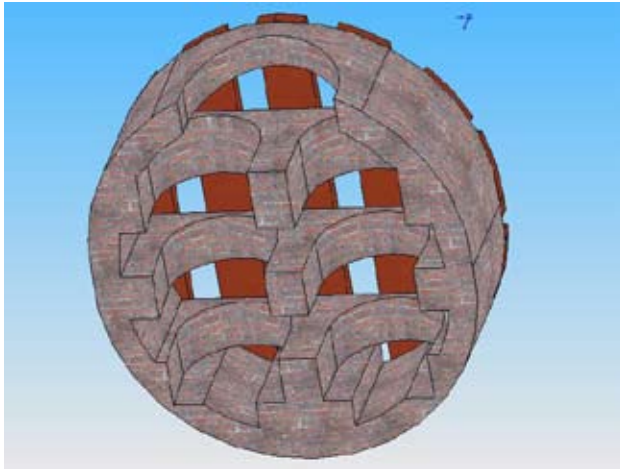


Figura 8
Vista em perspetiva da câmara de aquecimento do forno (reconstituição aproximada).

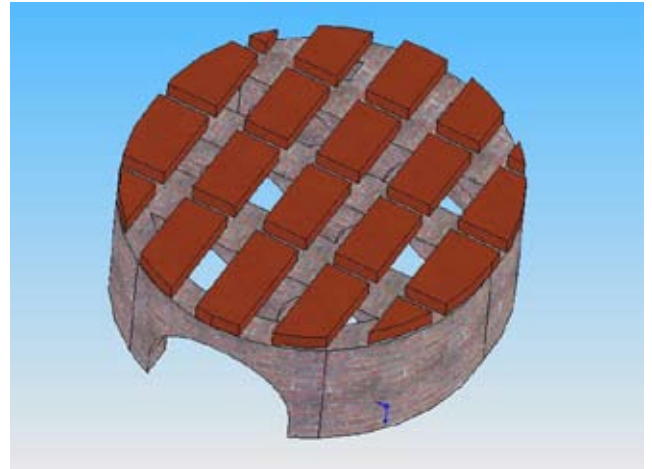


Figura 9
Reconstituição do aspeto geral da grelha (vista de cima).

Com base nos dados obtidos na intervenção não nos é possível afirmar com certeza o que se fabricava nesta estrutura. No entanto a sua tipologia e o espólio recolhido parece indicar que o Forno da Pipa se destinava a produções vulgares: material de construção ou cerâmica comum.

Geograficamente o forno enquadra-se numa área onde o povoamento romano rural se fez sentir, sendo vários os vestígios identificados ao longo dos tempos. Conhecem-se outras unidades produtivas semelhantes nas proximidades, que pressupõem uma complementaridade económica.

A sua localização junto da linha de água, a proximidade com a matéria-prima e a facilidade em adquirir combustível, proporcionaram certamente boas condições de funcionamento e rentabilidade.

Pode-se concluir que o Forno da Pipa se enquadra na época Romana (Imperial), nele se tendo fabricado cerâmica de produção vulgar, possivelmente cerâmica comum. Económica-mente parece ter funcionado em complementaridade com outras unidades de produção, no entanto pouco mais se pode adiantar, ficando muitas interrogações em aberto. (FIG. 10)

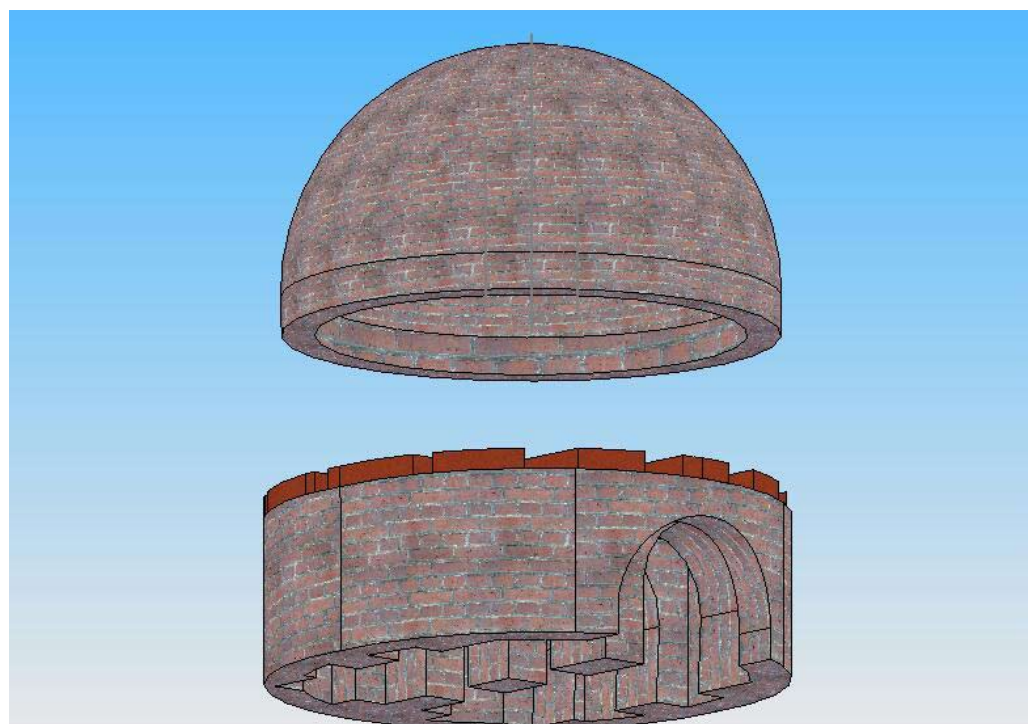


Figura 10
Reconstituição do Forno da Pipa.

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J. P. (1989)** – *La construction romaine – matériaux et techniques*. 10.^a edição. Grands Manuel Picard. Paris.
- ALARCÃO, J. (1988)** – *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa – América.
- ALMEIDA, C. A. B. (1987)** – O forno cerâmico de Cacheiro (Ponte de Lima). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 27. Porto.
- ALMEIDA, C. A. B. de; LEAL, A. J. da C. L. (1988)** – O Forno Cerâmico da Quinta do Paço. *Atas do Colóquio Manuel de Boaventura*. Esposende.
- BELTRAN, M. (1970)** – *Las ánforas romanas en Espana*. MA. 8. Zaragoza.
- BELTRÁN, Miguel (1990)** – *Guia de la cerámica romana*. Libros Pórtico. Zaragoza.
- BRODRIBB, G. (1987)** – *Roman Brick na Tile*. Gloucester.
- CARDOSO, G., GONÇALVES, J. L. e RODRIGUES, S. (1998)** – Forno Romano de Cerâmica Descoberto em Peniche. In *Al-madan. A Arqueologia e o Mar*. II.^a série. N.º 7. Centro de Arqueologia de Almada.
- CARVALHO, R. (1990)** – Forno cerâmico da estação romana da Barragem da Marateca – Castelo Branco. *Atas das IV Jornadas Arqueológicas*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa.
- DUHAMEL, P. (1973)** – *Les Fours Céramiques Gallo-Romains*. Paris.
- MENDES, C. A. S. (2005)** – Forno de tipologia romana. *Caderno “Terras Quentes”*. Associação de defesa do património arqueológico do concelho de Macedo de Cavaleiros.
- SILVA, A. C. F. ; LOPES, A. B. ; TUNA, M. (1982)** – O forno cerâmico Romano de Louredo (Santa Marta de Penaguião). *Portugália Nova série* – vol. II/III. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.
- SILVA, A. C. F. da S. ; LOPES, A. B. ; LOBATO, M. J. (1984)** – O Forno Cerâmico Romano de Canelas (Vila Nova de Gaia). *Gaia*. Vol.II. Vila Nova de Gaia.

NOTAS

- ¹ Licenciatura História Variante Arqueologia pela FLUP. Mestranda em Geoarqueologia pela FCUL. Crivarque, Lda. alaide@crivarque.net

➤ mesa redonda de *Olisipo a Ierabriga*

Debate final

Luís Raposo: Agradeço a simpatia do convite que me foi feito, mas eu, como todos sabem, não sou especialista nestas áreas. Mas do que assisti, vi que havia de facto, uma mudança que se repete em todos os colóquios em que tenho participado, de paradigma global em termos do que se faz em arqueologia em Portugal hoje em dia, e isso é altamente estimulante.

Posto isto, quem gostaria de intervir relativamente a algumas das comunicações apresentadas, algumas de natureza territorial ou de locais que se podem diretamente relacionar com a rede viária?

João Pimenta: Eu não podia deixar de falar, da interessante comunicação e novidades, que o nosso colega Miguel Costa, aqui apresentou para a zona de Paredes.

Não sei se repararam bem no monumento que foi apresentado? Eu tive a oportunidade de visitar o local com o Miguel, e é um sítio assaz surpreendente. Trata-se de um edifício extremamente bem preservado, uma grande descoberta até do ponto de vista da arqueologia nacional, pois trata-se de uma estrutura de grande dimensão com pelo menos três grandes contrafortes, embora sem se saber ao certo a sua funcionalidade. Trata-se de mais um elemento a aduzir à interpretação de Paredes como um grande sítio, seja ele ou não *Ierabriga*. Só um arqueossítio com grande dimensão tinha uma estrutura, de cariz hidráulica, daquele género.

A minha pergunta vai então para o Professor Vasco Mantas, se este monumento corresponder, como me parece bastante provável, a um ponto de captação de água para um aqueduto, e tendo esta estrutura de retenção uma parede com almofadados de grande dimensão, o que nos diz desta novidade? Qual o seu significado?

Vasco Mantas: Realmente uma estrutura hidráulica com aquela fortaleza e com aquelas características construtivas, denotando até um certo cuidado arquitetónico, implica realmente a existência naquele local, de um povoado importante.

Podíamos admitir que em determinadas circunstâncias, como grandes *Villae*, poderiam ser construídas estruturas de grande dimensão, mas a verdade é que ali não há só aquele elemento, mas muitos mais, que apontam para a existência naquela localidade, de um grande povoado. Se é ou não ali *Ierabriga*, o facto é que existe ali algo de grande dimensão, que esta descoberta vem reforçar. Podemos ter assim, um grande centro do tipo urbano, pois não é vulgar aparecer este tipo de estruturas no território português, pelo menos com aquela dimensão e características.

Acho que é mais um elemento a favor da tese tradicional, não querendo dizer naturalmente, que as outras também não sejam válidas.

Este debate parece-me que neste momento tem de ser relançado, partindo do princípio, que talvez *Ierabriga* não seja ali, ou que houve aqui um problema de transferência de um local da Idade de Ferro para um local de época Romana, que é uma coisa relativamente

vulgar, mas acho que aquela estrutura hidráulica, conforta um bocado os defensores da tese de que *Ierabriga* é em Paredes ou Sete Pedras!

Henrique Mendes: Queria só chamar a atenção, para dizer que estas duas últimas apresentações dos nossos colegas Emanuel e Adelaide Pinto são extremamente importantes. E são importantes porquê? Porque muitas vezes não se faz a apresentação deste tipo de trabalhos resultantes de uma arqueologia contratual, sendo uma oportunidade que se perde. A sua apresentação vem dar a conhecer publicamente estes resultados, dão-nos também uma ideia de que o concelho não é só ele fértil em termos de vilas romanas, de vias, mas também de outros elementos que compõem de facto, esta mesma ocupação.

Sem estas apresentações, sem estas vindas dos nossos colegas a este tipo de eventos, nada destes elementos muitas vezes são conhecidos, ficam na “gaveta”, perde-se a oportunidade e depois dá-se o caso de muitas vezes quando se fala “eu também sei de um sítio assim...ou também tenho peças dessas...ou já vi algures peças semelhantes do sítio tal...”, a verdade, é que sem estarem publicadas, de pouco ou nada valem.

Penso que às vezes, este é um pouco o problema que se passa na realidade, com a arqueologia nacional.

Luís Raposo: Também acho muito oportuna essa observação! Quando eu falava há pouco da mudança de paradigma, tem a haver muito com isso, é que de facto neste momento, começamos a poder falar verdadeiramente, de uma arqueologia do território. Não só de território urbano, mas também, da paisagem rural de cada uma das épocas. E não houve só uma revolução de paradigma a nível universitário no sentido das metodologias, das teorias e dos modelos aplicáveis, como o Guilherme Cardoso mostrou com a questão da conjugação entre uma metodologia já da geografia da primeira metade do século XX, que são os Polígonos de Tissen, com as vias antigas. Há uma nova maneira, mais ao nível universitário, que se conjuga com uma arqueologia profissional, em que o acumular de novos dados, são tantos que e o problema é que talvez não haja maneira de facilmente, mesmo que preliminarmente, dar conhecimento das coisas que estão a acontecer.

Esse é um problema grave, aliás, é um problema que preocupa não só o IGESPAR como o IMC, ao nível das coleções, pela quantidade muito grande de informação que se está a reunir e que não é publicada.

Graça Nunes: Pegando nas palavras do Dr. Luís Raposo, acho que é também importante continuar com esta partilha de conhecimento ao nível das autarquias, das universidades, das empresas de arqueologia, Museu Nacional de Arqueologia, IGESPAR ou IMC, isto é, partilhar estes conhecimentos, evoluir na investigação e tentar dar continuidade a toda a investigação que tem vindo a ser realizada, muito bem traduzida em publicações ou edições.

Onde fica então *Ierabriga*? Esta é apenas uma deixa, para que esta investigação seja depois também partilhada, utilizada e depois divulgada ao público, ou seja, que a mesma não se fique apenas pelo universo científico e académico, mas que seja dada a conhecer ao cidadão comum os vestígios da história local.